

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARINA URIZZI

**SEGREGAÇÕES E SOCIABILIDADES URBANAS: VIVER E MORAR A PARTIR
DOS RESIDENCIAIS ARAGÃO UM E DOIS E GERALDO HONÓRIO GARCIA DO
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SERTÃOZINHO/SP.**

São Carlos

2023

MARINA URIZZI

**SEGREGAÇÕES E SOCIABILIDADES URBANAS: VIVER E MORAR A PARTIR
DOS RESIDENCIAIS ARAGÃO UM E DOIS E GERALDO HONÓRIO GARCIA DO
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SERTÃOZINHO/SP.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) – Campus de São Carlos para obtenção do título de mestre.

Versão corrigida

Área de concentração: Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Miguel Antônio Buzzar

São Carlos

2023

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

UU76s Urizzi, Marina
 Segregações e sociabilidades urbanas: viver e
 morar a partir dos Residenciais Aragão Um e Dois e
 Geraldo Honório Garcia do Programa Minha Casa Minha
 Vida em Sertãozinho/SP / Marina Urizzi; orientador
 Miguel Antônio Buzzar. -- São Carlos, 2023.
 225 p.

 Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
 em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
 Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
 Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
 2023.

 1. Programa Minha Casa Minha Vida. 2. Habitação de
 interesse social. 3. Trabalho técnico social. 4.
 Sociabilidades urbanas. I. Buzzar, Miguel Antônio ,
 orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Marina Urizzi**

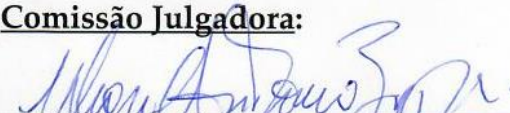
Título da dissertação: "Segregações e sociabilidades urbanas: viver e morar a partir dos Residenciais Aragão Um e Dois e Geraldo Honório Garcia do Programa Minha Casa Minha Vida em Sertãozinho/SP".

Data da defesa: **09/11/2023**

Orientador: Prof. Dr. Miguel Antônio Buzzar


Comissão Julgadora:

Resultado:




Prof. Dr. Miguel Antônio Buzzar
(IAU/USP)

Não votante




Prof^a Dr^a Cibele Saliba Rizek
(IAU/USP)

Aprovada



Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva
(UNESP)

Aprovada



Prof. Dr. Rafael Alves Orsi
(UNESP)

Aprovada

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**

Para Bruno Sigolo Coury (in memoriam); por ter compartilhado tanta fé na vida e conhecimentos no curto tempo que esteve ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é a concretização de um sonho de muitos que vieram antes de mim. Por isso, agradeço inicialmente aos meus pais, José e Sarita, pelas inúmeras renúncias que fizeram para que meus estudos pudessem alcançar uma pós-graduação. Ao meu irmão, Renan, por ser minha fortaleza desde sempre. Nós quatro chegamos muito longe porque viemos juntos, sempre.

Ao Miguel, pela orientação e principalmente por compreender minhas dificuldades acadêmicas e pessoais nesses anos de trabalho. Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU, por todos os docentes e funcionários responsáveis e gentis. Em especial à professora Cibele Rizek, pela participação na banca da qualificação e ter ofertado tantas disciplinas que foram imprescindíveis na minha formação.

Ao professor Rafael Alves Orsi, por ter me orientado na graduação, me apoiado para inscrição do mestrado e ter participado de forma tão didática e sensível na banca da qualificação.

Ao professor José Fernando Siqueira da Silva, por ter aceitado meu convite para banca de defesa tão prontamente.

Aos amigos feitos nessa jornada, Carol Niitsu e Botasso, por me receberem tão bem nos primeiros momentos da pós-graduação; por terem compartilhado tantos saberes na primeira disciplina que realizamos.

À minha melhor amiga, Ana Paula, por me trazer horizontes de paz em meio a tantos cenários de adversidades. À Iara, por conseguir me transmitir tanta força mesmo longe. À Lívia, por me acompanhar com afeto e assertividade nas palavras quando mais precisei.

À Andressa, por ter sido a melhor professora de espanhol e companhia amiga no duro período da pandemia. À Laís, que me acompanha há anos nos caminhos acadêmicos, por ser tão leal e generosa nas trocas. Ao Juan, amigo tão querido, por todas as leituras e direcionamentos certos.

Ao professor Reinaldo, por me guiar há tanto tempo no caminho da educação crítica e reflexiva. À Carol, amiga de muitos anos, por me querer e fazer tão bem sempre. Aos queridos do dia a dia, Mariana e Thiago; grandes educadores, parceiros de café e boas reflexões.

Agradeço para todo sempre os alunos que passaram pelas minhas aulas de Sociologia e Filosofia; por me ajudarem a retomar o sentido do ser e estar nesse mundo; por serem tão jovens e amáveis todos os dias.

Um agradecimento especial ao meu terapeuta Nicolas, por me ajudar a recuperar a saúde emocional necessária para reviver a pesquisa e minha vida como um todo.

Aos amados Coury — Zé, Estela e Rafa — agradeço cada abraço e troca de palavras calorosas nos momentos de maior dor que passamos juntos. Ao Bruno (in memoriam) por todas as trocas geográficas que transcendem a sua existência concreta nesse mundo.

Ao meu amado Fernando; por ser um companheiro tão amigo e necessário na minha jornada; por acreditar de forma genuína em meu potencial.

Agradeço à Prefeitura de Sertãozinho, em especial à Secretaria de Desenvolvimento Social, pelas entrevistas e relatórios fornecidos. À toda Associação Cabeça Di Nego pelas possibilidades de trabalho de campo, por serem tão necessários a essa pesquisa e a comunidade que atendem. Agradeço especialmente todos os moradores e moradoras que cruzaram o meu caminho, que aceitaram e confiaram suas trajetórias de lutas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

“Quando não souberes para onde ir, olha para trás e saia pelo menos de onde vens”.

Provérbio Africano

RESUMO

URIZZI, Marina. Segregações e sociabilidades urbanas: viver e morar a partir dos Residenciais Aragão Um e Dois e Geraldo Honório Garcia do Programa Minha Casa Minha Vida em Sertãozinho/SP. 2023. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo — Instituto de Arquitetura e Urbanismo — Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023.

Com a meta de resolver o déficit habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida orientou a provisão de habitação de interesse social no Brasil por mais de uma década, e entregou milhões delas em diferentes regiões do país. Consequentemente, o Programa deixou um legado na estruturação dos espaços urbanos, na (re)produção da segregação socioespacial e nas vivências de seus “beneficiários”. Partindo de tais considerações, o tema desta pesquisa são as sociabilidades criadas pelos moradores dentro dos condomínios residenciais, implicando em dinâmicas específicas tratadas nesta pesquisa como possibilidades de viver e morar através do PMCMV-1. Para o estudo, foram selecionados três condomínios verticais da cidade de Sertãozinho, interior de São Paulo. Parte-se do pressuposto de que a localização segregada dentro da cidade e, consequentemente, estigmatizada destes moradores reverbera nas apropriações e percepções sobre o lugar habitado. Por isso, a pesquisa trata de maneira central os resultados do Trabalho Técnico Social, considerando que este deveria ter auxiliado no processo de adaptação e no diálogo das famílias com o poder público local. Dessa forma, a pesquisa articulou metodologias que incluem, principalmente, a análise e sistematização de dados obtidos na Prefeitura, por intermédio de entrevistas com gestores municipais e profissionais do Serviço Social, bem como os resultados do TTS extraídos dos relatórios das empresas responsáveis por suas execuções. Além disso, privilegiou-se a fala de alguns moradores através de um trabalho de campo, visando à compreensão atual das sociabilidades formadas nesses espaços. Dessa forma, espera-se contribuir para o entendimento dos impactos causados pelo PMCMV-1 na vida dos moradores de Sertãozinho/SP.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida, habitação de interesse social, Trabalho Técnico Social, sociabilidades urbanas.

ABSTRACT

URIZZI, Marina. Segregations and urban sociabilities: living and reside from the Residenciais Aragão Um e Dois and Geraldo Honório Garcia from the Minha Casa Minha Vida Program in Sertãozinho/SP. 2023. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo — Instituto de Arquitetura e Urbanismo — Universidade de São Paulo, São Carlos, 2023.

With the goal of solving the housing deficit, the Minha Casa Minha Vida Program guided the provision of social housing in Brazil for more than a decade and delivered millions of them in different regions of the country. Consequently, the Program left a legacy in the structuring of urban spaces, in the (re)production of socio-spatial segregation and in the experiences of its “beneficiaries.” Based on these considerations, the theme of this research is the sociabilities created by residents within residential condominiums, implying specific dynamics treated in this research as possibilities of living and reside through the PMCMV-1. For the study, three vertical condominiums in the city of Sertãozinho, in the interior of São Paulo, were selected. It starts from the assumption that the segregated location within the city, and, consequently, stigmatized by these residents, reverberates in the appropriations and perceptions about the inhabited place. For this reason, the research focuses on the results of the Technical Social Work, considering that it should have helped both in the adaptation process and in the dialogue between families and the local government. In this way, the research articulated methodologies that mainly include: analysis and systematization of data obtained in the City Hall through interviews with municipal managers, Social Service professionals, as well as the TTS results extracted from the reports of the companies responsible for their executions. In addition, the speech of some residents was privileged through field work aimed at the current understanding of the sociabilities formed in these spaces. In this way, it is expected to contribute to the understanding of the impacts caused in the lives of residents of PMCMV-1 in Sertãozinho/SP.

Keywords: Minha Casa Minha Vida Program, social interest housing, Technical Social Work, urban sociability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Sertãozinho no estado de São Paulo	87
Figura 2: Foto aérea da localização do Residencial Aragão Um e Dois	102
Figura 3: Foto aérea da localização do Residencial Geraldo Honório Garcia	102
Figura 4: Trajetória do trabalho de campo	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Eixos de trabalho do TTS segundo a Portaria n. 168/2013.....	78
Tabela 2: Eixos de trabalho do TTS segundo a Portaria n. 21/2014.....	80
Tabela 3: Dados do município de Sertãozinho/SP.....	87
Tabela 4: Caracterização dos empreendimentos do PMCMV-1 em Sertãozinho/SP	103
Tabela 5: Relações entre os equipamentos públicos dos empreendimentos do PMCMV-1.....	104
Tabela 6: Sugestões de conteúdos e eixos presentes no COTS (2013)	111
Tabela 7: Dados dos moradores entrevistados	150

LISTA DE SIGLAS

BIRD — Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH — Banco Nacional da Habitação
CadÚnico — Cadastro Único
CEF — Caixa Econômica Federal
COHAB — Companhias de Habitação Popular
COTS — Caderno de Orientação Técnico Social
CRAS — Centro de Referência de Assistência Social
CREAS — Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DC — Desenvolvimento de Comunidade
FAR — Fundo de Arrendamento Residencial
FCP — Fundação da Casa Popular
FDS — Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC — Fernando Henrique Cardoso
FII — Fundos de Investimento Imobiliário
FJP — Fundação João Pinheiro
FNHIS — Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
G.H.G — Geraldo Honório Garcia
HIS — Habitação de Interesse Social
IAP — Instituto de Aposentadoria e Pensões
IAPB — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
IAPC — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes
IAPI — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPM — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH — Índice de Desenvolvimento Humano
INOCOOP-SP — Instituto de Orientação as Cooperativas Habitacionais de São Paulo
INPC — Índice Nacional de Preço Consumidor
MTIC — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
ONG — Organização não Governamental
PAC — Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH — Plano de Ação Imediata para a Habitação

PCS — Programa Crédito Solidário
PCVA — Programa Casa Verde e Amarela
PEC — Proposta de Emenda Constitucional
PLANASA — Plano Nacional de Saneamento
PLHIS — Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV — Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-1 — Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1
PNHU — Programa Nacional de Habitação Urbana
PSDB — Partido da Social-Democracia Brasileira
PT — Partido dos Trabalhadores
PTS — Projeto de Trabalho Social
SBPE — Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEBRAE — Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SFH — Sistema Financeiro de Habitação
S.M — Salário-Mínimo
SP — São Paulo
TAC — Termo de Ajustamento de Conduta
TTS — Trabalho Técnico Social
UBS — Unidade Básica de Saúde
U.H — Unidade Habitacional
UMM — União dos Movimentos de Moradia
UPA — Unidade de Pronto Atendimento
USA — Usina Santo Antônio
USP — Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: DEFININDO O PROBLEMA E AS PRINCIPAIS QUESTÕES TEÓRICAS	17
OBJETIVOS E SUPORTES METODOLÓGICOS	22
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	24
CAPÍTULO 1: O PROBLEMA DA HABITAÇÃO E A EMERGÊNCIA DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO BRASIL	27
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO	27
1.2 ERA VARGAS: OS INSTITUTOS DE APOSENTARIA E PENSÃO (IAP) E A FORMALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.....	32
1.3 FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR (FCP) E A PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS PERIFERIAS	37
1.4 DITADURA MILITAR: BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH) E A INSTITUIÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL.....	42
1.5 O VAZIO DO PERÍODO PÓS-BNH.....	47
1.5.1 Revisão Crítica da Prática de Serviço Social.....	49
1.5.2 Redemocratização e Novas Possibilidades para a Habitação Social	50
CAPÍTULO 2: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA — (RE)PRODUÇÃO DE PRÁTICAS E RESULTADOS	56
2.1 ANTECEDENTES DO PMCMV: O GOVERNO LULA (2003-2009)	56
2.2 O PMCMV: ORIGENS, ALCANCES E LIMITAÇÕES	63
2.3 O PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA: ALGUMAS NOTAS SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL NO GOVERNO JAIR BOLSONARO.....	74
CAPÍTULO 3: UM OLHAR SOBRE SERTÃOZINHO/SP — HISTÓRICO DA FORMAÇÃO E DA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL DO PMCMV	86
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE SERTÃOZINHO-SP	86
3.1.1 A Origem de Sertãozinho/SP no Contexto de Expansão do Capitalismo Agrário	86
3.1.2 A Crise da Cafeicultura e Ascensão da Monocultura Canavieira.....	90
3.1.3 Industrialização e Urbanização Sertanezina	91

3.2 A PRODUÇÃO DE MORADIA SOCIAL EM UMA <i>CIDADE DO AGRONEGÓCIO</i>	96
CAPÍTULO 4: O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO SOCIAL EM SERTÃOZINHO/SP	108
PARTE I: O PLANEJAMENTO DO TTS: PRINCIPAIS REFERÊNCIAS, VALORES E IDEOLOGIAS.....	108
4.1 A PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NO TTS: DA ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL A LICITAÇÕES DAS EMPRESAS	109
4.2 PANORAMA DO TTS NOS EMPREENDIMENTOS FAIXA 1 DE SERTÃOZINHO/SP.....	117
PARTE II: RESULTADOS DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	126
4.3 O TRABALHO DE PÓS-OCUPAÇÃO NO CONDOMÍNIO GERALDO HONÓRIO GARCIA: RESULTADOS E SOCIABILIDADES DO PONTO DE VISTA DO PODER PÚBLICO.....	126
4.4 BONS RESULTADOS? A FEIRA COMUNITÁRIA DO RESIDENCIAL GERALDO HONÓRIO GARCIA	129
4.5 DESDOBRAMENTOS DO TRABALHO DE PÓS-OCUPAÇÃO NOS RESIDENCIAIS ARAGÃO UM E ARAGÃO DOIS.....	134
4.6 OUTRAS PERSPECTIVAS: A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO TTS	139
4.6.1 Da Prática à Frustração	141
4.6.2 Assistente Social como “Agente Transformador”	144
CAPÍTULO 5: OS MORADORES — NARRATIVAS E POSSIBILIDADES DE VIVER E MORAR NOS EMPREENDIMENTOS FAIXA 1 DE SERTÃOZINHO/SP.....	148
PARTE I: O TRABALHO DE CAMPO ANTES DA PANDEMIA.....	152
5.1 CONHECENDO A ASSOCIAÇÃO CABEÇA DI NEGO: ORIGEM, RESISTÊNCIAS E ARTICULAÇÕES COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL	152
5.2 A PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CABEÇA DI NEGO NO TTS	154
5.3 MUDANÇAS NA TRAJETÓRIA DO CAMPO: O CASO DO RESIDENCIAL ELDORADO	158
5.3.1 Primeira Cena: “Tio, vai passar filme?”	158
5.3.2 Segunda Tentativa: “Viver aqui é persistir.”	164
5.4 INÍCIO DA PANDEMIA E INTERRUPÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO	167

PARTE II: O TRABALHO DE CAMPO PÓS-PANDEMIA — NOVAS TENTATIVAS E RECOMEÇOS.....	171
5.5 RECONSTRUINDO E FINALIZANDO O CAMPO NO CONTEXTO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL	171
5.6 MOVIMENTO “MÃES DO ANÉLIO CELINE”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS SOCIABILIDADES NO CONJUNTO HORIZONTAL DO PMCMV-1	172
5.7 “JÁ FOI BOM, MAS HOJE PERDEU O VALOR”: RELATOS SOBRE O GERALDO HONÓRIO GARCIA	175
5.8 JUVENTUDE E ENCONTROS COM O MUNDO DO TRÁFICO NO ARAGÃO DOIS	181
5.9 CRESCER NO SONHO DA CASA PRÓPRIA E RETORNAR PARA O ALUGUEL	185
5.10 RECOMEÇOS: O ALÍVIO EM SAIR DO ARAGÃO UM.....	192
6 CONCLUSÕES	198
BIBLIOGRAFIA	207
RELATÓRIOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL	213
ENTREVISTAS	213
ANEXO I — ROTEIROS DE ENTREVISTAS	214
ANEXO II — SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS.....	216
ANEXO III — SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DOS RELATÓRIOS DE TTS	221

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: DEFININDO O PROBLEMA E AS PRINCIPAIS QUESTÕES TEÓRICAS

O tema da habitação social é, em grande parte, o tema da trajetória da minha família. Filha de uma mulher preta, cresci ouvindo as histórias sobre meu bisavô entrelaçadas à abolição da escravatura e os inúmeros entraves para que meus ancestrais conseguissem uma moradia. Meu avô materno partiu como um típico trabalhador que, até o último de vida, não teve uma casa para chamar de sua. Por parte de um pai branco, o cenário das histórias era o típico êxodo rural da colônia de usina de açúcar até a compra da casa financiada pela COHAB na década de 1970. Foi nessa casa que nasci e vivi minha infância.

Cresci acompanhando a luta para que quitassem a casa, participando de processos de compras, vendas e mudanças de bairros na cidade que é o território dessa pesquisa. Foi na graduação em Ciências Sociais que entendi que a minha trajetória era o retrato de algo muito maior. Por isso, o tema da habitação nunca chegou até mim; ele sempre esteve aqui. Estudar esse tema me pareceu muito pertinente para que eu pudesse contar a história de tantos “nós” que formam minha subjetividade como cidadã e pesquisadora.

O direito à moradia é um dos direitos sociais previsto no Art. 6º da Constituição Federal de 1988¹, alterado pela Emenda Constitucional n. 26/2000. Nesse sentido, entre os anos de 2009 e 2020, o Programa Minha Casa Minha Vida orientou a política nacional para provisão de habitação de interesse social. Em mais de uma década de funcionamento, o PMCMV alcançou expressivos resultados quantitativos à medida que constituiu bairros inteiros e, principalmente, condomínios residenciais nos modelos verticais nas periferias das cidades brasileiras. Consequentemente, o Programa deixou um legado na estruturação dos espaços urbanos, na (re)produção da segregação socioespacial e nas sociabilidades criadas por aqueles chamados de

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 maio 2023.

“beneficiários” da política habitacional² (AMORE *et al.*, 2015; CARDOSO, ARAGÃO, 2013; RIZEK *et al.*, 2014).

Partindo dessas considerações, a presente pesquisa de mestrado tem como objetivo principal contribuir para o entendimento de como o Programa impactou a vida dos moradores dos empreendimentos sociais na cidade de Sertãozinho, interior de São Paulo. Mais precisamente, pretende-se demonstrar, através do estudo de alguns desses residenciais, como vivem e moram as famílias que foram originalmente “contempladas” com o financiamento da U.H.

Diante de toda a produção do PMCMV-1 em Sertãozinho e das possibilidades de estudo, os empreendimentos selecionados para a pesquisa foram: 1) Condomínio Residencial “Aragão Um”, 2) Condomínio Residencial “Aragão Dois” e 3) Condomínio Residencial “Geraldo Honório Garcia”. Os três condomínios estão localizados em pontos extremos da Região Norte do município onde também estão outros quatro empreendimentos do PMCMV-1 que são, em sua maioria, condomínios verticais.

O critério para seleção levou em consideração dois fatores: primeiramente, o período de entrega dos condomínios, especificamente dos Aragões³, pois são dois dos mais antigos da cidade entregues à população no ano de 2011, além de serem os mais numerosos: juntos, os residenciais possuem 792 U.H. Assim como o Residencial Geraldo Honório Garcia que além de também apresentar uma quantidade significativa de unidades habitacionais (340 U.H), faz parte de uma conquista do movimento social por moradia presente no município, o que nos traz, à primeira vista, outras perspectivas para a noção de apropriação do lugar e das sociabilidades ali possíveis.

Com o intuito de realizar um estudo que permita aprimorar o entendimento dessas relações entre o cotidiano vivido com o espaço habitado, a pesquisa analisa também as ações cabíveis ao poder público local, mais precisamente do Departamento de Habitação Social, uma das pastas pertencentes à Secretaria de Assistência Social. Para isso, incluímos como investigação central em nosso trabalho o desenvolvimento do Trabalho Técnico Social (TTS), que deveria ter sido realizado

² O termo beneficiário, muito utilizado para denominar os usuários das políticas públicas, será contextualizado e problematizado ao longo da dissertação. O mesmo ocorre com a ideia de que tais pessoas foram contempladas com o financiamento do PMCMV-1.

³ Usaremos o plural Aragões quando for necessário nos referirmos ao Aragão Um e Aragão Dois simultaneamente.

antes da mudança, e seguindo para a fase de pós-ocupação das famílias, com duração média mínima de seis meses.

Sendo o TTS, uma exigência do PMCMV-1 e de responsabilidade municipal, partimos do pressuposto de que a execução desse trabalho pré-ocupação e pós-ocupação poderiam ter interferido na melhor adaptação das famílias ao novo endereço. Isso porque o TTS propõe, de modo geral, o acesso a informações a respeito da habitação em si, mas, sobretudo, das novas dinâmicas necessárias, nas quais diferentes famílias passam a deliberar e conviver em espaços comuns. Assim, entendemos que os resultados obtidos do TTS constituem como parte da visão a respeito das sociabilidades que foram estabelecidas nesses espaços residenciais com o passar do tempo.

Dessa maneira, a importância que o TTS ganha nesse estudo advém à medida em que percebemos que a sua execução em habitações sociais entra como elemento capaz de aprimorar a adaptação dos moradores, incentivando saberes e valores a serem desenvolvidos na nova moradia, no espaço em comum (no caso dos condomínios verticais) e uma nova relação com a própria cidade (PAZ; TABOADA, 2010). Logo, as particularidades que envolveram a elaboração, aplicação e os resultados alcançados do TTS são chaves fundamentais para entendimento de como essa população foi assistida dentro da política habitacional do PMCMV-1 em Sertãozinho.

Sem desconsiderar que as sociabilidades criadas por essas famílias são influenciadas por uma série de elementos que ultrapassam a unidade habitacional, envolvendo, por exemplo, trajetórias individuais e de grupos, a cidade e suas disputas de interesse na produção social do espaço urbano, e, conseqüentemente, dos processos de estigmatização (GOFFMAN, 1993) sofridos por esses moradores que habitam a periferia, a proposta da pesquisa é averiguar em que medida o TTS também se articulou com a sociabilidade, impactando as relações que iam se estabelecendo pouco a pouco.

Essa articulação do TTS com as sociabilidades é possível tendo como embasamento a ideia de Gomes e Pelegrino (2005, p. 9) de que o TTS envolve a mediação entre as instituições públicas e os “condenados” ao espaço urbano segregado, já que suas atividades tendem a ser focadas nas tradicionais atividades de ação educativa e assistência social. Ademais, os resultados do TTS também trazem perspectivas sobre a realidade em que se encontravam as famílias logo após

suas mudanças, bem como a situação em que foram colocadas com a finalização desse trabalho. Toda essa sucessão de acontecimentos compõe temporalidades importantes, já que desde a entrega dos empreendimentos até a conclusão dessa pesquisa se passaram dez anos.

Trata-se então de um estudo que se aprofunda no entendimento das relações dos moradores com o lugar. Considera-se aqui as descrições da geografia humana, especificamente em Carlos (2008), que trata o lugar como o espaço mais imediato da reprodução da vida, que pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. Mais do que o espaço construído, o lugar também apresenta sociabilidades marcadas por proximidades e reconhecimentos entre os moradores. Nas palavras da autora, o lugar é:

[...] a porção do espaço apropriável para a vida-apropriada através do corpo-dos sentidos-dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade-vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2008, p. 17; 18).

Logo, podemos afirmar que é no lugar que vínculos e conflitos podem ser estabelecidos de forma mais imediata através do cotidiano vivido. No caso dos residenciais verticais do PMCMV-1, a pesquisa entende que o lugar começa dentro da unidade habitacional, passando para o espaço do condomínio, especificamente das áreas de usos e acessos comuns, e se estende pela rua e pela porção do bairro, onde supomos que os moradores circulam normalmente para, por exemplo, atividades de consumo, lazer e/ou trabalho. Assim: “O lugar é o mundo do vivido, é onde, se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos” (CARLOS, 2008, p. 20).

Se o lugar é o mundo do vivido, é com ele que verificamos a existência social dos indivíduos. Logo, diversos fatores podem interferir nas relações destes com o lugar. Estimamos que os moradores dos condomínios do PMCMV-1 de Sertãozinho recebam influências na construção de laços com o lugar através de duas perspectivas: da porta para dentro e da porta para fora.

A categoria da porta para dentro se refere ao espaço da unidade habitacional em si mesma, isso é, levamos em conta as dimensões subjetivas que envolvem o histórico de vida e origem familiar, que atribuem diferentes significados a “casa

própria” e, portanto, uma identidade vinculada ao espaço da porta para dentro. Neste caso, levamos em consideração os possíveis impactos da padronização das moradias, como bem apresentado por Rolnik (2015) no PMCMV-1, porque as construtoras definiram um padrão homogêneo de soluções, de baixa qualidade arquitetônica e construtiva, sem levar em consideração as características físicas e climáticas dos locais a serem implantados, dentre outros itens que foram desprezados.

O segundo fundamento tem origem aos elementos recorrentes da porta para fora, ou seja, das condições de infraestrutura dos próprios condomínios e dos espaços comuns. São as escadas e os corredores dos blocos, as ruas dos condomínios, até as áreas de lazer e convivência que todos esses empreendimentos possuíam quando foram entregues.

Portanto, essas duas categorias se apresentam como indissociáveis, pois entendemos que o pertencimento com o lugar e construção das sociabilidades criadas sob o impacto do PMCMV-1 são concretizadas com a influência do que ocorre dentro e fora da unidade habitacional, isto é, do espaço privado; do ambiente familiar; até o espaço comum, do ambiente social próprio do condomínio, e na sequência o espaço público da rua e do bairro. Assim, unindo dialeticamente aquilo que cabe da porta para fora e da porta para dentro, a pesquisa investiga como os aspectos decorrentes do próprio processo produtivo de moradia do PMCMV-1, da gestão social das famílias através do TTS e de seus percursos anteriores à mudança para os condomínios, estão reunidos e impactando as sociabilidades estabelecidas atualmente.

Como vimos em Carlos (2008), o lugar abarca a dimensão territorial adjacente à casa, ou seja, o bairro. Entre o espaço mais íntimo da unidade habitacional até o espaço público da cidade, no bairro realizam-se mediações importantes para a compreensão do lugar. Por isso, tomamos aqui as definições dadas por Mayol (CERTEAU *et al.*, 1999) sobre o bairro e sua importância nas apropriações dos indivíduos:

O bairro é um domínio do ambiente social, pois representa para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano, positiva ou não, na qual ele se sente reconhecido. O bairro pode ser apreendido como uma porção do espaço público em geral que conforma um espaço privado particularizado pelo fato do uso cotidiano desse espaço. Elementos como fixidez do habitat do espaço, costume recíproco da vizinhança, processos de reconhecimento, são estabelecidos devido à proximidade, a coexistência concreta no mesmo território urbano (CERTEAU *et al.*, 1999, p. 40).

Com isso, a pesquisa explorou em parte como os bairros onde estão os empreendimentos fazem parte do cotidiano dos moradores. Foi de nosso interesse verificarmos se havia a disposição de equipamentos públicos nos bairros, as possibilidades de apropriação para atividades de consumo e lazer da população também.

A cidade também compreende uma dimensão importante da vida dos usuários do PMCMV-1, sobretudo quando considerarmos que as famílias já residiam, muitas de aluguel, na cidade de Sertãozinho antes do financiamento que proporcionou a mudança de endereço. Por isso, é fundamental atentar para a segregação socioespacial como aspecto marcante nos empreendimentos sociais do Programa. A convivência dessas famílias, com origens distintas (mesmo que a moradia anterior fosse em Sertãozinho), no espaço comum dos condomínios verticais, desencadeou diferentes laços de conflitos e/ou solidariedade.

Há de se reconhecer ainda que os moradores dos empreendimentos sociais do Programa realizaram uma mudança de endereço e, em muitos casos, do tipo de habitação, e de modo inevitável também significou uma renovação de hábitos e práticas cotidianas necessárias à adaptação do estilo de condomínio, implicando, portanto, em uma provável dificuldade na readaptação e desejo de vivenciar o espaço como antes.

OBJETIVOS E SUPORTES METODOLÓGICOS

O objetivo principal da presente pesquisa é analisar como vivem e moram as famílias dos condomínios residenciais Aragão Um, Aragão Dois e G.H.G do PMCMV-1 em Sertãozinho/SP. São ainda objetivos específicos compreender as relações históricas entre produção de HIS e elaboração de trabalho social no decorrer dessas políticas habitacionais anteriores e durante o PMCMV-1. Nesse sentido, a pesquisa abre espaço para a discussão referente ao TTS, apresentando alguns aspectos sobre a atuação do Serviço Social e dos valores que permeiam suas práticas com os usuários de políticas de HIS.

Para cumprir esses objetivos, o trabalho articula diferentes recursos metodológicos, entre eles: levantamento bibliográfico pertinente à temática; visitas em campo, entrevistas com gestores públicos e outros envolvidos na execução do TTS; análise de relatórios e, especificamente, dos relatórios de trabalho social de pós-

ocupação, contendo as descrições dos projetos e atividades desenvolvidas nos diferentes condomínios residenciais.

Os relatórios do TTS foram fornecidos pela diretoria de Departamento de Habitação Social da Secretaria de Assistência Social, sendo possível também obter entrevistas com o diretor responsável pelo setor. Os dados dessas entrevistas contribuíram para um melhor entendimento de como foi a gestão social da política de HIS no município, com foco na operacionalização do TTS nesses empreendimentos do PMCMV-1. A partir disso, foi possível apreender de que maneira o poder público local se apropriou da responsabilidade da execução do TTS, quais foram os objetivos e resultados esperados nas sociabilidades dos empreendimentos e, principalmente, como o poder público municipal atualmente entende e atende as demandas dessa população.

Com a combinação desse instrumental metodológico, foi possível captar os tipos de ações sociais desenvolvidas, o tempo de execução, as expectativas e resultados alcançados. A análise dos relatórios de TTS foi feita mediante leitura atenta e extração de dados com base em um formulário contendo os seguintes itens: 1) empresa responsável pela execução; 2) os tipos de ações desenvolvidas a partir da escolha dos eixos de trabalho; 3) público-alvo de tais atividades; 4) alcance quantitativo dos moradores participantes das ações sociais; 5) resultados positivos e/ou negativos do trabalho.

Para apreender a realidade dos moradores, a pesquisa utilizou o método qualitativo através do contato direto com os moradores. Esse trabalho de campo foi possível em grande parte devido à mediação da Associação “Cabeça Di Negro” responsável por executar uma série de atividades culturais na região dos residenciais do PMCMV-1. Para isso, também foi importante que a pesquisadora participasse diretamente das reuniões na sede da Associação, onde a liderança organizava e apresentava as novas ações a serem realizadas com as comunidades. O intermédio da Associação foi extremamente significativo e facilitou a inserção da pesquisadora em campo com mais fluidez, obtendo os dados necessários.

No entanto, devido aos inúmeros entraves causados pela pandemia da Covid-19 desde março de 2020, essa imersão em campo precisou ser interrompida. Diante de um cenário sem perspectivas de retorno das atividades possíveis no modelo presencial e, levando em conta o calendário das atividades previstas para finalização da pesquisa, o trabalho de campo foi encerrado com os dados obtidos até o final do

ano 2019. Alguns dados foram obtidos no contexto de flexibilização das atividades presenciais a partir do segundo semestre de 2021, onde foi possível um retorno gradativo ao campo. Por fim, as últimas entrevistas com os moradores foram realizadas no segundo semestre do ano de 2022.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares nas Ciências Sociais, uma vez que ela trabalha com o conjunto de fenômenos repleto de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes (MINAYO, 2004). A interação entre pesquisador e os sujeitos pesquisados é fundamental, o que nos levou a esgotar todas as possibilidades de tempo para a conclusão da pesquisa em busca desse recomeço de coleta de dados com os moradores.

O esforço desta pesquisa se deu em analisar a política pública a partir de um instrumental metodológico que nos permite compreender como de fato estão vivendo e morando as famílias dos condomínios residenciais selecionados e, sobretudo, como o PMCMV-1 foi responsável por esse novo estilo de vida.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A partir dessas notas introdutórias, o presente texto está estruturado em cinco capítulos, que auxiliam nos questionamentos norteadores dos objetivos da pesquisa.

O primeiro capítulo — O PROBLEMA DA HABITAÇÃO E A EMERGÊNCIA DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL — apresenta um histórico das principais políticas de HIS, das origens do TTS e da sua intrínseca relação com os profissionais do Serviço Social. Por se tratar de um tema que envolve quase um século de história, vimos a necessidade de alguns recortes que envolvessem o interesse geral da pesquisa. Por isso, iniciamos com breves considerações sobre a formação do espaço urbano para ser possível o entendimento de como foi a primeira política de HIS somente na década de 1930, durante o Governo Getúlio Vargas. O texto prolonga-se até os primeiros anos do século XXI, com as ações empenhadas no governo Fernando Henrique Cardoso.

Seguindo a linha cronológica dos eventos referentes à política de HIS, o **segundo capítulo — O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: (RE)PRODUÇÃO DE PRÁTICAS E PROBLEMAS** — foi dedicado primordialmente ao entendimento do PMCMV e dos atos seguintes à sua recente extinção. Para tal, considerou-se os dois mandatos do governo Lula e o desenvolvimento da questão urbana, que culminou no

lançamento do PMCMV em 2009. Dedicamos ainda a contextualizar as especificidades que o PMCMV assumiu no mandato de Dilma Rousseff, o interrompimento do mesmo com o processo de golpe, seguido por um resumo das ações de HIS tomadas no governo Michel Temer. Em decorrência dos acontecimentos concomitantes ao andamento da pesquisa, acrescentamos algumas notas a respeito da política habitacional com o Programa Casa Verde e Amarela, que substituiu o PMCMV, no governo Jair Bolsonaro. Na sequência do capítulo, analisamos as principais portarias que regulamentaram o TTS para estados e municípios, destacando as definições e orientações de conteúdo para as atividades sociais em questão.

O terceiro capítulo — UM OLHAR SOBRE SERTÃOZINHO/SP: HISTÓRICO DA FORMAÇÃO E DA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL — discorre inicialmente sobre a origem socioespacial do município desde o século XIX, destacando a relação entre seu papel econômico no setor agronegócio e a formação das desigualdades socioespaciais. São expostos os aspectos fundamentais do último Plano Diretor de Sertãozinho de 2008 em diálogo com o histórico de provisão de moradia social antes a partir do PMCMV, com foco na produção da Faixa 1 e uma caracterização geral sobre esses empreendimentos.

Na sequência, **o quarto capítulo — O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM SERTÃOZINHO/SP** — dedica-se ao entendimento de como foi operacionalizado o TTS nos empreendimentos sociais do PMCMV-1 em Sertãozinho/SP. Por se tratar de uma quantidade significativa de dados, optamos por uma subdivisão do capítulo: na *primeira parte — O planejamento do TTS: Principais referências, valores e ideologias* — descrevemos a participação da Secretaria de Assistência Social no planejamento e fiscalização do TTS. Encerramos destacando o papel do profissional de Serviço Social, por meio de entrevistas que apresentam as perspectivas das assistentes sociais que estiveram em campo executando atividades de TTS.

Já a *segunda parte — Resultados do Trabalho Técnico Social em Sertãozinho/SP* — apresenta o cenário do TTS nos residenciais selecionados para estudo, contendo mais detalhes sobre a descrição das atividades propostas com a população dos residenciais do PMCMV-1, assim como os resultados atingidos, principais entraves e alcances do que foi realizado.

O quinto capítulo — OS MORADORES — NARRATIVAS E POSSIBILIDADES NOS EMPREENDIMENTOS FAIXA 1 DE SERTÃOZINHO — é

dedicado ao trabalho de campo nos empreendimentos selecionados, trazendo a trajetória da pesquisadora em parceria com a Associação “Cabeça Di Nego” que protagoniza uma série de ações na região. Esse diálogo com a Associação proporcionou não apenas os contatos com os moradores, mas principalmente a possibilidade de experienciar algumas atividades culturais no campo. O resultado é uma curta etnografia que, apesar dos contratempos sofridos com a pandemia da Covid-19, apresenta algumas das perspectivas dos moradores dos condomínios sociais, suas práticas cotidianas dentro e fora dos condomínios, e relatos que entrelaçam os dados obtidos nos relatórios do TTS. Em virtude dos diferentes momentos do trabalho de campo, o capítulo está subdividido em duas partes, considerando os dados obtidos no período pré-pandemia (2019) e na segunda parte os dados pós-pandemia (2021 e 2022).

Por último, encaminham-se as **considerações finais**, com as conclusões obtidas, retomando os principais aspectos desenvolvidos nos capítulos anteriores e respondendo às perguntas centrais que motivaram a pesquisa, além de novas indagações que podem se desdobrar em futuras investigações. Por fim, a **bibliografia** utilizada e os **anexos** pertinentes para compreensão total da pesquisa, bem como os **questionários** das entrevistas realizadas e **fotografias** pertinentes ao universo da pesquisa.

CAPÍTULO 1: O PROBLEMA DA HABITAÇÃO E A EMERGÊNCIA DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO BRASIL

Entender os impactos da produção do PMCMV-1 em Sertãozinho é, em grande medida, analisar a atuação do Estado na questão habitacional. Por isso, o primeiro capítulo desta dissertação é desenvolvido seguindo a cronologia dos eventos referentes às políticas de produção de HIS e iniciativas de TTS, respeitando os acontecimentos de cada ciclo de Governo do âmbito Federal.

Apresenta-se uma revisão das políticas de habitação do início da década de 1930 com as reformas da Era Getúlio Vargas, e encerra-se com os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), demarcando então o histórico antes do início dos mandatos Lula.

Embora o foco da pesquisa seja a compreensão especificamente do PMCMV-1, acreditamos ser fundamental recuperarmos os elementos históricos das políticas de provisão de HIS e iniciativas de TTS como forma de entendimento das trajetórias, rupturas e continuidades que orientam a política nacional de habitação social. Essa pesquisa bibliográfica também consultou decretos e portarias do governo federal que regulamentaram a criação e/ou extinção de cada um dos programas mencionados.

A questão norteadora desse capítulo é compreender quando e como o Trabalho Social adentrou nas políticas de HIS. Assim como o PMCMV foi influenciado por uma série de políticas anteriores, o TTS que foi desenvolvido no Programa também foi consequência de outras ações já realizadas, justificando assim o empenho desta dissertação em tratar dessa contextualização logo em seu primeiro capítulo.

Partimos do pressuposto de que há uma importante relação entre crescimento urbano e a necessidade de planejamento da vida nas cidades, sobretudo para as classes sociais trabalhadoras e mais pobres. Por isso, julgamos necessário introduzir brevemente algumas considerações a respeito da formação do espaço urbano brasileiro. Tal panorama se faz relevante quando tomamos conhecimento de que a questão habitacional será evidenciada como um problema diretamente relacionado com a complexa formação do espaço urbano e da industrialização no Brasil.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

No Brasil, é possível constatar que as origens de um território colonizado mantiveram, por um longo período, a supervalorização do espaço rural, refletindo em um atraso significativo na consolidação do espaço urbano como referência política, econômica e de vida da população. Holanda (2009) afirma para essa característica rural que o território possuía no contexto da dominação portuguesa, sendo alterada somente no final do século XIX, segundo o autor: “É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependência delas” (HOLANDA, 2009, p. 73).

A instalação portuguesa no território brasileiro e o modo como foi estabelecida a relação da metrópole com a colônia revelaram não apenas os processos de exploração de recursos naturais e dos povos nativos, mas também a formação gradual de centros urbanos despreparados, do ponto de vista do planejamento, e extremamente diversos. A América portuguesa pode ser entendida como uma grande porção de terra que operava como base na produção agrícola, com destaque para as plantações de cana-de-açúcar na costa litorânea e que posteriormente foram levadas ao interior do território. O território que viria a conformar o Brasil foi por mais de dois séculos agrário, sendo no começo a cidade bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país nesse território distante (SANTOS, 2020, p. 19).

O processo de independência em 1822 pouco alterou a dinâmica do rural para o urbano. No entanto, com intensa influência dos ideais positivistas europeus, a Proclamação da República em 1889 estabeleceu novos processos de ações políticas, econômicas e sociais visando a manutenção da ordem para obtenção de progresso no Brasil. Ademais, a Abolição da Escravatura no ano anterior somou-se aos processos de alteração da dinâmica social, implicando numa reorganização da população pelo território nacional e das transformações nas relações de trabalho.

A partir de então, do final do século XIX em diante, a preocupação voltou-se para a modernização do país, dando relevância aos espaços das cidades e da necessidade em promover uma efetiva urbanização, que foi entendida como o elemento primordial para essa nova etapa, tal como nos países europeus, que já se encontravam em constante crescimento urbano e industrial nesse momento.

Tomando como referência o Sudeste, mais precisamente o estado de São Paulo, como aponta Villaça (2001, p. 226), as últimas décadas do século XIX ficaram marcadas por um processo de urbanização, que teve como traço marcante o crescimento das camadas populares urbanas. Por exemplo, já no ano de 1901, existiam, aproximadamente, 50 mil operários só no estado de São Paulo. A construção de habitações operárias era realizada em sua maioria pelas indústrias, companhias ferroviárias e empresas de mineração, que se davam em condições insalubres e baratas.

Já na cidade do Rio de Janeiro, no mesmo período, iniciou-se o processo de conformação de cortiços e ocupações em regiões mais centrais e de favelas em morros e periferias. Para “resolver” o problema na região central, no caso do Rio de Janeiro, parte das soluções foram as reformas, que consistiram na derrubada de antigos casarões e de cortiços, com o consequente despejo de seus habitantes, no movimento que ficou conhecido como “bota-abaixo”. No lugar desse tipo de habitação e de população considerada inadequada, foi privilegiada a abertura de grandes bulevares, largas e modernas avenidas. Para Maricato (2000), as reformas urbanas do final do século XIX e início do XX foram realizadas com base em um urbanismo moderno “à moda” da periferia:

Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade (MARICATO, 2000, p. 22).

Uma das reformas mais conhecidas, realizada por Pereira Passos nos primeiros anos do século XX na capital, foi orientada por princípios do movimento higienista e de práticas sanitárias europeias. Por isso, cortiços e habitações precárias eram público-alvo dessas políticas, pois: “Sanear a cidade, naquele momento, significou erradicar os cortiços de onde os focos contagiosos poderiam alastrar-se (GOMES; PELEGRINO, 2005, p. 15).

Aliada a essas práticas, o Estado nesse momento não esteve preocupado em produzir moradias de caráter popular. A preocupação era limpar o espaço urbano e afastar a população pobre, entendida como ameaça à “saúde social”. Nas palavras de Azevedo (1988, p. 107): “A preocupação básica das autoridades era com o perigo que

as favelas, cortiços e bairros populares poderiam representar no futuro, em termos de ‘contaminação’, para a parte ‘sã’ da cidade” (AZEVEDO, 1988, p. 107).

A expulsão dessa população permaneceu até meados da década de 1930, e gerou o deslocamento para encostas íngremes de morros, portanto, com sérios problemas de habitabilidade, por vezes não muito distantes das áreas centrais. Constituiu-se o clássico paradigma centro x periferia: o centro era constituído de infraestrutura e habitada pelas classes altas, majoritariamente branca; e a periferia, ou os morros, destituída de condições para a vida adequada e ocupada pela população mais pobre, preta e parda, em sua maioria, antiga mão de obra escravizada. No Rio de Janeiro, muitos cortiços e favelas se constituíram em regiões até mais centrais, mas que sofreram com processos semelhantes de formação precarizada.

Essa contextualização se faz importante pois podemos adiantar que a presença do Serviço Social junto a moradores de favelas é datada desde a década de 1940, ainda que não houvesse sido institucionalizado um trabalho social nesses territórios. No entanto, foi a partir dessa época que os assistentes sociais foram colocados para participar e auxiliar na “solução do problema”, desenvolvendo uma prática de verdadeira tutela através de ações educativas. De modo amplo, era requisitados a esses profissionais princípios de utilidade no trabalho para educação dos moradores, considerados incapazes, dependentes, justificando assim uma verdadeira intervenção social (PAZ; TABOADA, 2010, p. 17).

Logo nas primeiras décadas do século XX, entre 1920 e 1940, o Brasil viu sua taxa de urbanização triplicar, chegando a 31,24% (SANTOS, 2020, p. 25). Dois fatores podem ser atribuídos para a efetivação desse relevante dado. O primeiro, como já citamos, foi a substituição da mão de obra escravizada pelo trabalho assalariado, que obrigou os antigos escravizados, que antes viviam nas propriedades rurais, a migrarem para as áreas urbanas para venderem sua força de trabalho e tentativas de alguma condição de vida. Outro ponto de destaque para esse crescimento foi a imigração de estrangeiros, principalmente europeus, ao Brasil que ocuparam posições de trabalho na produção agrícola do interior e nos primórdios das indústrias nacionais. A partir de então, o espaço urbano passou a ter maior relevância na formação socioeconômica brasileira.

O êxodo rural intensificou-se, e a população caminhava em direção às cidades, sendo importante destacar nesse caso que, até a década de 1930, o Brasil vivenciou

o auge do ciclo do café no interior do oeste paulista. Foi nessa região que, por exemplo, destacou-se o processo de modernização da economia novamente ao estilo europeu, com a introdução da mecanização, do transporte ferroviário e outros avanços importantes nos processos de produção e comercialização. Esses pontos serão mais bem descritos no Capítulo 3, referentes à história de Sertãozinho.

A falta de uma política de Estado dedicada em garantir acesso à moradia ficou evidente nesse período, de modo que o aluguel era a prática mais recorrente e pouco intermediada pelo governo. Segundo Bonduki (1994, p. 713), só na cidade de São Paulo, na década de 1920, 19% dos prédios eram habitados por seus proprietários, predominando o aluguel como principal acesso à moradia. Mesmo assim, as iniciativas tomadas pelos governos da República Velha (1889-1930), no sentido de produzir habitação ou de regulamentar o mercado de locação residencial, são praticamente nulas. Azevedo (1988) descreve como, até a década de 1930, as medidas governamentais eram limitadas:

Assim, não é de se espantar que, até 1930, a parca legislação e as medidas governamentais concernentes à habitação popular não considerassem a melhoria das condições de residência das classes de baixa renda como seu principal objetivo. [...] Tratava-se, na ética dominante, de isolar ao máximo e de se evitar o crescimento destes focos de enfermidades e doenças sociais (prostituição, marginalidade, criminalidade etc.) (AZEVEDO, 1988, p. 107).

A ausência de um Estado atuante na questão e de formulação de políticas habitacionais trouxe outras consequências, como por exemplo, a falta de reconhecimento por parte das organizações populares de que o governo pudesse ser um aliado capaz de compreender, tampouco atender suas reivindicações. Resumidamente, nessa relação “[...] o Estado não assumia a responsabilidade de prover moradias nem a sociedade lhe atribuía esta função” (BONDUKI, 1994, p. 714). Com a crise econômica mundial iniciada em 1929, houve uma alteração na dinâmica do mercado global que atingiu o mercado interno do país. Para Maricato (2000), essa crise incentivou “[...] fortalecimento do mercado interno, com grande desenvolvimento das forças produtivas, diversificação, assalariamento crescente e modernização da sociedade” (MARICATO, 2000, p. 22).

Diante desse cenário interno de crescimento acelerado, aumento populacional e êxodo rural, logo a questão habitacional foi evidenciada pelo Estado como um problema a ser enfrentado, já que boa parte da população estava despreparada

economicamente para habitar as cidades, isso é, para construir ou financiar a casa própria ou até mesmo manter os aluguéis, muito comuns até então. Foi necessário, então, pensar em ações e políticas para garantir a moradia da população, e, mais precisamente, aos trabalhadores urbanos.

1.2 ERA VARGAS: OS INSTITUTOS DE APOSENTARIA E PENSÃO (IAP) E A FORMALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Como já colocado, no Período da República Velha (1889-1930) o Estado não direcionou atenção para garantir habitação à sociedade de forma geral, tão pouco as classes populares que foram amplamente marginalizadas e estigmatizadas, principalmente nas grandes cidades. Foi a partir do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que o problema passou a receber atenção como política de Estado. Isso porque a presença do Estado ampliou-se para diversos setores sociais, e com a habitação não seria diferente.

Como lembra Francisco de Oliveira: “A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agroexportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2013, p. 35). Ainda que essa predominância só tenha ganhado participação da renda interna, superando a agricultura em 1956, o autor afirma que é a partir de 1930 que as regras do jogo são alteradas, substituindo aquelas que inclinavam para as atividades agroexportadoras e criando reais condições para a expansão das atividades de mercado interno. A base de sustentação política do novo regime teve de ser modificada através da incorporação de novos setores sociais emergentes, entre os quais se destacam as massas populares urbanas.

Nesse sentido, segundo Azevedo (1998, p. 189), investir em políticas habitacionais para setores populares era uma grande tentativa do Estado de aumentar sua legitimidade. Além disso: “Dissemina-se a visão de que a iniciativa privada era incapaz de enfrentar o problema da habitação sozinha, tornando inevitável a intervenção do Estado” (FIX, 2011, p. 74). Assim, a ideologia de que o Estado deveria garantir condições dignas de moradia ganhou força e, para isso, era necessário investir em recursos públicos e fundos sociais.

A nova postura do Estado diante da questão habitacional era parte do conjunto de estratégias que visavam impulsionar a formação e o fortalecimento da sociedade

urbano-industrial capitalista. Para isso, a intervenção estatal, em todos os âmbitos econômicos, foi recorrente. Essa prática do Estado no governo Vargas em relação à questão da habitação foi parte integrante de um conjunto de estratégias muito mais amplas de impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho capitalista urbano-industrial, mediante uma forte intervenção estatal em todos os âmbitos da atividade econômica (BONDUKI, 1994, p. 711; OLIVERA, 2013).

Ademais, como reflexo dos ideais varguistas, sobretudo na exaltação do trabalho, a casa própria tornou-se também o símbolo de valorização do trabalhador urbano. Dessa maneira, a aquisição da moradia e as alternativas de torná-la acessível a essa classe eram importantes questões a serem solucionadas, ou, então, amenizadas. Nas palavras de Bonduki (1998), a habitação representava bem as ideologias daquele momento político, sendo ela primeiramente:

[...] como condição básica de reprodução da força de trabalho e, portanto, como fator econômico na estratégia de industrialização do país; segundo, a habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador, e, portanto, decisiva na criação do “homem novo” e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política (BONDUKI, 1998, p. 73).

Diante desse contexto, foram criados os Institutos de Aposentaria e Pensões (IAP), responsáveis pela gestão dos fundos de aposentadoria dos trabalhadores de diversos setores associados a determinadas categorias. A partir do Decreto n. 22.872 de 29 de junho de 1933⁴, regulamentava-se o primeiro IAP; o IAPM. Em seguida, ainda em 1934, vieram outras categorias como os IAPC⁵ IAPB⁶ e, dois anos depois, em dezembro de 1936, o IAPI⁷.

Os IAP podem ser entendidos como as primeiras instituições de participação pública de destaque voltadas à questão habitacional, embora esse não tenha sido seu foco principal no primeiro momento, e sim organizar o setor previdenciário. Por isso, cada Instituto era, por sua vez, controlado pelo antigo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), um dos primeiros ministérios criado no governo Vargas através

⁴ Dados disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22872-29-junho-1933-503513-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

⁵ Dados disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24273-22-maio-1934-526828-retificacao-78488-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

⁶ Dados disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-54-12-setembro-1934-498226-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acesso em: 15 maio 2021.

⁷ Dados disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-367-31-dezembro-1936-555119-publicacaooriginal-74230-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

do Decreto n. 19.433, de 26 de novembro de 1930⁸. Vale lembrar que os IAP substituíram as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP), que foram instituídas em 1923 com a Lei Eloy Chaves⁹. Porém, as CAP tinham prática civil e privada, pois foram limitadas as empresas de estradas de ferro do país, não havendo intervenção estatal direta no que diz respeito à sua gestão e uma conduta seletiva no atendimento à classe trabalhadora.

Conforme Rubin e Bolfe (2014) explicam, a partir de 1937 os IAP ficaram autorizados a criar carteiras prediais, destinando até metade de suas reservas para o financiamento de construções, onde poderiam investir até 50% de suas reservas para o financiamento habitacional. Além de reduzir a taxa de juros de 8% para 6% e ampliar o prazo de financiamento de 10 para até 25 anos. As autoras dão o exemplo da infraestrutura do IAPI:

A vila do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) foi planejada conforme a concepção urbanística de cidade jardim, tendo sido o primeiro conjunto residencial do país. O seu projeto previa 2.500 moradias, lojas comerciais, praças e jardins, escola, entre outros serviços. Foi inaugurada no ano de 1953, pelo então presidente da República, Getúlio Vargas (RUBIN; BOLFE, 2014, p. 206).

Embora os IAP não tivessem como finalidade principal dar acesso ao financiamento da moradia, esse órgão foi o primeiro marco da produção de HIS no país. É importante ressaltar, contudo, que parte da população foi excluída do acesso à moradia, uma vez que os IAP só forneciam empréstimos aos seus associados, isto é, aos trabalhadores formais dos respectivos setores de cada IAP. De todas as categorias, os IAPI foram os mais atuantes, de onde foram formulados três tipos de plano de atuação:

1) Plano A: locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos institutos, com o objetivo de proporcionar aos associados moradia digna, sem prejuízo da remuneração mínima do capital investido. 2) Plano B: financiamento aos associados para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio. 3) Plano C: empréstimos hipotecários feitos a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como outras operações imobiliárias que o instituto julgasse conveniente, no sentido de obter uma constante e mais elevada remuneração de suas reservas (BONDUKI, 1998, p. 105).

⁸ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

⁹ **Decreto n. 4.682, de 24 de Janeiro de 1923**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/dpl4682-1923.htm. Acesso em: 2 mar. 2022.

Como pontuado pela citação acima, deparando-se com tal restrição, o Plano C dos IAP foi elaborado objetivando que não associados pudessem participar também desse programa. Ainda assim, por possuir taxas muito altas, essa política impedia também que trabalhadores informais e mesmo os trabalhadores formais de baixa remuneração tivessem acesso ao financiamento da moradia.

Outro apontamento crítico ao modo como os IAP foram estruturados refere-se a uma prática de clientelismo e apadrinhamento político, comuns para que a aquisição de unidades pudesse acontecer em alguns casos. Além disso, esse sistema não se estendeu pelo território nacional, sendo de atuação mais evidente nos estados de Minas Gerais e São Paulo e na capital do Rio de Janeiro. De acordo com dados disponíveis em Bonduki (1998) em 27 anos de existência, os IAP foram responsáveis pela produção e financiamento de cerca de 124 mil unidades habitacionais e mais alguns milhares de apartamentos voltados para a classe média alta brasileira.

Nos anos finais do Estado Novo ocorreram outras importantes intervenções do Governo Federal, como a Lei do Inquilinato pelo Decreto-Lei n. 4.598¹⁰, de 20 de agosto de 1942. Resumidamente, essa lei estabelecia a regulamentação das relações entre inquilinos e proprietários, prevendo, por exemplo, o congelamento dos valores de aluguéis pelo tempo de dois anos. De acordo com Bonduki (1994), essa medida gerou um benefício relativo à população, já que os proprietários utilizaram todos os expedientes possíveis para elevar os rendimentos de suas casas de aluguel ou reaver seus imóveis, recuperando assim o direito pleno de propriedade. Ademais, muitos despejos ocorrem nos bairros operários tradicionais de São Paulo e de outras cidades brasileiras (BONDUKI, 1994, p. 719).

Não por coincidência, foi nesse contexto que o Serviço Social se estabeleceu, inspirado e influenciado em grande medida nas experiências da sociedade europeia, que desde o século XIX tinha concebido a prática do Serviço Social. Assim como ocorreu o pioneirismo inglês com a Revolução Industrial, também foi o primeiro Estado a organizar a assistência social por meio da Sociedade de Organização da Caridade de Londres em 1869, mantendo-se a principal instituição de Serviço Social até o século XX. Isso porque tais condições do contexto inglês levaram à necessidade de

¹⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4598-20-agosto-1942-414411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 maio 2021.

uma resposta para os problemas evidenciados da “questão social” provocados por uma sociedade urbana industrial, dentre eles o da moradia¹¹ (MARTINELLI, 2000).

Entre as décadas de 1850 e 1860, a reorganização da classe trabalhadora ameaçou a classe burguesa que, aliada ao Estado e Igreja, uniram-se para reprimir suas manifestações. A Sociedade foi um marco do Serviço Social, pois propôs uma racionalização da prática diante da resistência da classe trabalhadora em organizar-se politicamente. Assim: “Entendia a Sociedade que só coibindo as práticas das classes trabalhadoras, impedindo suas manifestações coletivas e mantendo um controle sobre a ‘questão social’ é que poderia assegurar o fundamento social adequado” (MARTINELLI, 2000, p. 99).

Ainda de acordo com a autora, a Sociedade teve, além da *função econômica* — isso é, de garantir a expansão de capital da burguesia —, a *função ideológica*, pois tornou-se fundamental meio de tácita ou explícita repressão sobre a classe trabalhadora organizada coletivamente. Dentre as práticas estavam as visitas *in loco*, com o objetivo de conhecer as condições de moradia e saúde da classe trabalhadora e de “socializar o modo capitalista de pensar” (MARTINELLI, 2000, p. 53). Engels (2010) nos lembra que a revolta dos operários contra a burguesia seria o caminho para que pudessem salvar sua existência e viver humanamente:

Os operários devem, portanto, procurar sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários. Mas a burguesia defende seus interesses com todas as forças que pode mobilizar, por meio da propriedade e por meio do poder estatal que está à sua disposição (ENGELS, 2010, p. 247).

Vemos, portanto, que as práticas do Estado burguês europeu se estruturaram, aliada a um Serviço Social, para reprimir as forças das classes trabalhadoras contra as diferentes opressões sofridas. O Estado brasileiro seguiu um caminho semelhante para estruturar o Serviço Social, apostando em alianças com a Igreja Católica e os setores mais altos da burguesia para conter a mobilização das classes que eram vistas com apreensão pelas classes dominantes:

¹¹ A respeito do problema habitacional do período, ver: ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo, Boitempo, 2015.

Unindo-se ao Estado e a Igreja, como poderes organizados, a classe dominante procurava conceber estratégias com força disciplinadora e desmobilizadora do movimento do proletário. [...] a luta de classe se impunha como uma realidade irreversível, determinando um quadro social marcado pela permanente tensão (MARTINELLI, 2000, p. 122).

Para conter essa tensão e minimizar a organização da classe trabalhadora, o Serviço Social avançou e foi devidamente institucionalizado, sendo favorecida sua inserção na divisão social do trabalho, reconhecendo-o como uma atividade legal. A criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), em 1932, é o evento que marca essa aliança. Ali foram ofertados cursos que tiveram como clientela principal o público feminino da burguesia paulista, que já atuava em atividades de assistência de movimentos ligados à Igreja Católica. A própria condução do CEAS esteve com lideranças católicas europeias, mostrando que o Serviço Social no Brasil nasceu com a identidade da aliança burguesa e católica, com uma estratégia para garantir a expansão do capital. Tal identidade era simultaneamente útil à burguesia para exercer o controle da classe trabalhadora e criar a ilusão necessária de que o capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade (MARTINELLI, 2000, p. 124).

Além disso, outra legislação urbana repressiva foi o Código de Obras de 1937 que combinada com a intervenção urbanística e visava expulsar a população pobre para a periferia da cidade” (GOMES; PELEGRINO, 2005, p. 15). Esse processo é o que Martinelli (2000, p. 125) denominou de mistificação do capitalismo, marcado essencialmente pela prática de Estado e classe dominante procurando naturalizar sua política, marcada pelo controle e repressão. Tais práticas desenvolvidas nos anos 1930 e 1940 foram realizadas em vários estados brasileiros com o objetivo aos poucos de conter movimentos, acentuar as tensões das classes e contendo ápices de greves e paralisações de trabalhadores.

1.3 FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR (FCP) E A PRÁTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS PERIFERIAS

Durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) foi instituída a Fundação da Casa Popular pelo Decreto-Lei n. 9.218, de 1º de maio de 1946¹². Com inspiração nos IAP, essa política trouxe a proposta, conforme o Art. 2º: “A Fundação

¹² Dados disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9218-1-maio-1946-417087-norma-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

destinar-se-á a proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dezanos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural”.

Azevedo e Andrade (2011), analisando o contexto político de inserção da FCP em um governo populista, chamam atenção sobre a oficialização do FCP em tal data e afirmam que: “A escolha de 1º de maio para a promulgação do Decreto-Lei que criou a Fundação da Casa Popular é reveladora do alcance político que se pretendeu dar a tal iniciativa” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 2).

De início, uma comparação pode ser colocada onde a FCP ampliava o atendimento dos antigos IAP que só atendiam a trabalhadores associados. Já no Decreto-Lei n. 9.777, de 6 de setembro de 1946¹³, estabelecia bases financeiras para a Fundação da Casa Popular e dá outras providências. No Art. 1º desse novo Decreto-Lei foram elencados 11 objetivos a serem tratados pela FCP, que iam além do financiamento de moradia a brasileiros e estrangeiros com mais de dez anos de residência no país, envolvendo, por exemplo, financiar obras urbanísticas, obras na zona rural, financiar as construções, de iniciativa, ou sob a responsabilidade de Prefeituras Municipais, empresas industriais ou comerciais, sem objetivo de lucro. No entanto, como os objetivos foram muito abrangentes, as realizações tornaram-se praticamente inviáveis:

A tarefa era desproporcional à força, aos recursos e à maturidade institucional da Fundação da Casa Popular. Não eram apenas constrangimentos de ordem técnica, financeira e administrativa que tornavam inviável a abertura de tantas frentes de trabalho. No plano político, muitos desses objetivos poderiam ser considerados assuntos de “peculiar interesse” do município, faltando-lhe competência constitucional para atuar livremente nessas áreas. Tampouco dispunha a Fundação de respaldo político, traduzido em recursos financeiros, apoio dos Estados ou legislação que lhe conferisse monopólio de algum recurso crítico, que lhe desse posição de vantagem para negociar com os municípios (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 3; 4).

Frente à ambição da FCP em atingir vários setores, Bonduki (1994, p. 718) descreve como desproporcional sua real capacidade, até como uma “megalomania”, e que a ausência de recursos e de uma ação coordenada estão entre os motivos que fizeram todas essas metas não se realizarem. Tais metas também foram consideradas

¹³ Dados disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9777-6-setembro-1946-458452-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

desproporcionais à sua força, além de apresentaram uma falta de maturidade da própria instituição FCP (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 3).

Do ponto de vista do projeto, de acordo com Azevedo e Andrade (2011, p. 9), a estrutura das unidades habitacionais dos conjuntos tendia a um padrão, sendo considerada popular a residência de até 70 m² quando se tratasse de projeto de um piso, e de um máximo de 60 m², com dois pisos. Geralmente, eram de três quartos, pois se visava a uma clientela de família mais numerosa.

Uma das questões sociais da FCP pode-se ser elucidada a partir da constatação das tantas metas e burocracias da Fundação, o que ocasionou um acesso limitado ao financiando da casa própria. Essa limitação é evidenciada, por exemplo, com uma divulgação restrita dos editais, o que limitou a ampla participação, sobretudo dos que mais precisavam de uma política habitacional (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 10).

Embora não encontremos um TTS estipulado em nenhuma dos decretos e leis dessa instituição, Azevedo e Andrade (2011) mostram que práticas no processo anterior e posterior ao financiamento da moradia foram conduzidas com a valorização de certos aspectos morais. Mais uma vez, encontramos o profissional do Serviço Social como protagonista de ações sociais. O papel da assistente social na FCP era atuar em acordo com essas práticas, tendo como função, por exemplo: “[...] certificar-se do número de filhos, das condições de moradia, da situação jurídica do domicílio, se havia processo de despejo que justificasse atenção especial e se a família dispunha de algum bem imóvel” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 11).

Ao analisar algumas cláusulas do contrato da FCP, Azevedo e Andrade (2011) chamam atenção para aquelas em que punições e até a perda do imóvel seriam realizadas a partir de determinados comportamentos não aceitos como, por exemplo, a utilização do espaço da casa para outro caráter se não o exclusivo de moradia familiar. Assim, era proibida a utilização do imóvel para “atividade de caráter religioso, político, esportivo, recreativo ou outros inconciliáveis com a finalidade a que é destinado o imóvel” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 13).

As práticas de gestão do FCP traziam consigo a filosofia do tipo paternalismo autoritário, pois envolvia práticas de clientelismo nas decisões de onde construir, selecionar e classificar as famílias candidatas. Alguns traços de uma postura tutora, paternal e autoritária se fazem presente na análise das cláusulas dos contratos, não

apenas para conservação do patrimônio da unidade habitacional, mas sim para uma vigilância dos comportamentos dos moradores, como bem descrevem:

Previa-se punição, com perda da casa, para os “compradores que, por seu procedimento, vierem a tornar-se nocivos à ordem ou à moral do Núcleo Residencial, ou criarem embaraço à sua Administração”; ou o que “promover agitação de qualquer natureza no conjunto ou permitir que dependente seu o faça”; ou ainda aquele “que se negar a receber, em seu imóvel, funcionários do Serviço de Assistência Social da FCP”; e “a prestar-lhe informações solicitadas” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 13).

Como se vê, era pressuposto que as camadas populares não estavam preparadas para a nova vida proporcionada pela recém financiada habitação e, por isso, a presença de profissionais de Serviço Social era justificada para orientar, vigiar ou punir aqueles que estivessem fora do padrão. Nas palavras de Gomes (2001, p. 4), entendia-se a necessidade de um trabalho educativo com essas populações consideradas inadaptadas, incapazes, dependentes, o que exigia uma intervenção social. As ações ocorriam de forma pontual e localizadas, descoladas de um contexto de política social mais amplo que permitissem os direitos de cidadania aos moradores.

Algumas práticas comuns envolviam visitas às casas nos primeiros anos da mudança dos moradores, e que: “A imagem que se fazia era de um caos inevitável, de favelização dos núcleos, não fossem a onisciência e a onipresença da FCP” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 13). Por isso, os autores problematizam essas práticas:

O autoritarismo era ainda mais gritante com a tentativa de controle do comportamento social. O que é “tornar-se nocivo à ordem ou à moral do Núcleo”? Por que as atividades de “caráter religioso, político, esportivo e recreativo” são “inconciliáveis com a finalidade a que é destinado o imóvel”? Como definir, senão de modo arbitrário e subjetivo, comportamentos que “criam embaraços” à administração? Se tais normas fossem levadas ao “pé da letra”, ter-se-ia poder incomensurável e discricionário em mãos da Fundação e de seus funcionários, em prejuízo do próprio direito de propriedade (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 13).

Nota-se, portanto, que a política de habitação está ligada ao tipo de ideologia política vigente da sua época, onde determinados padrões morais são impostos à camada popular como pré-requisito para que possam habitar determinado espaço. O convívio social até mesmo da porta para dentro era medido pelo olhar rigoroso do Estado, dificultando que a comunidade consiga melhor se identificar com a nova casa e com o novo estilo de vida que lhe foi imposto. As práticas cotidianas da população

mais pobre não eram entendidas como corretas, e por isso a necessidade de uma assistência social presente e rígida.

Apesar das críticas pertinentes, a importância do FCP se dá à medida em que se apresentou como o primeiro órgão federal que tinha como objetivo centralizar a política habitacional no Brasil. Para Villaça (1986), a FCP foi o primeiro órgão em escala nacional criado com objetivo de ofertar habitação popular e possuía uma abrangência de sua atuação, porém foi incapaz de dar conta de todas as propostas, pois:

Propunha-se a financiar não apenas casas, mas também infraestrutura urbana, produção de materiais de construção, estudos e pesquisas etc. Tais finalidades parecem indicar que houve avanços na compreensão de que o problema da habitação não se limita ao edifício casa, mas que houve pouco progresso na compreensão da faceta econômica e financeira da questão (VILLAÇA, 1986, p. 25).

A produção da FCP é considerada de baixa expressão quantitativa, assim como mostra Fix (2011, p. 80): do ano de fundação até sua extinção, a FCP não construiu mais do que 17 mil unidades em todo o país, número inferior comparado à produção dos IAP. Algumas das tentativas em reformar a estrutura FCP buscavam garantir fontes de recursos próprios e mais estáveis para o programa de casas populares e criar mecanismos que permitissem maior recuperação do capital investido. Nas palavras de Azevedo (1988), porém, todas essas tentativas não funcionaram, “em grande parte, pelo esquema de sustentação política populista da época, que se configurava através da coexistência de inúmeras agências e burocracias de baixa eficiência” (AZEVEDO, 1988, p. 109).

O fim da FCP se deu, dentre outros motivos, pela ausência de recursos próprios, desarticulação dos governos posteriores e dos conflitos com os estados da federação. Ainda segundo Rubin e Bolfe (2014, p. 207), os grupos que seriam mais beneficiados encontravam-se desorganizados ou desinteressados em ser interlocutores do governo na formulação de uma política social, fragilizando ainda mais sua atuação. Com o golpe de 1964 e a consolidação do governo militar, a Fundação da Casa Popular passou a ser considerada pelos militares como uma instituição a ser deixada no passado, e foi destituída logo em seguida.

1.4 DITADURA MILITAR: BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH) E A INSTITUIÇÃO DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

Em 1964, após o Golpe Militar, o Estado repensa a questão da habitação social e publicava a Lei n. 4.380 de 21 de agosto de 1964¹⁴, que instituía o Banco Nacional de Habitação (BNH), com o intuito de construir milhares de unidades habitacionais pelo país. Os principais instrumentos de orçamentos foram provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)¹⁵, criado em 1967, e o Sistema Brasileiro de Poupança e Crédito (SBPE), com regulação pública de responsabilidade do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). As Companhias Estaduais de Habitação (COHABS) atuaram como os principais agentes promotores em cada estado. Como lembra Bonduki (2008) sobre a origem do BNH:

A famosa frase — ‘a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade’ — atribuída a Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH, expressa a preocupação de fazer da política habitacional baseada na casa própria um instrumento de combate às ideias comunistas e progressistas no país, em tempos de guerra fria e de intensa polarização política e ideológica em todo o continente (BONDUKI, 2008, p. 72).

A rapidez da origem do BNH, criado cinco meses após o golpe, é um símbolo do Regime Militar. Na concepção de Azevedo e Andrade (2011), tratava-se de incluir na pauta da agenda do novo governo a impressão de que seriam atuantes inclusive nos problemas sociais do país. A percepção foi de que havia “uma vacância de lideranças”, que “as massas estavam órfãs” e “socialmente ressentidas” (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 40). Era importante mostrar que o novo governo seria também receptivo as necessidades do povo brasileiro sem a demagogia da ideologia de esquerda, agindo repressivamente contra ela.

Entre os principais problemas da produção de habitação social do BNH estão, do ponto de vista mais técnico, a característica marcante de uma arquitetura padronizada das residências e edifícios habitacionais, desconsiderando a variedade existente em um país repleto de diversidades regionais, e a baixa qualidade dos materiais utilizados nos empreendimentos. Além disso, os conjuntos habitacionais foram alocados em regiões periféricas em mais um exemplo de desarticulação entre

¹⁴ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/546230>. Acesso em: 24 maio 2021.

¹⁵ O FGTS foi criado pela Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5107.htm. Acesso em: 24 maio 2021.

projeto de HIS e política urbana, desconsiderando a necessidade de inserção urbana, sob a justificativa do alto preço da terra nas regiões centrais e urbanizadas. Assim, havia uma evidente diferença entre os conjuntos produzidos pelo BNH se comparadas com as habitações orientadas por profissionais particulares, não apenas do ponto de vista da arquitetura, mas, sobretudo, pela qualidade física em relação às áreas padronizadas das COHABS do período (BONDUKI, 2008, p. 76).

Como mencionado, a política habitacional no período de vigência do BNH correspondia aos valores morais estabelecidos pelos militares. Foram reforçados aspectos ligados à higiene como justificativa de melhor organização do espaço urbano e projetos de habitação que estimularam a segregação socioespacial e o crescimento de periferias. Por isso, a década de 1960 foi acompanhada por um reforço e complexidade do acompanhamento social dos moradores desses espaços. De acordo com Paz e Taboada (2010), notava-se a presença da interdisciplinaridade na composição das equipes de acompanhamento social, contando com profissionais da área de ciências sociais e humanas, incluindo essencialmente sociólogos, psicólogos, pedagogos e, predominantemente, dos assistentes sociais.

O principal tipo de Trabalho Social foi desenvolvido pelos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), criados em todas as regiões do país, em 1966, para gerir e acompanhar o Programa de Cooperativas Habitacionais, que atendiam, com habitação de baixo custo, os trabalhadores sindicalizados contribuintes do FGTS, onde: “O objetivo era de orientar as cooperativas habitacionais, através de elaboração de projetos, regularização jurídica e fundiária, seleção dos candidatos, construção e entrega das obras e assessoria técnica e social, destacando-se entre eles a presença de assistentes sociais” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 46).

O Trabalho Social passou a ser desenvolvido na área das COHAB, através do recurso da Taxa de Apoio Comunitário (TAC), criado em 1973, objetivando à manutenção dos conjuntos habitacionais e seus equipamentos comunitários. O recurso foi designado ainda para o pagamento dos assistentes sociais que atuavam nesses espaços junto da população. No entanto, o trabalho não era elaborado pensando na participação e compreensão ativa dos moradores como agentes de transformação social. A participação era permeada de práticas funcionalistas e burocráticas, voltados para administração da moradia, sendo priorizada a

responsabilidade individual do morador, tanto pelo imóvel quanto pelos equipamentos coletivos construídos pelo governo (PAZ; TABOADA, 2010).

Há um marco importante na revisão da ideologia presente do Trabalho Social no âmbito do BNH com a realização do 1º Encontro dos INOCOOPs, em 1972. O evento sinalizou para o compromisso do BNH em dar suporte formativo aos agentes, de modo que, após o Encontro, foram melhor estruturadas equipes e definidas as diretrizes e o arcabouço metodológico do Trabalho Social na habitação de interesse social.

Outro destaque na década de 1970 foi a constituição do Subprograma de Desenvolvimento Comunitário (SUDEC), em 16 de janeiro de 1975, através da Resolução de Diretoria 40/75, que institucionalizou o Trabalho Social nacionalmente nos programas ofertados pelo BNH a Estados e municípios, programas estes que atendiam a populações diferenciadas, especialmente por faixas de renda.

Segundo Paz e Taboada:

Assim, o trabalho social passou a ser uma exigência nos Programas Habitacionais das Companhias de Habitação e nos Programas de Cooperativas Habitacionais, a partir de 1975 e na década de 80 do século XX, nos Programas destinados à populações de baixíssima renda, como o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), o João de Barro e o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), bem como nos Programas de Saneamento para População de Baixa Renda (PROSANEAR) (PAZ; TABOADA, 2010, p. 46)¹⁶.

O Trabalho Social parecia adquirir um caráter menos burocrático e administrativo caminhando no sentido de que o morador se assumisse como cidadão portador de consciência de seus direitos e deveres e da importância de sua participação social. Paz e Taboada (2010) destacam que, embora estivesse imerso em um período de repressão, o Trabalho Social ganhava uma programação mais cidadã, voltando-se aos direitos e deveres dos que adquiriam a unidade habitacional, incluindo acompanhamento de pré e pós mudança. O estímulo passou a ser o de organizar a comunidade recém-formada no conjunto habitacional, sobretudo para os que passariam a habitar construções verticalizadas e que precisariam estabelecer reuniões de condomínio, por exemplo, bem como o uso adequado para que os

¹⁶ Esses programas visavam obras de urbanização, melhorias nas habitações pré-existentes, equipamentos urbanos, regularização de lotes e apoio à autoconstrução, mas não tinham como prioridade a produção de novas unidades habitacionais” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 47).

equipamentos comunitários fossem mantidos em bom estado, e ainda a integração da comunidade com o entorno.

Nos anos iniciais da década de 1980, as lutas por redemocratização do país levaram à organização de movimentos específicos. Espalharam-se, principalmente nas metrópoles, os movimentos que reivindicavam por moradias, urbanização, regularização, melhorias e serviços urbanos. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o trabalho das equipes técnicas nesse momento, além da sua atuação específica profissionalmente, voltou-se a dar apoio à mobilização popular. Os movimentos de moradia passam a identificar os técnicos como aliados de suas lutas, num contexto mais amplo de lutas pela redemocratização.

Durante o período de vigência do BNH, cabe citar a permanente atuação da Coordenação da Habitação de Interesse de Classe Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM)¹⁷, instituição responsável pela remoção de favelas cariocas. A atuação dos assistentes sociais nesse trabalho visava atender aos interesses econômicos vigentes valorizando as áreas centrais da cidade para usos como hotéis e apartamentos para classes médias/altas.

Como parte de uma postura combativa às determinações dadas pelo militarismo, observou-se que os profissionais na década de 1980 passaram a contrariar o modelo de remoção. No que se refere ao desenvolvimento do Trabalho Social, foi acrescida “a preocupação com o meio ambiente e com a sustentabilidade das famílias, iniciando-se a discussão de programas de geração de trabalho e renda, e projetos de educação ambiental associados ao trabalho social na habitação de interesse social” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 48).

No que se refere aos resultados quantitativos, o BNH, durante sua vigência de 22 anos, financiou em torno de 4,3 milhões de habitações, cerca de 25% das moradias construídas no país entre 1964 e 1986. Desse total, 2,4 milhões com recursos do FGTS para o setor popular e 1,9 milhão para setor classe média com recursos Sistema Brasileiro de Empréstimo e Poupança (SBPE). Porém, a população de baixa renda é responsável por apenas 20% dos financiamentos (RUBIN; BOLFE, 2014, p. 208).

Outro destaque de atuação, conforme Bonduki (2008), “foi notável o papel no SFH no saneamento, com destaque para o Plano Nacional de Saneamento (Planasa),

¹⁷ Sobre a atuação da CHISAM, ver: BRUM, Mario Sergio. Irregular, ilegal e anormais: O estigma como política de Estado e a remoção de favelas no Rio de Janeiro pela CHISAM (1968-1973). *Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro*, n. 4, 2010, p. 97-107.

que foi decisivo na extraordinária expansão das redes de água e esgoto que ocorreu nas principais cidades brasileiras” (BONDUKI, 2008, p. 73). Como consequência, no ano de 2000, mais de 90% da população urbana estava abastecida por rede de água, entretanto, deve-se observar com graves problemas de oferta de água de forma constante, sobretudo, nas periferias urbanas.

Entretanto, como já exposto, os resultados do BNH favorecerem as camadas médias e marcaram as cidades com pontos negativos no que se refere ao planejamento urbano e seu impacto nos bairros às margens das cidades. Nos anos 1980, o país passava por um clima de insatisfação política que demandava pelo fim do regime militar, por novos processos democráticos e a reconstituição de direitos civis, políticos e sociais.

Diante dessa conjuntura, não demorou para que fossem dirigidas críticas à atuação do BNH. Simultaneamente, ganhava força organizações de Movimentos de Moradia, oriundo inclusive daqueles que, devido à baixa renda, não foram inseridos no programa de financiamento. Internamente, o sistema entrou em uma profunda crise, dentre um dos motivos principais, pela adoção de uma redução significativa das parcelas do financiamento como medida para amenizar as críticas que recebia, o que agravou a situação.

A alta inflação do início da década de 1980 colaborou para a queda do programa habitacional, causando aprofundamento da inadimplência dos financiamentos concedidos pelo sistema além de redução na capacidade em arrecadação tanto do FGTS. Tal panorama tornou insustentável a permanência do BNH, que foi extinto em 1986. A partir daí, as funções e encargos do BNH foram transferidos para a Caixa Econômica Federal (CEF). Com isso, ocorreram várias mudanças no quadro institucional do governo, que corroborou na desarticulação da política urbana e habitacional existente no país.

Apesar de todas as críticas ao BNH, Bonduki (2008, p. 75) considerava a atuação desse Banco como uma política articulada e coerente, por ter sido o único período em que o país teve de fato uma PNH. Como consequência dessa extinção, destacamos o enfraquecimento das COHABS, que eram as principais responsáveis pelo atendimento das demandas do BNH, e o desmembramento do Sistema Financeiro Nacional (SFN) (RUBIN; BOLFE, 2014, p. 210). Além disso, existia um alto número de inadimplentes, e o déficit habitacional não estava solucionado.

A extinção do BNH trouxe ainda consequências, como o desmembramento do SFN, que impactou de forma severa todos na década de 1990. Com isso, as COHABS, que eram anteriormente consideradas agentes locais executores dos programas e projetos habitacionais, entraram em crises, de tal modo que herdaram carteiras de financiamentos caracterizadas por alto grau de inadimplências, e muitas foram extintas junto com o BNH.

Na realidade, a década de 1980 não foi desfavorável somente no setor habitacional. Toda a sociedade sentiu o impacto de uma economia desestruturada, ficando um período conhecido como “*década perdida*”. De acordo com Maricato (2000), a recessão econômica aprofundou as desigualdades, e pela primeira vez o Brasil teve “[...] multidões concentradas em vastas regiões — morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies — marcadas pela pobreza homogênea” (MARICATO, 2000, p. 23).

A partir de então, a política habitacional ficaria marcada por uma desarticulação nacional, como veremos no tópico a seguir. Após a extinção do BNH, as principais iniciativas para produção de HIS tiveram que ser formuladas pelos municípios e estados devido à ausência que marcou a política nacional no período. Conseqüentemente, a Caixa, sucessora dos encargos do BNH entre os anos de 1987 até 1998, não criou nenhum programa ou diretriz para o Trabalho Social em nível federal.

1.5 O VAZIO DO PERÍODO PÓS-BNH

Após o desfecho do BNH, a principal característica das medidas tomadas pelo poder público foram iniciativas dos municípios e dos estados, fruto da ausência de uma política nacional que pudesse unificar o problema da habitação. Essa fragilidade institucional perdurou até os governos José Sarney (1985-1990); Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1996-2001). Esse período fragmentado de projetos estaduais e municipais ficou conhecido como “pós-BNH” (BONDUKI, 2008, p. 77).

No início da Nova República (1985), os desafios eram muitos em todas as áreas. A situação habitacional no Brasil apresentava, além de um baixo desempenho social e alto nível de inadimplência, a expectativa dos movimentos organizados

nacionalmente para que as novas autoridades pudessem resolver a crise do sistema sem a penalização dos mutuários (CARDOSO, 2007, p. 15).

A Constituição de 1988¹⁸ apresentou ao Brasil uma renovação democrática em vários segmentos. Com ela, a habitação deveria ser responsabilidade dos três níveis de governo, marcando a descentralização dos programas habitacionais. Segundo Bonduki (2008), essa mudança pode ser explicada pelo fato de que: “a consolidação da democracia tornou o poder local o principal interlocutor das organizações populares e o responsável pelo equacionamento das demandas sociais, estando em contato direto com os problemas da população carente” (BONDUKI, 2008, p. 77).

Destacamos ainda, como consta no Inciso 23 do Art. 5º da Constituição de 1988, que a propriedade deverá atender a sua função social. Já no Art. 182 pode-se perceber a imposição para que os municípios executem a política de desenvolvimento urbano, com “objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, cabendo aos mesmos a definição do que é função social da propriedade.

Contudo, na prática, após a extinção do BNH, na década de 1990, o enfrentamento do déficit habitacional passou a ser tratado de maneira fragmentada pelo país. Prado e Pelin (1993) estimaram, em 1992, o déficit total de moradias para o Brasil em aproximadamente 12,7 milhões de unidades. Para Bonduki (2008), ocorre, pós-extinção do BNH, “nas esferas municipal e estadual, uma fase de atomização de experiências, com grande heterogeneidade, marcada pela diversidade de iniciativas, mas pouco articulada em decorrência da ausência de uma política nacional” (BONDUKI, 2008, p. 77).

Como já mencionada, a partir da extinção do BNH em 1986, durante o Governo José Sarney, as atribuições do Banco foram direcionadas para a CEF, inclusive o grupo de técnicos que atuava nas atividades do desenvolvimento e atendimento à população, ainda que o trabalho social ainda não fizesse parte da cultura institucional da CEF.

¹⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 jul. 2021.

1.5.1 Revisão Crítica da Prática de Serviço Social

A partir da década de 1970, acadêmicos e profissionais da área realizam uma revisão crítica do conservadorismo presente no Serviço Social. De acordo com Paz e Taboada (2010), eles estavam ancorados em correntes teóricas críticas das Ciências Sociais, envolvidos em relação direta com populações, movimentos operários sindicais e mudanças da Igreja Católica, como o fortalecimento do movimento de teologia da libertação. Entre os resultados do debate, o ganho da revisão do Código de Ética do profissional de assistência social em 1986, rompendo com valores de pseudoneutralidade e conservadorismo:

No âmbito da formação profissional, busca-se a ultrapassagem do tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, com a revisão curricular de 1982 e, no campo da atuação política, inúmeros profissionais engajam-se nas lutas por democracia e melhores condições de vida” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 50).

Para Blanck (2005), antes da constituição de 1988, ainda na década de 1970, é possível identificar processos de redemocratização envolvendo a participação dos assistentes sociais em 1986 no Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) e em outros fóruns importantes. Esse evento foi marcado pela democratização do debate profissional, e impulsionado por suas entidades representativas, resultando na revisão curricular dos valores tradicionalistas teóricos-metodológicos e práticos anos 1980 contribuíram para construir um projeto profissional em uma outra direção social, abrindo novas alternativas para a prática profissional inclusive na área de habitação.

Já nos anos 1990, outro novo Código de Ética profissional foi regulamentado, expressando um amadurecimento teórico-político em aparente consonância aos valores de redemocratização que o país vivenciava. Em linhas gerais, o Código de 1993 define melhor não apenas a prática em si do assistente social, como nas relações com usuários e outros agentes, estabelecendo princípios importantes da profissão:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes — autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civissociais e políticos das

- classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
 - V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
 - VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
 - VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
 - VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
 - IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
 - X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
 - XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.
 - XII. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; o exercício do Serviço Social sem discriminação (classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual¹⁹, idade e condição física).

1.5.2 Redemocratização e Novas Possibilidades para a Habitação Social

Porém, de modo geral, toda essa fase pós-BNH, seguida de uma nova Constituição Federal que trouxe instrumentos de valorização do planejamento urbano, logo teve sua expectativa por mudanças na política habitacional frustrada. A realidade apresentou-se mais por um esvaziamento do debate do que prática concreta. Com a extinção do BNH em 1986, e a criação do Ministério das Cidades somente em 2003, o setor do governo federal responsável pela gestão da política habitacional esteve subordinado a sete ministérios e estruturas administrativas diferentes, o que caracteriza uma descontinuidade e ausência de estratégia para enfrentar o problema (BONDUKI, 2008, p. 75; 76).

Até então, a política habitacional no Brasil tinha apresentado significativos resultados numéricos, embora com dificuldade em atingir as camadas mais carentes no acesso à casa própria. Todas as políticas de habitação estiveram distantes em

¹⁹ A reedição de 2011 dessa nova adequou alguns termos como “opção sexual” para “orientação sexual” (p. 14). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

reparar os dados de déficit habitacional, tal como reforça Rubin (2013) ao sintetizar o cenário da política habitacional, até então da seguinte maneira:

Os IAP, a Fundação da Casa Popular e o BNH foram instituições que tiveram como objetivo amenizar os problemas habitacionais gerados pela acelerada urbanização que ocorreu no Brasil. Esses órgãos tiveram papel fundamental na política habitacional brasileira, na medida em que foram os primeiros a tratar da questão habitacional de forma específica. Porém, na tentativa de solucionar os problemas habitacionais, as classes dominantes tiveram prioridade nas escolhas das alternativas de resolução dos mesmos (RUBIN, 2013, p. 70).

Diante da falta de referência nacional, as soluções estaduais e municipais foram variadas. Por exemplo, a atuação de prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que, conforme Bonduki: “utilizaram recursos orçamentários, adotando uma perspectiva mais social e utilizando práticas tradicionais da população mais pobre, como o mutirão” (BONDUKI, 2008, p. 77). Além disso, outros dados revelam que foi um período que privilegiou, mais uma vez, o acesso das camadas médias ao financiamento, mantendo a característica das políticas de HIS no Brasil²⁰. Outro aspecto complementar a essa realidade no período de quase uma década, entre 1991 e 2000, mostra como o déficit nas faixas de menor renda se agravou.

Durante o Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), as políticas brasileiras passaram a ter grande influência neoliberal²¹, o que agravou a crise habitacional. Destacamos a publicação da Lei n. 8.028, de 12 de abril de 1990²², que extinguiu o Ministério do Interior e criava, na estrutura administrativa da Presidência da República, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, sendo responsável por planejar, coordenar, supervisionar e controlar a ação dos órgãos e entidades federais que atuavam em programas e projetos de desenvolvimento regional, bem assim articular-se com órgãos congêneres dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A lei também previa que a assistência social e provisão de HIS e saneamento ficassem sob responsabilidade do Ministério da Ação Social, mas não trazia detalhes quanto à sua sistematização.

²⁰ Entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados a famílias com renda superior a 5 SM, sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 3 SM) onde se concentram 83,2% do déficit quantitativo (BONDUKI, 2008, p. 80).

²¹ O neoliberalismo tem como pressuposto básico o Estado mínimo opondo-se a intervenção do Estado na economia e os serviços são regulados pelo mercado. Ver: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 205p.

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8028.htm. Acesso em: 29 jul. 2021.

Uma das políticas dessa Secretaria foi o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), que previa a construção em caráter emergencial de aproximadamente 245 mil casas em 180 dias, por contratação de empreiteiras do setor privado. No entanto, segundo Botega (2007, p. 71), este prazo alongou-se por mais de dezoito meses, o custo médio foi bem superior ao previsto, a meta acabou diminuindo para 210 mil casas, e o plano não conseguiu os percentuais de recursos necessários. Os dados mostram que o Brasil chegava a um número de 60 milhões de cidadãos de rua, e 55,2% das famílias que se encontravam em déficit habitacional recebiam até dois salários-mínimos (BOTEGA, 2007, p. 71).

As afirmações em Bonduki (2008, p. 76) resumem bem as práticas desse período, ao caracterizar o governo Collor por ter tomado decisões políticas equivocadas e marcadas por suspeitas de corrupção, por exemplo, com uma liberação de contratos acima da capacidade do FGTS, que levou a uma paralisação total dos financiamentos com recursos do FGTS entre 1991 e 1995.

A partir de 1995, com início do governo Fernando Henrique Cardoso, depois de anos de paralisação, houve a retomada de financiamentos de habitação e saneamento com base nos recursos do FGTS. Destacamos a criação de dois programas habitacionais: Pró-Moradia e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). O pró-moradia visava a produção de moradia para população de até três salários-mínimos, e o trabalho social era uma exigência para os municípios. No entanto, devido às crises financeiras internacionais entre 1994 e 2002, o governo federal adotou de medidas de austeridade fiscal, seguindo as prescrições do Fundo Monetário Internacional, incluindo-se aí a limitação ao endividamento do setor público. Como consequência, houve forte restrição dos empréstimos do FGTS para a produção de moradias para estados e municípios, reduzindo quase totalmente os financiamentos previstos no Programa Pró-Moradia (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 24).

Alguns ganhos referentes ao TTS no governo de FHC também são expostos por Paz e Taboada (2010):

Ao final da primeira gestão FHC, a partir de 1999, influenciado pelos elementos de preparação do Programa Habitar Brasil BID, no Programa Habitar sob a gestão da SEPURB, o desenvolvimento de trabalho social junto às populações beneficiárias de programas e/ou projetos com recursos advindos do Orçamento Geral da União passou a ser uma exigência. A inovação era a que o governo federal passava a incluir nos custos do empreendimento a ser contratado, recursos para o desenvolvimento do trabalho social, sendo que parte destes recursos era a fundo perdido, ou seja, a custo zero, para os municípios e estados. O limitador neste caso, estava na dependência de aprovação dos recursos através de emendas parlamentares (PAZ; TABOADA, 2010, p. 48, grifo nosso).

Outra medida significativa do Governo de FHC, no âmbito das políticas de habitação, foi a criação do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) em 1997, dando continuidade às primeiras iniciativas de financeirizar o mercado imobiliário, realizadas em 1993 com a introdução dos Fundos de Investimento Imobiliário (FII) no ordenamento jurídico do país (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 20; 21).

A crise que atingiu o Brasil em 1998 e 1999 intensificou o ajuste neoliberal que já vinha acontecendo no governo FHC. Como alternativa, o governo implementou Programa de Arrendamento Residencial (PAR)²³ com a Medida Provisória n. 1.823, de 29 de abril de 1999²⁴. O PAR foi estruturado a partir de recursos provenientes do FGTS e do OGU, destinando subsídios diretos as classes com rendas entre 3 e 6 salários-mínimos, não comprometendo os recursos do FGTS.

O crédito via PAR era passado as construtoras que entregavam os empreendimentos à CEF, responsável por alocar a população beneficiada. Cardoso (2017) destaca a importância do PAR na consolidação de um conjunto de empresas, que passaram a se especializar em produtos direcionados aos setores de renda baixa, além de ter sido a base na elaboração de políticas habitacionais dos governos Lula e Dilma, mantendo-se ativo durante toda década de 2000 e ter sido a base de modelo financeiro adotado no PMCMV.

De modo geral, podemos afirmar que os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram marcados por novos ajustes neoliberais e tomadas de decisão em uma década de crises econômicas internacionais. Era, enfim, indícios de uma “relativa reorganização da política urbana após um longo período de fragmentação institucional e com poucos recursos investidos no BNH” (CARDOSO *et*

²³ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/105028/medida-provisoria-1823-99>. Acesso em: 25 jun. 2021.

²⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1823.htm. Acesso em: 25 jun. 2021.

al., 2017, p. 16), porém sem garantir uma reestruturação da política habitacional e urbana.

Apesar de todas essas iniciativas, pouco se avançou na solução do déficit habitacional, sobretudo entre as famílias de baixa renda, já que grande parte dos recursos foram mobilizadas para atender famílias com faixas de renda maiores. Conseqüentemente, o TTS não recebeu atenção ou recursos específicos dessas novas medidas. Como lembram Paz e Taboada (2010, p. 49), enquanto sucessora do BNH, a CEF entre os anos de 1987 e 1998 não criou nenhum programa ou diretriz para o trabalho social em nível federal. O motivo foi que a CEF esteve subordinada ao Ministério da Fazenda, e passou a executar os Programas e Projetos de HIS, não como gestora, mas sim como contratada da instituição federal gestora dos programas habitacionais à época.

Blank (2005, p. 169) destaca que somente em 1995, já sob coordenação da CEF, foi realizada a inserção do Trabalho Social nos projetos habitacionais públicos com recursos de BIRD/FGTS precisa explicar melhor. A criação do cargo de técnico social criado na CEF em 1996, através de concurso interno por todo o país, sendo para profissional habilitados a atuar nessa área não somente os assistentes sociais, como também sociólogos e pedagogos. A variedade de agentes envolvidos nas equipes de execução do TTS se deu desde então. Ainda assim, a desarticulação e a sobrecarga aos municípios conhecida de tal período de produção HIS afetava o TTS. Nesse sentido, foi incorporado aos itens de investimentos dos projetos um valor específico para o Trabalho Social (BLANK, 2005, p. 169).

Já na virada para o século XXI, no ano de 2001, foi promulgada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a Lei n. 10.257/2001²⁵, estabelecendo parâmetros para o Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade passou a ser um documento relevante, uma vez que confere orientações na estrutura do planejamento urbano, visando obter municípios mais bem arquitetados, sustentáveis e democráticos, oferecendo também possibilidades para o bem-estar e a segurança de todos os cidadãos.

Nas palavras de Bonduki (2008):

²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 20 jun. 2021.

A aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, depois de treze anos de debates no Congresso Nacional, criando novos instrumentos urbanísticos para viabilizar a regularização fundiária e fazer cumprir a função social da propriedade, representou a mais importante iniciativa para romper este ciclo. No entanto, a implementação do Estatuto depende dos municípios, posto que os instrumentos regulamentados só podem ser utilizados se forem previstos nos planos diretores a serem elaborados pelas prefeituras e aprovados pelos (BONDUKI, 2008, p. 87;88).

Contudo, a política habitacional ainda permaneceu desorientada e carente de uma estrutura unificada a nível nacional, com articulação que pudesse construir e financiar moradias não apenas em expressiva quantidade para superar o déficit habitacional, mas, sobretudo, com qualidade e infraestrutura local para as camadas socioeconomicamente desprivilegiadas. O desafio, a partir de então, esteve direcionado em pensar como subsidiar a casa própria para a classe trabalhadora de baixa renda que, conforme exposto, esteve ao longo do processo histórico não só excluída das políticas habitacionais, mas também marginalizada dentro do espaço urbano, quando não, vigiada e controlada por uma rede de trabalho social punitiva e moralista.

CAPÍTULO 2: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA — (RE)PRODUÇÃO DE PRÁTICAS E RESULTADOS

Este segundo capítulo dedica-se à compreensão sobre as origens, o funcionamento e os legados do Programa Minha Casa Minha Vida, especialmente da Faixa 1 de financiamento, assim como as informações pertinentes a respeito da consolidação do Trabalho Técnico Social nestes empreendimentos sociais. Partimos do pressuposto de que, em mais de uma década de atividade, o PMCMV impulsionou a economia brasileira através do aquecimento do setor da construção civil, revisitou o histórico problema de déficit habitacional, e impactou a estrutura das cidades onde foram implementados seus empreendimentos para diferentes financiamentos, de acordo com níveis de renda.

Procuraremos questionar o que de fato fez o PMCMV de diferente das políticas habitacionais anteriores. Para construir essa resposta, realizamos o levantamento de dados por intermédio das referências bibliográficas mais pertinentes que sistematizaram os alcances e limitações do PMCMV, incluindo a instituição do TTS por intermédio de portarias, instruções normativas e decretos. Com esse levantamento, pretendemos demonstrar em que medida a política do PMCMV se aproximou e/ou se afastou das outras, propôs inovações e, principalmente, atendeu a população mais pobre com dignidade.

A ordem das ideias segue a metodologia do capítulo anterior, iniciando com os marcos dos dois mandatos do governo Lula (2001-2010). Em seguida, são apresentados os alcances do PMCMV no contexto político e econômico do governo Dilma Rousseff (2011-2016) e, sucessivamente, o governo Michel Temer (2016-2018). Por último, as considerações possíveis a respeito do encerramento do PMCMV e, na sequência, da criação do Programa Casa Verde e Amarela, instituído no governo Jair Bolsonaro (2019-2022).

2.1 ANTECEDENTES DO PMCMV: O GOVERNO LULA (2003-2009)

Como pôde ser observado no capítulo anterior, as políticas de HIS demonstraram-se, por diversos motivos, incapazes de lidar com a questão da moradia e da gestão democrática das cidades. Por isso, no final do século XX, depois de um longo período de fragilidade na política habitacional com a extinção do BNH, a eleição

do primeiro mandato do então presidente Lula gerava uma expectativa na reconstrução de uma política estável e promissora, sobretudo para as famílias de baixa renda da classe trabalhadora.

Isso porque, diante dos problemas já expostos no capítulo anterior, antes mesmo de sua eleição, Lula já tinha elaborado, junto ao Instituto da Cidadania, o Projeto Moradia (1999-2000). Tal projeto foi utilizado como parte das propostas para a habitação de seu primeiro Plano de Governo e, após a sua eleição, na construção de sua política habitacional, que levaria ao lançamento do PMCMV em 2009. Para tal, Lula contou com uma equipe de pesquisadores e técnicos urbanistas²⁶, que promoveram reuniões de estudo com o intuito de delimitar uma política nacional capaz de, ao menos, dimensionar o problema do déficit de habitações. Dentre as propostas, estavam:

1- Criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação (União, Estados e Municípios), que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério. 2- Gestão democrática da política habitacional e urbana a partir da criação dos conselhos nacional, estadual e municipal de habitação, que deveriam definir as diretrizes e realizar a alocação de recursos da política habitacional nos três níveis de governo. 3- Aprovação do projeto de lei de iniciativa popular de instituição do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, bandeira do movimento de moradia que tramitava desde 1991 no Congresso Nacional. 4- Retomada do financiamento habitacional para as camadas médias via SBPEp, visando concentrar ao máximo os recursos do FGTS no financiamento para a baixa renda. 5- Articulação da política habitacional com a política de controle e recuperação da valorização fundiária e imobiliária (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 23; 24).

Como lembra Bonduki (2008, p. 90), o Projeto Moradia não era um programa de governo, mas sim um planejamento de estratégia geral envolvendo diversos setores além do governo, como setor privado, universidade e movimentos sociais. O autor resume que essa estratégia geral tinha como pressuposto que só seria possível enfrentamento ao enorme problema habitacional²⁷ com a união dos três níveis de

²⁶ Essa equipe contou com a colaboração de nomes como André Luiz de Souza, Ermínia Maricato, Evaniza Rodrigues, Iara Bernardi, Lúcio Kowarick, Nabil Bonduki e Pedro Paulo Martoni Branco. Dado disponível em: <https://institutolula.org/projeto-moradia/>. Acesso em: 29 jul. 2021.

²⁷ Ainda nesse sentido, segundo Bonduki: “Tivemos a oportunidade de mostrar a Lula o caótico processo de expansão urbana, e ele ratificou a concepção de que o problema da moradia não se resolvia apenas com a construção de casinhas, mas era necessário enfrentar também a questão urbana e fundiária, aspecto que tem grande atualidade no programa Minha Casa, Minha Vida” (BONDUKI, 2009, p. 10).

governo articulados sob um sistema único, institucional e financeiro; o Sistema Nacional de Habitação (SNH) (BONDUKI, 2008, p. 93).

Participando diretamente desse novo projeto, Bonduki (2009) já afirmava que, para se resolver o problema da habitação, seria preciso ir além da produção em massa de casas, sendo necessário, por exemplo, a aprovação e uso efetivo do Estatuto da Cidade como mecanismo facilitador à terra e de combate à especulação dos imóveis ociosos. Desse modo, era entendido que a questão da habitação precisaria ser enfrentada com forte intervenção no mercado fundiário.

A expectativa para um país melhor estava vinculada à imagem de Lula, e toda sua trajetória de luta. Em seu Plano de Governo (2002), notamos a promessa de renovação com a presença do termo “novo governo” ao longo de todo o texto. No que se refere à habitação, encontramos então o Projeto Moradia como base de suas propostas. Entre as medidas ali previstas, destacamos:

§ Priorizar o estímulo à construção de moradias, aquecendo a indústria da construção civil; § Orientar sua atuação pela Constituição Federal, que define a Função Social da Propriedade, de modo a racionalizar o uso de milhões de imóveis urbanos vagos em todo o País; § Implantar o Projeto Moradia do Instituto Cidadania, de modo a coordenar as ações de política urbana e habitacional, articulando suas principais agências responsáveis; § Financiar, prioritariamente, a população com renda familiar de até 12 salários-mínimos e as regiões onde o déficit habitacional é maior. A solução do problema da moradia digna não depende somente da existência de recursos e sim da criação de condições que garantam o acesso das famílias de baixa renda ao financiamento disponível. Para isso, o novo governo implementará uma política maciça de concessão de subsídio, possibilitando que as famílias beneficiárias paguem o financiamento, a partir de mecanismos que ajustem o valor da prestação à sua renda mensal. As principais fontes de recursos dos Fundos de Moradia virão principalmente do FGTS e de dotações do Orçamento Geral da União; (PLANO DE GOVERNO, p. 60; 61, 2002, grifo nosso).

A partir desses objetivos, notamos que o Plano de 2002 não previa apenas resolver o chamado déficit habitacional para a população de menor renda, mas também ampliando o financiamento para as camadas médias de até 12 salários-mínimos. Além disso, destacamos o planejamento para um modelo de financiamento que implementaria a concessão de subsídios adequados a essas faixas salariais para as entendidas como “famílias beneficiárias” pudessem ter as prestações ajustadas à sua renda mensal.

Com a vitória e o início do primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006), o Brasil parecia estar diante de um novo olhar para as questões sociais, incluindo então

o enfrentamento aos índices de déficit habitacional. Especialmente na questão urbana, há o marco da fundação do Ministério das Cidades, por meio da Lei n. 10.683, de 18 de maio de 2003²⁸. O MCI foi organizado em quatro Secretarias: Habitação, Transportes e Mobilidade, Saneamento e Programas Urbanos, demonstrando assim a complexidade do que o Estado entendia ser a cidade e sua manutenção cotidiana.

Assim, o MCI ganhou o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da PNDU, pois era responsável por diversos setores correspondente às cidades, como, por exemplo, transporte, mobilidade urbana e a política de produção e financiamento de habitação social. Ademais, segundo Bonduki (2008):

Coube-lhe, ainda, a incumbência de articular e qualificar os diferentes entes federativos na montagem de uma estratégia nacional para equacionar os problemas urbanos das cidades brasileiras, alavancando mudanças com o apoio dos instrumentos legais estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (BONDUKI, 2008, p. 96).

Na medida em que a extinção do BNH causou uma ruptura de programas em âmbito nacional, o governo Lula buscava, através da criação do MCI, reparar o quadro de desarticulação no qual o país se encontrava. Para Maricato (2006): “A proposta do Ministério das Cidades veio ocupar um vazio institucional que retirava completamente o governo federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades” (MARICATO, 2006, p. 214).

Outro evento importante para se pensar a questão urbana, especificamente a produção habitacional nesse período, foi a realização da 1ª Conferência Nacional das Cidades, também em 2003. Nessa conferência reuniram-se 2.500 delegados dos 27 estados, eleitos em um amplo processo de mobilização social. Dessa primeira conferência, foi proposta a criação e composição do Conselho Nacional de Habitação (CNH), instalado no ano de 2004, ampliando a proposta original do Projeto Moradia para toda a política urbana (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 29). Sobre as Conferências das Cidades, Bonduki (2008, p. 97) ressalta sua importância por ter possibilitado o início da construção de uma verdade política nacional para os municípios, já que envolve o conjunto de instituições públicas e privadas relacionadas à questão urbana.

²⁸ Lei Federal Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683compilado.htm. Acesso em: 17 jul. 2021.

Na mesma ocasião, também foram aprovados os princípios da PNDU, que envolviam: o direito à cidade, moradia digna, saneamento ambiente e público, transporte público, função social da cidade e da propriedade, gestão democrática e controle social, inclusão social e redução das desigualdades, sustentabilidade financeira e socioambiental da política urbana, combate à discriminação de grupos sociais e étnicos raciais, combate à segregação urbana e diversidade socioespacial²⁹. Segundo Blank (2005, p. 169), em 2003 houve um aumento significativo de trabalhos sociais para acompanhamento e projetos de pesquisa, e ainda era um problema a quantidade de profissionais para preencher esse crescimento de trabalho. Com isso, viu-se uma dificuldade para crescer o quadro de técnicos, sendo tomada a medida de publicação de um edital com intuito de formar cadastro de profissionais habilitados para prestar o serviço de técnico social de forma terceirizada via contratação da CEF.

No ano seguinte, foi criado o Programa Crédito Solidário (PCS), através da Resolução n. 93/2004, regulamentada pelo MCI. O PCS atendia as reivindicações dos movimentos sociais, funcionando como uma linha de crédito com recursos provenientes do FDS, que concederia financiamento direto ao beneficiário que fizesse parte de cooperativas e associações, visando a aquisição ou melhoria das unidades habitacionais.

No ano seguinte, a Lei n. 11.124/2005³⁰ dispunha sobre o Sistema Nacional e Habitação Social (SNHIS), criava o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituiu o conselho gestor deste. A expectativa era de que os fundos de habitação dariam aos municípios a possibilidades de potencializar os recursos provenientes do Estado e da União. Na leitura de Cardoso e Aragão (2013), a criação do FNHIS marcava um momento inovador na política habitacional, pois se manifesta um evidente compromisso do Governo Federal em subsidiar a produção de moradias para as camadas de mais baixa renda. Amore (2015) destaca a importância do SNFHIS:

²⁹ MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Caderno de resoluções-Conferência Nacional das Cidades**. Brasília, 2003.

³⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm. Acesso em: 1 ago. 2021.

Com o SNHIS/FNHIS previam-se fundos articulados nos diferentes níveis federativos, todos controlados socialmente por conselhos com participação popular e com ações planejadas em Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), obrigatórios aos entes federados que quisessem se habilitar no sistema e receberem recursos federais. Os Planos seriam os responsáveis por definir claramente as necessidades habitacionais de cada município, bem como apresentar uma estratégia para enfrentá-las (AMORE, 2015, p. 16).

A novidade importante do SNHIS era fortalecer órgãos públicos municipais e estaduais para a política de habitação, distribuindo as competências para os três níveis de governo, e conferindo aos municípios um papel de responsabilidade na implementação da política habitacional, já que seria preciso apresentar o PLHIS para acessar os recursos federais.

Já o FNHIS foi devidamente instalado em 2006 com um compromisso do então Presidente Lula junto ao movimento de moradia em alocar recursos em torno de R\$ 1 bilhão por ano. A grande mudança provocada pelo Fundo dizia respeito à possibilidade de que a política habitacional passasse a contar com subsídios diretos, viabilizando assim o atendimento à habitação de baixa renda.

Nesse período, o cenário de crescimento econômico do país ficou evidente, assim como os índices de redução da extrema pobreza, em grande parte obtidos com os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que estava implementado desde 2004³¹ e já tinha alcançado resultados de brasileiros que saíram da condição de extrema pobreza³². Notou-se a emergência da chamada “classe C”, que passou a ser interessante à medida que seria um novo “nicho de mercado”, sobretudo para os setores financeiros imobiliários (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 32). Logo, esses fatores combinados favoreciam o desenvolvimento e ampliação de uma política habitacional e de financiamento para as classes mais populares e de faixa média.

O ano de 2006 foi marcado por uma significativa mudança na postura do governo que passou a adotar estratégias econômicas de maior intervenção e aumento dos gastos públicos nos programas sociais de transferência de renda. Nesse contexto, foi possível que em 2007, acompanhando a ascensão econômica do país, o governo

³¹ De acordo com a **Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.836.htm. Acesso em: 1 ago. 2021.

³² Sobre os resultados do Bolsa família, ver: ROCHA, Sonia. **Transferência de renda no Brasil: o fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

lançasse o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)³³, que foi destinado para fortalecer o crescimento econômico com um ambicioso programa de investimentos em infraestrutura. No âmbito do PAC, foram previstos investimentos em habitação e saneamento; o chamado PAC urbano.

No que se referia à habitação, foi priorizada a urbanização de favelas dos grandes centros urbanos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 32). Para isso, o PAC foi muito importante e teve duas etapas de trabalho. Na primeira, o PAC-1 voltou-se a projetos de reurbanização de assentamentos precários, com foco para comunidades do Rio de Janeiro, enquanto o PAC-2, já no governo Dilma Rousseff em 2012, foi relançado contemplando cerca de 337 municípios e 26 estados (CARDOSO *et al.* 2017, p. 25; 26).

Entretanto, do final de 2007 até o segundo semestre de 2008, novas mudanças ocorreram em consequência da crise mundial sobre a economia brasileira. Foi nesse período que o país precisou lidar e reagir estrategicamente contra uma profunda crise econômica que teve início nos Estados Unidos, na chamada crise do subprime. O mercado financeiro global foi atingido através de um verdadeiro “efeito cascata”, e com o Brasil não seria diferente. Todo o setor financeiro globalizado foi afetado e, por consequência, todas as economias capitalistas que dependiam das finanças globais. A reação do governo brasileiro à crise internacional foi rápida. Dentre elas, destaca-se a adoção de medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica), de forma a compensar a retração do setor privado, e medidas de apoio aos setores em dificuldades devido ao efeito da crise. Como medida de caráter anticíclico, o governo manteve os investimentos em infraestrutura previstos no âmbito do PAC, e mobilizou a Petrobrás para que também mantivesse os investimentos previstos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 47).

Logo, foi possível responder à crise mundial com o fortalecimento das ideias e práticas já desenvolvidas ao longo do governo Lula. Desse modo, o Estado estabeleceu as bases para lançar o Programa Minha Casa Minha Vida em 2009, e com ele o forte discurso de fornecer condições de financiamento para a classe popular e trabalhadora do país, até então não realizadas.

³³ **Decreto n. 6025, de janeiro de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6025.htm. Acesso em: 1 ago. 2021.

2.2 O PMCMV: ORIGENS, ALCANCES E LIMITAÇÕES

Este tópico dedica-se em descrever a origem, os modos de operação e os principais resultados quantitativos e qualitativos do PMCMV. Iniciamos elucidando a situação de déficit de habitação no país em 2008, pouco antes do lançamento do Programa. Para contextualizar o problema do déficit habitacional, tomamos como base dados obtidos através da Fundação João Pinheiro. A FJP é responsável por uma série de estudos nessa área, e por isso é uma referência usual em trabalhos desta natureza.

A FJP (2011) considera que o conceito de déficit habitacional no país está ligado a deficiências no estoque de moradias, abrangendo ainda: moradias em condições precárias; a coabitação familiar (cômodos alugados e/ou cedidos por familiares); adensamento excessivo de moradores em domicílios alugados. Outro conceito importante que precisar ser apontado é o de habitações inadequadas, que, de acordo com a FJP, são aqueles classificados com: “[...] carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores (em domicílios próprios), problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação” (FJP, 2011, p. 22).

A partir dessas considerações, é possível verificar que o planejamento e execução de medidas para o problema da habitação no país não deveria ser resumido na construção de novas moradias, mas, sobretudo, na melhoria daquelas que já existem. Ter clareza desse cenário é fundamental para que o Estado possa encaminhar políticas públicas direcionadas, como, por exemplo, com o PAC, que já atuava em seis eixos básicos, sendo eles: transportes, energia, água e luz para todos, Minha Casa Minha Vida, comunidade cidadã e cidade melhor³⁴. Vemos assim que, com exceção dos eixos de transporte e energia, os demais têm como parte de seus projetos a melhoria nas condições de infraestrutura urbana, diferenciando-se de uma política tradicional destinada à construção massiva de novas moradias como enfrentamento ao chamado déficit.

No ano de 2008, as vésperas do lançamento do PMCMV, o déficit habitacional no Brasil, segundo a FJP (2011) era de 5,5 milhões de famílias, sendo 83,5% presentes em áreas urbanas. Desse número, quase 35,1% estavam localizadas na

³⁴ Dados sobre o PAC disponíveis em: <http://www.pac.gov.br/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

região nordeste, e 36,9% na região sudeste, o que corresponde a 1,946 milhão e 2,046 milhões de unidades, respectivamente (FJP, 2011, p. 29). Vale ressaltar ainda que o déficit habitacional, calculado em 2008 pela Fundação, concentrava-se significativamente nas famílias de faixa de renda de até três salários-mínimos, o que correspondeu à chamada Faixa 1 de financiamento do PMCMV.

Por último, uma relação importante entre o déficit habitacional e o número de imóveis desocupados sempre precisa ser registrada. Segundo a FJP (2011):

De acordo com a Pnad 2008, o Brasil possui 7,542 milhões de imóveis vagos, 72% dos quais localizados em áreas urbanas e 28% em áreas rurais. Desse montante, 6,307 milhões estão em condições de serem ocupados, 894 mil estão em construção ou reforma e 340 mil, em ruínas (FJP, 2011, p. 42).

Essa constatação reforça a tese de que o problema da habitação no país não se limita à construção e ofertas de financiamento compatíveis às classes populares, mas sim ao fato de que está intrinsecamente relacionado a uma prática do Estado, que permanece compactuando com a lógica do mercado e com os interesses privados sobrepostos ao pleno direito à moradia. Sendo assim, já se faz possível reafirmarmos que construir milhares de unidades pelo país não lidava com o cerne da questão habitacional no Brasil.

Finalmente, com o objetivo de criar condições para aquecer a construção civil no país e tornar possível o atendimento das famílias de renda mais baixa e de até 10 salários-mínimos, durante o segundo mandato de Lula, o Governo Federal anunciou o Programa Minha Casa Minha Vida. Como já mencionado, o PMCMV foi lançado no contexto de crise econômica internacional em 2008, como estratégia para rebater os reflexos negativos no país. Inicialmente, o PMCMV foi lançado como Medida Provisória n. 459³⁵, publicada em 25 de março de 2009. Posteriormente, foi convertida na Lei n. 11.977³⁶, de 7 de julho 2009, e oficializado com o Decreto n. 6962, de 17 de setembro de 2009³⁷.

O PMCMV foi influenciado nas experiências latino-americanas, que já vinham sendo considerados pelo setor da construção civil como os modelos mais ágeis na

³⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/mpv/459.htm. Acesso em: 22 ago. 2021.

³⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 22 ago. 2021.

³⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-6962-17-setembro-2009-591264-norma-pe.html>. Acesso em: 22 ago. 2021.

resolução do problema habitacional (CARDOSO; ARAGÃO, 2017). É por isso que, de maneira imediata, Rolnik (2012) conseguiu apontar que a produção de HIS chilena, com operacionalização semelhante ao que pretendia o PMCMV, deu origem a conjuntos populares profundamente segregados, de péssima qualidade construtiva e com diferentes problemas sociais que confrontavam a ideia de uma política de habitação exitosa. Por isso, segundo a autora, o caminho escolhido pelo Brasil levaria a uma situação muito semelhante³⁸.

Ainda assim, no discurso de lançamento do PMCMV, o ex-presidente Lula enfatizou, dentre outras coisas, a importância que esse Programa assumia no enfrentamento à crise e o compromisso com o povo brasileiro dali em diante:

Bem, qual é o dado concreto? O dado concreto é que todo mundo sabe que este é um programa arrojado. Não é pouca coisa o que nós estamos anunciando neste momento, além da política da habitacional que a Caixa Econômica vem fazendo normalmente. Isso é um programa adicional, é um programa quase que emergencial, como resposta de um lado para cumprir um enfrentamento à crise econômica mundial, resolver parte dos problemas da moradia de alguns brasileiros e, ao mesmo tempo, fazer com que a gente gere muitos empregos, para gerarmos renda e para gerarmos uma movimentação maior na economia brasileira. Todo mundo sabe que esse é o objetivo³⁹.

Para atender a essa ambiciosa proposta, o PMCMV foi inicialmente estruturado em faixas de financiamento de acordo com o número de salários das famílias, passando por correções com o passar do tempo. A primeira faixa, denominada Faixa 1, funcionava para famílias com renda até 3 salários-mínimos com execução via FAR. A produção se dava por “oferta”, isto é, a própria construtora definia o terreno e projeto. Uma vez aprovado, o projeto era repassado para a CEF determinar o acesso às unidades a partir das listas de demandas elaboradas pelas prefeituras, apoiadas pelas equipes de Secretarias de Assistência Social.

Além disso, a pressão de Movimentos de Moradia também levou o governo para aprovar uma modalidade para construção de moradia que envolvessem suas lutas, assim como os pequenos produtores rurais de agricultura familiar. Por isso, ao

³⁸ Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/05/10/eu-sou-voce-amanha-a-experiencia-chilena-e-o-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

³⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante lançamento do Plano Habitacional, Brasília, 2009, p. 3. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/25-03-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-lancamento-do-plano-habitacional>. Acesso em: 23 ago. 2021

final, o PMCMV contava com modalidades específicas que atendiam setores diversos, por exemplo, MCMV-Entidades, que previa subsídios que seriam destinados à produção de moradias por associações e cooperativas e o PNH-Rural. Porém, juntos eles representavam 1% do total das unidades e recursos do PMCMV. Houve também uma movimentação no Congresso pelos deputados que representavam municípios com menos de 50 mil habitantes, pressionando o governo para que incluíssem a modalidade MCMV-Sub 50 (ROLNIK, 2015, p. 302).

Portanto, o PMCMV-1, foco para análise deste trabalho, era o grupo no qual estava concentrada a maior parte do déficit de habitação, como já mencionado. Para rever essa problemática, foi oferecido pelo Programa um subsídio integral. Isso significa que nessa modalidade o governo subsidiava a construção dos imóveis e estipulava um teto para o valor que as construtoras os construíssem. Por sua vez, os beneficiários não podiam comprometer mais de 10% de sua renda familiar mensal com o pagamento das prestações do financiamento⁴⁰. Assim, nessa faixa, o subsídio poderia chegar a 95%, e as prestações variavam entre R\$ 80 e R\$ 270, de acordo com a renda. Os recursos para a concessão dos financiamentos são provenientes do FGTS, FAR e FDS, enquanto os subsídios tinham como fontes o FGTS e o OGU (CARDOSO *et al.*, 2013).

Isso significa que, no PMCMV-1, as construtoras ficaram responsáveis pelos empreendimentos que eram repassadas às famílias beneficiárias subsidiadas pelo Governo Federal, através de recursos do Orçamento Público. Para as prefeituras, o PMCMV foi uma grande oportunidade para viabilizar reassentamentos de comunidades removidas, bem como para programas municipais ou estaduais de acesso à moradia para esta faixa muito baixa de renda, na qual, como vimos, se concentrava a maior parte das necessidades habitacionais do país.

A CEF manteve-se como o agente financeiro protagonista dentro do PMCMV. Foi escolhida estrategicamente para o Programa, uma vez que possui todas as condições necessárias para operar este tipo de política. Primeiramente pelo fato de seus funcionários já serem treinados no atendimento e na operacionalização dos programas sociais do governo. No Capítulo 1 relatamos que, historicamente, a CEF é

⁴⁰ Segundo a Portaria n. 93, de 24 de fevereiro de 2010, que revogava a portaria de n. 139, de 13 de abril de 2009; o valor máximo da unidade habitacional do tipo apartamento Faixa 1 seria de R\$ 46.000 nos municípios fora da região metropolitana de São Paulo. Já o valor da moradia tipo casa Faixa 1 seria de R\$ 42.000.

agente financeiro popular, principalmente às populações de baixa renda e aposentados. Suas responsabilidades no papel de gestor operacional estão bem indicadas nos Artigos 9º e 16 da Lei n. 11.977/2009. Além disso, a CEF conta ainda com engenheiros e setores especializados na concessão, viabilidade, manutenção, cobrança e execução de contratos habitacionais, sem contar na trajetória com equipes destinadas ao TTS.

A partir da leitura da Lei n. 11.0977/2009, notamos que o termo escolhido para se referir à população que teria direito em acessar o PMCMV foi de beneficiário. Essa nomeação se encontrava estabelecida na própria Lei n. 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, onde o termo que relaciona o cidadão com a política de assistência social é de beneficiário.

A trajetória do PMCMV pode ser entendida em duas grandes etapas. A primeira delas foi iniciada em abril de 2009 e terminou em junho 2011 e esteve, portanto, na transição da presidência da República de Lula para o primeiro mandato de Dilma Rousseff. A segunda foi iniciada em 2011, já no mandato da ex-presidenta, e finalizou-se em 2014. A seguir, apresentamos os principais resultados de ambas as etapas.

Conforme os dados apresentados por Amore (2015), 90% do déficit estava nas faixas de renda até 3 salários-mínimos, sendo 70% localizadas nas regiões Nordeste e Sudeste. A prioridade estabelecida pela legislação foi para municípios com mais de 100 mil habitantes, o que se enquadrava à realidade de Sertãozinho, que possuía, segundo o IBGE (2009), uma população de 110.064 mil habitantes⁴¹.

A primeira meta do Programa era a construção de um milhão de moradias, necessitando de um recurso estimado em 34 bilhões, que foram fornecidos pela OGU e pelo FGTS. Tal meta foi alcançada entre 2009 e 2011. Desse total, a meta era que 40% fossem destinadas à Faixa 1, em torno de 400 mil unidades habitacionais (AMORE, 2015, p. 17). Complementando esse dado, Rufino (2015) mostra que, nessa primeira fase, as grandes empreiteiras atuaram para a Faixa 1 de forma bem mais significativa na região Sudeste, o que atendia uma das expectativas apontadas pelo déficit nacional.

Além disso, a Faixa 2 atingiu o objetivo, que era construir 200 mil unidades, também com financiamento do FGTS. Já para as famílias com renda de 6 a 10 salários-mínimos (Faixa 3), o objetivo de construir 200 mil unidades, com

⁴¹ Dado disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sertaozinho/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2021.

financiamento do FGTS, também foi alcançado, o que viabilizou com o otimismo a segunda etapa do Programa (AMORE, 2015, p. 36).

Foi ainda previsto um investimento de um bilhão de reais para complementação de infraestrutura urbana, a ser distribuído através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 36). Por isso, Amore (2015) compreende o PMCMV como uma verdadeira “marca”, pois tratava-se de um Programa responsável por estruturar uma série de subprogramas, modalidades de financiamentos e formas de acesso ao produto idealizado como a “casa própria”.

No entanto, inevitavelmente, Cardoso e Aragão (2013) já chamavam atenção para as reações ambíguas que o Programa causava nesse início: de um lado, os empresários do setor da construção civil estavam otimistas, mas, por outro lado, os setores historicamente comprometidos com a luta por moradia viam-se cautelosos com os rumos que o PMCMV poderia tomar. Uma das mais importantes críticas, por exemplo, era a falta de articulação do Programa com a política urbana foi apontada imediatamente por Maricato (2009), como já citamos, e por Bonduki (2009), que alertava sobre a provável localização inadequada dos empreendimentos sociais, isto é, carentes de infraestrutura e equipamentos coletivos. Nesse sentido, o autor de certa forma isentava o programa, ao atribuir a responsabilidade municipal no processo de elaboração e garantia de um Plano Diretor que se atentasse a esse planejamento.

Uma das mais importantes críticas era a falta de articulação do Programa com a política urbana. Em Cardoso e Aragão (2013), encontramos uma síntese das críticas que estavam sendo apresentadas ao PMCMV em oito pontos:

(i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido aos setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação; (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 44).

Por outro lado, apesar dessas contradições iniciais, o Programa atingiu bons resultados no campo econômico com rapidez, sobretudo a superar as instabilidades provocadas pela crise financeira. O Governo Lula conseguia atender as expectativas do setor da construção civil, aprimorando sua coalisão empresarial, que foi fundamental na trajetória do ex-presidente, além de manter os movimentos sociais de

moradia como aliados quando atendeu as suas demandas. Logo, o PMCMV tornou-se um dos principais feitos do governo com a população também.

Dessa forma, na avaliação de Cardoso *et al.* (2017), o segundo mandato do governo Lula se encerrou com uma boa avaliação pública, a ponto de ter projetado com sucesso a imagem da sua sucessora Dilma Rousseff, que havia ocupado a chefia da Casa Civil, fato que resultou em sua vitória nas eleições presidenciais de 2010.

Em 2011, primeiro ano do mandato da presidenta Dilma Rousseff, novamente as crises internacionais que afetaram com maior incidência países europeus, voltam a ameaçar a economia brasileira. A estratégia adotada foi de investir novamente em medidas anticíclicas e neokeynesianas, combatendo a política de altos juros e de valorização do real. Além disso, a mídia nacional e internacional reforçava a crise política e econômica, pressionando ainda mais o governo. Dessa vez, tais políticas formaram um novo plano econômico, denominado Nova Matriz Econômica; no entanto, o plano não foi bem-sucedido.

Apesar das críticas que o PMCMV sofria especialmente dos setores acadêmicos e intelectuais, a ex-presidenta lançou a segunda fase do Programa em 2011⁴², mantendo-o central na agenda do seu mandato até sua reeleição de 2014, de onde também foi anunciada uma possível terceira fase do Programa, prevista para o ano de 2016. Na Fase 2, a meta era a construção de 2 milhões de moradias, sendo dessa vez 60% da contratação destinada para a Faixa 1 (AMORE, 2015, p. 19).

Nessa segunda fase do Programa, verifica-se a redução da atuação das grandes empresas no Sudeste e sua ampliação no Norte e Nordeste. A atuação das grandes empresas no Norte e Nordeste a partir de 2011 corresponderá também a uma tendência de ampliação do porte dos empreendimentos (RUFINO, 2015, p. 56). O valor da Faixa 1 passou de R\$ 1,6 mil para R\$ 1,8 mil, da Faixa 2 de R\$ 3.275 para R\$ 3,6 mil, e o da Faixa 3 de R\$ 5 mil para R\$ 6,5 mil. A média nacional metropolitana era de 1023 de unidades por empreendimentos, sendo que o previsto em legislação era de 500, ou seja, mais que o dobro. No Nordeste, onde a precariedade das periferias é mais acentuada, essa média chegou 1.400 unidades (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 58).

A segunda etapa alocou novos recursos e ajustou algumas de suas ações, a partir de críticas realizadas em sua primeira etapa. Segundo Cardoso e Aragão (2013):

⁴² **Lei Federal n. 12.424/11**, conhecida como “Lei do PMCMV Fase 2”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12424.htm. Acesso em: 25 ago. 2021.

“o PMCMV-2 melhora o padrão construtivo das unidades habitacionais, permite a o uso misto (residencial e comercial), além de estimular a utilização de soluções energéticas sustentáveis, a exemplo da utilização de energia solar nos empreendimentos” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 43). Essas modificações do PMCMV favoreciam o incentivo a política e, principalmente, expande as informações a respeito do Programa para o país, fazendo dessa política um objeto de desejo cada vez maior dos brasileiros.

No entanto, novamente a falta de articulação com a política urbana foi apontada por Cardoso e Aragão (2013), assim como a ausência de exigências para que os municípios utilizassem o Estatuto da Cidade poderia ocasionar empreendimentos viabilizados a partir de dinâmicos do mercado que optariam pelas terras mais baratas e que apresentariam precariedade de serviços. O esquecimento do PlanHab também foi levantado em Amore (2015) com atenção:

O Programa fazia uma leitura bastante simplificada do “problema habitacional”, que, por exemplo, o PlanHab pretendia atacar por meio de uma grande diversidade de programas e produtos habitacionais, adequados para as onze tipologias de municípios que o Plano havia organizado em função das características demográficas e das dinâmicas econômicas (AMORE; 2015, p. 17).

Reforçando essa questão, Shimbo (2010) demonstrou com precisão as consequências da financeirização do setor imobiliário onde o protagonismo das construtoras impactava na qualidade do produto, uma vez que as empresas responsáveis pela construção dos empreendimentos eram norteadas por um princípio de racionalização do processo construtivo, o que implicava em padronização dos elementos construtivos, das tipologias e materiais utilizados, aumentando a margem de lucro.

Destacamos ainda que o lugar do poder municipal no PMCMV nunca foi efetivo, pois os marcos regulatórios locais não eram suficientes para contrapor a pressão que o próprio PMCMV exercia para obter resultados, além de provável despreparo nas administrações municipais para controlar os processos envolvidos. Tudo isso fez com que as prefeituras se tornassem “meros coadjuvantes”, segundo Cardoso e Aragão (2013). Já a CEF, além de também estar submetida à pressão por resultados, não tinha condições institucionais e organizacionais, e mesmo interesse, para controlar a produção do ponto de vista da qualidade.

O resultado pode ser observado em inúmeras pesquisas por todo país que mostram os empreendimentos, particularmente na Faixa 1 do Programa, apresentando graves problemas de inserção urbana, na qualidade de vida dos seus “beneficiários” bem como dos projetos desses empreendimentos, já que:

A busca por terrenos mais baratos, visando viabilizar a produção e garantir as margens de lucro previstas, levaram as empresas a elaborar projetos em áreas periféricas, muitas vezes completamente fora do perímetro urbano, em condições de infraestrutura e acessibilidade aos transportes e serviços precária. A longo prazo, esse fato leva a que os governos locais sejam premiados a investir em infraestrutura para viabilizar esses empreendimentos. Caso isso não ocorra, poderemos experimentar situações de progressiva decadência física e social dos novos conjuntos (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 43).

O abandono dos moradores nesses megaconjuntos e as consequências citadas acima são vivenciadas de acordo com as realidades locais. A experiência dos empreendimentos do Rio de Janeiro (GRAZIA; MELO, 2017, p. 369) mostra como o comando tomado pelo tráfico e milícias tomou as sociabilidades destes bairros, afetando o exercício de cidadania dos moradores e a atuação dos síndicos que acabam sendo submetidos a essa violência de forma até mais direta. Em cidades menores, médias e metrópoles de diferentes partes do país também foram apontados o problema na relação segregação socioespacial e presença de crime organizado, e diferentes vulnerabilidades enfrentadas pelos moradores⁴³.

Já no ano de 2014, os cenários econômico e político não apareciam favoráveis e otimistas como os anos anteriores. Embora a ex-presidenta tivesse anunciado uma terceira fase do Programa para o ano de 2015, a conjuntura política e econômica vinha anunciando outra evidente crise. O Governo adotou medidas conservadoras da economia, adiando o então lançamento, justificado pelo fato de o Programa necessitar de significativos recursos orçamentários, sobretudo as famílias que se enquadravam na Faixa 1.

Nesse mesmo ano foi registrado o menor crescimento do PIB desde 2009. Além disso, somaram-se ao contexto de crise as primeiras denúncias de corrupção na Petrobras que desencadearam na Operação Lava-Jato que desencadearam em uma propagação de insegurança generalizada sobre o Partido dos Trabalhadores. Toda

⁴³ Por exemplo: Sobre a cidade São Carlos/SP (BREDA, 2018); sobre a cidade de Viçosa/MG (SOUZA, 2015).

essa conjuntura desencadeou no adiamento da Fase 3 do PMCMV. O cenário ocasionou:

Aos poucos, os partidos da base aliada foram abandonando o governo e tornando a relação do Poder Executivo com o Congresso Nacional cada vez mais intempestiva, impedindo, assim, a governabilidade e a aprovação de qualquer iniciativa proposta. Nas ruas, as grandes manifestações públicas se revezavam em atos contra e a favor do governo, alimentando uma animosidade que seguiu até a conclusão do processo de impeachment sofrido pela Presidenta em agosto de 2016 (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 41; 42).

Assim, a Fase 2 do PMCMC foi encerrada em dezembro de 2014, e somente em março de 2016 houve outro anúncio de uma possível terceira fase. Essa foi a última etapa de atuação do PMCMV, e anunciada com a meta de entregar mais dois milhões de moradias. No entanto, o cenário crítico do governo ocasionou na abertura do contraditório processo de golpe de Dilma Rousseff, acusada de manobras fiscais para maquiar as contas públicas⁴⁴. Desse modo, a ex-presidente foi afastada em maio de 2016, e logo Michel Temer assumiu a presidência interina. O processo de golpe finalizou em agosto de 2016, de onde Michel Temer manteve-se como presidente até as novas eleições, em outubro de 2018.

Ainda no ano de 2016, em maio, o Governo Federal suspendeu por completo as metas da Fase 3 do Programa para Faixa 1, instalando uma grande dúvida sobre os rumos da produção de HIS no país. Podemos entender essas decisões como forma de alinhamento do Estado com os setores construção civil, já que outras faixas de renda não sofreram esse corte de investimento, enquanto a produção de HIS revelava-se pouco lucrativa naquele momento.

O Governo Michel Temer foi marcado por uma sequência de medidas neoliberais, afetando diversos setores sociais. Em dezembro foi aprovada a Proposta PEC n. 241/2016 ou n. 55/2016, sob argumentação de retomada do crescimento econômico. A PEC limitou constitucionalmente os gastos públicos por duas décadas, ou seja, diminuindo o Estado e impedindo que o sistema constitucional de proteção

⁴⁴ Como explicam Cardoso *et al.* (2017), as “pedaladas fiscais” foram realizadas em governos anteriores, como Lula e Fernando Henrique Cardoso, e alguns governos estaduais também as realizaram sem questionamentos. Além disso, lembram que: “No dia 23 de maio de 2016, o jornal Folha de S. Paulo divulgou áudio de conversa entre lideranças partidárias que forjaram o impeachment, apontando para o interesse de deposição da presidente Dilma Rousseff por sua não conviência com a cultura corrupta de parte significativa da classe política e da elite brasileira” (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 292).

social funcionasse de maneira adequada. Além disso, também foi destaque da gestão de Michel Temer o fortalecimento da chamada Reforma Previdência com a PEC 287/2016, que previa o aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos e exigia ainda 49 anos de contribuição previdenciária para acesso ao benefício integral (SOUZA; HOFF, 2019).

Outra medida do Governo Michel Temer foi a revisão dos limites de renda atendidos pelo PMCMV, que aumentaram de R\$ 7 para R\$ 9 mil. A soma dessas decisões trouxe consequências marcadas por um regresso na história da política de habitação no Brasil. Nas palavras de Raquel Rolnik: “É que, com essas alterações, a política pública passa novamente a privilegiar as famílias com maior renda, sem que o Estado tenha qualquer fonte de financiamento para viabilizar uma política habitacional para os mais pobres” (ROLNIK, 2017)⁴⁵.

A partir dessas considerações, podemos concluir que nenhuma política habitacional brasileira atendeu ao seu objetivo maior, isto é, o de solucionar o problema da moradia para a população carente. A lógica de subordinar a política de HIS da reprodução das relações capitalistas orientou as ações do Estado em diversos momentos. Por isso, lembramos que a experiência das políticas habitacionais no Brasil confirma as ideias de Lefebvre, quando afirma:

O setor imobiliário se torna tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo, ocupado por suas empresas (industriais, comerciais, bancárias), com uma rentabilidade cuidadosamente organizada sob a cobertura da organização do Território. O processo que subordina as forças produtivas ao capitalismo se reproduz aqui, visando à subordinação do espaço que entra no mercado para o investimento dos capitais, isto é, simultaneamente o lucro e a reprodução das relações de produção capitalista (LEFEBVRE, 2001, p. 61).

Com essas informações sistematizadas, entendemos que, apesar da expectativa gerada pela eleição de Lula e da ascensão do PT no Governo Federal, a política de habitação de interesse social pouco se diferenciou das práticas anteriores, apresentadas no primeiro capítulo. Ao contrário, o protagonismo do mercado nessa trajetória do PMCMV-1, das coalizações com o setor empresarial, evidenciou novamente as lutas presentes na produção do espaço urbano e todos os prejuízos a vida dos moradores que não podemos compreender como cidadãos beneficiários do

⁴⁵ Disponível em: <https://www.observatoriodasmegacidades.net.br/mudancas-no-fgts-e-no-minha-casa-minha-vida-e-os-mais-pobres/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PMCMV-1. Para aprimorar essa afirmação, nos Capítulos 4 e 5 mostraremos os dados observados na realidade dos moradores dos empreendimentos sociais de Sertãozinho/SP.

2.3 O PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA: ALGUMAS NOTAS SOBRE A POLÍTICA HABITACIONAL NO GOVERNO JAIR BOLSONARO

Em outubro de 2018, o presidente Jair Bolsonaro, na época filiado ao PSL, foi eleito com um Plano de Governo intitulado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O Plano de Governo (2018) do presidente Jair Bolsonaro trouxe como proposta central o resgate a um valor em falta no Brasil: a liberdade, e enfatizou que o governo trabalharia com o objetivo de devolver o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros.

Após a leitura do Plano, notamos que não havia nenhuma política direcionada para a provisão de moradia, tampouco alguma menção à temática. O mais próximo do tema está na defesa da propriedade privada e dos bens materiais individuais como conquistas que devem ser respeitadas, não podendo ser roubados, invadidos ou expropriados (PLANO DE GOVERNO, 2018, p. 4)⁴⁶.

Ainda assim, em meio a um contexto conturbado e de severas críticas à postura do ex-presidente com as medidas tomadas em relação à prevenção da pandemia do coronavírus, o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) foi anunciado em agosto de 2020, a partir da Medida Provisória (MP) 996/2020⁴⁷, com cerimônia no Palácio do Planalto. Posteriormente oficializado com a Lei n. 14.118 de 12 de janeiro de 2021⁴⁸, e substituindo então o PMCMV, ainda que tenha se inspirado nele.

Segundo o Art. 1º, a finalidade do Programa é fornecer o direito à moradia a famílias de áreas urbanas com renda mensal de até R\$ 7.000,00 e residentes nas áreas rurais com renda anual até R\$ 84.000,00, associado ao desenvolvimento econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população urbana e rural.

⁴⁶ Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/144365>. Acesso em: 30 ago. 2021.

⁴⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14118.htm. Acesso em: 30/08/2021.

No Art. 6º, percebemos que a estrutura de financiamento é semelhante ao PMCMV, pois os recursos que o constituem são provenientes, em sua maioria, dos fundos já utilizados (FNHIS, FAR, FGTS, FDS). No que se refere à execução do TTS vemos a manutenção de sua presença no Inciso X do Art. 8º, onde estipula-se a composição de recursos para investimentos em operações diversas, sendo referenciado o “trabalho social e à gestão condominial ou associativa com beneficiários das intervenções habitacionais”.

Identificamos uma mudança no conceito de “faixas de renda” do PMCMV que foi alterado para “grupos” no Casa Verde e Amarela. São eles: Grupo 1, famílias com renda de até R\$ 2 mil; Grupo 2, famílias com renda entre R\$ 2 e R\$ 4 mil; e Grupo 3, famílias com renda entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil.

Em resumo, no Programa Casa Verde e Amarela não houve previsão de mais construção de casas e apartamentos para as faixas de renda mais baixas, apenas regularização fundiária e melhorias habitacionais, práticas adotadas há décadas e receberam o alerta de especialistas sobre os rumos que poderão tomar⁴⁹. É por isso que Balbim (2020) considera que, na realidade tratou-se muito mais de um programa em tons cinzas. Os seguidos cortes no orçamento previsto originalmente inviabilizaram de vez a atuação do PCVA (ROLNIK *et al.*, 2022).

Por fim, destacamos que a ausência de política habitacional no governo Bolsonaro é apenas um dos aspectos de uma agenda governamental que nunca teve centralidade na proteção social. As consequências desse governo ficaram evidentes e no período de maior agravamento da pandemia da Covid-19, ocasionadas em grande parte pelos discursos negacionistas em relação às medidas sanitárias, antivacinas e de declarações constantes do ex-presidente em desprezo pela integridade e dignidade humana⁵⁰.

⁴⁹ Conforme Guerreiro e Rolik (2021). Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/regularizacao-fundiaria-verde-e-amarela-endividamento-e-precariedade/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 3 jun. 2023.

2.4 O LUGAR DO TTS NO PMCMV: ANÁLISE DAS PORTARIAS E LEGISLAÇÕES PERTINENTES

Ao demonstrarmos o percurso da produção habitacional brasileira no capítulo anterior, vimos que muitos desafios e ineficiências ficaram comprovadas. Notamos ainda algumas tentativas de execução de trabalho social no caso da HIS, porém, com pouca sistematização e que, na prática, aconteceram com práticas variadas entre assistencialismo, reeducação, vigilância e punição dos moradores, principalmente nas experiências da FCP e do BNH.

Nesse tópico, procuraremos demonstrar que, no PMCMV, o TTS ganhou espaço e passou a ser implementado como uma exigência do Programa nos empreendimentos da Faixa 1. Para isso, recorreremos a uma breve análise da trajetória do TTS no PMCMV, que foi marcada por diferentes decretos do Governo Federal e portarias do MCI, que perpassam os governos Lula, Dilma e Michel Temer. Nos atentaremos à ordem cronológica de cada uma delas, privilegiando as definições de trabalho social, os tipos de ações almejadas, mais precisamente, os eixos de trabalhos, assim como as disposições a respeito de recursos e orientação quanto à prática de terceirização do TTS.

A intenção é compreender os espaços e importância que o TTS foi assumindo, bem como sua estrutura de organização e distribuições de responsabilidades para diferentes agentes. Esse maior destaque do TTS no PMCMV-1 partiu do entendimento que era necessário fazer uma integração da política pública urbana com dimensões sociais e ambientais:

Nessa perspectiva, compreende-se que o TS é um componente essencial das políticas habitacional e urbana e, portanto, deve estar articulado às suas diretrizes, de maneira sistemática, contínua e interdisciplinar. A natureza do TS é essencialmente relacional e processual. Trabalhar com a população, as famílias, os movimentos sociais, as redes e organizações, implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios; as disputas e os conflitos e intervir respeitando as características socioculturais (PAZ *et al.*, 2015, p. 283).

De início, é importante frisar que a Lei n. 11.977/2009, que dispõe sobre a criação do PMCMV, não apresentava elementos a respeito do TTS. Este passou a ser colocado com a MP n. 514/2010, convertida seis meses depois na Lei n. 12.424/2011. Com essas medidas, foram instituídas as responsabilidades de governos estaduais e

municipais, que conferiram: § 5º Os Estados, Municípios e Distrito Federal que aderirem ao PMCMV serão responsáveis pela execução do trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos implantados, na forma estabelecida em termo de adesão a ser definido em regulamento”⁵¹.

No mesmo ano, a Portaria do MCI n. 547/2011⁵², de disposições gerais do PMCMV modalidade SUB-50 também incluía o TTS como parte integrante da política para essas cidades. Por meio do Decreto da Presidência da República n. 7.499/2011 vemos o reforço das atribuições dos estados e municípios, conferindo a estes a responsabilidade do TTS com as primeiras instruções do que deveria ser abordado no trabalho social, sendo-as:

II — Executar o trabalho técnico e social pós-ocupação dos empreendimentos implantados, definido como um conjunto de ações que visam promover o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos temas mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de trabalho e renda;⁵³

No entanto, uma melhor consistência do TTS foi elaborada dois anos depois pelo Ministério das Cidades. O Anexo V da Portaria n. 168/2013⁵⁴ não alterou a descrição dos objetivos do TTS da portaria anterior, mas trouxe 11 objetivos específicos e indicava que o trabalho deveria ser desenvolvido em duas etapas, sendo a pré-contratual e a pós-contratual, além de detalhar cada atividade para ambas as fases (BRASIL, 2013, p. 18; 19).

A partir daí, as portarias seguintes complexificam a definição do TTS, incluindo outros valores como sendo um trabalho realizado a partir de um conjunto de estratégias que necessitam, por exemplo, de avaliações diagnósticas para atingir os objetivos elencados. Além disso, também passam a definir um objetivo geral que se

⁵¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

⁵² Disponível em: https://sedurb.es.gov.br/Media/sedurb/Importacao/Legislacao/Portaria_N_547_28_11_2011.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

⁵³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7499.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.499%2C%20DE%2016,Vida%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 30 ago. 2021.

⁵⁴ Disponível em: http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/MCMVMCIDADESORTARIA168_2013_construcaodeequipamentosurbanos.pdf. Acessado em: 30 ago. 2021.

manteve em todas as portarias seguintes e, posteriormente, os objetivos específicos, que também pouco se alteraram.

A etapa pós-contratual recebeu mais atenção e complexidade nas portarias, sendo estruturada em cinco grandes eixos, e deveria ser iniciada, preferencialmente, logo após a assinatura de todos os contratos com os beneficiários do empreendimento, dando sequência à etapa pré-contratual. O conteúdo do TTS nessa fase é mais extenso, e passou a ser subdividido em cinco eixos: a) organização comunitária; b) educação ambiental; c) educação patrimonial; d) Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar; e e) Geração de Trabalho e Renda. Cada eixo apresenta objetivos a serem cumpridos, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Eixos de trabalho do TTS segundo a Portaria n. 168/2013

A) Org. Comunitária	a.1) instituição e/ou consolidação das organizações de base, estimulando a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses; a.2) promover a constituição de associação de moradores, registro do estatuto, quando for caso; a.3) coordenar a formação do condomínio, seus procedimentos de legalização, eleição do síndico e do(s) conselho(s), e elaboração do regimento interno, entre outros; a.4) identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária, com a discussão do papel das associações e congêneres, orientando sobre as questões de formalização e apoiando a legalização dessa representatividade; a.5) estímulo à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas ao novo morar, valorizando a organização como instrumento próprio de representação dos interesses dos beneficiários; a.6) apoio à participação comunitária na promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos equipamentos sociais e comunitários disponibilizados; a.7) articulação com as políticas públicas locais, monitorando o acesso aos serviços de educação e às tarifas sociais; a.8) estímulo, nos casos de empreendimentos sob forma de condomínios, à participação dos beneficiários em todas as fases do processo de implantação do condomínio, promovendo a discussão e a pactuação das normas de convivência e do uso dos espaços comuns e apoiando nos procedimentos de legalização do condomínio; e a.9) estabelecimento de parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais para encaminhamento e respostas às demandas identificadas, na etapa pré-contratual.
B) Educação Ambiental	b.1) difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade; e b.2) divulgação de informações sobre o uso racional dos recursos naturais, como a água e a energia elétrica; e sobre a preservação e conservação ambiental e manejo de resíduos sólidos.
C) Educação Patrimonial	c.1) estímulo à correta apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum; c.2) repasse de informações básicas sobre manutenção preventiva da moradia e dos equipamentos coletivos, e sobre os sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos e de aquecimento solar, quando for o caso, e treinamento para o uso adequado desses sistemas.
D) Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar	d.1) divulgação de informações sobre organização e planejamento do orçamento familiar, e sobre a racionalização dos gastos com moradia; e d.2) orientação às famílias sobre as tarifas sociais dos serviços públicos.
E) Geração de Trabalho e Renda	e. 1) mapeamento de vocações dos beneficiários e produtivas do entorno do empreendimento e região; e.2) encaminhamento aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos sistemas de emprego; e aos serviços de formação de núcleos associativos de produção e de microcrédito produtivo; e e.3) promoção de projetos de capacitação para o trabalho e de geração de trabalho e renda.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados: BRASIL, 2013, p. 18; 19.

Importante destacar o fato de que o primeiro eixo — Organização comunitária — possui mais objetivos (9, ao total), enquanto os demais eixos ficam entre a meta 2 a 3 objetivos. Olhando mais de perto das atividades previstas neste eixo de Organização Comunitária, vemos a preocupação em garantir que a população estabeleça participação ativa dentro da comunidade (a.2), assim como a criação de mecanismo de diálogo com o poder público (a.7). No que se refere às dinâmicas impostas pelo estilo de condomínio, encontramos elementos que visavam a organização da vida dos moradores em conformidade com a nova realidade (a.3).

Tal lei também regulava as atribuições para elaboração do PTS, como responsabilidade do poder local, devendo o mesmo ser protocolado na instituição financeira federal responsável pela contratação do empreendimento, isto é, a CEF, sendo o prazo para tal de 90 dias. Também dispôs sobre o repasse de recursos para ente público mediante a formalização de convênio entre o poder público executor e a instituição financeira federal, após a aprovação do PTS (BRASIL, 2013, p. 19; 20).

Nesse sentido, outro elemento que aparece a partir desse marco legal em 2013 e de fundamental importância para compreensão do TTS nos condomínios Faixa 1 é a terceirização do serviço. Tal lei discriminava os quesitos para que empresas pudessem realizar o mesmo, envolvendo a contratação de empresas que tenham comprovação de experiência em TTS em habitação, tal como os membros da equipe, sobretudo o coordenador responsável com formação compatível à experiência comprovada (BRASIL, 2013, p. 20). Apesar de citar que a coordenação deveria ser compatível ao tipo de serviço prestado, não encontramos mais esclarecimentos sobre qual formação seria compatível.

No ano seguinte, a Portaria do MCI n. 21/2014 aprovava o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Aqui encontramos a primeira definição de um objetivo geral do TTS como: “Promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção” (BRASIL, 2014, p. 5)⁵⁵. Também se mantiveram os valores dos objetivos específicos da portaria anterior.

Uma novidade dessa Portaria refere-se às instruções com mais detalhes na etapa pré-contratual, sobre os deveres das famílias atendidas, que começariam no

⁵⁵ Disponível em:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/2014/portaria_21_2014_trabalho_social.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

processo de inscrição do PMCMV-1 até a fase de mudança e posse da unidade habitacional:

a) fornecer dados cadastrais e socioeconômicos aos Proponentes/Agentes Executores; b) atender oportunamente às demandas dos Proponentes/Agentes Executores no que tange à apresentação de documentação necessária e à execução das ações inerentes à intervenção; c) apropriar-se corretamente dos bens e serviços implantados pela intervenção, contribuindo para a manutenção e conservação do patrimônio gerado com investimentos públicos; e d) cumprir as obrigações previstas no contrato de recebimento, regularização ou cessão da unidade habitacional, especialmente quanto à vedação de transferência ou alteração de uso (BRASIL, 2014, p. 8, grifo nosso).

Destacamos o item C pois entendemos que havia um foco nessa Portaria para a instrução da população a respeito da apropriação correta da unidade habitacional e, no caso dos condomínios, de todo o entorno que a envolvesse. Para isso, o trabalho pós-ocupação seria fundamental, dando continuidade a essas atividades com os moradores. Analisando os eixos de trabalho social da etapa pós- ocupação também observamos que foram realizadas algumas alterações de um ano para outro, sendo encontrada a seguinte estrutura e descrição dos itens a serem abordados:

Tabela 2: Eixos de trabalho do TTS segundo a Portaria n. 21/2014

EIXO 1 — Mobilização, organização e fortalecimento social	EIXO 2 — Acompanhamento e gestão social da intervenção
Prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.	Visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como, preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.
EIXO 3 — Educação ambiental e patrimonial	EIXO 4 — Desenvolvimento socioeconômico
Visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.	Objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo.

Fonte: Elaborado pela autora. Dados: Portaria MCI n. 21/2014, p. 9.

Como podemos observar na tabela acima, a Portaria MCI n. 21/2014 simplificou os eixos estruturantes, condensando educação ambiental e patrimonial, antes propostas separadamente. Da mesma forma, propõe um único eixo de desenvolvimento econômico que anteriormente também estava subdividido em dois eixos distintos. Outro dado relevante dessa Portaria diz respeito à formação da equipe técnica. Se na Portaria do ano anterior não estava especificado o profissional compatível com a execução do TTS, nessa destacamos a citação sobre o Serviço Social, como já esperado, mas também do profissional de Sociologia:

O Proponente/Agente Executor deve disponibilizar equipe técnica encarregada pelo planejamento, execução e avaliação das ações de Trabalho Social, que deverá ser multidisciplinar, constituída por profissionais com experiência de atuação em Trabalho Social, em intervenções de saneamento ou habitacionais, neste caso, com população de baixa renda. O Proponente/Agente Executor deve garantir a disponibilidade suficiente e necessária dos profissionais envolvidos com a implementação das ações do Trabalho Social visando garantir a qualidade dos serviços prestados. O Coordenador, que será Responsável Técnico pela execução do Trabalho Social, deverá compor o quadro de servidores do Proponente/Agente Executor, ter graduação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social ou Sociologia, com experiência de prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação. Entende-se por ações socioeducativas orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população (BRASIL, 2014, p. 19).

Por último, o que também destacamos dessa portaria é a orientação dada para terceirização do trabalho, com orientações mais precisas para os procedimentos a serem feitos neste caso. Esse ponto é fundamental, pois muitos municípios optaram pela terceirização, inclusive Sertãozinho, como veremos adiante. As orientações para tal estão discriminadas da seguinte forma:

- 1.1 Caso o Proponente/Agente Executor opte pela terceirização da elaboração do PTS ou execução do Trabalho Social, deverá realizar as ações/atividades previstas nas Fases definidas neste Manual, de forma direta, até o início dos serviços terceirizados. É facultado ao Proponente/Agente Executor estabelecer convênio ou acordo de cooperação técnica com instituições, de reconhecida experiência na temática, guardada a observância das normas legais vigentes. As licitações do Trabalho Social poderão admitir a contratação de consórcio de empresas e instituições sem fins lucrativos, nos termos das normas legais vigentes.
4. A terceirização não desobriga o Proponente/Agente Executor de ter na sua equipe, profissional que exercerá a coordenação da equipe pela execução do Trabalho Social.
- 5 O edital de licitação deverá respeitar os trâmites exigidos pela Lei nº 8.666, de 1993, Lei n. 12.462, de 2011, e demais normas relacionadas ao assunto, além de observar os seguintes aspectos:

qualificação técnica dos profissionais prestadores de serviço, comprovação de experiência, bem como a suficiência da equipe para a execução do Trabalho Social;

exigência de que a contratada possua profissional de nível superior responsável pelos serviços, que supervisionará, em conjunto com o Coordenador do Trabalho Social, a execução e atenderá as determinações da fiscalização do Proponente/Agente Executor.

prever a elaboração de relatórios de execução do Trabalho Social, os quais deverão conter as exigências do Proponente/Agente Executor, MCIDADES e do Agente Operador/Financeiro, visando oferecer elementos qualitativos e quantitativos para o monitoramento do Trabalho Social; e

prever a possibilidade de reprogramações das ações previstas no PTS, sempre que o atraso/paralisação da obra física inviabilizar a execução das ações do Trabalho Social, no intuito de compatibilizar o andamento dos trabalhos.

prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento, que a responsabilidade pela qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços executados é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto relativo ao Trabalho Social (BRASIL, 2014, p. 20).

Já em 2018, durante o Governo Michel Temer, uma nova Portaria⁵⁶ dispôs sobre o Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Como demonstramos anteriormente, os dois anos do governo Michel Temer foram marcados por uma série de mudanças, um avanço de medidas neoliberais e enfraquecimento do poder do Estado em garantir as políticas públicas.

Nessa nova Portaria encontramos a seguinte definição quanto ao TTS:

O Trabalho Social, de que trata este normativo, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária. Esses estudos consideram também as características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2018, p. 1).

O objetivo geral nessa normativa repete as definições das anteriores. No entanto, ela inova ao trazer os objetivos específicos com mais detalhes, mostrando que o TTS era um componente da política pública que merecia maior atenção:

2.2.1 Fomentar processos de liderança, a organização e a mobilização comunitária, contribuindo para a gestão democrática e participativa dos processos implantados.

⁵⁶ Disponível em: <http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Portaria-n%C2%BA-464-de-25-de-junho-de-2018.pdf>. Acesso em: 1 set. 2021.

2.2.2 Estimular o desenvolvimento da cidadania e dos laços sociais e comunitários.

2.2.3 Apoiar a implantação da gestão condominial quando as habitações forem produzidas sob essa modalidade.

2.2.4 Articular as políticas de habitação e saneamento básico com as políticas públicas de educação, saúde, desenvolvimento urbano, assistência social, trabalho, meio ambiente, recursos hídricos, educação ambiental, segurança alimentar, segurança pública, entre outras, promovendo, por meio da intersetorialidade, a efetivação dos direitos e o desenvolvimento local.

2.2.5 Fomentar processos de inclusão produtiva coerentes com o potencial econômico e as características culturais da região, promovendo capacitação profissional e estímulo à inserção no ensino formal, especialmente de mulheres chefes de família, em situação de pobreza extrema, visando à redução do analfabetismo, o estímulo a sua autonomia e à geração de renda.

2.2.6 Apoiar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados, estimulando a utilização adequada destes, assim como atitudes saudáveis em relação ao meio ambiente e à vida.

2.2.7 Fomentar o diálogo entre os beneficiários e o poder público local, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da intervenção e o direcionamento aos demais programas e políticas públicas, visando ao atendimento das necessidades e potencialidades dos beneficiários.

2.2.8 Articular a participação dos beneficiários com movimentos sociais, redes, associações, conselhos mais amplos do que os das áreas de intervenção, buscando a sua inserção em iniciativas mais abrangentes de democratização e de participação.

2.2.9 Fomentar a constituição de organizações representativas dos beneficiários e fortalecer as já existentes.

2.2.10 Contribuir para a sustentabilidade da intervenção, a ser alcançada por meio da permanência das famílias no novo habitat, da adequada utilização dos equipamentos implantados, da garantia de acesso aos serviços básicos, da conservação e manutenção da intervenção física e, quando for o caso, do retorno dos investimentos.

2.2.11 Gerir ações sociais associadas à execução das obras e dos reassentamentos, quando houver (BRASIL, 2018, p. 1; 2).

Na Portaria também são reforçadas as obrigações das famílias, podendo ser resumidas em: fornecer dados cadastrais e socioeconômicos; apropriar-se corretamente dos bens e serviços implantados pela intervenção, contribuindo para a manutenção e conservação do patrimônio gerado com investimentos públicos; e cumprir as obrigações previstas no contrato de recebimento, regularização ou cessão da unidade habitacional, especialmente quanto à vedação de transferência ou alteração de uso (BRASIL, 2018, p. 5).

Quando analisamos os eixos de orientação do TTS percebemos que foram mantidos exatamente as propostas expostas na Portaria de 2014 sem quaisquer alterações nos eixos e respectivas propostas. A partir dela, as fases do TTS foram mais bem definidas. A pretensão era de que o trabalho fosse iniciado em uma primeira

etapa, onde as residências ainda em construção, pudessem ser visitadas pelos beneficiários:

i) realização de, no mínimo, três visitas às obras pelos beneficiários, individualmente ou por meio de representação, mediante acordo com estes, de forma organizada e planejada; j) garantia de vistoria anterior à data da mudança das unidades habitacionais pelos beneficiários (BRASIL, 2018, p. 8).

Destacamos, por fim, alguns detalhes sobre a organização do TTS que objetivam oportunizar aos beneficiários esclarecimentos diversos quanto a nova moradia, incluindo informações de aspectos mais técnicos com profissionais especialistas na área:

[...] f) promoção de encontros com a comunidade para apresentação, em linguagem acessível, das características técnicas da intervenção, visando à recepção de sugestões por parte da população, sendo obrigatória a participação da equipe de arquitetos, engenheiros e demais áreas técnicas envolvidas na intervenção; [...] h) reconhecimento, contato e mobilização de lideranças ou instâncias de representação existentes e potenciais, de forma a estimular sua atuação no planejamento, acompanhamento e avaliação das intervenções promovidas e a incorporarem a importância da participação e do controle social na resolução dos problemas (BRASIL, 2018, p. 11).

Quanto às obrigações dos beneficiários, foi determinado mais uma vez: “cumprir as obrigações contratuais especialmente quanto à vedação de transferência ou alteração de uso” (BRASIL, 2018, p. 4). Destacamos ainda o eixo IV — Assessoria à Gestão Condominial: “visa orientar e assessorar as famílias beneficiárias para a constituição do condomínio e implantação da gestão condominial no intuito de promover a autogestão e organização dos processos representativos, quando for o caso” (BRASIL, 2018, p. 14).

No sexto item designado ao planejamento, reforça a importância do PTS em duas etapas, pré-contratual (incluindo a fase pré-obras) e pós-contratual. Esses marcos temporais se complementariam para o melhor desenvolvimento do TTS como um todo. No entanto, destacaremos as determinações referentes apenas ao pós-ocupação, já que podemos adiantar que na maioria dos condomínios estudados nessa pesquisa o pré-ocupação praticamente não ocorreu. A lei determinava que o pós-ocupação ocorresse logo após a assinatura do contrato com duração mínima de 6 meses e máxima de 12 meses.

Uma das etapas do trabalho de pós-ocupação que gostaríamos de destacar, é a que determina o incentivo a criação do chamado Grupo de Governança local-GGL: “composto por representantes dos beneficiários, grupos organizados e lideranças locais para acompanhamento das intervenções do Trabalho Social e interlocução, negociação, e articulações junto aos atores envolvidos, visando ao desenvolvimento local sustentável (BRASIL, 2018, p. 17).

Sobre os recursos destinados para o trabalho social, em 2009, o valor designado à execução do TTS era de 0,5% do valor de aquisição da unidade. Em 2011, foi alterado para 1,5% do valor de aquisição da unidade habitacional, nos casos de loteamentos, e para 2,0% para empreendimentos sob a forma de condomínios. Por último, a Portaria n. 464/2018 alterou para 2,5%.

Após a apresentação desses principais pontos, podemos concluir que as três portarias do MCI, em diferentes momentos de governo, dispuseram sobre o TTS ao longo da existência do PMCMV-1 com alterações pontuais de ampliação e retração de alguns aspectos. Observamos que, em 2013, o TTS era mais amplo, com maior número de eixos e objetivos mais descentralizados em cada um deles. De 2014 para 2018, pouco se alterou em relação aos eixos estruturantes, tampouco os objetivos de cada um. De modo geral, as normativas para o TTS no PMCMV foram ganhando mais espaço dentro da política habitacional, indicando ações que abarcam diferentes eixos da vida privada e compartilhada dos moradores, principalmente nas dinâmicas de sociabilidades dentro dos condomínios.

Com isso, destacamos, por fim, que a estrutura assumida pelo TTS nas portarias do PMCMV-1 assumiu um modelo muito próximo do esperado por Blank (2005), onde o TTS visa “desenvolver um conjunto de atividades de caráter informativo, educativo e de promoção social, visando ao desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade do empreendimento/projeto” (BLANK, 2005, p. 170). A partir desses dados, passamos a verificar como essa estrutura adentrou o planejamento do TTS realizado em Sertãozinho, constatando os alcances e limitações de sua prática com foco nas experiências realizadas nos residenciais Aragões e Geraldo Honório Garcia.

CAPÍTULO 3: UM OLHAR SOBRE SERTÃOZINHO/SP — HISTÓRICO DA FORMAÇÃO E DA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL DO PMCMV

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE SERTÃOZINHO-SP

Toda cidade possui um histórico de processos gerando suas composições territoriais, políticas, sociais e econômicas. Este capítulo tem como objetivo contextualizar a formação socioespacial da cidade de Sertãozinho/SP para dar ênfase nos interesses da produção de habitação de interesse social. Pretende-se articular a história do município as questões sociais enfatizando as lutas de classe, compondo uma outra história das relações sociais. Veremos que os dados revelam que a origem do município, assim como muitos outros do interior paulista, está totalmente inserida no contexto de expansão do capitalismo agroindustrial, bem como sua atual dinâmica econômica voltada para o agronegócio que influencia diretamente a expansão do espaço urbano.

Em seguida, são colocados alguns pontos fundamentais da sua produção de moradia social antes e após o PMCMV. O intuito dessa contextualização é conhecer mais sobre a história do território onde foram construídos oito empreendimentos sociais do PMCMV na última década, bem como de que forma as especificidades dessa formação territorial impactaram a execução da política de HIS. Para isso, introduzidos alguns trechos das entrevistas realizadas com a direção do Departamento de Habitação Social da Prefeitura que forneceu dados sobre a produção do PMCMV-1 na cidade.

3.1.1 A Origem de Sertãozinho/SP no Contexto de Expansão do Capitalismo Agrário

Localizada a 335 km da capital, a cidade de Sertãozinho compõe, junto com outros 34 municípios, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, no nordeste do Estado de São Paulo. De modo geral, os municípios da região de Ribeirão Preto possuem características diversas do ponto de vista populacional, do desenvolvimento econômico, industrial e da estrutura fundiária. Há, contudo, a agricultura canavieira

presente por toda a região, conferindo especificamente a Sertãozinho uma posição de destaque pela estrutura de usinas e parque industrial abastecendo o setor.

Figura 1: Localização de Sertãozinho no estado de São Paulo



Fonte: IBGE, 2023.

Na tabela abaixo estão dispostos alguns dados e variáveis concernentes a Sertãozinho que são relevantes para sua caracterização:

Tabela 3: Dados do município de Sertãozinho/SP

Dados variáveis	Valores
População no último censo	126.887 ⁵⁷
Índice de desenvolvimento humano municipal IDHM	0,761
Esgotamento sanitário adequado	99,3 %
Arborização de vias públicas	95,8 %
Urbanização de vias públicas	41,9 %
Mortalidade infantil	8,95 óbitos por mil nascidos vivos
Salário médio mensal dos trabalhadores formais	2,9 salários-mínimos
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	98,5%
PIB per capita	52.255,66 R\$

Fonte: IBGE, 2022. Organizada pela autora, 2022.

Inicialmente, pode-se afirmar que a fundação do município está atrelada à expansão da cafeicultura no interior paulista. Em 1827, uma comitiva de colonos

⁵⁷ Dados do Censo (IBGE, 2022). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sertaozinho.html>. Acesso em: 5 jul. 2023.

oriundos de Minas Gerais estabeleceu as primeiras fazendas e vilas na região de Ribeirão Preto. Atribui-se a fundação de Sertãozinho ao mineiro Antônio Malaquias Pedroso, nascido entre 1826 e 1833. Em 1876, realizou a doação de 12 alqueires e meio de suas terras, em torno de sua residência, para Nossa Senhora Aparecida, reservando para si uma área de 8 mil m².

Nas proximidades de sua casa, Antônio Malaquias Pedroso ergueu uma capelinha em louvor à Santa, que é a padroeira da cidade. Atualmente, o local é denominado “Praça 21 de Abril”, ponto central da cidade, na qual está localizada a Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida. Em função disso, a primeira denominação de Sertãozinho foi “Capela”, passando posteriormente para “Engenho Nossa Senhora Aparecida de Sertãozinho”, “Aparecida de Sertãozinho” e, finalmente, “Sertãozinho”⁵⁸. Inicialmente, as fazendas da região foram incentivadas à produção agrícola diversificada, gêneros alimentícios e até gado (IANNI, 1976, p. 5). A partir do começo do final do século XIX, o café tornou-se a monocultura de destaque. Ainda neste período, outras importantes transformações no país envolveram a formação de Sertãozinho, sobretudo a extinção da escravatura e a intensa imigração europeia. Com essas mudanças, alteravam-se a dinâmica e o modo de vida da população, o êxodo rural e o fortalecimento de novas economias. Aos poucos, as novas relações sociais e formação do tímido território urbano estavam associadas cada vez mais ao crescimento da economia proveniente da produção cafeeira.

Ao desmembrar-se de Ribeirão Preto, o Município foi regulamentado pela Lei Estadual n. 463, de 5 de dezembro de 1896⁵⁹, data que marca o aniversário da cidade. Até 1930, a região era constituída de 4 distritos: Sertãozinho, Santa Cruz das Posses, Pontal e Pradópolis. Aos poucos, esses distritos foram sendo elevados à categoria de município, e desmembraram-se de Sertãozinho. O primeiro foi Pontal, em 23/01/1935, pelo Decreto n. 6915⁶⁰. Em seguida, em 1938, através do Decreto n. 9775⁶¹. Pradópolis, sendo o mesmo ato responsável pela mudança no nome de Santa Cruz das Posses para apenas Cruz das Posses, ficando assim os distritos: Sertãozinho, Barrinha e Cruz das Posses.

⁵⁸ Disponível em: <https://sertaozinho.sp.gov.br/historia-do-municipio>. Acesso em: 25 ago. 2021.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/64554>. Acesso em: 25 ago. 2021.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=122552>. Acesso em: 25 ago. 2021.

⁶¹ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1938/decreto-9775-30.11.1938.html>. Acesso em: 25 ago. 2021.

Em janeiro de 1936, pela Lei n. 2.626⁶², foi criado o Distrito de Barrinha, que permaneceu até ser emancipado como município somente em 1953 com a Lei n. 2456⁶³. Desse modo, Sertãozinho ficou apenas com o distrito sede de Cruz das Posses, situação que perdura até o momento. Com a emancipação em 1886, verificou-se a formação de colônias e fazendas de cafezais, além do crescimento de vilas pela região, conferindo as características básicas de uma sociedade agrária no período. Pode-se afirmar que as forças produtivas eram reorganizadas e estabelecidas em torno da monocultura cafeeira, bem como o avanço desta provocou a reorganização e a dinamização de tais forças.

De acordo com Ianni (1976), um dos motivos principais responsáveis por essa reorganização foi a concentração e centralização das terras em mãos de latifundiários que, num primeiro instante, esteve com os barões do café e, posteriormente, com as famílias proprietárias das usinas. Nesse momento, destacam-se três importantes compradores de pequenas propriedades que, quando somadas, compunham grande parte do território agrícola de Sertãozinho: Dr. Henrique Dummont (de 1880 a 1890); Cel. Francisco Schmidt (de 1890 a 1900) e, posteriormente, a Cia Martinho Prado. Com isso:

À medida que avançavam a monocultura cafeeira, ocorriam esses dois processos simultâneos, no tocante a propriedade da terra. Por um lado, as fazendas de cafés eram formadas pela compra ou anexação de sítios e fazendas preexistentes no lugar. Por outro lado, a cafeicultura propiciou a apropriação privada das terras devolutas disponíveis na região. Mas essa apropriação, em geral, foi realizada por meio de compra das terras (IANNI, 1976, p. 7).

É válido ressaltar ainda que, a respeito das terras devolutas, a legislação vigente ancorada no período imperial desfavorecia por completo que os trabalhadores tivessem condições de adquiri-la. Houve a preocupação de encarecê-las, impondo, mais uma vez, a classe trabalhadora a condição de vendedores da sua força de trabalho ao invés de donos dos meios de produção. Especialmente no período de prosperidade da cafeicultura, os preços das terras eram muito distantes das condições materiais desses trabalhadores. Além disso, faltavam informações e divulgações sobre a venda de terras, restringido ainda mais as possibilidades dos trabalhadores em acessá-las.

⁶² Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/63574>. Acesso em: 25 ago. 2021.

⁶³ Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/63574>. Acesso em: 25 ago. 2021.

Como reforço às práticas já vigentes, a Lei de Terras (1850)⁶⁴ determinava ainda que estavam “proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Esses elementos de monopólio de poder econômico e social conferiram a Sertãozinho, desde o início, a característica de um município onde as relações de poder foram desenvolvidas para fortalecerem as elites locais (IANNI, 1976, p. 7).

De modo geral, do período de origem de Sertãozinho, isto é, no final do século XIX até a década de 1930, o predomínio da cafeicultura foi o elemento central de todas as relações. Segundo Ianni (1976), por esse motivo, a população de Sertãozinho em 1900, que era de 10.900 pessoas, subiu consideravelmente para mais de 30.000 na década de 1920. Importante destacar que, desse total, 6.500 eram imigrantes italianos. Esse dado nos mostra como o crescimento da economia cafeeira foi acompanhado de um crescimento populacional, como já dito, proveniente da nova condição de trabalho pós-abolição da escravidão e da significativa imigração italiana ao sudeste do país.

Já na década de 1940, mais de 70% da população sertanezina residia na zona rural, o que permite a melhor visualização do caráter agrário da sociedade. Nessa mesma década, devido aos desmembrados citados anteriormente no Município, a população reduziu para 21.290 (IANNI, 1976, p. 5).

3.1.2 A Crise da Cafeicultura e Ascensão da Monocultura Canavieira

No final da década 1920, como resposta às crises vinculadas à superprodução de café que estavam recorrentes, a região de Ribeirão Preto adentrou ao processo de diversificação da produção agrária, rompendo com a dinâmica de monocultura. Com isso, foram desenvolvidas duas outras culturas produtivas: a algodoeira e a cana-de-açúcar. Em linhas gerais, podemos afirmar que as crises da cafeicultura provocaram o rearranjo e o desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, para Chico de Oliveira, “A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2013, p. 35).

⁶⁴ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/542128/publicacao/15770545>. Acesso em: 8 mar. 2022.

Já na década de 1940, a produção de cana-de-açúcar superava a do café, impondo-se como o novo domínio da economia da cidade, sendo, inclusive, a cultura de maior área do período; superando a do algodão. Essa mudança gerou impactos em toda a estrutura social da cidade, para além da área de cultivo, conforme destaca Ianni (1976), uma sequência de importantes alterações:

- a) Modificou-se a estrutura judiciária do Município de Sertãozinho, tendo ocorrido certa concentração de propriedade.
- b) A pequena e média burguesia agrárias foram associadas, absorvidas ou subjugadas aos interesses do capital agroindustrial comandado pelo usineiro.
- c) A usina se impôs como uma categoria político-econômica nova e poderosa, no campo e na cidade.
- d) Criou-se em Sertãozinho um setor industrial bastante ligado a agroindústria açucareira, para produzir e reparar máquinas e equipamentos. Naturalmente esse setor também atende as demandas do terciário e do próprio secundário. Inclusive produz para clientes de outros municípios e estados. Mas é evidente a sua vinculação as exigências tecnológicas da agroindústria açucareira.
- e) As mudanças havidas na combinação e dinâmica das forças produtivas, bem como as modificações ocorridas nas relações de produção, provocaram o desenvolvimento do proletariado rural e inclusive na modificação da sua composição interna. Cresceu progressivamente o contingente de assalariados temporários e residentes nas periferias da cidade de Sertãozinho.
- f) Devido as peculiaridades econômicos-sociais e políticas da agroindústria açucareira, vista em perspectiva nacional e regional, a ação estatal tornou-se visível em todos os principais momentos das relações de produção envolvidas nas fainas dos canaviais e das usinas do lugar (IANNI, 1976, p. 24; 25).

Portanto, fica evidente que a nova monocultura alterou a estrutura fundiária e produtiva da cidade, mas não apenas isso. Para atender ao novo conjunto da economia local, foi necessário que se instalasse na região um complexo agroindustrial canavieiro, fundado sobre novas formas de organização social, de técnica das forças produtivas e das novas relações de trabalho. Com o tempo, diante da expressiva expansão da agroindústria canavieira, foi notável o crescimento de capital investido em máquinas e equipamentos. Desde que a agroindústria açucareira prevaleceu no mundo agrário de Sertãozinho, “modificaram-se substantivamente as relações de interdependência e antagonismo entre campo e cidade, a agricultura e a indústria, os operários e os burgueses” (IANNI, 1976, p. 30).

3.1.3 Industrialização e Urbanização Sertanezina

Como já mencionado, para atender o novo setor, Sertãozinho vivenciou a implantação de indústrias metalúrgicas e mecânicas, produzindo máquinas e equipamentos para as usinas de açúcar e, posteriormente, de produção de etanol. Desenvolveu-se então uma divisão social do trabalho baseada no complexo industrial metalúrgico. As usinas e o parque industrial foram os motores da economia, das relações de trabalho e sociabilidades em Sertãozinho, tornando-se um polo atrativo para muitos trabalhadores que se deslocaram para a cidade em busca de emprego. Nesse período, é possível afirmar que havia um grande impacto do ritmo de produção nas usinas na sociabilidade da população. Além disso, os setores secundários e terciários desenvolveram-se a partir dos estímulos da agroindústria açucareira:

O tempo da agroindústria açucareira, comandando pelo movimento das épocas de safra e entressafra confere um pouco do seu andamento a vida na cidade de Sertãozinho. A época da safra na cidade da agroindústria significa um período de pleno emprego. As estradas e caminhos tornam-se mais movimentados. Chegam operários de fora, de outros municípios e Estados, para trabalhar no corte da cana e na usina (IANNI, 1976, p. 28).

Para compreender a importância dessa expansão industrial em Sertãozinho, bem com os impactos na economia e vida na cidade, é preciso entender que a história da industrialização brasileira tem suas raízes colocadas na crise do modelo agroexportador desde o início do século XX e totalmente envolvido com a crise da bolsa de Nova Iorque, sob organização frágil do modelo de liberalismo econômico. O fim desse modelo de expansão de capital deu abertura para outro com a ascensão das estruturas industriais que foram investidas, sobretudo, na Era Getúlio Vargas.

Por isso, o período dos anos de 1930 até 1950 foi marcado por uma forte participação de financiamento estatal no processo de expansão de acumulação do capitalismo no Brasil, que teve como base de seu desenvolvimento a industrialização, destacando-se 3 fatores importantes desse padrão de acumulação de capital:

1) manutenção da política cambial e a política do confisco cambial; 2) nacionalização dos setores básicos do departamento (bens de produção); 3) contenção relativa do salário real dos trabalhadores, atenuada pela função que se assinalava às empresas do Estado: produzir certos bens e, sobretudo, serviços abaixo do custo, transferindo, em parte, por essa forma, poder de compra aos assalariados (OLIVEIRA, 1977, p. 79).

Assim, pela intervenção estatal, que visava garantir a reprodução e expansão do capital, o domínio da burguesia nacional amparada pelo Estado, e na sequência

pelo Estado — via ditadura militar — conseguia viabilizar o chamado “milagre econômico”, já que é ele quem articulava as relações sociais; quem determinava o nível dos salários e quem passa a ter interesse na reprodução do lucro de suas empresas (OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto, embora as realidades urbanas fossem diversas, nenhuma cidade brasileira passou intacta pelo processo de industrialização e do novo processo de acumulação. Em Sertãozinho, a expansão da agroindústria açucareira não fez do campo um espaço propriamente esvaziado, mas sim com que o espaço rural fosse urbanizado. Santos (2007) mostra como a Oficina Zanini se desenvolveu e se transformou, de forma pioneira, em uma das mais poderosas empresas de capital monopolista do setor metalúrgico no Estado de São Paulo. A expansão da Zanini se desenvolveu à medida que o “milagre econômico” impulsionou a reprodução capitalista, cujo objetivo, calcado na ampliação interna da economia nacional, consistia na concentração e centralização do capital. Por essa razão, foi possível que a empresa, durante as décadas de 1960 e 1970, constituísse um conglomerado capaz de atuar em diversos setores da economia, destacando-se, notadamente, na indústria de bens de capital (SANTOS, 2007, p. 18).

Outro dado importante para o processo sertanezinho foi a implementação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool). Criado em outubro e decretado em novembro em 1975 durante o governo militar de Ernesto Geisel, o Proálcool surgiu como uma iniciativa estatal de estímulo à produção de etanol em resposta à crise de abastecimento mundial do petróleo⁶⁵. De forma geral, o programa impulsionou toda a economia da região de Ribeirão Preto.

A partir dessa década, sob o incentivo do Proálcool, as empresas passaram a se instalar mais precisamente na periferia urbana localizada às margens da rodovia Armando de Salles Oliveira (SP-322). Tal rodovia é um importante via interurbana que conecta Sertãozinho, direta ou indiretamente, a diversas cidades da região que se constituíram como importante mercado dos produtos fabricados em Sertãozinho para a agroindústria canavieira. Atualmente, é nessa área da cidade que estão localizados o distrito industrial e os principais loteamentos industriais.

⁶⁵ **Decreto-Lei n. 76.593 de 14 de novembro de 1975.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76593-14-novembro-1975-425253-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 ago. 2021.

Assim, a partir desse período, a cidade se estabeleceu definitivamente como um polo sucroenergético, e Sertãozinho se firmou também como grande prestadora de serviços e fornecedora de bens de capital integrados à agroindústria canavieira, situação que perdura até anos recentes. Há um duplo movimento do setor entre os anos 1990 e 2000, conforme bem descreve Santos (2018):

Se a década de 1990 representou um período de reestruturação produtiva do complexo agroindustrial brasileiro em função da conjuntura ligada à mundialização do capital e às políticas de caráter neoliberal para se adequar às novas exigências do mercado mundial, os anos 2000 representaram não somente a consolidação desse processo, mas a partir do momento em que uma nova conjuntura se abriu tanto no mercado interno quanto no mercado externo, o agronegócio brasileiro se converteu em um novo padrão de acumulação e reprodução capitalista que alavancou a economia nacional (SANTOS, 2018, p. 3).

O Estado passou a financiar fortemente investimentos na produção agroindustrial moderna, a conceder créditos agrícolas e a aplicar projetos de infraestrutura. Em Sertãozinho, essas ações foram fundamentais para um maior desenvolvimento do setor de atividades industriais e de serviços, que também se beneficiaram indiretamente, conseqüentemente aumentando suas produções e vendas, e intensificando o parque industrial do município (COURY, 2016). A atuação imbricada entre os setores privado e público foi fundamental para o acirramento desse contexto, pois ambos realizaram historicamente um grande volume de investimentos na produção de cana-de-açúcar para que essa condição fosse alcançada.

Na última década, é possível afirmar que Sertãozinho passa a comportar uma especialização territorial produtiva, já que suas atividades econômicas se voltam para o setor agroindustrial canavieiro de forma cada vez mais homogênea. Um fator que evidencia esse quadro de especialização é o fato de 90% (30.000 hectares, aproximadamente) da área agricultável de Sertãozinho ser voltada ao plantio de cana-de-açúcar (COURY, 2016, p. 18).

Atualmente, Sertãozinho sedia quatro usinas⁶⁶, além de diversas indústrias de fabricação de máquinas e equipamentos como a Caldema, Fundação Moreno, Camaq, entre outras. Com todo esse contexto, a cidade apresenta uma intensa especialização

⁶⁶ Das quatro, três pertencem ao Grupo Balbo, que desde 1903 é o mais atuante na cidade. Em 1946 a família Balbo fundou a Usina Santo Antônio (USA). Em 1957 adquiriram a Usina São Francisco, e a Usina Santana em 1962 (ambas em Sertãozinho). Além disso, em 2008, foi inaugurada a Usina Uberaba, uma parceria entre o Grupo Balbo e outros grupos empresariais. Disponível em: <https://www.nativealimentos.com.br/native/nossa-historia>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ao setor sucroenergético, seja em suas indústrias de bens de capital, seja no seu setor de serviços, especialmente os de assistência técnica, financeira e de logística:

O surgimento de uma larga gama de empresas especializadas esteve, desde o princípio, relacionado às usinas canavieiras, ou seja, para suprir as necessidades destas em peças e equipamentos, seja na produção de novos produtos ou em seu conserto, em serviços de assistência técnica. Dessa maneira, à medida que a cidade de Sertãozinho se especializava produtiva e territorialmente ao setor canavieiro, este crescia e se dinamizava, ampliando o seu peso econômico. O mesmo ocorria com suas indústrias anexas, que com o passar do tempo foram se expandindo em número e tamanho, possibilitando a produção de equipamentos mais avançados, chegando até a produzir usinas completas (COURY, 2016, p. 25).

Esses fatores combinados permitem afirmar que Sertãozinho é atualmente uma cidade totalmente funcional ao agronegócio, situação que confere também um caráter de vulnerabilidade de sua economia, devido à mesma ser fortemente dependente de um único produto. Na contramão do que se propagou por muito tempo no Brasil de que a economia nacional, baseada na monocultura da produção agrícola, era sinônimo de um atraso característico de países subdesenvolvidos, o então presidente da República Lula, em 2007 ao inaugurar um complexo industrial no interior de Goiás afirmou que os usineiros “podem ser considerados os heróis nacionais”⁶⁷.

Por último, é importante destacar que essa força das elites do agronegócio também desenvolveu na cultural local com o passar dos anos uma imagem de Sertãozinho que, conforme mostra Tronto (2008), associa a cidade como local de desenvolvimento, crescimento econômico e pleno progresso:

Essa cultura de valorização local é produzida pela elite local e seu projeto segundo dois objetivos básicos: vender externamente a imagem de um local em pleno desenvolvimento e com uma economia sólida e em crescimento, que significa também o dinamismo, a solidez e a força da empresa ali instalada; e vender internamente essa imagem para construir na sociedade sertaneza um sentimento de orgulho do local e de suas empresas, fundamento ideológico para a dominação e alienação da população mais pobre e da classe operária (TRONTO, 2008, p. 81).

Esses processos combinados atendendo aos interesses das elites locais e do desenvolvimento do capital agroindustrial impactam o espaço urbano de Sertãozinho, o crescimento populacional e da demanda por moradia na cidade. Passaremos agora

⁶⁷ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-lula-usineiros-sao-herois-mundiais,20070320p28336>. Acesso em: 30 ago. 2021.

a comentar os principais pontos sobre a produção de moradia social relacionando com as características influenciadas pelo agronegócio.

3.2 A PRODUÇÃO DE MORADIA SOCIAL EM UMA *CIDADE DO AGRONEGÓCIO*

Como muitas cidades brasileiras, Sertãozinho passou a produzir moradia social na década de 1970 através da produção do BNH em parcerias com a COHAB, CDHU e, posteriormente, a CEF. A maior parte da população que foi destinada a essas habitações vinham das áreas rurais e antigas colônias de usinas, que aos poucos foram desativando as residências e pensionatos. De acordo com Beraldo (2018), na década de 1970 foram construídos 7 bairros pela COHAB/Ribeirão, que somam 3650 casas.

Já na década de 1990, com a extinção do BNH, apenas dois novos bairros de 1077 casas ao total foram entregues na cidade. Essa produção se deu no modelo horizontal, configurando para Sertãozinho novos bairros e diferenciando-se do habitual modelo vertical realizado pela política do BNH em cidades maiores (BERALDO, 2018, p. 72). Ainda segundo a autora, além da política pública do BNH, a iniciativa privada continuou com parte dessa produção, destacando-se os grupos Expandh Imóveis, Priscon Construtora, Bebiabsi Agricultura e Construtora Savegnago, que atuam até hoje.

Foi também nos anos 1990 que os movimentos por moradias ganharam força e passaram a reivindicar seu espaço em muitas cidades do país. A Associação União dos Sem-Teto e Sem Moradia de Sertãozinho (USTS) realizou ocupações em terras improdutivas nas regiões próximas ao município, que foram ganhando proporções significativas. Por exemplo, em 1992 ocorreu a primeira ocupação urbana no local onde hoje está consolidado o Conjunto Habitacional “Vila Garcia”. O nome do bairro é uma referência ao líder do movimento, Luís Carlos Garcia, que esteve desde o início à frente do movimento como uma figura aparentemente respeitada, e tido como provedor, “pai de todos”. Como demonstrou Santos (2007) em uma pesquisa de campo junto ao movimento, Garcia: “possui, inclusive, uma espécie de registro cartorial que contém os dados do imóvel e do morador controlando dessa forma a entrada e saída de moradores da vila” (SANTOS, 2007, p. 142).

Outro exemplo é o Conjunto Habitacional “Vila Áurea Gimenes”⁶⁸, primeiro e único formado por mutirão da comunidade a partir de terrenos doados pela Prefeitura e financiados pela CDHU. Anteriormente, as famílias ocuparam entre os anos de 2006 e 2008 os terrenos nas margens do Córrego Sul que corta a cidade. Por anos a região ficou conhecida como uma favela, gerando insatisfação na população sertaneza, já que a região ocupada era uma via de fluxo importante no dia a dia da cidade. A resolução desse caso e todos os conflitos entre movimento por moradia e a Prefeitura marcaram também a distribuição das unidades habitacionais do PMCMV-1 até o último empreendimento entregue em 2020, como apontaremos mais adiante.

Elias e Pequeno (2007) defendem que, no Brasil agrícola moderno, há uma relação direta entre o processo de urbanização de vários municípios brasileiros com a expansão do agronegócio. As cidades formadas nessa conjuntura têm como função principal as demandas produtivas dos setores associados à modernização da agricultura, sendo que, nestas cidades, materializadas as condições gerais de reprodução do capital do agronegócio. Para comprovar essa tese, os autores tiveram como foco de estudo algumas cidades da Região Nordeste, Elias e Pequeno (2007) consideram que Sertãozinho se caracteriza como uma cidade do agronegócio, assim como Rio Verde (GO), Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Matão e Bebedouro (SP). Algumas características marcam essas cidades, sendo as principais:

As cidades próximas às áreas de realização do agronegócio tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc., aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais – denotando o que Milton Santos (1988, 1993, 1994, 1996, 2000) chamou de *cidade do campo*. Considerando nossos estudos atuais, acreditamos que podemos adaptar a noção de cidade do campo para cidade do agronegócio para classificar algumas das cidades, locais e médias, do Brasil agrícola com áreas urbanas (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 26).

Considerando que a difusão do agronegócio exacerba as desigualdades, pois se dá de forma socioespacial excludente, os autores trabalham com a questão das desigualdades socioespaciais expressa pelo problema da moradia como principal variável destas desigualdades, uma vez que a produção e distribuição da população no espaço urbano ficará condicionada às intenções deste mercado.

⁶⁸ O nome do bairro homenageia a mãe do ex-prefeito de Sertãozinho, José Alberto Gimenes.

Portanto, a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 30). Conseqüentemente, os problemas causados por essa atuação nas cidades do agronegócio são semelhantes aos problemas urbanos de cidades maiores, principalmente:

[...] ausência ou insuficiência de infraestrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; disseminação de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infraestrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, dentre outros (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 31).

Sendo assim, os diferentes fenômenos produzidos sob essa lógica estão agrupados nas seguintes questões: favelização; mercado imobiliário; produção de habitação de interesse social pelo Estado; déficit habitacional e condições inadequadas de moradia (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 32). A seguir, comentaremos brevemente cada um desses aspectos na realidade de Sertãozinho, para que possamos entender o que há de regular e peculiar na cidade.

Primeiramente, sobre a favelização, os autores definem:

[...] como intervenção informal e forma mais precária de moradia, em que a população não detém a propriedade da terra, teríamos a situação de irregularidade fundiária em desacordo com as normas urbanísticas; a intensificação da favelização nos espaços de propriedade do poder público e nas áreas de proteção ambiental; o aumento das áreas em situação de risco; a precariedade das condições de moradia refletindo na qualidade de vida da população; o surgimento de formas precárias de moradia com características urbanas agrupadas em áreas rurais próximas às áreas produtivas, acompanhado de crescimento populacional (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 32).

A favelização, muito comum em grandes centros urbanos, passou a ser parte da realidade de cidades médias e menores. Como já citamos, no histórico de Sertãozinho a Prefeitura desempenhou com relativa rapidez um trabalho para desfazer ocupações e surgimento de favelas. Outros dois fazem parte desse processo. Na região central da cidade, entre 2008 e 2011, liderados mais uma vez por Luís Carlos Garcia, cerca de 196 famílias ocuparam o prédio do INSS, que já se encontrava desativado há 30 anos. Posteriormente, a maior parte dessa população foi realocada para os empreendimentos do PMCMV-1 Residencial Geraldo Honório

Garcia e Residencial “UMM” (União do Movimento por Moradia), depois de muitos conflitos e acordos sobre a demanda do movimento.

A última ocupação do movimento liderado por Garcia em Sertãozinho ocorreu no espaço denominado “granja”, localizado na Rodovia Maurílio Biagi (SPA-343/322). A granja Frango Sertanejo estava desativada há alguns anos, e foi ocupada por cerca de 250 famílias em 2011, que permaneceram ali até 2017, quando o Ministério Público autorizou a remoção em definitivo.

Em entrevista realizada com o Diretor de Departamento de HIS, com o último empreendimento Faixa 1 entregue em 2021 no distrito municipal de Cruz das Posses, o município resolveu a questão da demanda pelo movimento e das ocupações irregulares:

Nós fomos no Ministério Público sobre a questão da demanda do movimento. Eles colocaram pra nós que teriam que ser 200 pro movimento. Depois de conversar com o Movimento sem teto e sem-terra, acordou que ia ficar 104 pro movimento, 300 por sorteio porque fazia tempo que Cruz das Posses não tinha empreendimento e outras 3 para três famílias que estavam numa rua lá na Vila Garcia que tinha que abrir um projeto final ali. Só que aí o movimento ia deixar de as casas. Então nós, o município, criou o Aluguel Social, foi feito esse acordo e assim acabamos com a ocupação granja. Com isso hoje Sertãozinho não tem nenhuma ocupação irregular (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 21 jun. 2021).

A Lei Municipal n. 6546/2019⁶⁹ autorizou o programa do Aluguel Social criado em princípio para atender parte das famílias da ocupação da granja que não foram contempladas com a moradia via PMCMV-1. Inicialmente o programa foi pensado para 110 famílias, mas o então diretor relatou que foi posteriormente ampliado para 120 atendendo outros públicos: mulheres vítimas de violência pelo atendimento do CREAS; adolescentes do Abrigo Institucional que completam a maioria e que não possuam vínculos familiares estabelecidos e/ou familiares com condições financeiras para assisti-lo; famílias e/ou indivíduos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social temporária; situação de calamidade pública decorrentes dos efeitos da catástrofe climática. O valor do auxílio é de R\$400,00 e considera em vulnerabilidade social as famílias com renda de até R\$ 1.800,00, cujo valor será reajustado anualmente pelo INPC/IBGE.

⁶⁹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/s/sertaozinho/lei-ordinaria/2019/654/6543/lei-ordinaria-n-6543-2019-autoriza-o-municipio-de-sertaozinho-a-implantar-o-programa-aluguel-social-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 30 ago. 2021.

No que se refere à atuação do mercado imobiliário, os autores apontam que, nas cidades do agronegócio, ocorre:

[...] a dinamização do mercado imobiliário a partir da implantação de loteamentos para famílias de renda média e disponibilidade de imóveis para aluguel; a verticalização nas áreas centrais atendendo às demandas específicas, associadas à super utilização do lote urbano e à segregação socioespacial; a presença de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; a implantação de loteamentos irregulares e clandestinos sem infraestrutura e sem nenhum critério urbanístico (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 33).

Neste caso, em Sertãozinho verificamos a verticalização nas áreas centrais e de condomínios residenciais de alto padrão, para atender a classe de empresariado que passou se instalar na cidade. Entretanto, não há historicamente a ocorrência de grandes vazios urbanos. Como mostra Beraldo (2018, p. 95), a produção do PMCMV aqueceu o setor da construção civil em Sertãozinho, sendo as construtoras Phercon e ISO protagonistas do processo produtivo da Faixa Um, e, portanto, as principais responsáveis pela expansão urbana.

Essa articulação do interesse do mercado com Estado, como vimos, sempre esteve na história das políticas habitacionais, e com o PMCMV-1 não foi diferente, sendo na prática muito mais facilitado. Apesar dessa significativa produção de Faixa Um, segundo o diretor do Dep. de HIS, ainda seria necessário mais investimento no setor:

A gente tem muito mais demanda. Sertãozinho teve um boom de crescimento nos anos 2000. Fora que se você pegar esse pessoal dos movimentos eles atraíram muito mais pessoas. Parece que Sertãozinho atingiu o que precisava, mas na realidade não. O que a gente teve como base de inscrição nesse último empreendimento a gente precisava de mais umas duas mil (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 21 jun. 2021).

Tomando como base a colocação supracitada de que Sertãozinho ainda precisaria de mais investimento na habitação social por parte do governo, questionei sobre como o Programa Casa Verde e Amarela estava se colocando para o município. A informação dada pelo diretor do Dep. de Habitação Social vai de encontro ao que apresentamos no capítulo anterior sobre o a atuação ínfima do PCVA:

A gente tinha encaminhado mais 400 unidades pra outro empreendimento de Faixa 2, mas aí coincidiu com a pandemia e acabou parando, e veio o Casa Verde e Amarela em seguida. Até agora não veio nada para nós de material, portaria e regulamentação. Se hoje a gente fosse fazer uma inscrição a gente teria que ir lá na CAIXA buscar informação. E quando o pessoal da CAIXA veio aqui na última vez eles disseram que esse empreendimento de Cruz das Posses era o último nessas proporções de Faixa 1 entregue na região, talvez até no estado todo (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 21 jun. 2021).

Sobre a produção de habitação de interesse social pelo Estado, os autores apontam para alguns processos conhecidos como conjuntos habitacionais em áreas periféricas, sem infraestrutura e conexão a malha urbana. Consequentemente, desigualdades as redes de serviço são parte dessas cidades (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 35). Com o lançamento do PMCMV, foi retomada a produção de habitação social em Sertãozinho de maneira mais expressiva. A produção do Programa foi se dando como em todos os municípios brasileiros, onde a lógica das construtoras optarem por terrenos mais baratos levou a uma alocação de conjuntos habitacionais periféricos e desprovidos de infraestrutura nos primeiros anos de suas implantações, diferente de outras faixas de financiamento do PMCMV:

Em Sertãozinho, todos os empreendimentos das Faixas 1 e 2 situam-se no extremo urbano da região Norte – área para além do limite criado pela linha férrea, próximo às áreas destinadas à produção agrícola local e com poucos equipamentos urbanos implementados para atendimento desta recente população. Já os empreendimentos para Faixa 3 se estabelecem na região Noroeste, em glebas de antigos loteamentos, numa área bem mais consolidada (LOPES; SHIMBO, 2015, p. 238).

Essa região da cidade é conhecida popularmente pelos moradores como “os santas”, devido aos nomes dos bairros onde estão inseridos: Jardim Santa Bárbara; Jardim Santa Lúcia; Jardim Santa Marta I; Santa Marta II e Jardim Santa Rosa. A distância média desses bairros onde estão os empreendimentos do PMCMV-1 até o centro é de 4 a 5 km. Os mais distantes são os Residenciais Aragões e o Conjunto Geraldo Honório Garcia: ambos estão ao lado de áreas agrícolas e plantações de cana.

Figura 2: Foto aérea da localização do Residencial Aragão Um e Dois



Fonte: Google, 2023.

Figura 3: Foto aérea da localização do Residencial Geraldo Honório Garcia



Fonte: Google, 2023.

Ao total, Sertãozinho possui oito empreendimentos do PMCMV-1, sendo sete distribuídos pela região Norte da cidade, e o último entregue para o distrito de Cruz das Posses. Os empreendimentos variam em quantidade, tipo U.H, período de entrega e execução de TTS. Os dados estão organizados na tabela a seguir:

Tabela 4: Caracterização dos empreendimentos do PMCMV-1 em Sertãozinho/SP

EMPREENHIMENTO	U.H/TIPO	ENTREGA	TTS REALIZADO	PERÍODOEXECUÇÃO DO TTS	EMPRESA
Residencial “Aragão Um”	440/apto	novembro de 2012	Pós-ocupação	fevereiro-maio de 2018.	Travain
Residencial “Aragão Dois”	352/apto	maio de 2012	Pós-ocupação	fevereiro-julho de 2017.	Arco Verde
Residencial “Acácias”	120/apto	maio de 2012	Pós-ocupação	abril de 2015- maio de 2017	Travain
Residencial “Eldorado”	160/apto	julho de 2011	Pós-ocupação	fevereiro-maio de 2015.	Travain
Residencial “Geraldo Honório Garcia”	340/apto	julho de 2015	Pré-ocupação/Pós-ocupação	fevereiro-julho de 2018	Travain
Residencial “UMM”	240/apto	fevereiro de 2015	Pré-ocupação/Pós-ocupação	outubro de 2014- outubro de 2016	Arco Verde
Conj. Hab. “Anélio Celine”	288/casa	julho de 2016	Pós-ocupação	julho de 2017- dezembro de 2017	Arco Verde
Conj. Hab. “Carlos Salla”	407/casa	março de 2021	Pós-ocupação	maio de 2022 ⁷⁰	Gradux Brasil
TOTAL	2347				

Fonte: Secretaria de Assistência Social de Sertãozinho (2021). Elaborado pela autora.

Como evidenciado pela tabela acima, a maior parte da produção do PMCMV-1 se deu no modelo de condomínio fechado vertical. Apenas dois empreendimentos foram realizados no tipo casa, sendo um no município de Sertãozinho, e o último e mais recente entregue no distrito de Cruz das Posses. As empresas que ganharam a licitação para executar o TTS se repetem em todos os condomínios.

Considerando que o estilo de vida em residenciais verticais murados provoca sociabilidades específicas na convivência pois exige das famílias adaptações diferentes e complexas. De início, é importante destacar que existe um custo financeiro para esses moradores além da prestação do imóvel que é a taxa do condomínio⁷¹. Além disso, há um custo simbólico em viver e morar dentro do condomínio, onde as sociabilidades são afetadas pela estrutura do empreendimento que não permite, por exemplo, reformas ou reparos na unidade habitacional, além de tantas outras regras e normas.

Concordamos, então, que o espaço do condomínio, sobretudo as regras necessárias para a convivência, provocam mudanças profundas no modo de vida das famílias no pós-ocupação, além do desafio de construir um novo modo de vida

⁷⁰ A licitação para contratação da empresa responsável pelo TTS foi cancelada em 2021 em virtude da pandemia e retomada no início de 2022. A empresa que ganhou tem origem em Salvador/SP e realizou o pós no ano de 2022 e teve a prorrogação autorizada para mais seis meses em 2023, de acordo com o diretor entrevistado.

⁷¹ Os Capítulos 4 e 5 descreverão melhor o impacto da taxa de condomínio nas famílias dos residenciais estudados nessa pesquisa.

principalmente naqueles que transitam de uma trajetória de moradia informal para a formalidade, e a imposição de modelos predefinidos de uso do espaço, de sociabilidade e de participação (PAZ *et al.*, 2015).

Em relação ao TTS, também vemos a necessidade de enfatizar que apenas o residencial Geraldo Honório Garcia e o residencial UMM receberam trabalho social de pré-ocupação. Além disso, verificamos um intervalo considerável comparando a data de entrega dos empreendimentos e o início do trabalho de pós-ocupação, sobretudo nos residenciais Aragões e no residencial Eldorado. Esses dados serão tratados com mais detalhes no capítulo seguinte.

Oito anos depois do que foi colocado por Lopes e Shimbo (2015), atualmente, a região dos empreendimentos Faixa 1 encontra-se equipada e mais bem inserida no contexto urbano. Na região, encontramos, além de interligação com a malha urbana, equipamentos como creches, posto de saúde, CRAS, CEU das Artes e UPA, ainda que esteja um pouco mais afastada dos empreendimentos. No entanto, esse processo levou um tempo, ao menos cinco anos para se completar, o que deixou os moradores com maiores dificuldades em adaptação no início do processo de mudança. A tabela a seguir expõe essa realidade territorial:

Tabela 5: Relações entre os equipamentos públicos dos empreendimentos do PMCMV-1

Equipamento	Data da entrega	Distância em relação ao Geraldo Honório Garcia	Distância em relação aos Aragões
EMEI "Ruth Magrini dos Santos"	2013	400 metros	1, 3 km
EMEIF "Cleuza Maria PontesBraz"	2016	950 metros	750 metros
CRAS	2015	1, 3 km	500 metros
CEU das Artes	2014	1, 1 km	1,3 km
UPA	2015	3, 2 km	3,4 km
UBS Jardim Santa Rosa	2016	700 metros	1,0 km
Secretaria de Assistência Social e Cidadania	2019 ⁷²	3, 4 km	3, 7 km

Fonte: Prefeitura Municipal de Sertãozinho. Organizado pela autora. 2022.

Em trajetória a pé durante o trabalho de campo pelas ruas e avenidas que conectam a Região Norte, observa-se que além dos empreendimentos públicos, há uma pequena oferta de comércio e serviços populares. Ainda assim, o centro tradicional de Sertãozinho é muito consolidado e uma referência para toda a população sertanezina, de modo que na periferia não há uma oferta em variedade

⁷² Data da mudança do prédio da Secretaria de Assistência Social. Anteriormente estava localizado no bairro central da cidade.

como no centro popular da cidade. Reforçamos por isso o argumento colocado por Beraldo (2018) que um dos motivos para essa falta de novas centralidades está na proximidade com Ribeirão Preto, que apresenta uma ampla especialidade na área comercial, sobretudo popular, conferindo as cidades mais próximas essa forte dependência.

Por último, comentando o aspecto da inadequação de moradia, percebe-se uma clara relação entre a localização da pobreza e a precariedade das condições de habitação e do entorno “associando a moradia da pobreza à falta de recursos para a construção de instalações sanitárias e à inoperância e capacidade dos municípios implantarem redes de infraestrutura” (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 37). Os autores citam o exemplo do município de Balsas no Maranhão, com taxa de urbanização superior a 84%, cerca de 50% dos domicílios não possuem banheiro.

No entanto, em Sertãozinho também vemos uma realidade diferente nesse aspecto. A cidade apresenta 99,3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado; 95,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 41,9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Esses três indicadores (domicílios com esgotamento sanitário adequado; domicílios urbanos em vias públicas com arborização e vias públicas com urbanização adequada), quando comparados com os outros 645 municípios do estado, colocam Sertãozinho nas posições de 13º, 290º e 134º, respectivamente. Se comparado as outras 5570 cidades do Brasil, sua classificação é 13º, 5570º e 696º, respectivamente⁷³.

Conforme previsto pelo Estatuto das Cidades (2001), há a obrigatoriedade dos municípios com população maior que vinte mil habitantes em elaborarem o Plano Diretor⁷⁴. O município de Sertãozinho atendeu a essa determinação por meio da Lei Complementar n. 201/2008⁷⁵ durante um dos mandatos do ex-prefeito José Alberto Gimenes (2004-2008), popularmente conhecido com Zezinho Gimenes, filiado ao PSDB. A orientação do Estatuto das Cidades é de que:

⁷³ Dados do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sertaozinho/panorama>. Acesso em: 1 set. 2021.

⁷⁴ Capítulo III — Do Plano Diretor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 1 set. 2021.

⁷⁵ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sertaozinho/lei-complementar/2008/20/201/lei-complementar-n-201-2008-cria-o-plano-diretor-do-municipio-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 1 set. 2021.

I — Garantia do direito a um Município sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II — Gestão democrática por intermédio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, da execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e rural.

O Plano Diretor de Sertãozinho quase não aborda aspectos sobre a produção de habitação social, tão pouco define qual a função social da propriedade no município, mas aponta para instrumentos urbanísticos que podem ser utilizados com esse objetivo. O Capítulo V — “Da política habitacional” trata das políticas e ações a serem estabelecidas para a habitação, sendo:

I — Encaminhar adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, SNHIS e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, FNHIS, em conformidade com a Lei Federal 11.124, de 16 de junho de 2005, em até 60 (sessenta) dias a partir da publicação desta Lei, para acessar recursos do orçamento geral da união, OGU, cumprindo com os requisitos de assinatura do termo de adesão, constituição de fundo habitacional de interesse social, criação de conselho gestor e elaboração do plano municipal habitacional de Interesse social o qual deverá conter:

- a) Criação de órgão específico para a gestão urbana e habitacional do município de Sertãozinho;
- b) Aquisição de glebas para a formulação de programas de lotes urbanizados e habitação de interesse social;
- c) Implementação de programas de assessoria técnica para a construção de habitações populares e moradia econômica, por intermédio de legislação própria;
- d) Incentivo à formação de cooperativas habitacionais e a programas associados às empresas utilizadoras de mão-de-obra;
- e) Implementação de programas de autoconstrução e de lotes urbanizados;
- f) Articulação com órgãos estaduais e federais e municipais, para a formulação de políticas comuns;
- g) Coibir a ocupação de áreas de risco, áreas verdes, institucionais, Áreas de Preservação Permanente (APP) e Área de Preservação Ambiental (APA), promovendo uma rigorosa fiscalização;
- h) Utilização de todos os instrumentos jurídicos previstos nesta e em outras leis (PLANO DIRETOR, 2008, p. 15).

Por último, destacamos apenas que o Conjunto Habitacional Anélio Celine foi um mais complexo em relação à sua distribuição das U.H. O bairro foi o último empreendimento pelo PMCMV-1 nas seguintes condições: 97 das casas para regularização fundiária da Vila Garcia, operação vinculada ao PAC para atendimento de famílias em situação de risco; 51 para cidadãos sertanezinhos por meio do sorteio e financiamento do PMCMV-1; outras 52 unidades habitacionais destinadas de acordo com a indicação do Movimento USTS a partir de um acordo feito com o Ministério

Público. As 88 U.H atenderam a Faixa 2 do PMCMV na época, contemplando famílias com renda entre R\$1.600,00 e R\$ 3.500,00. A conclusão desse acordo pôs fim às ocupações do movimento por moradia na cidade.

CAPÍTULO 4: O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO SOCIAL EM SERTÃOZINHO/SP

Após a sistematização dos dados pertinentes ao TTS no âmbito do PMCMV-1 (Capítulo 2) e da organização socioespacial de Sertãozinho e a produção de moradia social (Capítulo 3), neste capítulo vamos nos atentar para como se deu a gestão do TTS na teoria e na prática no município de Sertãozinho. O objetivo deste capítulo é descrever, analisar e comparar as ideias e práticas vinculadas ao TTS realizado nos condomínios residenciais Aragão Um; Aragão Dois e Geraldo Honório Garcia, além de pontuar brevemente a execução do TTS nos outros empreendimentos sociais do município.

Para isso, vimos a necessidade de subdividir o capítulo em duas partes: a primeira parte é dedicada às questões que envolveram a preparação do TTS; contando com dados sobre o projeto elaborado pela Prefeitura, os processos de licitação das empresas executoras e as impressões gerais do trabalho realizado nos empreendimentos. A segunda parte dedica-se de fato a uma análise mais precisa do que foi realizado nos empreendimentos sociais, tomando como referências os relatórios das empresas responsáveis pelo TTS que foram obtidos com a Sec. de Assistência Social de Sertãozinho.

PARTE I: O PLANEJAMENTO DO TTS — PRINCIPAIS REFERÊNCIAS, VALORES E IDEOLOGIAS

A investigação sobre a participação municipal foi realizada tomando como pressuposto o entendimento desenvolvido por Paz (2015, p. 279), de que o TTS pode fazer diferença, mas não sozinho, pois não resolve problemas estruturais do programa como projeto, obra e inserção urbana. A partir do argumento da autora de que o TTS precisa estar inserido nas estruturas administrativas e política municipais, definindo competências, responsabilidades e equipe capacitada, investigaremos como essas atribuições ocorreram na Secretaria de Assistência Social de Sertãozinho.

Sendo assim, utilizamos como coleta de dados entrevistas com servidores municipais que participaram de todo esse processo: o Diretor do Departamento de Habitação de Interesse Social e duas assistentes sociais da Prefeitura que participaram de atividades de TTS pós-ocupação em diferentes empreendimentos.

Nossa intenção é demonstrar como o poder público se apropriou da responsabilidade sobre o TTS, assim como entender quais foram as dificuldades e possíveis sucessos obtidos do ponto de vista desses agentes.

4.1 A PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NO TTS: DA ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO SOCIAL A LICITAÇÕES DAS EMPRESAS

Como exposto no segundo capítulo, no PMCMV, a CEF assumiu a função de agente responsável por orientar e fiscalizar aos municípios o desenvolvimento do Trabalho Social nos empreendimentos Faixa 1. Apesar das portarias específicas para o TTS lançadas pelo Ministério das Cidades, a CEF estruturou o Caderno de Orientação de Trabalho Social (COTS) no ano de 2013, servindo como um manual mais prático para a organização dos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTS) realizado das prefeituras e, posteriormente, servindo como base para as ações diretas de trabalho social realizadas pelas empresas licitadas.

O PTS elaborado pelo município com os principais pontos a serem desenvolvidos com os moradores dos empreendimentos sociais era submetido à CEF, que, uma vez aprovando o documento, autorizava os encaminhamentos para dar continuidade nos processos. Normalmente, ocorria abertura de licitação da Prefeitura para contratação de empresas que se adequassem ao que estava pré-estabelecido no PTS. Isso significa que, teoricamente, as empresas licitadas não tinham autonomia total para criar as ações e precisavam se basear no PTS, sendo ele um primeiro desenho do que viria a ser o TTS com os moradores.

No COTS (2013), assim como nas portarias regulamentadas pelo MCI que apresentamos no Capítulo 2, o TTS ficou definido para ocorrer com os moradores em pelo menos duas etapas — as chamadas pré-ocupação e pós-ocupação. Por definição, o COTS (2013) trouxe o entendimento de que o TTS muito semelhante ao que já conhecemos, presando pela relação do indivíduo com o lugar, da apropriação correta da moradia e do entorno:

[...] é o conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços, adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendidos, além de incentivar a gestão participativa para a sustentabilidade do empreendimento (COTS, 2013, p. 4).

Dessa forma, como veremos, o COTS (2013) foi o principal instrumento utilizado para embasar o PTS em Sertãozinho. A primeira etapa denominada de “pré-obras”, garante o direito ao beneficiário de, em grupo, acompanhar o andamento do projeto. No seu pilar encontra-se o incentivo a mobilização e organização comunitária, visando estimular a criação de organismos representativos da população, além de explanações gerais a respeito da unidade habitacional, de direitos e deveres, sobretudo para aqueles que são residenciais verticalizados (COTS, 2013, p. 5).

A segunda etapa de pós-ocupação prevê seu início a partir do momento em que os beneficiários realizam a mudança. Nessa fase, que pode durar até doze meses a depender da complexidade do empreendimento, encaminham-se orientações para a vida dentro da unidade e fora dela, isto é, com o bairro ou, se for o caso, com o condomínio.

Além do processo de trabalho de organização comunitária, as ações são voltadas para educação sanitária e ambiental, geração de trabalho e renda, focando a participação da comunidade para as mudanças previstas e desejáveis do Programa (COTS, 2013, p. 5). Todas essas ações seriam pensadas a partir dos conhecidos Eixos de Trabalho, que foram organizados em três temas, conforme indicamos na tabela a seguir:

Tabela 6: Sugestões de conteúdos e eixos presentes no COTS (2013)⁷⁶

EIXO 1- MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio à formação e/ou consolidação das organizações representativas da população e comissões para tratar de assuntos comuns (acompanhamento de obras, de jovens, de mulheres); 2. Capacitação de lideranças e de grupos representativos sobre processos de gestão; Comunitária; papel das associações e dos grupos representativos, formalização e legalização das entidades representativas; 3. Estímulo aos processos de informação e de mobilização comunitária e à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas à melhoria da qualidade de vida; 4. Estabelecimento e formalização de parcerias envolvendo Poder Público e sociedade civil para a realização de ações integradas, visando fortalecer as potencialidades locais, promover a articulação e contribuir com a continuidade das ações; 5. Integração com o entorno, em termos de relações funcionais; 6. Convivência com o meio ambiente; 7. Estímulo à inserção da organização comunitária da área em movimentos sociais mais amplos e em instâncias de controle e gestão social; 8. Promoção de atitudes e condutas ligadas ao zelo e ao bom funcionamento dos equipamentos sociais e comunitários disponibilizados; 9. Estabelecimento de parcerias e integração com as demais políticas e programas do município; Nos casos de verticalização das habitações, os princípios de gestão condominial (legislação, objetivos, organização e funcionamento); e a convivência das famílias em condomínios; 10. Nas intervenções de saneamento, planejamento do processo de mobilização por meio do desenvolvimento de ações como: constituição ou fortalecimento dos conselhos existentes, reuniões de planejamento comunitário, palestras, assembleias, audiências públicas, campanhas educativas, entre outros.
EIXO 2- GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ações para a redução do analfabetismo; 2. Capacitação e requalificação profissional, planejadas de acordo com a realidade socioeconômica dos beneficiários e vocação econômica local; 3. Estímulo à produção alternativa e à organização de grupos de produção e cooperativismo, respeitadas as particularidades da população beneficiada; 4. Estímulo a processos cooperativos de produção, tendo como referência os conceitos de Economia Solidária; 5. Fomento e implementação de atividades educativas ligadas à separação e reciclagem de resíduos sólidos; 6. Empreendimentos para gestão dos resíduos sólidos que envolvam catadores, priorizando o atendimento nas ações de assistência social para garantir a inclusão social e emancipação econômica, formação e capacitação dos catadores para atuação no mercado de recicláveis e, programas de ressocialização de crianças e adolescentes envolvidas.
EIXO 3- EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção do processo educativo que esclareça e valorize a infraestrutura implantada e busque mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente e à vida saudável, na redução de doenças e melhoria dos níveis de saúde da população; 2. Preparação da comunidade para a correta utilização das habitações, especialmente no que diz respeito às unidades sanitárias e à rede de esgoto; 3. Demonstração das responsabilidades dos beneficiários na correta utilização e preservação dos serviços implantados, tanto os individuais como os coletivos; 4. Promoção de campanhas educativas para promoção da saúde, correta utilização e preservação dos serviços implantados e uso racional da água e da energia elétrica; 5. Estímulo à busca de parcerias para promoção, em caráter permanente, das ações de educação ambiental; 6. Divulgação de informações, programas e projetos de natureza ambiental de para ampliação da consciência ecológica das populações.

Fonte: Elaborada pela autora. Dados: COTS, 2013, p. 17.

Partindo dessas breves considerações, passaremos a apresentar a seguir os dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Assistência Social de Sertãozinho sobre o TTS realizado nos empreendimentos do PMCMV-1. Para isso, foi estabelecido

⁷⁶ Segundo o manual, a escolha das ações que serão desenvolvidas deve considerar a realidade local, as características da população envolvida, as diretrizes do programa/modalidade, bem como a capacidade operacional do executor e os recursos disponíveis (COTS, 2013, p. 17).

contato com o diretor de Departamento de Habitação Social, servidor público concursado na prefeitura de Sertãozinho desde 2013. Desde então, o diretor acompanhou a maior parte dos processos que envolveram a produção da Faixa 1 na cidade. No capítulo anterior já introduzimos algumas de suas falas, mas que agora passarão a ter mais centralidade na nossa análise.

Graduado em Serviço Social pela FCHS — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP Campus Franca) —, o diretor se colocou à disposição desta pesquisa via troca de e-mails e em duas entrevistas: a primeira realizada em dezembro de 2019, e a segunda em junho de 2021⁷⁷. A partir desses momentos, foi possível obter relatórios dos trabalhos desenvolvidos, além de outros dados quantitativos pertinentes para caracterizar o campo da pesquisa. Em relação ao TTS, a função do diretor de departamento foi conduzir os processos de formalização do PTS e todo o acompanhamento antes, durante e após os encerramentos das atividades com os moradores.

Nesse sentido, é preciso reforçar o dado de que o TTS realizado em todos os residenciais estudados nessa pesquisa foram terceirizados pela prefeitura de Sertãozinho. A justificativa para tal foi de que a equipe técnica da Secretaria de Assistência Social não era suficiente para realizar os trabalhos, necessitando, portanto, de mão de obra externa especializada e com experiência na implantação de projetos relacionados à HIS. Essa não foi uma escolha isolada de Sertãozinho, pois na realidade essa prática passou a ser muito comum em diversos municípios, que alegavam a mesma situação em relação a falta de equipe, além da complexidade em gerir esse aspecto social do PMCMV. Por isso, as principais Portarias do MCI e o COTS (2013) trouxeram a terceirização como possibilidade aos municípios.

Sendo essa a realidade vivida pelo TTS na política habitacional no PMCMV-1, entendemos que os valores, ideais e equipe técnica seriam chaves importantes de um trabalho social bem realizado e, portanto, “A consistência do TS depende da discussão coletiva e do compartilhamento de conceitos-chaves, como moradia digna, qualidade de vida, trabalho, participação, movimentos sociais etc. Mas isso só se faz com equipe fixa e permanente” (PAZ *et al.*, 2015, p. 283).

⁷⁷ Em dezembro de 2019, a entrevista foi realizada de maneira presencial no prédio da Secretaria de Assistência Social. Passado o exame de qualificação, vimos a necessidade de confirmar e explorar alguns outros dados, sendo necessária a segunda entrevista que foi realizada de maneira virtual em decorrência da pandemia do Covid-19 no final do de 2021.

É importante situar que, conforme visto no segundo capítulo, nos anos de entrega, entre 2010 e 2011, o TTS era uma obrigatoriedade legal do Programa, embora sem especificações sobre seu funcionamento, já que a primeira portaria do MCI foi lançada somente em 2013. Assim, os condomínios residenciais selecionados para essa pesquisa estavam situados em um período pouco consistente sobre a formalização e aplicação do TTS. Sendo assim, com exceção do Residencial G.H.G, o pré-ocupação não ocorreu com coerência e continuidade em nenhum outro empreendimento Faixa Um. A falta de uma legislação adequada e o desconhecimento da equipe municipal sobre como gerir essa questão naquele momento justificam essa não execução:

A prefeitura não licitou. Tinha uma empresa credenciada na CAIXA que ela obrigatoriamente fazia, mas era mais pontuais, já aquele pacote fechado. “cartilha, o novo morar, o que você deve, o que não deve fazer”; enfim, não muito condizendo com a realidade (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Para elaborar as ações de trabalho social pós-ocupação a Prefeitura tomou respaldo principal o COTS (2013) e pouco das portarias do MCI (2013; 2014; 2018). Como vimos, os eixos estruturantes do COTS eram subdivididos em três aspectos: 1) Mobilização e organização comunitária; 2) Geração de trabalho e renda; 3) Educação sanitária e ambiental (COTS, 2013, p. 17; 18). Os valores incutidos nos eixos revelam o caráter de organização pretendido sobre a população beneficiária, à valorização dos elementos de trabalho autônomo e novos costumes em relação ao meio ambiente e limpeza.

O PTS foi elaborado a partir do que os agentes municipais entendiam como importantes para cada empreendimento, escolhendo os eixos estruturantes do trabalho e temas de preferência. Segundo o diretor entrevistado, os principais aspectos que o PTS buscou enfatizar foram o desenvolvimento da participação consciente e crítica dos moradores com as questões próprias do condomínio, justamente para que as famílias se sentissem parte de um coletivo, pois já se imaginava que a vida dentro de um condomínio poderia gerar impactos na adaptação e no cotidiano das sociabilidades.

Sendo assim, projetavam-se as atividades, que tinham como objetivo principal organizar e estimular a vida comunitária, de modo que cada morador adquirisse conhecimento de que a casa própria era tão importante quanto os espaços comuns e

que, para isso, era fundamental zelar e usufruir de tais espaços. O Eixo-1 Mobilização e Organização Comunitária do COTS (2013) foi o mais valorizado pela Prefeitura para compor as ações sociais junto aos moradores.

Após esse processo, com aprovação da CEF, criou-se o chamado Termo de Referência, para abertura da licitação onde estavam especificadas as bases metodológicas do TTS, detalhando, por exemplo, quantas palestras seriam necessárias para que determinado tema fosse abordado, qual a carga horária para certas atividades e indicação de público-alvo para as atividades. O Termo de Referência comportava tudo que é imprescindível na execução do Trabalho Social do ponto de vista da escala municipal. A partir desse documento, a Secretaria de Assistência Social pôde acompanhar o TTS pelos relatórios apresentados pelas empresas e verificar se elas estavam executando as atividades como previsto.

Como já mencionado, em nenhum dos empreendimentos foi realizado o trabalho de pré-ocupação exatamente conforme previam os marcos legais e manual da CEF. Além da falta de equipe já mencionada, um fator específico da administração de Sertãozinho para que o pré-ocupação não tenha sido executado também é explicado devido à gestão municipal anterior ter mantido funcionários conferindo cargos comissionados em diferentes Secretarias municipais, dificultando uma organização e continuidade nos processos internos dos departamentos⁷⁸. Já em período de transição para a efetivação de funcionários concursados, como o atual diretor do departamento aqui entrevistado, a Secretaria de Assistência Social encontrou-se sem condições para dedicar-se aos trabalhos de pré-ocupação, mesmos que circunscritos na terceirização devida a um quadro de profissionais insuficiente para tal.

Dessa forma, destacamos que tanto o PTS como o Termo de Referência são elementos de construção dos agentes públicos locais indispensáveis ao TTS, executado posteriormente pela empresa contratada. Verificamos que, em Sertãozinho, apesar das lacunas e entraves já mencionados, esses processos foram realizados a partir de 2013 de forma mais consistente. Sendo assim, as empresas que ganharam as licitações não tiveram total autonomia em relação ao trabalho, isto é,

⁷⁸ Entre 2008 e 2012, Sertãozinho tinha como prefeito Nério Costa, do PPS. A gestão de 2012-2016 ficou sob comando de Zezinho Gimenes, na época filiado ao PSDB. Essas transições municipais marcam as diferentes ações tomadas em relação à composição das secretarias e dos cargos comissionados.

não puderam alterar a programação, incluindo ou retirando atividades sem critérios, que sempre foram repassados ao poder local que, por sua vez, repassava a CEF para autorização. Esse tipo de situação de reprogramação de atividades dependia de um levantamento em campo onde os moradores deveriam ter sido consultados para que novas atividades fossem incluídas ou substituídas.

Segundo o diretor entrevistado, essa foi a prática adotada pelo município, na tentativa de dar espaço as demandas dos moradores, mas não sem problemas:

Acontece, mas não muito assim de falar “Nossa é uma coisa frequente”. O que acontecia era as pessoas manifestavam muito ali no calor, sabe? Quantas vezes a gente foi lá e falava “tem que fazer diagnóstico”, uma palavra muito bonita, mas na prática é muito difícil. Mas, as empresas tentaram, como ofertar um curso. E eu falava pra fechar não fechar não, “receptionista, atendente, telefonista...” deixa solto, e a maioria uma vez manifestou que queria um curso de atendente. A empresa foi montou, a capacitação, eram 10 encontros. A princípio tinha mais de 30 inscritos, no fim cinco concluíram, entende? Então às vezes o pessoal manifesta ali na hora de querer participar, mas na hora de efetivar não vão (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Nesse trecho, fica evidente a visão do então diretor sobre a maneira de abordagem que o TTS deve realizar em campo, uma vez que as necessidades dos moradores devem ser priorizadas para que as atividades sejam propostas em seguida em acordo com seus anseios. No entanto, lamenta que tenha ocorrido um desinteresse progressivo dos moradores sobre as próprias ideias sugeridas, ocasionando um esvaziamento das atividades.

Após concluída a fase de licitações, o residencial Aragão Um e Geraldo Honório Garcia receberam a atuação da empresa Travain⁷⁹, já o condomínio Aragão Dois teve como empresa responsável a Arco Verde⁸⁰. Além disso, o Residencial G.H.G contou com um diferencial pela presença do Instituto Terroá⁸¹ colaborando com

⁷⁹ Informações sobre TRAVAIN — Treinamento e Desenvolvimento de Projetos — não foram encontradas e as tentativas de contato via e-mail não foram respondidas.

⁸⁰ A Arco Verde Meio Ambiente é uma empresa que atua desde 2010 na preservação ambiental e promoção do desenvolvimento social. Além de Sertãozinho, a empresa soma experiência comprovada em TTS em empreendimentos Faixa 1 nas cidades de Uberlândia/MG entre 2013 e 2015, Taquaritinga/SP no ano de 2015 e Uberaba/MG entre 2015 e 2016. Disponível em: <http://www.avambiental.com.br/> Acesso em: 25/08/2021.

⁸¹ O Instituto Terroá, uma associação sem fins lucrativos que desde 2015 tem como objetivo principal apoiar e facilitar processos participativos para a criação de soluções integradas que promovam o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.institutoterroa.org/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

conhecimentos específicos de economia solidária e criativa que culminaram na organização da Feira Comunitária do condomínio.

Cada residencial recebeu atividades e encaminhamentos de acordo com o que o pré-projeto previa e as empresas elaboraram, sendo possível fazer uma aproximação de práticas e resultados entre os Aragão Um e Dois, enquanto o Geraldo Honório colheu experiências distintas a partir do TTS, produzindo uma sociabilidade diferenciada que será mais bem explicitada na próxima parte deste capítulo.

É interessante ressaltar que o TTS de todos os condomínios contou com atividades de caráter informativo sobre acesso a serviços de atendimento básico na cidade promovidos pela própria Sec. de Assistência Social. Por exemplo, um episódio foi relatado na entrevista com o diretor sobre uma ação de informação sobre a inauguração da UPA na cidade em 2015. Na época, muitos moradores temiam que os atendimentos nas UBS fossem cancelados e que tivessem dificuldades em acessar a UPA, que se encontra há pouco mais de três km do bairro dos empreendimentos do PMCMV-1. Nesse caso, foi proposta uma palestra de informação sobre como funciona o atendimento da UPA em comparação ao da UBS, tomando como base o critério da emergência no atendimento. Também foram ampliadas as linhas de ônibus e pontos foram instalados nas principais vias que interligam os empreendimentos.

Para mobilizar os moradores para essa atividade, o então diretor entrevistado relatou que foi utilizada a seguinte estratégia: uma ambulância estacionou em frente a portaria dos residenciais, com sirenes ligadas, visando gerar atenção no local, além da distribuição de picolés para as crianças. Esse tipo de prática onde recursos são utilizados para que a população se sinta convidada a participar foi utilizado em outros momentos:

Teve uma outra ocasião também que a brigada de incêndio foi corpo de bombeiro, imagina aquele caminhão, andando fazendo sirene, pra fazer mobilização, isso assim, foi entregue convite, cartaz, não deu 10 (moradores) também (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

A partir dessas experiências, ao longo do TTS nos Aragões, o poder público e as empresas envolvidas entenderam que a mobilização dos moradores era o ponto principal a ser resolvido, principalmente nos residenciais Aragão Um e Aragão Dois. Como atrair os moradores para as diversas atividades da equipe foi o desafio tanto da empresa quanto dos agentes municipais que supervisionavam o trabalho.

Os primeiros relatórios, em geral, descrevem que as estratégias de “chamar atenção” e fornecer para crianças atrativos como pipoca e picolé foram utilizadas muitas vezes, mas não conseguiam cumprir com os objetivos esperados pela equipe. Isso porque na maioria dos casos, as crianças iam sozinhas até as distribuições dos atrativos e retornavam para suas casas, enquanto seus responsáveis, nem mesmo aparecia. O cenário criado pelas estratégias descritas acima parece ter surtido muito mais em um ambiente extravagante, infantilizando a população e pouco efetivo na construção de espaços e oportunidades para que de fato fossem apresentados os direitos aos moradores.

Como previsto pelos agentes públicos, a participação ativa e consciente estipulada anteriormente pelo PTS foi aos poucos sendo o maior desafio das equipes das empresas. Com o objetivo de compreender os motivos dessa renúncia a participação, questionei sobre quais teriam sido, em sua visão, as possíveis explicações para essas ocorrências. Um dos pontos levantado pelo então diretor de Dep. de HIS teria sido a comercialização das U.H, que prejudicava diretamente o desenvolvimento pleno do TTS, já que muitos moradores que chegaram depois do início das atividades desconheciam o trabalho realizado pelos profissionais da empresa, gerando estranhamento e desconfiança. Reforçou ainda que esse fato se deu de forma mais evidente no residencial Aragão Dois, onde a equipe observou que a recusa dos moradores em condições não legais, como aluguel do apartamento ou até mesmo venda do imóvel, era por sentirem-se ameaçados e julgaram que qualquer contato com os agentes pudesse desencadear em uma fiscalização da irregularidade e provocar penalidades.

4.2 PANORAMA DO TTS NOS EMPREENDIMENTOS FAIXA 1 DE SERTÃOZINHO/SP

Como mencionado no tópico anterior, os empreendimentos sociais de Sertãozinho receberam atuação de empresas diferentes. Vimos que os primeiros condomínios entregues na cidade, ou seja, há quase dez anos, passaram por maior dificuldade em receber o TTS, devido à falta de orientações e experiências do período, conforme explicou o diretor. O Residencial Eldorado corresponde a essa realidade:

O Eldorado foi o primeiro em 2011. O pós só começou em 2014, 2015. Teve um lapso entre a entrega. E o resultado foi pífio. O Eldorado, por exemplo, parou no meio do caminho porque o síndico não aceitava, ameaçava as técnicas e a empresa entrou com pedido de rescisão contratual, que foi acatado por nós porque não tinha clima e condições de trabalhar. O síndico queria mandar e desmandar. Nós levamos até pro Ministério Público. Tentamos conversar com o síndico, ele entendia que o trabalho era desnecessário e alguns moradores o apoiavam. Quando a gente propunha as ações lá, ele falava que era uma fiscalização dos apartamentos, e as pessoas com receio de que isso fosse verdade, não iam. Quando a Travain entrou, as técnicas foram ameaçadas não tinham condição de fazer. No Eldorado o trabalho não durou um ano. Ninguém quer assumir a liderança ali porque é uma bomba relógio: desde a parte estrutural, questão do tráfico lá é muito grande, diversas vezes vemos ação de busca e apreensão, a área comum tá toda deteriorada. E lá é o condomínio que nós acabamos atuando até mais. Fizemos reuniões, pusemos um poste para colocar iluminação, para fazer assembleia à noite, mas a participação sempre foi pífia (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Desse relato, destacamos inicialmente a total desconexão do TTS com o início da ocupação dos moradores, pois foram pelo menos três anos para que ele fosse iniciado. Em seguida, observamos como a figura do síndico pode facilitar ou não o acontecimento do TTS. Nesse caso do Residencial Eldorado, segundo relato, a liderança do síndico acabou ganhando uma proporção autoritária, manifestando-se pela indução de falsas ideias sobre a equipe em campo que gerou uma desconfiança nos outros moradores. Também constatamos que, segundo o diretor, o Residencial Eldorado até os dias de hoje possui graves problemas de tráfico dentro do condomínio e outros problemas no âmbito da violência que repercutem⁸². Questionei sobre como esse problema poderia ser resolvido, já que seu impacto nas sociabilidades entre moradores é diretamente afetado por tais condutas:

⁸² Por exemplo, em junho de 2023 um apartamento foi incendiado ocasionando a morte de um homem que foi identificado como uma liderança local e que já tinha atuado como síndico no condomínio. Cerca de 100 pessoas do bloco onde ocorreu o crime precisaram ser retiradas devido ao comprometimento da estrutura do prédio. No final do mesmo mês, uma mulher foi vítima de feminicídio dentro do seu apartamento. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2023/06/06/mulher-fica-em-estado-grave-apos-ser-baleada-por-ex-namorado-em-sertaozinho-sp.ghtml> e em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2023/06/05/moradores-sao-obrigados-a-deixar-predio-apos-incendio-que-matou-homem-carbonizado-em-sertaozinho-sp.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2023.

Existe um histórico nos condomínios onde os síndicos desfalcavam as finanças, que desviavam, enfim. Então eu entendo por um lado as pessoas não quererem dar o dinheiro pra alguém que não vai dar administrar. Se um não paga, propaga a informação, vai desestimulando. Agora se tivesse liderança por bloco facilitava. Começa a dialogar com os moradores daquele bloco pra cuidar daquele espaço vai sendo bacana. No TTS de todos a gente previa isso. Mas não durou um semestre, se perdeu, pra não dizer que se perdeu tudo. Mas a perspectiva Eldorado e Aragão é quase zero (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

A vida dentro de um condomínio foi imposta a essas famílias e vem gerando uma série de dificuldades de convívio, mas também financeiras, já que o custo de vida gerado por esse tipo de habitação que necessita de gastos extra a parcela do financiamento do imóvel, entra em contradição com a realidade socioeconômica. Muitas famílias deixaram de pagar o valor de condomínio nos Residenciais Aragões e Eldorado. Questionei o então diretor se ele possuía conhecimento de algum residencial que fugisse a essa realidade:

O UMM e o G.H.G são os melhores, não por questão de luxo, mas as pessoas têm algum senso de que a área comum é de todo mundo. É notória a diferença, física e estética. As pessoas tinham que pagar primeiro e ver o serviço, aí a pessoa vê o resultado e continua. Apesar de ser duzentos reais, muitas famílias têm condições de pagar isso no Acácias, e a eles veem os resultados e animam de pagar (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

O Condomínio Residencial Acácias, citado na fala supracitada, também Faixa 1 do PMCMV, ganha destaque sobre os demais da cidade. Foram feitas alterações dentro do condomínio que objetivaram valorizar o espaço interno, garantindo mais segurança e bem-estar aos residentes, mesmo que isso signifique uma cobrança de taxa de condomínio mais alta do que o normal nos empreendimentos sociais do PMCMV. Diante do conhecimento dessa informação, perguntei ao diretor do departamento de HIS quais teriam sido os motivos que levaram este residencial a essa boa gestão:

Lá entrou um síndico — ele comprou de alguém — chama Sérgio, muito atuante, pro bem ou pro mal ele fez muitas coisas lá. Por exemplo, ele criou um programa interno lá de pessoas que não tem condições de pagar a taxa de condomínio, de prestar o serviço como limpeza, portaria. Só que a taxa de condomínio lá tá mais de duzentos reais, porque segundo ele, existe a administradora lá. É um condomínio que eles fizeram muro, tem câmara de segurança, e eles pavimentaram toda área externa, não tem mais grama e terra. Então assim, o contrapondo é o que? Você vê vantagens e benefícios na questão do condomínio, física, a desvantagem é que muitas famílias são de baixa renda, né? A parcela do imóvel é 50 reais e de condomínio voe tem quatro vezes esse valor. O morador não consegue pagar e acaba ficando inadimplente com a administradora. O síndico do Acácias a gente nem vê. Ele é ativo por contra própria que é a ideia do PMCMV: você tem o projeto, entrega, dá as ferramentas e instruções pra eles caminharem; não é bater na porta da prefeitura toda vez. No Acácias a gente vê que ele consegue, esse esquema dos próprios moradores fazerem o serviço interno pra arcar com os custos (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Com essa fala fica evidente os valores defendidos pela administração local a respeito de como devem ser encaminhados os TTS, de modo a despertar autonomia para a população, sobretudo para a figura do síndico como a principal maneira de organizar a comunidade. Aparentemente, o síndico foi nesse caso o principal criador das regras no residencial visando o bem comum de modo que todos os moradores contribuem com o espaço do condomínio: aqueles que podem pagar a taxa e aqueles que pagam a partir da prestação de serviços. Essa postura é reconhecida positivamente pela Prefeitura, já que o síndico parece ter “dado um jeito” no problema e não precisa mais levar as demandas para o poder público.

A experiência mais sólida de pré-ocupação se deu com o Condomínio Residencial UMM (União Movimento por Moradia), composto de 240 apartamentos entregues em fevereiro de 2015:

No UMM uma coisa positiva que foi um condomínio 100% demanda aberta, 240 unidades. Nós tivemos seis meses de pré. Quando era reunião grande nós fazíamos no Mogiana-majoritariamente os sorteados eram do Alvorada e do Paraíso então era mais fácil pra eles- quando a gente ia fazer reuniões reduzidas com grupos de sessenta pessoas era no CEU das artes, até pra dividir o entorno. A gente discutiu animal dentro do condomínio, barulho, taxa de condomínio, enfim, muitas reuniões. A mudança foi agendada, quem tinha mais urgência pra sair da casa e do aluguel, enfim. No pré a presença é maciça, no pós foi caindo, mas mesmo assim participava. A gente chega lá e o pessoal reconhece nosso trabalho (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Notamos aqui as diferenças entre os condomínios no que se refere a execução do TTS que podem ser percebidas por outros ângulos. Em alguns casos, como no Residencial Eldorado, Aragão Um e Dois, houve um nítido atraso entre o período da

entrega das chaves aos moradores e o início do trabalho de campo, justificado pelo diretor de departamento pelas dificuldades internas à prefeitura que não tinham equipe consolidada para dedicar-se a esses encargos. Enquanto isso, outros residenciais receberam o serviço pré-ocupação com dedicação, pois foram seis meses de trabalho.

Na visão do diretor do Departamento de HIS, há uma diferença na importância do pré-ocupação para o pós-ocupação, sendo o primeiro mais importante.

O pré-morar é até mais importante. A gente tá acostumado a vida inteira em bairro, em casa, a gente não tem essa percepção de convívio de comunidade, e de repente uma casa própria, em outro bairro. No próprio UMM foi caindo a participação. No pré é onde você consegue sensibilizar. No UMM a gente fez no CEU, o pessoal ia, participava, perguntava se podia ter cachorro, síndico, portaria, o resultado foi mais positivo, tanto que quando a Travain fez as ações, os relatórios de participação do UMM eram melhores, GH foi mais no final muito da construção da assistente social Sandra e a Tais da própria empresa, então deu um gás no projeto. [...] Se você fizer um comparativo de participação e mobilização dos que tiveram pré você vai ver que a participação é muito maior (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Vale ressaltar que o trabalho antes das mudanças dos moradores é entendido como primordial, pois é o que pode fundamentar os laços dos moradores com o novo lugar, assim como solucionar dúvidas naturais do processo. Conforme Paz (2010, p. 107-108), é uma fase de grande dinamismo pois envolvem as primeiras relações da equipe técnica com as famílias, dependendo muito do grau de conhecimento sobre a realidade dos moradores e do território em questão.

Sendo assim, a realização do pré-ocupação de seis o Residencial UMM certamente influenciou no sucesso das atividades de pós-ocupação, pois os moradores viram sentido na continuidade do trabalho. Além disso, o sentimento de reconhecimento relatado pelo diretor entrevistado dos moradores com o poder público se fez possível graças a essa continuidade do TTS.

Por último, gostaríamos de destacar o único empreendimento PMCMV-1 construído no modelo de casa que já recebeu o TTS; o Conj. Habitacional Anélio Celine Vila Garcia. O bairro aparece como um caso à parte também em relação a organização e preparo dos moradores para a mudança, conforme explicou o diretor:

Anélio Celine Vila Garcia foi mais difícil de processo. Os dois nomes porque ele tinha regularização fundiária do bairro Vila Garcia no bairro Anélio Celine. De um bairro a outra a distância era de sete quilômetros, então era uma mudança geral na vida dessas pessoas. Lá na Vila existia um assentamento precário de barracos no meio do mato e famílias que estavam ali há muitos anos. Quando saiu o A.C ficou decidido que iam todas essas famílias do assentamento. O TTS tentou explicar que lá era um bairro novo. Hoje já tem CRAS, escola e creche pra serem inaugurado, mas que já era na vida deles uma ruptura muito grande, ainda mais de um barraco pra uma casa. Por ser uma população muito carente, tudo que a gente fazia de ação lá tinha público, diferente dos condomínios. Inaugurou agora uma UBS e população é muito grata por tudo porque foram mais de vinte anos de ocupação (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Esse relato requer atenção, pois o diretor realiza uma comparação socioeconômica que estimularia um comportamento diferente dos moradores do bairro Anélio Celine em relação aos moradores dos condomínios, já que as famílias que passaram anos em ocupações reivindicando suas moradias dariam mais valor as ações sociais, enquanto aquelas que vieram da demanda aberta seriam participativas e agradecidas. Além disso, considerando a distância e a origem das famílias, ficou evidente a importância do TTS para que os beneficiários fossem aos poucos compreendendo a mudança que estariam realizando em suas vidas.

Ao retomar o contato com a Secretaria de Assistência de Social de forma mais recente, foi possível coletar algumas informações sobre o último empreendimento social do PMCMV entregue em março de 2021 no distrito de Cruz das Posses. O Conjunto Habitacional Carlos Salla possui 407 casas e foi dividido entre a demanda fechada e a demanda do movimento USTS, como explicou:

Das 407 casas, 107 foi demanda fechada. Nós fomos no Ministério Público sobre a questão da demanda do movimento. Eles colocaram pra nós que teriam que ser 200 pro movimento. Depois de conversar com o Movimento sem teto e sem-terra, acordou que ficou 104 pro movimento, 300 por sorteio, porque fazia tempo que Cruz das Posses não tinha empreendimento, e outras 3 para três famílias que estavam numa rua lá na Vila Garcia tinha que abrir, um projeto fina ali. Só que aí o movimento ia deixar de ganhar algumas casas. Então nós, o município, criou o Aluguel Social⁸³, foi feito esse acordo e assim acabamos com a ocupação granja. Com isso hoje como te falei Sertãozinho não tem nenhuma ocupação irregular. Então lá tem 300 famílias de Cruz das Posses, 104 que foram indicadas pelo movimento que eram da granja e essas 3 da Vila Garcia (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 21 jun. 2021).

⁸³ O Aluguel Social citado refere-se a um projeto de Lei Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/s/sertaozinho/lei-ordinaria/2019/654/6543/lei-ordinaria-n-6543-2019-autoriza-o-municipio-de-sertaozinho-a-implantar-o-programa-aluguel-social-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Marina: Como foi o processo de entrega desse bairro já no início da pandemia da COVID-19?

Felipe: A reta final foi bem conturbada. A população não tem dimensão quando a gente fala na obra 100% pronta. Quando a gente passava na obra aparentemente estava tudo pronto, mas faltava parte de infraestrutura, iluminação, não é tão visual. Em dezembro de 2019 a gente fez o sorteio de localização onde cada família ia morar. A CAIXA informou que em um mês ia fazer a assinatura dos contratos e no mês seguinte a entrega. Foi feito realmente o sorteio e a assinatura dos contratos, mas em fevereiro não foi feita a entrega. Aí março foi realmente o período que começou a pandemia. A gente até chegou a orçar o protocolo do evento, da vinda de deputados, mas aí veio o decreto da pandemia e a gente pediu autorização e fizemos no sábado. A gente fez com atraso e não foi um evento daquela magnitude que costuma ser. Colocamos as tendas, como era na rua, era tudo aberto, mas não tinha nem orientação de máscara. Mas foi conturbado antes. O pessoal ameaçou invadir, procuraram mídia pra manifestar. Foi uma entrega que poderia ter sido mais calma (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 21 jun. 2021).

Destacamos para a menção do diretor de que “A população não tem dimensão quando a gente fala na obra 100% pronta”, o que ocasionou a manifestação das famílias sobre o não cumprimento do prazo da entrega dessas casas e de que havia detalhes na construção a serem acertados. Neste caso, vale mencionar mais uma vez que de acordo com a Portaria n. 21/2018 e o COTS (2015) a fase de trabalho social pré-obras também é fundamental, justamente para instruir os moradores dos processos necessários até a finalização da construção da moradia.

Como já tínhamos conhecimento de que muitos moradores originais do Programa dos condomínios de Sertãozinho tinham se mudado, alugado ou mesmo vendido o apartamento, questionei o diretor se isso poderia ocorrer no bairro recém entregue e quais medidas seriam tomadas para evitar esse cenário:

Teve gente que já vendeu ou alugou Encaminhamos as denúncias pra CAIXA que por sua vez respondeu que enquanto a pandemia perdurar e os decretos de contingenciamento eles não vão atuar. Eu acredito particularmente que até depois não vão fazer. Mas nós não vamos deixar de fazer nosso papel. Se as famílias que fossem pra lá porque precisam, mas não é, é pra explorar o imóvel, é um ciclo quase desse Programa. Um ano e meio de entrega e o problema das vendas é grande. Tem unidade que a gente vai ver tá no quinto, sexto dono, tudo contrato de gaveta. E se a gente visse que as pessoas que tão alugando assim são famílias que tão precisando, mas não é. A boa parte é tráfico, fazer ponto de prostituição ou gente que quer especular (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 21 jun. 2021).

Marina: Em qual empreendimento isso acontece mais?

De todos? No Aragão Dois, o Um também. Ali é sempre mais complicado. Mas é prazeroso ver a mudança que a gente conseguiu causar. Tem pessoas empenhadas que querem cuidar. Apesar de tanta dificuldade, principalmente nos verticais, os ganhos são muito grandes. Apesar do Aragão tem os problemas do tráfico, não foi o Aragão em si que começou com esse problema, nem dá pra afirmar que aconteceu por causa do Programa. Esse programa foi histórico, não vejo nada parecido acontecendo (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 21 jun. 2021).

Assim como a pandemia atrasou a entrega das casas, o processo de licitação também foi comprometido para contratar a empresa executora do TTS, mas que os orçamentos das empresas interessadas chegaram e o processo já estava mais bem encaminhado. Enquanto isso, o diretor do departamento de HIS explicou que a equipe da Secretaria de Assistência Social vem acompanhando os moradores e atendendo as solicitações e dúvidas.

A dificuldade é que o bairro é afastado e não tem um espaço de encontro, tem uma praça, mas é tudo aberto, num dia de chuva e quiser fazer uma ação a céu aberto é complicado. Tem o centro comunitário, não é tão longe, dá 1 ou 2 km, depende da distância da casa. Então dentro do projeto com a empresa a gente vai ver como fazer isso, tentar um diagnóstico com as famílias pra trazer pra participação. Nos condomínios, apesar de ser pequeno, tem o espaço de encontro. Então ali vamos fazer mais ações individuais, de casa em casa, e ações conjuntas mais pontuais, como Dia das Crianças, Dia das Mães, Natal. Felizmente chegaram os orçamentos, é difícil as empresas quererem participar disso, você tem que ter um capital grande. Por que você submete o projeto pra prefeitura que submete pra caixa, que demora um tempo, só que os custos estão ali, os funcionários da empresa querem receber, e demora em média 90 dias entre a execução e o pagamento efetivo. Espero começar esse ano esse pós-ocupação. As empresas que entregaram foram a CAT, de Americana- que executou no Anélio Celine e Acássias, a TRAVAIN, de Ribeirão Preto, que executou no Aragão e a LN de Serrana. Apesar da gente terceirizar, vamos acompanhar as ações, os diagnósticos (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 21 jun. 2021).

Observamos que novamente os mesmos problemas aparecem em relação a presença do TTS nos empreendimentos sociais: segregação socioespacial, ausência de infraestrutura e equipamentos nas proximidades do bairro, falta de equipe municipal, desarticulação com a CEF e conseqüente atraso na realização do TTS. Mais uma vez, o pré-ocupação ocorreu de forma breve, restringindo a orientações gerais sobre o processo que as famílias passariam, e neste caso, ainda mais limitado pelas medidas necessárias de distanciamento social provocados pela pandemia. Ademais, notamos que as mesmas empresas, com exceção da empresa LN, se manifestaram para participar do processo de licitação. Nesse sentido, questionei o

diretor sobre o que poderia ser alterado para que essa próxima experiência possa ser mais exitosa:

Hoje a gente se sente mais maduro pra executar o Trabalho Social. Foram seis empreendimentos de uma vez anos atrás. A gente não tinha visão e ficava muita carga para as empresas. O Programa era novo, agora que a gente tá mais calejado. Esse de Cruz das Posses mesmo foi mais fácil o sorteio, a assinatura, porque já estamos mais preparados (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 21 jun. 2021).

Como apresentamos na Tabela 4 do capítulo anterior, o TTS está sendo realizado no Conj. Hab. Carlos Salla desde 2022 com a empresa Gradux Brasil de Salvador/BA. Notamos o anseio da Prefeitura de que as empresas atuassem para garantir princípios que gerassem desenvolvimento, autonomia e senso de comunidade as famílias. Nesse sentido, tomamos como perspectiva Amartya Sen o desenvolvimento é tido como a remoção das principais fontes de privação de liberdade como pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferências excessivas de Estado repressivos (SEN, 2010, p. 18).

Nesse sentido, as liberdades devem ser os fins, mas também os meios principais para o desenvolvimento. Como argumenta Sen (2010), o desenvolvimento precisa ser analisado além dos aspectos econômicos quantitativos como PIB, industrialização e avanço tecnológico. Sem desconsiderar a importância desses aspectos, para o autor é preciso que haja melhoria nas liberdades que afetam os indivíduos em diferentes níveis. Para isso, outros determinantes que envolvam dimensões sociais como acesso a serviços de educação e saúde, e de direitos civis que permitam a participação e a cidadania (SEN, 2010, p. 17).

Retomamos Amartya Sen (2010) e análise do desenvolvimento apresentada pelo autor considera que as liberdades dos indivíduos sejam os elementos constitutivos básicos e por isso volta-se para expandir o que denominou de capacidades por meio do aumento em políticas públicas, mas também pela direção que é dada a essa política pública. Para o autor, a política pública deveria estar influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo (SEN, 2010, p. 32), sendo, em um primeiro momento, o TTS uma promessa possível de realização dessa participação. Veremos na próxima sessão como foi essa realidade.

PARTE II: RESULTADOS DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

4.3 O TRABALHO DE PÓS-OCUPAÇÃO NO CONDOMÍNIO GERALDO HONÓRIO GARCIA: RESULTADOS E SOCIABILIDADES DO PONTO DE VISTA DO PODER PÚBLICO

Dos três empreendimentos estudados nessa pesquisa, o Residencial Geraldo Honório Garcia é um condomínio que ganha destaque em relação aos demais quanto a questão de união entre os moradores e sociabilidades, aparentemente, mais solidárias e marcadas pela coletividade. Essa sessão trata de apresentar e analisar os dados quantitativos e qualitativos disponíveis nos relatórios da empresa Travain, responsável pelo TTS de pós-ocupação no residencial em questão, e de elementos obtidos na entrevista com o setor de habitação social do município.

Busca-se descrever as atividades gerais e específicas, verificar os resultados e desdobramentos das práticas. Foram obtidos todos os relatórios do pós-ocupação ocorrido no 1º semestre de 2018 com a Secretaria de Assistência Social, que além dos dados do trabalho realizado, também é composto por fotografias das atividades, de onde foram selecionadas algumas para comporem o Anexo IV de fotografias.

Como vimos no item anterior, o Residencial Geraldo Honório Garcia, localizado no bairro Jardim Santa Rosa II, possui 340 unidades habitacionais, distribuídos em oito blocos. O condômino foi entregue no ano de 2015 e é símbolo de uma conquista do movimento por moradia na cidade e, por isso, carrega o nome do pai da liderança do movimento, Luís Garcia. Desse modo, o TTS foi realizado três anos depois da data da entrega. Além disso, conforme o diretor de departamento explicou, os moradores do Residencial Geraldo Honório Garcia receberam algumas orientações de pré-ocupação, mesmo que não tenham sido realizadas da maneira como previsto no COTS (2013), pois ocorreram apenas duas reuniões com os moradores.

Nos relatórios analisados constam as atividades realizadas no mês de março de 2018 onde foram pensadas dinâmicas em cinco eixos de macroação, sendo: 1) Organização comunitária; 2) educação ambiental; 3) geração de trabalho e renda; 4) eventos e 5) avaliações. Para cada uma dessas, destacam-se uma ou mais atividades desenvolvidas.

No primeiro eixo, “Organização comunitária”, encontramos o maior número de atividades realizadas: 1) Veiculação de informação e elaboração de mídias; 2)

Saberes e fazeres com crianças, 3) Diversão com coisa séria, 4) Roda de conversa e veiculação de informação sobre a rede de serviços e 5) Acolhimento e escuta. No segundo, “Educação ambiental”, foi desenvolvida uma única atividade denominada “recicle atitudes”. Já no terceiro eixo- geração de trabalho e renda, encontramos duas especificidades: a oficina criativa e desenvolvimento territorial. No quarto item dedicado aos eventos, consta apenas o “Dia de Lazer”. Por fim, no item de “avaliação”, encontram-se discriminadas as seguintes atividades: 1) Planejamento, articulação e avaliação; 2) Reunião da equipe de campo; 3) Reuniões da equipe da prefeitura; 4) Relatório de acompanhamento de campo; 5) Relatório de acompanhamento de coordenação e 6) Reprogramações (TRAVAIN, 2018, p. 5).

De imediato, verifica-se que as ações foram de fato ancoradas no que está previsto nas portarias do MCI, mas, principalmente no COTS (2013). Pode-se notar que dos cinco eixos inicialmente levantados pela equipe, dois foram mais desenvolvidos, sendo o primeiro de “Organização comunitária” e o quinto de “Avaliações”. Isso mostra que de fato, a empresa Travain atuou conforme o previsto no PTTTS elaborado pela Prefeitura que indicou o eixo de “Organização Comunitária” como o mais importante.

No que se refere ao primeiro, percebe-se como o TTS buscou aproximar-se dos moradores, oferecendo diálogo e atendimento social que pudesse não apenas instruir a população sobre o cotidiano dentro e fora do condomínio, como também ofertar o conhecimento de oportunidades de serviços e vagas no mercado de trabalho. Nota-se ainda nesse item que as atividades que envolviam as crianças já eram colocadas com certa ênfase. No que se refere ao quinto item — “avaliações” — percebe-se uma articulação da própria empresa Travain em repensar sua prática com a elaboração de relatórios e reprogramações a partir da realidade vivenciada.

A atividade de “Saberes e Fazeres” foi desenvolvida no período entre 22 de fevereiro e 28 de março, totalizando 12 semanas. Ela teve como agente protagonista a assistente social da prefeitura Sandra Ribeiro. Através da leitura do relatório, observou-se que essa profissional esteve presente em todo o trabalho de pós-ocupação no G.H.G, sendo reconhecida pelos moradores em muitos momentos como alguém de confiança. Além disso, foram inclusas oficinas de break promovidas com a parceria da ONG Cabeça di Nego e criou-se entre as semanas desta atividade espaço para que as crianças pudessem brincar e escolher jogos com a equipe técnica (TRAVAIN, 2018, p. 8).

Na atividade de “Veiculação de informação” sobre a rede de serviços, das 304 famílias do condomínio, 20 procuraram o atendimento. No que se refere ao atendimento e escuta, o relatório apresenta com atenção o caso de uma moradora que procurou a equipe para buscar informações de como lidar com o envolvimento do neto no tráfico. A questão do tráfico chamou atenção da equipe, que discriminou no relatório buscar alternativa para futuras atividades envolvendo esse tema (TRAVAIN, 2018, p. 8).

De todas as atividades descritas no relatório de pós-ocupação do Geraldo Honório Garcia, as que se referiam ao eixo de “geração de trabalho e renda” foram as de maior adesão. A oficina criativa contou com 89 pessoas e foi desenvolvida ao longo de 10 datas. O objetivo era “estimular novos saberes com forma de ampliar as possibilidades criativas e gerar renda.” De modo geral, somente aquelas atividades festivas foram capazes de mobilizar uma quantidade maior de moradores, por exemplo, a festa da Páscoa, que registrou a participação de 70 pessoas entre crianças e adultos (TRAVAIN, 2018, p. 9).

Ao longo dos encontros para geração de trabalho e renda, foram desenvolvidas habilidades em oficinas de vasos de flores que estimularam principalmente as mulheres do condomínio ao aprendizado da técnica. Verificou-se mais uma vez o destaque da atuação da assistente social que percebendo o entusiasmo das mulheres, conseguiu articular um deslocamento das mesmas para um encontro de artesões do município realizado no Parque Municipal do “Cristo Salvador”, localizado cerca de 8 km do G.H.G, no bairro Cidade Jardim, uma região de classe média alta de Sertãozinho.

Outro ponto que ganha notoriedade no caso do Geraldo Honório Garcia foi a atividade denominada “Desenvolvimento territorial”, pois contou a parceria de outro agente, o Instituto Terroá. Nesse âmbito, foram realizados cinco encontros com moradores no objetivo de “[...] identificar potencialidades de forma a promover geração de renda e incentivo de protagonismo dos moradores na organização da feira comunitária” (TRAVAIN, 2018, p. 10).

A Feira Comunitária foi o objetivo final de todas as atividades e cursos de fomento a geração de renda. Para a elaboração do evento, os vínculos entre os moradores precisariam estar bem desenvolvidos e por isso a origem das famílias é fator imprescindível na construção de sociabilidades dentro de uma determinada localidade. No caso do Geraldo Honório Garcia, a luta pela moradia acompanha a

experiência das famílias antes de acessarem o PMCMV, como explicou o diretor de Departamento de HIS:

O G.H.G por ser dessa questão de vim de movimento a vantagem é a disciplina que eles têm. Se a gente fala, eles sabem que a coisa não é à toa, tem disciplina no sentido de que, vai ter uma reunião com representante da CAIXA, da prefeitura, eles participam. Os que ainda estão lá e vieram do movimento participam, não os 180, mas uma parte que é oriundo da granja que é aquela ocupação que agora findou, eles tem essa preocupação de tá presente, de participar (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Observamos que na leitura do diretor de departamento, o pós-ocupação do G.H.G. garantiu melhores resultados do ponto de vista das sociabilidades internas. O eixo de geração de trabalho e renda foi bem desenvolvido e o primeiro sinal disso, proporcionado pelo TTS, foi o grupo de crochês para mulheres que fizeram daquele espaço não só um momento para aprender uma atividade nova, com possibilidade de gerar renda, mas também de troca e diálogos. As participantes das oficinas foram orientadas pela equipe técnica a divulgar seus trabalhos dentro do condomínio. Aos poucos, as barracas com produtos diversos, tornaram-se um atrativo não só para os moradores do condomínio, mas para bairros vizinhos. Nascia, assim, a Feira Comunitária do Residencial Geraldo Honório Garcia.

4.4 BONS RESULTADOS? A FEIRA COMUNITÁRIA DO RESIDENCIAL GERALDO HONÓRIO GARCIA

De todos os alcances e resultados do TTS realizado nos empreendimentos do PMCMV em Sertãozinho, a Prefeitura destaca o acontecimento da Feira Comunitária do Residencial Geraldo Honório Garcia como o principal ganho da equipe em campo. Diante dos relatórios das atividades, foi possível verificar como no G.H.G esse evento mobilizou a equipe técnica, articulou moradores e grupos de fora do condomínio, tanto de setor público e privado. Trataremos aqui dos principais pontos encontrados nos relatórios e das percepções do setor público sobre tal evento.

Conforme item 6 - Composição de investimento da Portaria n. 464/2018, previa-se ainda nos recursos para o TTS, o que justifica a disposição financeira para a Feira Comunitária:

c) custeio de projetos de geração de renda e inclusão social, produtiva e econômica dos beneficiários, inclusive os elaborados por entidades da sociedade civil, desde que presentes na macroárea e atuantes na área de intervenção. Esses projetos devem apresentar condições de exequibilidade e contribuir para a inserção produtiva, admitindo-se a compra de equipamentos para dar viabilidade aos referidos projetos (BRASIL, 2018, p. 21)

Dessa forma, no dia 3 de abril de 2018, a assistente Sandra Ribeiro esteve em campo com os moradores com o objetivo de divulgar as reuniões de organização da Feira Comunitária. Nesse dia, ela foi abordada por duas moradoras que solicitaram melhorias sobre problemas técnicos da moradia, precisamente de encanamento entupido. A técnica orientou que as moradoras procurassem pela construtora, mas que se o problema não fosse estrutural, os moradores deveriam arcar contratando um profissional particular. As moradoras disseram que ligariam para a Caixa acionar a construtora e a técnica respondeu dizendo que esse não era o procedimento adequado, mas que anotaria a postura tomada. Em seguida, a técnica foi até a rádio comunitária da cidade para divulgar a feira.

Nota-se nesse trecho como a feira passou a ser uma grande preocupação do TTS no condomínio, sobretudo pelos agentes sociais em campo. Dois dias depois a assistente social retornou ao campo, dessa vez para acompanhar mais uma reunião do Projeto de Desenvolvimento territorial, ofertado pelo Instituto Terroá. O Instituto foi fundamental na oferta de saberes sobre como a comunidade poderia se organizar e pensar a Feira com viés da economia solidária. A reunião foi descrita da seguinte maneira:

As mulheres iniciaram dizendo que estavam muito felizes pois nesta feira contariam com a ajuda de vários parceiros. Contaram que a divulgação foi ampla, na Tv, na Rádio, jornais e site da prefeitura (já comprovados em relatório anterior). O grupo estava muito animado. Diego disse que estava muito feliz com o que o grupo já havia conseguido e parabenizou. Na sequência discutiram os preparativos, sendo o ponto um abordado a importância de que todos participassem da montagem da feira, desde carregar as mesas e as cadeiras até a desmontagem da feira. Em outras versões isso ficou à cargo da equipe do TTS e Terroá, e é importante que elas se empoderem das responsabilidades também. Montar a feira, acompanhar a parte elétrica e checar se está tudo OK cabe a cada expositor. Foi falado também que tendo em vista a grande divulgação, seria necessário alugar mesas e cadeiras. O ponto primordial foi: como fariam para pagar? As mulheres sugeriram e concordaram que o dinheiro levantado no bingo seria para essa finalidade. A equipe vê essa postura de investimento e envolvimento como muito importante, pois é um indicador de que os expositores estão satisfeitos com as feiras, a ponto de confiar, investir e arriscar – já que nunca se sabe exatamente o resultado de uma feira. O secretário de cultura cedeu para a feira um palco e duas tendas de 200 m², a equipe Travain ficou com a responsabilidade do som e de ajudar alguns artistas com o custo de deslocamento/equipamentos, e agora o grupo assumiu o aluguel das mesas e cadeiras. Foi uma reunião produtiva onde o Diego saiu com a sensação de dever cumprido. Participaram 7 pessoas (TRAVAIN, 2018, p. 15).

Então, poucos dias depois, no sábado de 7 de abril de 2018, foi realizada a primeira edição da Feira Comunitária do Residencial G.H.G. Com a parceria da Prefeitura, foi possível adquirir infraestrutura para montagem de tendas para os expositores e palco. O trabalho iniciou no começo da manhã contando com voluntários, expositores e membros do Instituto Terroá. A partir das 13h a feira foi aberta ao público com barracas de alimentação e artesanatos proveniente das moradoras do condomínio que usufruíram previamente das oficinas ofertadas pelo TTS. De modo geral, é possível afirmar que essa edição foi marcada por uma forte parceria entre a Prefeitura, comunidade local, movimentos sociais de outras regiões da cidade e setor privado, conforme:

Nesta feira conta com importantes parcerias efetivadas com o poder público e rede privada: Prefeitura Municipal de Sertãozinho, Secretaria de Cultura e Turismo, Rádio Comunitária, TV STZ, Associação Amigos Solidários, Associação Cabeça di Nego. De parceiros novos, a própria comunidade conseguiu Construtintas, que doou spray para uma ação, a loja Skate House uma camiseta de brinde para o bingo, loja Boa Ideia outro brinde, um Salão de Beleza da comunidade doou uma sobancelha (TRAVAIN, 2018, p. 16).

A edição contou com apresentações musicais, sarau de poesia, apresentações de rap e break. Segundo o relatório, cerca de 400 pessoas passaram pela Feira que se encerrou por volta das 22h. Os expositores e membros do evento saíram satisfeitos

com o desejo de novas edições. O relatório seguiu descrevendo a próxima atividade que se tratou de uma reunião de balanço no dia 23 de abril sobre o evento, contando com a presença de um membro do Instituto Terroá fazendo a mediação entre os seis moradores participantes, sendo estes os principais representantes da comunidade do G.H.G:

Em todo momento onde era pontuado um erro ou problema, o facilitador trazia a seguinte reflexão: “e o que temos que fazer para os erros cometidos não serem feitos novamente?”, o que é visto como fundamental. Anselmo pontua que a experiência torna o grupo mais assertivo, mais forte e que errar faz parte. Conversou também como manter os pontos positivos. O grupo avalia que “a feira foi um sucesso” e “tanto de público e das apresentações que teve”. No fim, o balanço desta terceira feira foi muito positivo. Todos os expositores da parte de alimento que ficaram até o final venderam tudo (TRAVAIN, 2018, p. 18).

A reunião finalizou com encaminhamentos para a próxima edição da feira, que ocorreria no sábado anterior ao dia das mães. No dia 28 de abril a assistente social Sandra retornou ao condomínio para acompanhar uma atividade programada com o público de pré-adolescentes que consistia, por meio de uma partida de futebol, o incentivo a pensarem sobre as relações de parceria, acordos e respeito (TRAVAIN, 2018, p. 20).

Ainda no mesmo dia, foi realizada uma reunião com membros responsáveis pela organização da Feira. Verifica-se como a articulação entre membros da comunidade local e externa ao condomínio foi consolidada, com destaque para a atuação do líder da ONG Amigos Solidários, fundada no bairro Vila Garcia:

O Willian, que é Presidente do Conselho da Cultura, e também da ONG Amigos Solidários, ficou responsável pela parte da elétrica; o Jeferson, da Associação Cabeça di Nego, que é representante da comunidade, será novamente o responsável pela parte cultural. Desta vez a tenda não será cedida por estar muito em cima — para conseguir a Prefeitura tem que passar por licitação (TRAVAIN, 2018, p. 20).

Já no dia 30 de abril, foi realizada outra reunião entre moradores e Instituto Terroá que aconteceu com o intuito de deliberarem outra comissão de moradores que seriam novas lideranças para a organização da feira. Esse ponto se fez necessário pois foi explicado aos moradores que o encerramento do TTS estava próximo, mas que a equipe técnica entendia a importância da manutenção da feira como um legado aos moradores. O interesse em manter a Feira parecia consolidado na comunidade,

pois, três moradores se candidataram para compor essa comissão de chefia do evento. Foram estabelecidas calendário de divulgação, responsabilidades individuais:

Além disso, determinaram que todos deverão ajudar desde a montagem até a desmontagem da feira. Deverão ajudaram também com divulgação da feira – ponto muito importante e que já é reconhecido pelo grupo. Anselmo e o Daniel ficaram felizes pois o grupo colocou que nas próximas feiras irão buscar mais divulgação e apoio para que essa feira cresça e tenham maior visibilidade perante a sociedade, e que “em breve esteja tão famosa quanto a do alto do ginásio” (feira muito conhecida⁸⁴) e que, com isso, tragam novos público e mais expositores. Finalizaram a atividade fazendo 1 minuto de silêncio que é a expressão para um período de contemplação, reflexão e meditação. Participaram dessa atividade 9 pessoas. [...] Definiram também que, ao contrário da última feira, cada um é responsável por sua mesa e sua extensão elétrica (isso foi um ponto negativo na última feira e gerou muito transtorno, em especial para quem precisa de eletricidade e chegou apenas para expor, como se fosse responsabilidade do TTS organizar isso) (TRAVAIN, 2018, p. 22).

Nesse trecho chamamos a atenção para a questão da energia elétrica como ponto de conflito na edição anterior e a maneira pela qual os facilitadores sugeriram solucionar, no caso, responsabilizando individualmente cada expositor por seu fornecimento. A feira, que trazia caráter de comunitária, com participação direta do Instituto Terroá que viabilizava conhecimentos de economia solidária, mostrou nesse episódio outra face que contraria os valores comunitários e transfere individualmente a responsabilidade diante do problema, além de deixar de forma bem evidente no texto que não era responsabilidade do TTS organizar isso.

Apesar do interesse prévio em manter as atividades da feira do G.H.G, as atividades foram finalizadas logo após a fim do contrato com a empresa e saída da equipe do trabalho social do campo. A Prefeitura, por meio da Secretaria de Assistência Social, afirmou em entrevista que tentou permanecer em contato com a associação dos moradores e estimular sua continuidade.

Segundo o diretor do Dep. de Habitação Social do município, o término das atividades se deu, contudo, por um desentendimento entre duas moradoras que haviam se colocado à disposição de líderes da organização que sem a presença da equipe do trabalho social para mediar os conflitos, acabou sendo finalizado. A mesma informação foi encontrada no relatório final da empresa (TRAVAIN, 2018, p. 23).

⁸⁴ A Feira mencionada acontece na praça do bairro Alto do Ginásio, de classe média, na cidade todas as noites de quinta-feira desde 2018. Foi organizada pelo então vereador Lúcio do PP da cidade e atrai moradores de bairros diferentes, sendo conhecida como um ponto de sociabilidade da população sertanezina.

4.5 DESDOBRAMENTOS DO TRABALHO DE PÓS-OCUPAÇÃO NOS RESIDENCIAIS ARAGÃO UM E ARAGÃO DOIS

Dos três empreendimentos que esta pesquisa analisa, o Aragão Um foi onde constatou-se uma interferência direta do tráfico de drogas com o desenvolvimento do TTS. De modo geral, verificou-se pela entrevista com o diretor do departamento municipal de HIS que as primeiras tentativas de contato da assistente social da Prefeitura com os moradores foram dificultadas por uma forte presença de membros do tráfico; ameaçando e acuando sua atuação ali dentro de modo com que a própria desistisse e deixasse o projeto.

A empresa responsável, Travain, atuou menos de quatro meses nesse condomínio. Posteriormente, a Secretaria de Assistência Social ainda tentou mobilizar os moradores do Aragão Um, porém não obteve sucesso, encerrando o contrato do TTS e justificando a saída de campo para a CEF que acatou o pedido. Sem mais informações, pode-se afirmar que não houve nenhuma expressão do trabalho social nesse residencial, sendo insignificante para a vida das 352 famílias desse residencial. A empresa Arco Verde foi a vencedora da licitação para executar o TTS de pós-ocupação no condomínio Aragão Dois no período de um semestre de 2017. As atividades realizadas nesse período foram: 1) recreação com as crianças; 2) reuniões com a rede; 3) saúde física e mental e 4) orçamento familiar. A partir da leitura dos relatórios, nota-se um caráter técnico e procedimental na organização dos documentos da Arco Verde, onde o relatório é estruturado logo no início com um diagnóstico de dois aspectos denominados facilitadores e dificultadores e que em sequência são apresentadas alternativas de solução (ARCO VERDE, 2017, p. 11).

Nos aspectos intitulados “facilitadores”, a empresa destaca: “criação do vínculo com os moradores; participação efetiva de alguns moradores; melhoria no bem-estar; compreensão dos moradores sobre seu papel na relação com o condomínio” (ARCO VERDE, 2017, p. 11). Por outro lado, os aspectos dificultadores aparecem em maior quantidade, sendo em grande parte pela presença de lideranças ligados ao crime e tráfico de drogas e péssimas condições das estruturas físicas dos espaços coletivos:

A precarização das estruturas de uso coletivo; desinteresse de parcela significativa dos moradores; ausência de gestão condominial; falta de banheiros para uso da equipe; a constante violência física e verbal entre moradores diariamente no local da atividade; presença de lideranças negativas; uso de drogas em várias partes do condomínio; crianças com problemas de saúde, psicológico e fome (ARCO VERDE, 2017, p. 12).

O público das crianças e adolescentes foi o mais próximo da equipe, participando em maior número das ações propostas. O termo “lideranças negativas” passou a ser mais bem definido no relatório para “aquelas pessoas envolvidas com o tráfico”. Essa liderança inibia e afastava os agentes em campo, dificultava principalmente a interação com a população local adulta que intimidada parecia seguir os comandos desses líderes para não frequentarem as atividades do TTS. O relatório ainda afirma que o síndico não realizava alguma proposta de intervenção para favorecer o trabalho da equipe.

Diante de tantos entraves em campo, a alternativa de solução prevista pela equipe técnica foi de estabelecer diálogo com a Associação Cabeça di Nego, reconhecida por atuar na região via projetos culturais no CEU da Artes. Como citado no tópico anterior, a Associação também desenvolveu atividades no condomínio Residencial G.H.G. A Associação se apresentava, portanto, como mediadora para auxiliar no vínculo com os moradores e até mesmo no diálogo com as lideranças do tráfico local, objetivando a realização segura das atividades pela equipe em campo.

O cenário de ameaça do tráfico também se fez muito presente na realidade dos moradores do Aragão Dois. Houve uma situação envolvendo um antigo síndico que era denunciado por moradores como envolvido em tráfico e prostituição infantil, conforme explicou o diretor do Departamento de HIS:

A gente fez uma reunião lá no CEU das Artes, que era o único equipamento, hoje a gente até tem o CRAS mais perto, mas na época não tinha, tinha o CEU. A gente foi lá, mobilizou, entregou os convites ajudou na mobilização pra alguns serviços. Aí uma moradora, ela resolveu falar, dar uma versão dos moradores e ela falou horrores do então síndico que inclusive faleceu. Ela falou, falou, o pessoal aplaudiu. No outro dia cedo, a gente teve a informação de que eles tinham olheiros ali na reunião no CEU, O apartamento dela todo foi encontrado com as janelas quebradas, jogaram pedra, tijolo, tudo que você pensar. Então a gente entende que foi um recado. Tipo assim “Olha o que você tá falando, com quem que você tá mexendo”. E aí na época a gente ficou meio assim, tanto que na reunião seguinte, que foi a última reunião grande, que estava tudo aprovado pra bater o martelo “o apartamento é de vocês a prefeitura vai tá aqui pra dar esse suporte, mas o condomínio é de vocês”. A gente até fez lá no próprio condomínio pra evitar esse tipo de situação e não falamos muito pra não ter esse risco, mas foi uma fala assim, bem policiada. A gente sentiu reflexo disso, né? Você pensa assim, você vai participar de uma assembleia de condomínio, você volta sua casa, seu apartamento tá todo detonado, então acaba que inibe sim (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Podemos considerar que a convivência dentro do Residencial Aragão Um, depois de cinco anos de sua entrega as famílias, estava tomada por sociabilidades envolvidas da coerção realizada pelo crime ali instalado. Assim sendo, a assistencial social tão pouco o TTS tinha ferramentas para readequar a situação, sobretudo dando suporte as famílias que eram claramente lesionadas, como no relato acima. A partir disso, o relatório apresentava como alternativa de soluções:

Estimular os moradores a fazerem uso e cuidarem dos espaços comuns; usar espaços alternativos e próximos do condomínio para realizar as atividades; orientar os moradores a procurar apoio em equipamentos sociais no bairro para intervir nos problemas comuns como desemprego, violência doméstica [...] incentivar a vontade de aprender e agir com educação perante o outro (ARCO VERDE, 2017, p. 16).

Diante das alternativas propostas, foram apresentados novamente aspectos dificultadores, sobretudo o temor em gerar novos conflitos com as denominadas “lideranças negativas”. Em seguida foram vivenciados episódios de furtos e boicotes no espaço do salão comunitário onde a equipe realizava o trabalho. Além disso, cresceu o receio dos moradores em participar dos encontros. Diante disso, as alternativas de solução propostas foram de incentivar o diálogo com Prefeitura e lideranças do residencial; melhorar a prestação de contas do condomínio; criar parcerias para desenvolvimento da atividade de redução de danos pelo uso de drogas (ARCO VERDE, 2017, p. 17). Esse cenário afetou diretamente à execução TTS, pois ele não pode ser responsável pela resolução do tráfico e manifestações de violência,

tão pouco das questões estruturais e de segurança pública ultrapassam a competência do TTS (PAZ *et al.*, 2015, p. 276).

Como se sabe, um ponto de venda de drogas, comum na periferia brasileiras, atende a um mercado consumidor de diferentes regiões da cidade. Nesse sentido, um dado relevante a essa questão do tráfico e das sociabilidades fora dos muros das residências, pode ser analisado quando tomamos como exemplo o fato de que em abril de 2019, a cidade de Sertãozinho foi sede dos Jogos Universitários Pré-Intermed, evento que reuniu mais de três mil estudantes universitários do curso de Medicina de todo o estado de São Paulo na cidade por mais de uma semana. Nesse período, o diretor do Departamento de HIS relatou em entrevista que tomou contato com moradores dos residenciais Aragões através da atuação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no bairro, insatisfeitos com uma maior agitação dentro dos condomínios causada por universitários que ali frequentaram para a compra de drogas.

Atualmente, não há alguma atividade social sendo pensada pela Prefeitura para o Aragão Dois, tão pouco para o Aragão Um, muito porque todas as experiências anteriores parecem ter determinado que o tráfico organiza as relações dentro dos condomínios. As ameaças sofridas, tanto nos agentes municipais quanto agentes da empresa, levaram o poder público a não encontrar maneiras de estar em campo e propor alternativas a isso.

Em entrevista com o diretor de Departamento de HIS, indaguei sobre quais seriam os fatores fundamentais, em sua visão de gestor do setor, para que os condomínios Aragões estejam nessa situação. Um motivo levantado foi de que eles concentram muitas pessoas (792 U.H. ao todo) em um espaço pouco suficiente para tal. A segunda razão foi que ocorreu uma ausência da CEF na fiscalização em relação ao TTS, o que ocasionou em muitos moradores insatisfeitos com a realidade local a ponto de repassarem por meio de aluguel a unidade habitacional:

Por exemplo, um bloco lá tem gente que saiu pessoas que não queriam sair dali, pessoas que faziam dali o seu canto. O Programa na teoria não se compara até então, questão de programa habitacional é formidável isso aí, mas facilitou isso, então eu penso assim: você vai sair da sua casa, você vai esbarrar com pessoas traficando, usado drogas, é uma outra realidade. Então muitas pessoas as vezes deixaram de morar ali, vendera, comercializaram, alugaram, voltaram pro bairro de origem, muito em virtude disso, então não é só pessoas que agiram de má fé “ah, vou ganhar um dinheiro”, não quis, preferiu porque não é uma realidade que estavam preparadas (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

É interessante notar que, num primeiro momento, o olhar positivo sobre o PMCMV-1, pois acreditava-se que a produção em larga escala de moradia é a solução para o problema partindo da ideia de déficit habitacional no Brasil. Tal visão é reducionista, pois desconsidera o impacto do lugar sobre a sociabilidade, e, sobretudo, de como se opera a relação Estado e mercado na produção de moradia social. No entanto, o próprio diretor faz uma ressalva em seguida, pois em sua prática dentro do Departamento de HIS do município no acompanhamento do TTS, permitiu constatar empiricamente que a produção em massa de moradia não apenas não resolveu o problema como desencadeou novos conflitos.

Ademais, o ponto referente à mudança de moradores e repasse ilegal da habitação foi descrito no relatório da empresa Arco Verde como um aspecto dificultador porque a mudança constante de moradores no condomínio causou um desconhecimento destes sobre a equipe técnica. Essas pessoas se sentiam amedrontadas acreditando que o trabalho da equipe era na realidade fiscalização de suas situações irregulares. Assim, os sentimentos de medo, controle e vigilância que poderiam punir eram recorrentes a ponto de que as ações sociais fossem sempre esvaziadas (ARCO VERDE, 2017, p. 20).

O encaminhamento dado pela empresa Arco Verde foi a solicitação de apoio para a CEF, cobrando mais efetividade de fiscalização das irregularidades ali encontradas; além de solicitar da administração do condomínio mais cuidado com o salão de festa, que se encontrava deteriorado e, sobretudo por ser impossível fazer o uso do banheiro no espaço comum em questão (ARCO VERDE, 2017, p. 20).

Diante de um cenário conturbado e de pouca efetividade, levanta-se o questionamento: como um empreendimento social do PMCMV pode chegar nessa situação? Quem são os agentes responsáveis pelo abandono de um empreendimento dessas proporções? Logo, a falha do poder público local foi verificada e assumida pelo diretor do Departamento de HIS:

Volto na tecla: o poder público falhou nisso. Na época que o PMCMV foi lançado, e quando os municípios conseguiram, foi aquele negócio, “nossa, imagina?”. Na teoria é um negócio muito bacana: olha num espaço que você faria as vezes 40 casas, você tá entregando 200 apartamentos por que em questão de espaço são 200 famílias, entendeu? Então foi um negócio que bombou, todo município que tinha um projeto e área pronta, conseguiu. O Governo Federal quando lançou isso foi negócio de outro mundo, mas não pensaram muito nisso. O projeto social era visto, e ainda é visto por algumas pessoas, de construtora principalmente, como algo periférico, então teve uns entraves pra gente fazer o pré que eu vou chegar no G.H.G que foi onde a gente conseguiu, porque tudo o que faz em pré morar de habitação tem uma presença de 95% pelo menos, por quê? Não entregou a chave, a expectativa, a pessoa vai assinar o contrato, então as pessoas ficam sensibilizadas, mobilizadas (GUIRALDELLI, Felipe. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 13 dez. 2019).

Quando o diretor afirma que o “Governo Federal não pensou muito nisso” temos um encontro com o que diversos estudos já citados no capítulo 2 sobre o impacto do PMCMV-1 na vida dos moradores após a mudança. Em outras palavras, com os dados dos relatórios das empresas responsáveis pelo TTS, confirmamos que a produção em massa de moradia sem uma verdadeira preocupação social amparando as famílias, no preparo anterior e posterior a ocupação do imóvel, evidencia mais uma das falhas do maior Programa de produção de habitação de interesse social também na realidade de Sertãozinho.

4.6 OUTRAS PERSPECTIVAS: A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO TTS

Até aqui, a pesquisa demonstrou como a execução do TTS mobiliza diferentes agentes passando entre o público e o privado. A partir da entrevista com o diretor departamento de HIS da Prefeitura de Sertãozinho e da análise dos relatórios, percebemos que a equipe técnica das empresas licitadas sempre contava com a participação protagonista de profissionais do Serviço Social. Desse modo, consideramos fundamental apresentar algumas considerações sobre o papel do assistente social na história das políticas de HIS. Vimos ainda a necessidade de contatar as assistentes sociais citadas nos relatórios com o intuito de apreender as visões a respeito de suas práticas no âmbito dos residenciais analisados nessa pesquisa.

O Serviço Social é uma profissão reconhecida por uma prática de intervenção empírica, atuando com instrumental teórico e prático nas chamadas “questões sociais”; planejando, gerenciando e executando assessoria a políticas públicas sendo

que “a intervenção dos assistentes sociais se orienta para os processos emancipatórios, por meio de ações de cunho socioeducativo e organizativo e de prestação de serviços” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 51).

O desenvolvimento do Trabalho Técnico Social no Brasil só pode ser entendido concomitante com a atuação dos profissionais de assistência social, pois, historicamente como mencionado no Capítulo 1, este foi o principal agente a atuar diretamente em projetos com moradores de favelas e bairros populares nas décadas de 1930 e 1940. A profissão de assistente social existe há mais de 70 anos no Brasil, sendo as primeiras escolas de formação datadas entre 1936 e 1937 em São Paulo e Rio de Janeiro, marcadas pela influência católica conservadora e, posteriormente, entre as décadas de 1940 e 1950, sob influência norte-americana, fundamentada na base positivistas e funcionalista sistêmica. O Serviço Social que emerge daí deu origem a métodos compostos por “Serviço Social de Caso”; “Serviço Social de Grupo” e “Serviço social de Comunidade” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 50).

Entre as décadas de 1960 e 1970, acadêmicos e profissionais da área, realizam uma revisão crítica de tal conservadorismo. De acordo com Paz e Taboada (2010) eles estavam ancorados em correntes teóricas críticas das Ciências Sociais, envolvidos em relação direta com populações, movimentos operários sindicais e mudanças da Igreja Católica como o movimento de teologia da libertação.

O debate ganha um novo desdobramento a partir da revisão do Código de Ética do profissional de assistência social em 1986, rompendo com valores de pseudoneutralidade e conservadorismo, onde “busca-se a ultrapassagem do tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, com a revisão curricular de 1982 e, no campo da atuação política, inúmeros profissionais engajam-se nas lutas por democracia e melhores condições de vida” (PAZ; TABOADA, 2010, p. 50).

Já nos anos 1990, um novo Código de Ética profissional foi regulamentado, expressando um amadurecimento teórico-político em aparente consonância aos valores de redemocratização que o país vivenciava. Em linhas gerais, o Código de 1993 define melhor não apenas a prática em si do assistente social, como nas relações com usuários e outros agentes, estabelecendo princípios da profissão como:

[...] o reconhecimento da liberdade, da autonomia e emancipação; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; a ampliação e consolidação da democracia e da cidadania; a defesa da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços públicos e a gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; a garantia do pluralismo; o apoio a construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais e com a luta geral dos trabalhadores; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população; o exercício do Serviço Social sem discriminação (classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual⁸⁵, idade e condição física).

Partindo dessas considerações, entendemos o assistente social como o profissional historicamente reconhecido por uma intervenção direta nas questões sociais que tangem a habitação, com o papel de planejar, gerenciar e assessorar programas e serviços sociais. Justifica-se assim a necessidade dessa pesquisa em investigar a prática dos assistentes sociais inseridos na realidade estudada.

A seguir, apresentamos algumas considerações sobre o papel do assistente social no TTS realizado nos residenciais Faixas 1 de Sertãozinho. Por meio de entrevistas realizadas com duas assistentes sociais que, de acordo com os dados obtidos na Secretaria de Assistência Social, foram designadas a atuar em tais serviços. Entendemos que essas entrevistas compõem uma peça fundamental na compreensão dos processos que compuseram a execução do TTS em Sertãozinho.

4.6.1 Da Prática à Frustração

A primeira assistente social entrevistada é funcionária contratada da prefeitura de Sertãozinho e foi designada para fazer parte do acompanhamento social com as comunidades dos empreendimentos Faixa 1. Inicialmente, propus à entrevistada que nos encontrássemos pessoalmente em um local de sua preferência, porém os horários de trabalho impediriam que isso fosse possível. Então, acordamos fazê-la por meio de redes sociais. Inicialmente, solicitei que me relatasse sobre sua atuação nos empreendimentos Faixa 1 de forma geral, mas indicando que para a pesquisa seria

⁸⁵ A reedição de 2011 dessa nova adequou alguns termos como “opção sexual” para “orientação sexual” (p. 14) Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 5 jul. 2021.

mais relevante os dados sobre os Aragões e Geraldo Honório Garcia, visando comparar com os dados das empresas:

O período em que eu trabalhei foi bem difícil, e eu sinceramente demorei pra te responder porque eu não queria nem lembrar. Eu trabalhei com a Travain de outubro de 2015 e fiquei até dezembro de 2017. Em 2015 iniciei no UMM, mas antes de mim tinha uma outra assistente social que era Vivian, se não me engano. Ela trabalha na UPA hoje. No Aragão fiquei muito pouco tempo porque quando a empresa ganha a licitação ela tem um período pra executar, se eu não me engano, não foi executado no período que tinha que ter sido executado. Quando nós fomos lá já tinha passado o prazo do serviço. Então eu fiquei três meses no Aragão Um, mas eu fiquei um bom tempo no Eldorado, fiquei no UMM bastante tempo, fiquei no GHG- a Sandra chegou bem depois eu que iniciei sozinha lá depois ela foi contratada- e no Aragão eu fiquei- a Valdirene estava na época, no UMM também (ASSISTENTE SOCIAL 1. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 dez. 2019).

Como relatado, diferente de outras profissionais envolvidas, a assistente social entrevistada atuou em praticamente todos os empreendimentos sociais do PMCMV da cidade, conhecendo realidades e situações variadas. Diante de tantas informações possíveis a serem obtidas dessa entrevista, selecionei inicialmente as atividades que foram realizadas no Geraldo Honório Garcia:

Em 2016 terminou o UMM e a gente foi pro G.H.G. Foi um período muito difícil porque quando você trabalha em um condomínio com tantas demandas sociais e você vê uma população tão excluída fica muito difícil porque o município não absorve esses problemas. Lembro de uma situação que a gente presenciou uma criança em desespero porque a polícia fez uma batida e levou a mãe presa, e a criança chorava muito. A gente foi atrás da família e tentou dar suporte, mas a gente ficava muito impotente, sabe? (ASSISTENTE SOCIAL 1. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 dez. 2019).

O relato da profissional demonstra uma preocupação particular sobre como o TTS não alcançava os problemas reais e graves enfrentados pelos moradores. Além disso, é possível afirmar que mesmo o Residencial G.H.G que apresentou resultados aparentemente satisfatórios provenientes do TTS, como a Feira Comunitária, e era reconhecido pelo departamento de HIS como um “dos melhores”, também sofria com episódios de violência e vulnerabilidade social. Diante da colocação da assistente social, questioneei sobre qual dos condomínios a funcionária acreditava ter tido um melhor desenvolvimento do TTS:

No UMM a coisa fluía bem porque havia um grupo de moradoras que davam suporte para equipe técnica. Uma ação nova que a gente incluiu foi a contação de histórias que acabou sendo uma parceria muito boa porque levou a temática racial, foi muito importante para as crianças negras. A maioria das pessoas vinham nos procurar porque queria emprego e a gente encaminhava pro PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador). Foi o melhor condomínio na minha opinião (ASSISTENTE SOCIAL 1. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 dez. 2019).

Vale lembrar que o Residencial UMM foi o único condomínio que recebeu o trabalho pré-ocupação de maneira consolidada, como exposto anteriormente, o que poderia ter motivado esse melhor desenvolvimento do pós-ocupação no engajamento dos moradores. Como já expomos, o contrato com a empresa Travain foi desfeito antes do prazo e aceito pela CEF. Em seguida, perguntei a assistente social sobre como foi sua experiência nesse residencial:

No Aragão Um ficamos três meses porque não havia local pra gente trabalhar. O salão de festa totalmente depredado e quando nós chegamos lá estava pra vencer o contrato da Travain. Eu não sei por que razão o município e a empresa comeram bronha, e a gente entrou atrasado. Eu ficava lá a noite, então eu pegava o grosso. As outras tinham medo dos moradores, mas eu nunca tive problema com isso, acho que por conta da experiência que eu já tinha. Alguns já me conheciam do meu trabalho na prefeitura e eu já tinha atendido em outro momento. No plantão social que eu fazia, ficava num lugar aberto e eu via uma vulnerabilidade social muito grande. Sempre que eu ia eles me perguntavam o que eu ia fazer lá e eu explicava que dentro do PMCMV existia um recurso do governo federal onde seria feito um trabalho de pré-ocupação e o pós-ocupação. Mas o grande problema é que não foi feito com essa população. Parece que só no UMM e no G.H.G. eu não participei de nenhum. Eles ficavam bem desconfiados, com relação a mim não, mas as outras meninas sim. A gente tentou se virar, mesmo sem um local apropriado. Mas era tudo precário. Os síndicos ficavam muito reservados no Eldorado e no Aragão, sem apoio. Por conta dessa falta de estrutura o trabalho não acontecia direito (ASSISTENTE SOCIAL 1. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 dez. 2019).

Aqui vemos novamente o reconhecimento do atraso para o início do pós-ocupação como empecilho para seu bom desenvolvimento, visto que a população se sentia ameaçada pela presença da equipe em campo. Da mesma forma, o trabalho de pré-ocupação no Residencial UMM foi citado como um dos responsáveis pelo sucesso no trabalho de pós-ocupação. Percebendo a frustração da sua atuação pessoal e coletiva junto aos moradores, indaguei a assistente social sobre o que teria ocasionado o desenvolvimento desfavorável do TTS:

O técnico social é importantíssimo. Eu coloquei muito a questão da estrutura material, do salão de festa detonado, mas a gente sabe que isso não é a principal coisa, né? O principal é atender aquilo que demanda a realidade. Nesse sentido, ali o que a gente vivenciava era a falta da pré-ocupação, as pessoas não sabiam muito o que a gente estava fazendo ali e isso dificultou muito. Outra coisa também era que não havia o serviço de rede. Se a rede funcionar, o TTS funciona. Se você identifica e encaminha o problema dá pra trabalhar junto. Hoje eu não trabalho mais na parte social da prefeitura. Eu busco ir pela sociedade civil e desenvolver minha atuação como militante, por que eu sonho com uma sociedade que não será mais refém dessas políticas públicas que não funcionam (ASSISTENTE SOCIAL 1. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 dez. 2019).

A rede a qual a assistente social faz referência é a própria comunicação com o poder público local, para que pudesse dar maior suporte as situações que a equipe em campo do TTS não era capaz de solucionar. A frustração com o trabalho desenvolvido é evidente na fala da profissional que, como afirmou, vem buscando desenvolver sua atuação em outros espaços como a militância política.

4.6.2 Assistente Social como “Agente Transformador”

Como já colocado nesse capítulo, o residencial Geraldo Honório Garcia destaca-se como o condomínio do PMCMV de resultados aparentemente mais positivos quanto as sociabilidades internas de seus moradores. Essa constatação pode ser afirmada tanto pela análise dos relatórios do TTS quanto pelas entrevistas com os agentes públicos já mencionados. O desenvolvimento do Trabalho Social no condomínio foi marcado pela atuação presente de outra agente contratada pela prefeitura que, ao longo do tempo, mostrou-se protagonista do mesmo em relação aos demais agentes da empresa Travain.

A funcionária concedeu entrevista pessoalmente no prédio da Secretaria de Assistência Social do município em dezembro de 2019. Questionei a assistente social para que descrevesse também de forma geral como foi sua participação em campo:

Eu ficava de manhã e tarde e a Maria a noite. Tinham os projetos de break, de grafite. Nós trouxemos o Terroá, um ganho muito grande. Ele começou um projeto primeiro com as crianças- Jovens Transformadores- aí depois fui comentando com eles a necessidade de outras coisas porque nós tínhamos um grupo de crochê ali e aquelas mulheres tinham vontade de desenvolver algo e que elas não tinham condições, que elas necessitam de dinheiro. Eu queria tirar elas do assistencialismo e da cesta básica. Foi onde eles colocaram a feira de economia solidária. Nós começamos a horta solidária que não deu certo porque o terreno lá não deu certo para as plantações. Mas aí continuou o projeto da feira e para as pessoas que participaram era muito positivo (ASSISTENTE SOCIAL 2. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 dez. 2019).

Com o objetivo de compreender os motivos do TTS no Residencial G.H.G ter sido aparentemente mais bem desenvolvido e colhido resultados positivos, conduzi a entrevista de modo a questioná-la sobre os seus procedimentos em campo, os principais desafios e estratégias utilizadas para solução. Inicialmente, foi relatado sua permanência efetiva em todos os períodos devida à saída da outra assistente social:

Quando você contrata um profissional, ele tem que ir até o fim. A Maria saiu no segundo ou terceiro mês. Eu passei a fazer os três turnos. Acabou que foi bom, porque eu fiquei mais tempo e todo mundo confiava em mim. O diferencial do projeto é o vínculo, a confiança de sentar com você e conversar com você o que ele quiser (ASSISTENTE SOCIAL 2. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 dez. 2019).

A ideia de estabelecer vínculos com a comunidade é de fato muito significativa para o bom desenvolvimento do TTS. No entanto, é importante lembrar que diferente dos Aragões, onde a presença do crime estava tomando conta do espaço, o Residencial G.H.G não apresentava o mesmo problema de forma a intimidar a ação da assistente social e de outros membros da equipe. No entanto, apesar dos resultados positivos alcançados no condomínio, a agente levantou que presenciou dificuldades internas, principalmente entre os mais jovens no envolvimento com drogas:

Muitas crianças já estavam indo para as drogas, mas hoje elas estão bem caminhadas, estruturadas, várias crianças mudaram de vida. Hoje eu vejo o resultado do que eu fiz lá. As famílias que eu acompanhei, ajudei, todos eles- eu falo com eles diariamente- foi um projeto que me fez crescer, me realizou como profissional e pessoa, me fez ter um olhar diferente pra sociedade em si, e a necessidade que as famílias têm e a força que eles juntos possuem (ASSISTENTE SOCIAL 2. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 dez. 2019).

A partir desse trecho é possível verificarmos como a assistente social em questão analisa sua atuação no TTS ao dizer que há resultados graças ao papel que a própria executou. Ao ser indagada sobre o que levou o G.H.G a ter uma sociabilidade mais comunitária e participativa entre si e que aderiria as atividades do TTS, a assistente afirmou que:

É a visão do profissional mesmo. Eu não tenho preconceito e eu trabalharia com qualquer condomínio da cidade e todos teriam o mesmo resultado. Porque você precisa chegar lá dentro não pra impor eu que estou no território deles. Tem regra? Vamos seguir. É a partir dali que vamos ganhando confiança. Nunca tive problema com ninguém. Nenhum deles. Eles fumavam perto de mim eles me ajudavam a plantar, carregar terra, quando tinham terra, me ajudavam a descarregar caminhões pra feira. O tráfico fazia isso (referindo-se ao Aragão) por medo. Tem que deixar claro: não estamos aqui dentro pra denunciar o tráfico, mas pra fazer vínculos, e eu preciso de vocês pra isso, pra abrirem portas. É a postura de como falar, como chegar. Você tem que se introduzir na realidade deles. É o diferencial. Os piores lá do Garcia eu sentava na calçada e tomava refrigerante com eles. Eles me chamam de tia. É o respeito. Independentemente do que ele faz, eu não tô ali pra julgar eu sou assistente social. Não sou polícia. Eu sou agente transformador (ASSISTENTE SOCIAL 2. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 dez. 2019).

Novamente, a funcionária atribui um valor pessoal significativo para o bom resultado atingido no TTS. Sobre a ausência do pré-ocupação, a assistente social não soube dizer com ênfase se ele seria essencial como foi levantado pelos outros agentes públicos entrevistados anteriormente, porém ressaltou o argumento de que o tempo em campo estreia as relações. Logo, o pré-ocupação poderia ser fundamental para que os laços fossem mais bem estabelecidos. Atualmente o contato dessa assistente social com a população ocorre da seguinte maneira:

Eu vou lá de vez em quando. Sempre que tem festinha eu vou. Eu continuo presente. Eu faço parte daquela comunidade agora. Eu vou como Sandra, mas eles me buscam como profissional, quando eles precisam de cesta e como eles são muito pobres eu preciso intervir às vezes. Elas me procuram mais pra orientação mesmo, falar dos filhos, que tá precisando da minha ajuda, que o filho tá querendo voltar pro caminho ruim, eu vou lá, conversa. Eu continuo com vínculo com eles, no profissional e pessoal. Independente do projeto. Esse vínculo não pode ser quebrado. Agora com o conselho vai ser muito difícil, é muito envolvimento, eles vão me procurar, eu vou deixar claro que não atender, passa para outro conselheiro. Para mim vai ser tranquilo separar, para eles não⁸⁶ (ASSISTENTE SOCIAL 2. Entrevista concedida a Marina Urizzi. Sertãozinho, 12 set. 2019).

⁸⁶ A assistente social em questão foi eleita conselheira municipal em outubro de 2019 e a citação por ela feita da procura pelos moradores refere-se ao novo cargo e devidas atribuições, supondo que o vínculo existente com a comunidade fará com que os moradores a procurem com intenção de fazer solicitações.

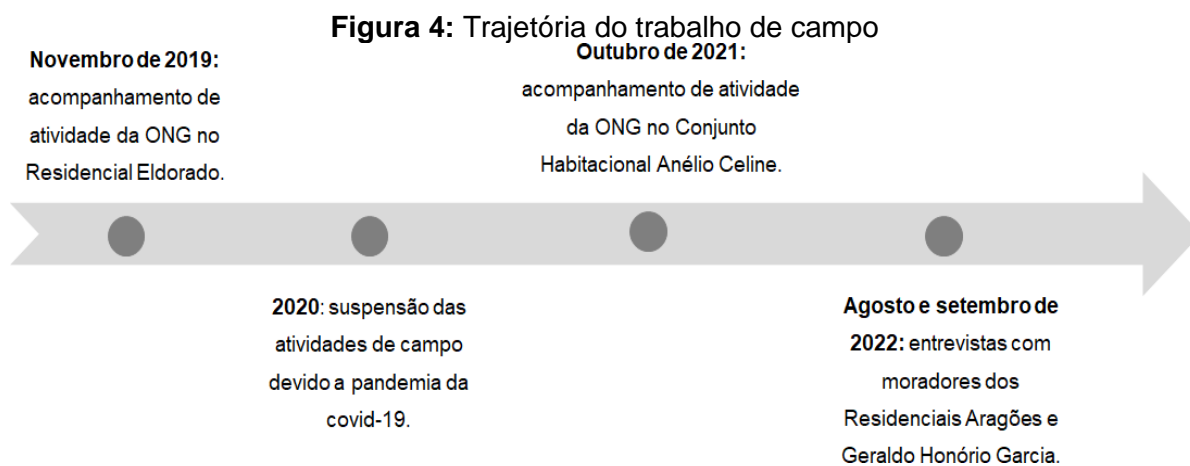
Como até o momento a Associação Cabeça Di Nego não estava propondo ações para o Residencial G.H.G, solicitei alguns de moradores e a assistente disse o faria com facilidade. Como essa entrevista foi realizada no mês de dezembro, esses novos contatos só seriam possíveis de serem concretizados no início do próximo ano. No entanto, com os entraves causados pela pandemia do novo coronavírus, essas visitas ao empreendimento Geraldo Honório Garcia e as entrevistas precisaram ser suspensas, situação que perdurou até o encerramento desta pesquisa.

As declarações da profissional nos lembram os apontamentos de Martinelli (2000, p. 67) de que os agentes do serviço social foram envolvidos na ilusão de servir e os seus destinatários de sua prática na ilusão de que eram servidos. A prática dos assistentes sociais foi desde cedo marcada por características como agir imediato, ação espontânea, alienada e alienante, uma vez que reproduziam práticas que expressavam os interesses das classes dominantes com o objetivo de ajustar a classe trabalhadora politicamente e ideologicamente ao controle da burguesia. Essa alienação penetrou na consciência dos profissionais do serviço social, o que foi um obstáculo para que pudesse estruturar sua consciência política e social em suas práticas. Toda essa dominação sobre os profissionais gerou, segundo Martinelli, uma categoria profissional sem identidade profissional própria, apenas de reprodução de práticas alienadas e alienantes (MARTINELLI, 2000, p. 128).

CAPÍTULO 5: OS MORADORES — NARRATIVAS E POSSIBILIDADES DE VIVER E MORAR NOS EMPREENDIMENTOS FAIXA 1 DE SERTÃOZINHO/SP

O último capítulo dessa dissertação foi elaborado valorizando os dados que obtive⁸⁷ a partir do trabalho de campo nos empreendimentos PMCMV-1. Nesse momento da pesquisa privilegiei o contato direto com alguns moradores que puderam demonstrar suas relações de afetos e desafetos com os diferentes espaços que envolvem a unidade habitacional (da porta para dentro), com áreas coletivas do condomínio (da porta para fora) além de percepções gerais sobre a vida na cidade de Sertãozinho a partir da aquisição da “casa própria”.

Em um primeiro momento, para estabelecer vínculo com os moradores, contei com o auxílio fundamental da Associação Cabeça di Nego⁸⁸, que conforme citado no capítulo anterior, é ainda atuante na região com projetos e ações sociais, mesmo após encerramento do TTS nesses empreendimentos. Entretanto, o trabalho de campo foi impactado pelas consequências da pandemia da Covid-19, ocasionando uma coleta de dados espaçada em períodos que somam quase três anos, conforme a figura abaixo:



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

A partir da mediação com a Associação, foi possível presenciar e coletar dados em duas ações sociais realizadas diretamente nos empreendimentos do PMCMV-1,

⁸⁷ Neste capítulo passo a utilizar a conjugação em primeira pessoa para demarcar o método qualitativo utilizado principalmente com as entrevistas juntos aos moradores.

⁸⁸ Na realidade, essa relação com a Associação foi iniciada no ano de 2015, para uma pesquisa realizada durante a graduação. Desde que me coloquei como pesquisadora, os membros da Associação me receberam com muita disposição em ajudar na produção dos dados. De lá para cá, minha proximidade com a Associação ficou mais estreita, participando diretamente de algumas reuniões, contribuindo para projetos e ações quando solicitado.

sendo respectivamente no Residencial Eldorado e no Conjunto Habitacional Anélio Celine. Apesar de ambos os empreendimentos não terem sido objetos selecionados de estudo da pesquisa sob a perspectiva do TTS, entendi naquele momento que a oportunidade de acompanhar essas ações somaria ao objetivo geral da pesquisa e poderia ser um anexo para as reflexões realizadas posteriormente.

Sendo assim, na primeira ação, acompanhei como observadora participante e relatei os diálogos que ocorreram na ocasião, sem de fato aplicar questionamentos diretamente aos moradores envolvidos. Já na segunda parte do trabalho de campo, pude dialogar diretamente com uma moradora da liderança comunitária e utilizar do questionário semiestruturado para obter informações mais precisas. Esse mesmo questionário (Anexo 1- C) foi utilizado nas entrevistas com os moradores dos residenciais Aragões e Geraldo Honório Garcia.

Posteriormente, passado o período mais crítico da pandemia da Covid-19 e da retomada de contatos presenciais, também através da Associação, obtive o contato dos moradores entrevistados que compõem as narrativas desenvolvidas ao longo do capítulo. Foi solicitado a liderança da Associação que indicassem moradores dos residenciais Aragões e Geraldo Honório Garcia com diferentes perfis sob recortes de gênero, raça, faixa etária, origem e condição de trabalho, objetivando com essa amostra intencional apresentar uma fotografia da realidade das famílias que moram nesses empreendimentos. Destaco, contudo, que por diversos motivos, muitos moradores não desejaram participar. Entre as justificativas estavam o cansaço do trabalho, a falta de tempo e um receio em expor sua vida e de seus familiares. Por fim obtivemos o seguinte cenário de campo:

Tabela 7: Dados dos moradores entrevistados

Entrevistado	Idade	Autodeclaração étnico-racial	Cidade e Estado de origem	Empreendimento	Período de residência no empreendimento	Tipo de trabalho e setor
Carla	41	parda	Sertãozinho/SP	Residencial Eldorado	2011 - atualmente	Informalidade (serviços)
Josiane	45	negra	Sertãozinho/SP	Residencial Eldorado	2011 - atualmente	Informalidade (serviços)
Silvana	37	branca	Sertãozinho/SP	Conj. Habitacional Anélio Celine	2017 - atualmente	Terceirizada (serviços)
Jéssica	23	parda	Maringá/PR	Residencial Geraldo Honório Garcia	2015 - atualmente	Informalidade (serviços)
Leonardo	28	parda	São Paulo/SP	Residencial Aragão Dois	2012-2018	Informalidade e CLT (serviços)
Carolina	20	negra	Sertãozinho/SP	Residencial Aragão Dois	2012 - atualmente	CLT (comércio)
Regina	42	branca	Ipirá/BA	Residencial Aragão Um	2012-2022	Estatutária (Prefeitura de Sertãozinho)

Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo. Organizado pela autora. 2023.

Feitas essas pontuações, a organização deste último capítulo está dividida em duas partes:

A primeira parte — O trabalho de campo antes da pandemia — contém os dados coletados no final do ano de 2019. Apresenta um pouco da história da Associação Cabeça Di Nego e as informações coletadas nas tentativas de ações em empreendimentos do PMCMV-1.

A segunda parte- O campo pós-pandemia: novas tentativas e recomeços-trata dos dados coletados com moradores em 2021 e 2022, em cenário denominado de “pós-pandemia” considerando como critério a consolidação da vacinação e as possibilidades de retorno das atividades presenciais com alguma segura para todos os envolvidos. Nesse período, pude entrevistar presencialmente moradores dos condomínios Aragões e Geraldo Honório Garcia, além da vivência extra sobre uma experiência no Conjunto Habitacional Anélio Celine.

Os encontros com os moradores seguiram inicialmente um padrão onde primeiramente estabeleci contato via redes sociais ou números de WhatsApp. A partir do retorno positivo dos moradores, as entrevistas ocorreram em diferentes lugares e horários de acordo com a necessidade de cada pessoa. Para a maioria, o horário de almoço no local de trabalho era o mais adequado.

Desse modo, a proposta etnográfica originalmente prevista para acompanhar as ações da Associação com os moradores dos condomínios, registrando assim as sociabilidades de perto e de dentro (MAGNANI, 2002) precisou ser adaptada para entrevistas individuais com um número reduzido de moradores, tendo em vista as condições estruturantes do momento pandêmico e dos entraves típicos de um trabalho de campo.

Para realizar a conversa com cada morador, foi elaborado um questionário que direcionasse a entrevista (ANEXO I — C). Nesse questionário, as perguntas foram construídas visando privilegiar as trajetórias de vida, captando sentimentos e sensações mais espontâneos possíveis acerca do viver e pertencer nos condomínios do PMCMV-1, visando contar cada história da forma mais subjetiva possível. Na prática, o questionário não foi utilizado a rigor, pois as conversas foram conduzidas de forma mais espontânea possível.

PARTE I: O TRABALHO DE CAMPO ANTES DA PANDEMIA

5.1 CONHECENDO A ASSOCIAÇÃO CABEÇA DI NEGO: ORIGEM, RESISTÊNCIAS E ARTICULAÇÕES COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

A Associação Cabeça di Nego, tratada em grande parte do texto como simplesmente Associação, é uma entidade atuante principalmente nos bairros periféricos da Zona Norte de Sertãozinho onde encontramos todos os empreendimentos do PMCMV-1. Para contar a história do “Cabeça di Nego”, realizei algumas entrevistas na sede da Associação com uma das lideranças, conversas que foram gravadas e posteriormente transcritas. Além desse registro de ordem mais empírica, com o tempo de convívio, foi possível apreender outros dados sobre a formação da Associação e sua atuação. Também foram feitos registros fotográficos do espaço da Associação, onde pude ter acesso a documentos, projetos e atas que, quando reunidos, permitem a compreensão da trajetória da Associação Cabeça di Nego, seus alcances e atuações na periferia do PCMCMV-1 de Sertãozinho.

Um dos principais nomes da Associação é Luís que ocupou cargo de presidência da instituição por muito tempo. Luís é um homem negro, nascido e criado em uma das COHAB da cidade. Foi soldador por muitos anos na indústria de Sertãozinho e hoje aos quarenta e quatro anos, casado e pai de três filhos, é estudante de Pedagogia, professor de capoeira, produtor cultural e ativista do movimento negro. De todos os membros da Associação, Luís foi quem mais me auxiliou no trabalho de campo e pode fornecer a maior parte dos detalhes para essa pesquisa. Sempre de forma muito solícita correspondia as minhas demandas e demonstrava entusiasmo em ver a Associação ser retratada em uma pesquisa acadêmica.

Outro membro importante é Isaac, presidente da Associação desde janeiro de 2021 que também contribuiu e me informou sobre outros projetos. Isaac é um homem negro de quarenta e dois anos, historiador e professor da rede estadual de ensino básico. Além dele, somam a essa Associação mais doze membros, homens e mulheres, em sua maioria negros e negras, que se dividem em funções de secretariados, tesoureiros e conselheiro fiscal.

Mesmo antes do PMCMV-1 ser concretizado na cidade, a Associação construía sua trajetória. A partir da formação de novas periferias pelo Programa, o Cabeça di Nego vem se dedicando em ocupar espaços importantes para oferecer a essa

população acesso à cultura e lazer. A Associação foi regularizada em 9 de janeiro de 2013, mas sua trajetória de construção é bem anterior a isso, como me explicou Luís:

A Associação começa sem a gente perceber. Em 2000 a gente tinha um projeto de break, chamado “união força break”. Eu entro em 2002 porque eles precisavam de um DJ no projeto. Aí a gente veio trabalhando, sempre visando na formação do próximo, melhorar a qualidade de vida do jovem pela cultura. Aí a gente foi pedir ajuda pro poder público. O Toninho Costa era vereador em 2004. Ele já conhecia o trabalho da gente e fez uma lei pra Sertãozinho pra que 10 mil reais pra gente desenvolver arte. Como a gente não tinha informação, não sabia, não se interessava pela burocracia e mais pela ação, a gente sofreu muito porque passava por muita humilhação, por que eles não admitiam né? Jovens, da região periférica, não tem educação nenhuma, vem aqui pedir recurso público. Então foi espanto praquela gente ver um monte de jovem, roupa larga, negros, falando gíria. Eles achavam que a gente ia gastar o dinheiro com droga. Aí a gente foi lutando até chegar aqui (HONÓRIO, Luís. Entrevista a Marina Urizzi. Sertãozinho, 9 set. 2019).

Durante sua trajetória, a Associação contou com um único apoio político, do antigo vereador do Partido dos Trabalhadores (PT) Toninho Costa, ator e promotor de cultura, que assumiu em sua carreira política a defesa da pasta de cultura e educação no município. O vereador providenciou um projeto de Lei em 2012, PROVAR (Programa de Valorização dos Artistas), que tinha como referência o modelo estadual do PROAC (Programa de Ação Cultural de São Paulo). A partir desse projeto municipal, foi possível que a Associação devidamente formalizada, submetesse ao processo de edital para receber a verba destinada para o desenvolvimento de ações culturais no município.

Luís lembra ainda que 2012 foi o ano de chegada do projeto da praça CEU das Artes. O local para que o CEU fosse instalado foi um palco de luta política de Toninho Costa na então Secretaria de Cultura junto com a Associação, que desejavam o CEU na região onde os primeiros empreendimentos do PMCMV-1 estavam sendo lançados, afastados do centro e sem infraestrutura na época. Da mesma forma, uma vez definido que o CEU seria para aquela região, a ONG passou a ser a responsável por gerenciar os primeiros projetos culturais do espaço.

Já em 2014, o ex-prefeito Zezinho Gimenes do Partido Social da Democracia Brasileira (PSDB) retornou a prefeitura e interveio no projeto CEU que recebeu modificações tanto estruturais quanto no desenvolvimento dos projetos. A primeira delas foi a supressão do projeto praça, isto é, sem muros ou portaria, para a construção de grade em torno do CEU. Desse modo, o que era para ser um espaço de cultura e lazer de livre circulação recebeu a barreira física, além da presença da

guarda municipal constante, alterando o sentido do espaço e o que a Associação desejava realizar no local.

Além disso, com a mudança de prefeito e de cargos comissionados na Secretaria de Cultura, especificamente a saída da figura de Toninho Costa, Luís relatou que a burocracia e a fiscalização foram dificultando o trabalho da Associação, coincidentemente de alguns cortes de financiamento importantes para a manutenção das atividades como de internet que viabilizava o funcionamento de diferentes projetos e aulas como música, informática e idiomas.

5.2 A PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CABEÇA DI NEGO NO TTS

É interessante perceber que a relação da Associação com os empreendimentos sociais do PMCMV é anterior a presença da própria prefeitura e conseqüentemente das empresas que realizaram o TTS. Segundo Luís, suas primeiras intervenções ocorreram em 2015, em um contexto de reclamações dos moradores sobre conflitos entre vizinhos e furtos que ocorriam dentro dos condomínios dos Aragões. Somente depois que os trabalhos com as empresas licitadas começaram a ocorrer, isto é, as equipes técnicas de TTS chegaram e Associação já estava realizando reuniões e tentando solucionar algumas demandas da população.

Quando chegou a Travain, entrou lá e viu a gente, eles queriam fazer uma parceria. No Aragão não demorou muito e o síndico barrou a gente. O que a gente viu é que não era problema só na questão social do local, mas econômica, a prestação da casa, do condomínio. A gente viu que a área de lazer estava detonada e deu a ideia de revitalizar. Começamos a fazer umas oficinas, cinema, filme da realidade deles, passamos o "Trash: a esperança vem do lixo", trocamos ideia. Era molecada que participava; adolescente, para colocar pra eles que dá pra mudar de vida. Mas aí teve o mesmo problema com o síndico. Rolava as tretas e o síndico barreirava. A gente sai e vem pro UMM. No UMM como é um condomínio mais novo, o público é uma galera de situação financeira estável, totalmente diferente o Aragão, aí foi mais de boa e a gente conseguiu tocar o projeto tranquilo. Ai a gente vai pro Geraldo Honório, a participação é diferente. Quando a gente estava no UMM a galera do G.H. G já ia, a galera do Acássia também ia. Aí surgiu a ferinha no G.H.G acabou, mas tinha que dar suporte até hoje (HONÓRIO, Luís. Entrevista a Marina Urizzi. Sertãozinho, 9 set. 2019).

Percebe-se como a Associação entrava e saia dos condomínios conforme os conflitos iam aparecendo em tentativas de mediar e reparar as situações. Em grande parte, os conflitos eram iniciados pela figura do síndico que exerceu uma função mais autoritária do que cooperativa com os moradores. Outro fato interessante é de que a

Associação circulou por todos os empreendimentos do PMCMV-1, justificando assim o fácil reconhecimento dos moradores com Luís e com o trabalho cultural desenvolvido em nome da Associação. As tentativas da organização em atuar com os moradores era articulada com a realidade local, levando em conta os aspectos socioeconômicos e culturais, o que também facilita as relações de identidade da população com o Cabeça di Nego.

No entanto, quando Luís relata e compara brevemente a relação com os condomínios, nota-se que o residencial G. H. G é o empreendimento que novamente se destaca pela sociabilidade mais positiva se comparado aos demais, assim como o residencial UMM. A Associação acabou se retirando diretamente dos condomínios logo após o término do TTS, tanto nos residenciais Aragões quanto no G.H.G. No entanto, como o CEU das Artes está na região dos condomínios, o público-alvo que frequenta as aulas, cursos e oficinas é a população dos bairros e condomínios populares do PMCMV, mais precisamente, as crianças e adolescentes. Por isso, a Associação voltou seu trabalho com foco nos editais público de fomento a projetos culturais e sendo cada vez mais reconhecida como a principal referência ligada ao CEU das Artes, tanto para a população local como para a Prefeitura.

Entre as pautas da última reunião da Associação, alguns membros relataram a insatisfação com a atuação restrita ao CEU das Artes, e enxergavam como necessário prestar auxílios diversos aos moradores que desejam reestruturar o espaço, e que principalmente querem reformar as áreas comuns depredadas. Na reunião foi levantada a reflexão de que a partir das ações feitas com as crianças e adolescentes, a Associação tomava conhecimento dos inúmeros problemas que envolviam a realidade de alguns desses condomínios: presença do tráfico, intimidação, violência, pobreza e abandono estavam sempre presentes. A Associação concordou com a importância das atividades culturais realizadas no CEU, mas que de nada adiantava aquele jovem retornar para casa e encontrar um ambiente conflituoso e hostil, principalmente com um ambiente que fomentasse isso com o abandono e depredação.

A proposta de revitalizar as áreas comuns dos condomínios foi acordada em reunião. Quando Luís contava sobre o novo projeto de intervenção no espaço do condomínio, indaguei no sentido de quais seriam os conhecimentos técnicos sobre a reforma em si, se havia dentro da Associação algum voluntário da arquitetura e da construção civil para auxiliar na elaboração e execução da obra:

Não, nada disso. Tudo a gente. Eu tô pensando aqui, se põe janela de vidro, um material que não esquenta muito, cortina pra tapar o sol, ventilador. Tem que pensar nisso. O que eu não quero na minha casa não posso pôr na dos outros. Os meninos tão brincando na rua e quebra as coisas de vidro mesmo, não é porque quer não. Aí quinta-feira agora fomos no Aragão Um. O estado lá é pior. Aí os meninos logo parou a gente: “ow, e aí vai grafitar aí?”, grafitar não, nós vamos arrumar isso aqui. “demorou, quando?” ano que vem. Então se vê assim que eles ficam empolgados (HONÓRIO, Luís. Entrevista a Marina Urizzi. Sertãozinho, 9 set. 2019).

Nesse trecho vê-se primeiramente, como esperado, a reforma das áreas comuns do condomínio projetasse para ser independente de quaisquer conhecimentos técnicos, apenas motivada pela vontade destas pessoas em fazer dali um lugar melhor. Destacamos a frase de Luís de que “o que eu não quero na minha não posso pôr na dos outros” onde há a preocupação em fazer o melhor possível para um espaço que efetivamente não é dele. Considerando que o padrão construtivo do PMCMV-1 optou por tipologias baratas e padronizadas das construtoras, é interessante pensar, através da figura de Luís, como a Associação preocupa-se com esse aspecto ainda que não possua os conhecimentos tão pouco os recursos para uma reforma do espaço.

Por último dessa fala de Luís penso ser possível relacionar o fato de os jovens indagarem Luís sobre o grafite que gostariam de fazer naquele espaço. O grafite é uma das possibilidades de deixar marcas identitárias nos espaços urbanos, especialmente na periferia, e faz parte do campo de oficinas ofertadas pela Associação. Mesmo assim, como vimos no capítulo 3, em nenhuma ação social das empresas de TTS o grafite foi mencionado como atividade a ser desenvolvida com o público jovem dos condomínios.

Em seguida, perguntei a Luís se essa reforma seria organizada com os moradores uma espécie mutirão e se estão sendo pensadas outras ações para os condomínios:

Isso, já começamos a falar disso. Tem que ser trabalho de base porque no Eldorado não tem síndico mais, tá mas fácil trabalhar e a população quer, vai ajudar. A gente colocar uma internet pro condomínio todo, dividir entre todo mundo, vai dar dois reais pra cada família (são 300 famílias) e no Aragão também vamos fazer. A gente compra um roteador bom, 450 real, não dá pra todo condomínio, vamos precisar de mais, aí a gente divide. Todo mundo tá usufruindo, tá massa? A internet tá pesada? Vamos dividir mais de novo. E assim vai melhorando a vida das pessoas (HONÓRIO, Luís. Entrevista a Marina Urizzi. Sertãozinho, 9 set. 2019).

Verifica-se novamente como a figura do síndico, no caso supracitado de sua ausência, é elemento importante para a atuação da Associação ser mais bem-sucedida. O que deveria ser um componente de auxílio para vida no condomínio acaba sendo um empecilho na mobilização dos moradores. Por isso, o trabalho etnográfico terá como uma de suas intenções compreender como está sendo articulada a relação dos moradores com os novos síndicos e, caso não haja mais síndicos, de maneira essa ausência dificulta ou não as sociabilidades internas. Também parece importante destacar ainda no mesmo trecho como os conhecimentos técnicos sobre construção e conforto ambiental tentam ser levados em consideração, embora Luís seja uma pessoa alheia a esse tipo de informação em sua trajetória profissional.

Enquanto conversávamos, muitas pessoas passavam por nós, cumprimentando e fazendo perguntas para Luís sobre reuniões, horários de aulas e de mais assuntos ligados ao funcionamento do CEU das Artes. Uma delas chamou minha atenção e acabou tornando-se um dado interessante a pesquisa. Evandro, dono de um terreno que comporta uma pequena horta particular, passou para confirmar uma reunião com Luís sobre o projeto da horta comunitária. Trata-se de uma nova parceria em que através doação do terreno, a horta até então particular, será de uso comunitário para os moradores dos condomínios do PMCMV-1. Na visão de Luís, além do fortalecimento da identidade de comunidade, a horta também será importante para disponibilizar um completo na alimentação de muitas famílias. No mesmosen sentido, disse que a Associação está se mobilizando para a compra de um forno para a produção de pães, que deverá atender a população dos Aragões e do bairro próximo Anélio Celine, onde a situação de pobreza encontra-se mais preocupante.

Por fim, é importante destacar que, por escolha da Associação, todas essas novas intervenções vêm sendo debatidas apartadas do conhecimento da prefeitura. A prefeitura encerrou o contrato com a empresa do trabalho pós-ocupação no Aragão entre os anos de 2016 e 2018. De lá para cá, não foram executadas ações visando reunir os moradores ou promover atividades educativas e culturais. A Associação é a única entidade presente na região e justamente por isso é o único ponto de referência para os moradores dos condomínios, sobretudo o público mais jovem.

5.3 MUDANÇAS NA TRAJETÓRIA DO CAMPO: O CASO DO RESIDENCIAL ELDORADO

Quando essa pesquisa foi projetada em 2019, prevíamos o trabalho de campo nos condomínios Aragões e G.H.G, pelos critérios já citados anteriormente: são os residenciais mais numerosos, os mais antigos e uma informação prévia do vínculo com o movimento social de luta por moradia. No entanto, toda trajetória de campo implica em eventos que exigem do pesquisador uma revisão do planejado, seja por dificuldades de acesso, mudanças ou novas possibilidades. O que essa pesquisa encontrou foram justamente novos caminhos logo de início do campo e, na medida do possível, esforcei-me para acompanhar os rumos que se apresentavam.

A partir do contato com Luís, soube que a Associação tinha sido procurado por alguns moradores que, sabendo dos projetos desenvolvidos dentro do CEU, desejavam implementar ações semelhantes dentro do Residencial Eldorado. As demandas ali eram muitas: segundo as moradoras, o condomínio estava abandonado, com as áreas coletivas detonadas, a iluminação externa comprometida. Além disso, foram relatadas sociabilidades marcadas pela presença do tráfico, inibindo os “moradores de bem” e atraindo crianças e jovens para o mundo do crime com facilidade.

Apesar da Associação possuir uma série de atividades programadas, o pedido foi atendido e através de Luís, algumas ideias começaram a ser dialogadas em uma reunião dos membros do Cabeça di Nego. Como já estava em contato com a Associação para acompanhar as atividades programadas para os Aragões, decidi me inserir primeiramente nas ações do Eldorado. Por isso, os próximos dois tópicos descrevem as atividades realizadas pela Associação no Residencial Eldorado, ainda que não fosse essa a ideia da pesquisa originalmente.

5.3.1 Primeira Cena: “Tio, vai passar filme?”

Como já mencionado, Luís, em nome da Associação, tomou frente da demanda levada por alguns moradores do Residencial Eldorado. Por conta própria, estruturou o projeto de revitalizar o parque das crianças e o salão de convivência dos moradores dos condomínios Aragão Um e Eldorado. Revitalizar os espaços comuns seria uma

estratégia, na visão de Luís, de melhorar o pertencimento das famílias nos condomínios.

A ideia surgiu a partir de uma moradora do Residencial Eldorado que procurou Luís para pedir auxílio. Como já era um desejo da Associação, o retorno aos condomínios para providenciar novos estímulos de ações comunitárias, visando atender as demandas da população, essa tentativa foi iniciada no mês de outubro de 2019 e pude vivenciar todo o processo desde então.

Primeiramente, acompanhei Luís em um encontro que tinha como objetivo expor a ideia para os moradores do Eldorado na noite de quarta-feira de 23 de outubro. Fui até a casa de Luís que reside na “COHAB 9- José Garcia da Costa”, na mesma região dos empreendimentos do PMCMV. Sua casa é o também o espaço de sede Associação. A varanda é dividida entre a vida privada de Luís, com instrumentos de percussão, equipamentos de sons e variados artigos que pertencem as atividades da associação.

De lá seguimos juntos até o condomínio que até então não conhecia pessoalmente. No caminho, Luís dizia que a intenção era expor melhor o projeto da reforma aos moradores e para isso providenciou um projetor, caixas de som e microfone, todos equipamentos da Associação. Apesar do evidente cansaço, afinal ele havia trabalhado até as 18h na empresa onde executa a função de soldador, Luís manteve a boa expectativa em relação ao encontro com os moradores.

O Residencial Eldorado fica localizado no Jardim Santa Marta II, na Avenida Aristides Simões. O total de 160 apartamentos é dividido em oito blocos, de cinco andares, com quatro unidades em cada piso. É o empreendimento mais antigo da cidade, entregue em julho de 2011 por meio de sorteio realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, na época sob administração da secretária Edna Garcia da Costa e do prefeito Nério Costa, na época filiado ao Partido Popular Socialista (PPS).

Quando chegamos, Luís entrou para estacionar a Kombi, também pertencente a ONG, próximo ao bloco oito, onde seria montado o projetor. A portaria do Residencial Eldorado não tem fiscalização e portão, sendo a entrada e saída de veículos e pedestres de livre acesso. Quem nos recebeu foi a moradora Carla já estava a sua espera no estacionamento e parecia muito contente. Ela até então não me conhecia e não sabia da minha atuação na Associação, tampouco dessa pesquisa. Nossa apresentação foi superficial, restringindo-se ao nome para que logo começássemos a organizar a estrutura.

Com ajuda de Carla, uma extensão desceu pela janela do seu apartamento, número 24, rumo a vaga da garagem cedida por outro morador para que o aparelho fosse instalado. No entanto, o computador de Luís não conseguiu ser conectado com o projetor e acabou não sendo possível a exibição das imagens que ele havia preparado para incentivar os moradores a organizarem o mutirão para reforma.

Enquanto Luís montava os equipamentos, foi possível perceber a movimentação dos moradores pelas janelas, observando nossa presença, e alguns que se aproximavam. Crianças passavam e perguntavam com expectativa: “Tio, vai passar filme?”. Não era o combinado a exibição de filmes naquela noite, mas Luís disse aos moradores que estavam próximos que era só organizar que seria possível fazer. Depois de todos os equipamentos montados e ligados, houve um problema de identificação do notebook de Luís com o projetor, sendo preciso um cabo VHS para fazer a correta conexão. Toda a conversa foi acontecendo enquanto Luís esforçava-se para pensar outra maneira de resolver o problema, mas que não obteve sucesso. Todo esse processo de tentar ligar o projetor levou mais de uma hora.

Com o tempo, os moradores desistiam e iam embora. Permaneceram Carla e Josiane, as moradoras engajadas que pediram ajuda da Associação para revitalizar as áreas comuns do condomínio. Ambas residem no condomínio desde a entrega. Ao se lembrarem que moram ali há quase dez anos, esboçaram reação de espanto e alegria, por realizarem que estão muito perto de finalizarem o financiamento e adquirir o título da casa própria.

Em meio à conversa, havia um receio comum em relação à escritura do imóvel. Na época o então prefeito, Nério Costa, havia prometido que não seriam cobradas. No entanto, com a atual gestão de Zezinho Gimenez, é quase um consenso de que essa promessa não será mantida. Carla chegou a afirmar que:

Esse prefeito não gosta de pobre. Se o Niltinho⁸⁹ entrar vai ser a mesma coisa. Mas ano que vem é eleição, quem sabe a gente consegue alguma coisa.

⁸⁹ Em 2019, Niltinho ex-vice-prefeito, que foi candidato à prefeitura em 2020 e recebeu 33,45% dos votos válidos, perdendo no primeiro turno para o atual prefeito do PSDB Dr. Wilsinho que recebeu 58,40% dos votos válidos. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/#/eleicao;e=e426;uf=sp;mu=71358/resultados>. Acesso em: 25 ago. 2021.

Com o tempo de conversa, Luís foi recordando momentos que marcaram a vida dos moradores, como quando a Polícia Federal entrou no condomínio, em 2016, em uma abordagem mais violenta sob denúncias de tráfico organizado em alguns apartamentos. As moradoras disseram que a polícia entra direto, mas que nesse episódio em específico era referente ao síndico da época. Esse síndico foi uma liderança muito negativa para os moradores.

Eu perdi meu pai e meu marido, foram duas percas que eram minhas estruturas. Aí eu fui morar com minha mãe porque meus filhos estão lá. Meu irmão quis vender a casa da minha mãe para fazer render o dinheiro, eu demorei quatro meses pra concordar com isso. Hoje ela mora de aluguel, numa casa boa e tudo, mas paga aluguel, não é dela. Ela não gosta daqui e não vem morar comigo. Nessa época, ele (o síndico) me ameaçava dizendo que se eu não voltasse pro apartamento eu ia perder. Mas como? Eu pagava tudo certo!

O relato acima é de Carla, que faz algumas faxinas para obter uma renda extra a aposentadoria do marido. A moradora afirmou que os filhos estão na casa da mãe porque lá tem mais espaço e segurança, que foi melhor para o crescimento deles não estarem no condomínio com ela. Com medo de perder a moradia sob ameaçadas do síndico da época, permanece resistentemente até quitar o financiamento.

Luís comentou que soube da existência de uma grade dentro do bloco cinco pois no piso térreo, um morador, que é dono de dois apartamentos, instalou uma grade para separar os seus dos outros dois do piso. Fomos até o bloco para verificar e de fato, a grade estava posta e havia uma tranca impedindo a passagem. Esse tipo de prática tornou-se muito comum no PMCMV-1, mesmo com as ameaças e denúncias para que os moradores não repassassem o imóvel antes do financiamento⁹⁰.

As moradoras não conheciam muitos detalhes dos projetos da Associação perguntaram a Luís sobre o trabalho realizado, se eles possuíam salário pela prefeitura e como faziam para ter os equipamentos. Luís explicou o funcionamento dos editais de cultura e esclareceu que a Associação não é vinculada a algum partido político, ao contrário, já vem sofrendo ameaçadas de corte do atual prefeito e sentem-se ameaçados pelo próximo ano de eleição. Os exemplos de como a Associação podem atuar nos condomínios foram apresentados por Luís:

⁹⁰ Em 2016, uma fiscalização feita pelo CRECI-SP ocorreu no Residencial Eldorado na tentativa de garantir a norma. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/04/creci-constata-venda-ilegal-de-imoveis-do-minha-casa-em-sertaozinho-sp.html> Acesso em: 05 jul. de 2023.

No Aragão Um, a gente tá vendo de fazer a reforma do parquinho e da área de convivência, mas também queremos fazer nos blocos uma arte de grafite, pra ser uma galeria ao céu aberto. Fica massa. Vai gente só pra ver o trampo lá, valoriza o espaço.

Quando Luís comentou que seria possível instalar uma internet para o condomínio todo, uma das moradoras disse que o antigo síndico não havia permitido. Por diversas vezes, a postura dos síndicos foi autoritária e proibicionista. A empolgação das moradoras com a possibilidade de terem a revitalização do espaço e uma internet coletiva no condomínio foi sentida e verbalizada: “Nossa, se põe a luz, a internet, ia voltar todo mundo pra cá, todo mundo que saiu”.

Mesmo sem conhecer muito do condomínio, pude confirmar com essa fala que de fato muitos moradores já haviam desistido de morar ali e que as melhorias de infraestrutura seriam atrativas para que estes beneficiários de origem retornassem, ou ao menos conter a saída dos que resistem. A ideia de organizar um sistema onde a internet seja distribuída por todos os apartamentos a partir de roteadores dos próprios moradores chamou muito atenção de Carla e Josiane. A Associação se colocou à disposição para arcar com os custos, por cerca de três meses, e depois desse prazo os moradores seriam os responsáveis pela manutenção. O valor calculado por família seria de dez reais, que segundo as moradoras, é possível de ser realizado por todos.

Luís enfatizava a todo o momento que as ações dependem mais dos moradores do que da Associação. Carla disse que sabe disse, mas que, no entanto, há muitas famílias desanimadas no condomínio. Josiane completou esse relato dando como exemplo a festa do dia das crianças foi organizada por ela e mais duas moradoras, e que a participação de crianças do condomínio foi muito considerável, lamentando a falta de interesse dos demais responsáveis em contribuir com a organização do evento. Luís buscou incentivar a atitude da moradora:

A gente não pode fazer uma ação visando receber um obrigado nem nada. Se a gente for reformar ali pro morador olhar e falar do nosso trabalho “pô parabéns” a gente não faria nada. A gente vai fazer pros moradores, as crianças merecem, é nisso que a gente acredita.

Embora Josiane concordasse, havia um evidente sentimento de desconforto sobre a postura de muitas famílias diante da vida no condomínio. Há pouco reconhecimento dos moradores dos espaços da porta para fora e, aqueles que ainda tentam se empenhar por eles, sentem bastante a ausência dos demais moradores.

Segundo os relatos desse encontro, outra moradora engajada no mutirão é Luana, que não esteve presente na reunião, pois é trabalhadora no período noturno em um supermercado da cidade. Luana ficou responsável por divulgar em todos os apartamentos que aconteceria a reunião com Luís para apresentação do projeto da reforma. Mesmo assim, os moradores olhavam distanciados a montagem dos equipamentos e a roda de conversa permaneceu limitada em quatro pessoas: Carla, Josiane, Luís e eu.

Carla e Josiane afirmavam que percebem que muitas pessoas torcem contra a “evolução do condomínio” e que por isso não desciam dos apartamentos para se informar de perto. As moradoras fizeram uma interessante distinção entre quem é proprietário e quem não é, no sentido de que aquelas pessoas que estão pagando pelo imóvel desde a entrega da chave são (ou deveriam ser) mais preocupadas em melhorar o local; enquanto aqueles que estão ali por situações outras como de aluguel ou ocupação, de fato não terão preocupação em cuidar do espaço comum.

As moradoras temiam pela questão do pagamento do condomínio que não é mais realizado há muitos anos. Luís disse que o Aragão passou por um processo semelhante, onde a empresa que era responsável pela gestão do condomínio moveu uma ação contra os moradores. As moradoras apresentaram um receio de que possam sofrer o mesmo processo:

Não sei o que acontece se a gente não pagar condomínio. Se vê, a força aqui de fora mesmo não tem, a CPFL cortou, e eles roubaram tudo os fios. Pra cortar essa grama é uma vida. A Luana corre tudo nesses vereadores, ninguém da ajuda. No particular eles cobram 700 reais pra cortar a grama aqui dentro.

Luís: é mais fácil um mutirão. É igual no Dia das Crianças. Tinha umas oito ou dez pessoas envolvidas, compra uma máquina, resolve pra sempre o problema.

Luís propôs que na próxima tentativa antes de expor o projeto da reforma fosse exibido um filme para as crianças. A data escolhida foi 14 de novembro, uma quinta-feira que antecede o feriado da Proclamação da República, pois consideramos que atrairia mais pessoas. A projeção seria realizada na mesma parede do bloco onde mora Carla e até o dia seriam arrecadados mais refrigerantes e pipoca para as crianças.

Já nos despedindo, Carla me convidou para conhecer o espaço de dentro do bloco. Cada andar possui quatro apartamentos e ela é moradora do segundo andar.

Logo na entrada, explicou que seu bloco é um dos poucos que os moradores respeitam o acordo de manterem trancada a porta. Já dentro, pude perceber o espaço entre os apartamentos, o corredor bem limpo e a decoração de cada porta. Tapetes de “bem-vindo” e vasos de plantas se faziam presentes em cada uma das portas. O espaço, apesar de pequeno, aparentava ser bem mantido. No entanto, Ana disse que não é um padrão de todos os blocos, que na realidade, varia de acordo com a convivência das famílias de cada um. O que dificultou essa comunicação, segundo ela, com o passar dos anos foi a comercialização dos apartamentos, pois com a saída dos verdadeiros proprietários, os novos moradores pouco se importam em estabelecer vínculo e diálogo com os antigos moradores.

Saindo do bloco e voltando para a entrada do condomínio, as moradoras faziam comparações com o espaço do Aragão, dizendo que o Eldorado é um condomínio mais organizado. Embora tenha encontrado ali o padrão de construção de moradia do PMCMV-1 e demais problemas de infraestrutura como da falta de iluminação externa, de fato o residencial Eldorado não possui a mesma aparência de abandono como nos Aragões. A pintura dos blocos está mais conservada e o espaço entre os blocos também é mais amplo.

É importante destacar que a quantidade de blocos e conseqüentemente de apartamentos sendo muito inferior quando comparada a realidade dos Aragões é um dos fatores que facilita a manutenção do espaço e até mesmo o diálogo entre os moradores, embora esse encontro tenha evidenciado que há falha na união das famílias e de seus interesses em relação ao lugar comum. Por volta das 21h, todos fomos nos despedindo e reafirmando o compromisso de retornarmos no dia 14 de novembro para exibir o filme e o projeto da reforma.

5.3.2 Segunda Tentativa: “Viver aqui é persistir.”

Como combinado, na véspera do feriado da Proclamação da República, fui até a casa de Luís por volta das 18h30. Organizamos os equipamentos necessários enquanto o computador terminava de fazer o download do filme “Rei Leão”. Dentre os recursos da ONG, pegamos copos plásticos e embalagens de sucos. Luís lamentou ter esquecido no CEU um garrafão para comportar vários litros do suco. Me dispôs a ir até o CEU, mas já estava fechado. Da dispensa de sua casa, Luís trazia um óleo de

cozinha para o preparo da pipoca. No caminho para o condomínio, paramos em um bar para comprar o milho e só então seguimos até o condomínio.

Esperamos cerca de dez minutos na porta do bloco onde mora Josiane. Ela ficou responsável por conceder a tomada de seu apartamento para que projetor e computador fossem ligados, tal como da última tentativa. Com o tempo passando, Luís telefonou para Carla, que logo desceu em nosso encontro. Ao se aproximar de nós era notável sua feição de cansaço e tristeza, diferente do encontro anterior.

Carla relatou que Josiane não estava em casa pois havia conseguido um bico de faxina. Tentamos prosseguir com a ação e havia um impasse em relação à localização do projetor. Segundo Carla, não seria possível projetarmos em outra parede de outro bloco, pois os moradores não aceitariam abrir a porta da casa para emprestar uma tomada. Logo, percebemos que a atividade não aconteceria novamente.

Não demorou muito e Carla perguntou a Luís se seria muito difícil conseguir uma cesta básica no CRAS. Conclui que minha impressão inicial sobre seu semblante estava correta. Antes que Luís a respondesse, a moradora relatou que cortaram a pensão que recebia do marido falecido, e que morando sozinha, fazendo “bicos” de faxina, a necessidade começava aparecer. De imediato, Luís a instruiu a procurar o CRAS e procurou acalmá-la afirmando que ela receberia ajuda. Com receio da situação, Carla relatou:

Minha mãe tá lá morando sozinha, e eu aqui. Ela fala “saí daí, vem morar comigo”. Mas eu não vou. Aqui é meu lugar. Eu só vou embora quando terminar de pagar e pegar a escritura. Aí sim, eu vendo aqui, alugo, mas até lá eu fico.

Percebe-se como em meio as dificuldades, essa moradora possui vínculo com o lugar. Essa tendência semelhante já foi apontada por Paz (2015) onde a ambiguidade na percepção dos moradores é nítida: medo e satisfação; descontentamento e orgulho. “Está ruim, mas é meu”; “da porta (do apartamento) para dentro está bom”; “o problema está da porta para fora”; “as crianças não podem sair para brincar”; “jogam bola dentro do apartamento”. (PAZ *et al.*, 2015, p. 273) Desse modo, se da porta para fora não se pode confiar ou conviver de maneira saudável, a saída encontrada é o fortalecimento do espaço da porta para dentro, limitado pelos 41 m² do apartamento padrão do PMCMV-1.

No entanto, percebemos pela falta que o desejo de ficar é muito mais condicionado pelo medo de que algo aconteça enquanto ela esteja fora. Por isso a importância de ficar até o término das prestações, pois tendo o imóvel enfim próprio, a mudança poderia acontecer. Esse medo já foi manifestado no encontro anterior, quando soubemos que os moradores não possuem mais uma administração do condomínio e por isso não realizam um pagamento de taxa condominial como no começo.

Outro ponto importante nesse momento foi verificar como a presença da Associação nos condomínios do PMCMV-1 acabou tornando-se a principal referência de alguns moradores para assuntos que envolvem a satisfação de necessidades básicas ou dúvidas quanto a parte de assistência social do município. Mais do que isso, Luís acabou por desenvolver outros conhecimentos além da gestão de cultura, já que sempre sabe responder e direcionar os moradores nessas ocasiões.

Durante a conversa que durou cerca de quarenta minutos, a moradora em questão reforçou o sentimento de amargura com os vizinhos do bloco. Relatou ter se empenhado em dialogar sobre a limpeza dos corredores e em pintar as escadas. Para isso, solicitou que os moradores colaborassem com uma quantia de dez reais para compra de produtos e que ela faria o serviço. No entanto, todos negaram a contribuição. Sua saída para a situação foi arcar com a manutenção do seu andar, apenas.

Verifica-se assim como as relações da porta para fora são tratadas com menor preocupação e zelo pela maioria dos moradores. Pessoas como Carla tem maior intenção em cuidar da porta para fora. Em sua fala:

Eu queria que isso aqui fosse diferente, igual tá o Anélio Celine, o Acássia, sabe? Aqui foi o primeiro condomínio, tinha que ser exemplo. Mas infelizmente... Pra viver aqui tem que persistir.

Luís concordou e fez críticas ao processo de organização do condomínio e gestão dos moradores no período do TTS:

É muito abandono. Depois eles vêm e colocam a empresa pra dar aqueles cursos lá. Não adianta. Tinha que ter feito antes. A gente (Travain e ONG) ficou aqui, dois meses. Mas o síndico implicou e fomos embora. Tinham outros condomínios na mesma época pra cuidar. Não dava pra ficar insistindo.

Mais uma vez, a liderança do síndico apareceu como sujeito que exercia coerção dentro do condomínio, inviabilizando as atividades da empresa em parceria com a Associação. Atualmente, embora ainda haja um síndico no Eldorado, sua atuação não dificulta e nem facilita que a Associação retorne com as atividades. A mobilização das moradoras nessas últimas semanas e a presença de Luís nesses encontros não foi questionada em nenhum momento por essa liderança.

Depois desse episódio, a falta de comunicação e organização dos próprios moradores acabou desmotivando Luís em retornar ao Eldorado. Nos despedimos de Carla que caminhou pela escuridão das ruas do condomínio sozinha até seu bloco. A intenção da Associação agora é de voltar aos Aragões e ao Anélio Celine, pois segundo Luís, são os locais onde há mais união e necessidades a serem supridas. Até a finalização desse texto, as atividades não haviam sido definidas, mas havia a previsão de serem iniciadas em fevereiro ou março de 2020.

Concordamos com Paz (2015) que esse cenário afeta diretamente o TTS, pois ele não é responsável pelo tráfico e pelas manifestações de violência. Entendemos que as questões estruturais e de segurança pública ultrapassam a competência do TTS. Na experiência dos empreendimentos do Rio de Janeiro (GRAZIA; MELO, 2017, p. 369), mostra como o comando tomado pelo tráfico e milícias tomou as sociabilidades destes bairros, afetando o exercício de cidadania dos moradores e a atuação dos síndicos que acabam sendo submetidos a essa violência de forma até mais direta. No entanto, como mostramos no capítulo 3, a ausência do pré-ocupação somada as condições impostas pelo estilo de vida desses condomínios, se fossem revistas, poderiam ter surtido efeito mais positivo.

Com a proximidade do final do ano de 2019, havia a necessidade de a Associação prestar contas das atividades realizadas no CEU das Artes. Por isso, os trabalhos diretamente nos empreendimentos do PMCMC-1, ou projetos vinculados a eles, foram interrompidos no começo de dezembro. O plano era retornar essas ideias no início de 2020, mais precisamente pós feriado do Carnaval.

5.4 INÍCIO DA PANDEMIA E INTERRUPÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Em março de 2020, a Associação foi pega de surpresa com o agravamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus. De forma inesperada e rápida, medidas

de distanciamento e isolamento social foram amplamente tomadas por praticamente todos os países, com particularidades de cada realidade.

Diante disso, todos os projetos sociais da Associação foram cancelados e sem previsão de retorno presencial. Durante todo o ano de 2020, muitas propostas não saíram do papel. Outras conseguiram ser adaptadas com facilidade, como as reuniões dos membros da Associação e oficinas de instrumentos musicais. Aos poucos, as oficinas de dança urbanas e hip hop também foram ganhando suas versões online, já que o cenário da pandemia no Brasil foi aos poucos ganhando dimensões cada vez mais alarmantes.

Neste período, detive-me aos pontos teóricos da pesquisa e a revisão de todos os dados. Meu contato com a Associação, sobretudo pela pessoa de Luís, permaneceu com troca de mensagens. Também foi nesse momento que pude solicitar o aumento do prazo para que a pesquisa pudesse ser concluída em um contexto favorável ao retorno do trabalho de campo.

Durante o ano de 2020 onde a pandemia do coronavírus se mostrou um desafio para a comunidade científica, diferentes medidas foram tomadas por estados e municípios no combate à doença. A falta de direcionamento do governo Federal trouxe para as outras esferas de poder o encargo de tomar decisões de *lockdown*, fechamento de diferentes setores e a proibição de aglomeração. No estado de São Paulo as medidas seguiram o chamado Plano São Paulo que avaliava a situação em cada uma das x regiões do estado.

A região de Ribeirão Preto esteve na faixa vermelha, a mais arriscada nos índices de transmissão e ocupações de UTI praticamente durante todo o ano. As ações culturais prestadas pela Associação no CEU das Artes e outras previstas para ocorrerem dentro dos residenciais PMCMV-1 foram suspensas sem previsão de retomada. Somente com setembro de 2021, com o avanço da vacinação e queda nos índices de transmissão e óbitos que atividades socioculturais voltaram a acontecer de forma presencial. Isso incluiu o retorno das aulas de danças urbanas, oficinas de hip hop no CEU das Artes.

No começo do ano de 2021 tivemos um recomeço otimista com o início da campanha de vacinação. Foi somente em julho de 2021, já vacinados, que me reencontrei com Luís em sua casa, onde conversamos presencialmente tomando as medidas de prevenção necessárias. No mesmo dia optei por fotografar boa parte da região dos empreendimentos que compõem o Anexo II dessa pesquisa. Ali

conversamos sobre os possíveis andamentos dos trabalhos no segundo semestre, possibilidades propagadas por autoridades estaduais⁹¹. Em um cenário menos pessimista, os índices de internações e obtidos por COVID no estado registram-se em queda⁹², combinado ao crescimento do ritmo de vacinação.

Com a expectativa do retorno gradual as aulas e cursos presenciais no CEU das Artes, Luís me contou animado sobre o retorno do contato presencial com as crianças e jovens da região. Além disso, me atualizou sobre o projeto “Primeira refeição”, que já havia comentado durante as atividades de campo no Residencial Eldorado em 2019. O projeto será concretizado graças a uma emenda parlamentar de um deputado estadual do PT. O caminho para que isso seja possível começou no diálogo entre Isaac, atual presidente da Associação que é filiado ao PT, com as lideranças do Partido na cidade. A partir disso, foi estabelecido o contato com o deputado para que a emenda fosse destinada ao projeto.

Luís afirmou que inicialmente o projeto era construir a padaria comunitária na própria sede da Associação, mas que o espaço era insuficiente. Diante disso, decidiram alugar uma pequena sala comercial na região, próximo ao CEU das Artes, acreditando que assim contemplarão ainda mais os moradores da região. O projeto prevê inicialmente a distribuição de pão no período da manhã e da tarde para as famílias carentes que a Associação já tomou conhecimento com o passar do tempo de sua atuação. Apesar de entusiasmado, Luís almejava dedicar sua energia ao retorno das atividades presenciais e “fazer a cultura acontecer com esses meninos de novo” era o que mais lhe trazia sentido. Luís esboçou também preocupação com as dificuldades financeiras causadas pela pandemia para aquela população e temia perder o público de jovem dos projetos, da escola e, como sempre, a preocupação com o retorno (ou começo) no mundo do tráfico como ganho imediato de renda.

Isaac, o atual presidente da Associação, estava responsável pelo projeto “Primeira refeição”. Ao procurar por Isaac para obter mais detalhes do projeto, soube que ele estava tentando há algumas semanas uma reunião com a primeira-dama e então Secretária de Assistência Social do município para apresentar o projeto e

⁹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/07/27/sp-deve-ter-flexibilizacao-em-agosto-e-novas-regras-a-partir-do-dia-20-diz-vice-governador.ghtml>. Acesso em: 27 jul. 2021.

⁹² Em 27/07, a ocupação de UTIs em SP encontrava-se abaixo de 55%; Mais de 3,7 milhões já se recuperaram no decorrer da pandemia. Fonte: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/orgaos-governamentais/secretaria-da-saude/sp-registra-menos-de-mil-novas-internacoes-por-Covid-19-pelo-segundo-dia-seguido/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

fortalecer parcerias. No entanto, Isaac me relatou que estava encontrando dificuldades em realizar o agendamento e que sentia “resistência” por parte da Secretaria em atender sua solicitação.

Como minha relação com a Associação procura ocorrer de modo que haja uma troca, Isaac me perguntou se eu poderia acompanhá-lo na entrevista com a então primeira-dama, pois segundo ele: “cientista social dá um peso bacana”. Prontamente atendi o pedido, pois além de ter a oportunidade de contribuir para a Associação, seria mais um dado importante para fechar o campo que ficou comprometido com a pandemia. No entanto, essa reunião não ocorreu, sob a justificativa de que a agenda da então primeira-dama não estava disponível para os próximos dias. Até a fechamento dessa pesquisa, a reunião não aconteceu, e conseqüentemente, o projeto da padaria comunitária não conseguiu ser concluído.

PARTE II: O TRABALHO DE CAMPO PÓS-PANDEMIA: NOVAS TENTATIVAS E RECOMEÇOS.

5.5 RECONSTRUINDO E FINALIZANDO O CAMPO NO CONTEXTO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL

As entrevistas que compõem esta parte do capítulo foram realizadas entre julho e setembro de 2022, de modo presencial, com alguns moradores ou ex-moradores dos residenciais Aragões e Geraldo Honório Garcia. Os locais das entrevistas variavam entre a residência das famílias e locais de trabalho, dependendo da necessidade de cada pessoa. De modo geral, no primeiro contato com os entrevistados foi forte a sensação de desconforto. Não é fácil alguém falar de sua vida “a troco de nada”, tão pouco encontrar tempo para essas pessoas que possuem uma rotina marcada pelo trabalho.

Apesar da mediação da Associação, que conversava previamente com as famílias sobre minha pesquisa, imediatamente fui vista como desconhecida, uma estranha em campo. Um fato interessante foi que obtive com os membros da Associação o número do celular “mandar um whats” para confirmar a entrevista. E este se tornou meio de comunicação mais eficiente, pois especialmente no contexto de pandemia, esse recurso facilitou um primeiro contato com as famílias até a conversa presencial.

A dificuldade em marcar esses encontros também foi significativa. Duas entrevistadas dos Residenciais Aragões só conseguiram me encontrar depois de um mês de tentativa. As condições de rotina de trabalho eram sempre determinantes para essas famílias que naturalmente, em seu tempo livre, não estavam interessadas em receber uma estranha.

Para conseguir dentro das possibilidades estreitar os laços de forma mais imediata, optei por me apresentar como uma pesquisadora da universidade pública, uma estudante interessada nos problemas da desigualdade da sociedade e dos problemas que as classes mais pobres enfrentavam. Em alguns casos, vi a necessidade de relatar a minha trajetória como filha de trabalhadores que também estiveram na luta a vida toda por uma casa própria. A expressão de que a universidade é “coisa de filho de rico”; “coisa de gente muito inteligente” foram colocadas em alguns momentos. Como tentativa de minimizar os efeitos do meu lugar no estreitamento de

laço, optei por relatar que estar na pós-graduação de uma instituição conceituada hoje é um dado histórico do lugar de onde venho, uma exceção em meio as desigualdades do país.

Assim, pouco a pouco, partindo dessa estratégia de identificação, os entrevistados olhavam para minha figura com alguma identificação e consideração ao trabalho desenvolvido. Muitas vezes fui confundida com assistentes sociais da COHAB ou da CAIXA. Quando essa imagem era finalmente desvelada, havia curiosidade das famílias sobre quais melhorias esse estudo poderia gerar, se poderia ser um levado como demanda para a prefeitura, por exemplo.

5.6 MOVIMENTO “MÃES DO ANÉLIO CELINE”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS SOCIABILIDADES NO CONJUNTO HORIZONTAL DO PMCMV-1

Em setembro de 2021, com um cenário de vacinação da população adulta concretizado, Luís me informou que a Associação tinha sido procurada por uma moradora do Conjunto Hab. Anélio Celine, que se apresentava como a líder do movimento “Mães do Anélio Celine”. A moradora em questão é Silvana, residente no bairro há sete anos e buscou apoio para realizar uma atividade de Dia das Crianças. Mais precisamente, solicitou que a Associação se fizesse presente com infraestrutura de som, palco e projetor para realizar o evento no dia 12 de outubro, comemorado o Dia das Crianças.

Silvana fez parte do movimento por moradia que ocupou a granja e junto com as outras famílias foi realocada para o conjunto habitacional. Antes de consolidar a mudança, contou que ficou com o marido e os cinco filhos de aluguel em um apartamento do Aragão Dois, enquanto reformava a casa. No ano de 2015 o marido foi preso por envolvimento no tráfico, o que tornou sua condição de mãe e trabalhadora ainda mais sobrecarrega. A moradora me contou que foi nessa fase que teve contato com as festas de Dia das Crianças do Aragão Dois, que foram organizadas por algumas famílias e síndicos. Depois que passou a residir oficialmente no Anélio Celine ficou com o sonho de proporcionar para seus filhos e todas as crianças do bairro uma festa parecida.

Assim, na terça-feira de 12 de outubro, estive presente no evento a convite de Luís. Ao chegar na rua do evento me deparei com muitas crianças e adolescentes transitando entre os espaços montados para a festa: brinquedos como pula-pula,

máquina de algodão doce, mesa de comes e bebes e, ao final da rua, a Associação montava o palco que daria lugar para a sessão de cinema no período da noite.

Enquanto caminhava até o palco pude observar que algumas mulheres usavam uma camiseta padrão e o nome do movimento “Mães do Anélio Celine”. Ao chegar e cumprimentar Luís e outros membros da Associação, logo me apresentaram Silvana, que estava por perto para conferir a montagem dos equipamentos. Luís como sempre comentando da minha pesquisa, o que despertou interesse e orgulho em Silvana que logo me convidou para nos sentarmos e contar sobre a ideia da festa. Atravéssemos a rua e pegamos duas cadeiras no bar que era ponto de abastecimento da festa das crianças. Silvana me pediu licença para fumar, respirou fundo e relatou a sua emoção com o evento:

Tá tudo do jeitinho que eu queria. Isso aqui era um sonho meu, desde a época que eu morava no Aragão e via o pessoal de lá organizando. Quando mudei de vez pra cá sempre falei: um dia vamos ter a nossa. Até que esse ano, depois de tudo que aconteceu, tanta coisa ruim, falando com a Fabiana e com o Marcos, ali do bar, a gente falou: não, vamos fazer. E aí começamos a correr atrás de doação de refrigerante, brinquedo e tudo pra montar os brindes das crianças.

Silvana é moradora do Conjunto Hab. Anélio Celine desde 2016, mas não realizou a sua mudança tão imediatamente. Antes de se mudar com o marido e os cinco filhos, contou que alugou um apartamento do Aragão Dois enquanto reformava a casa. Em seguida, no ano de 2017, o marido foi preso envolvido com tráfico de drogas, o que tornou sua condição de mãe chefe da casa e trabalhadora ainda mais sobrecarregada. A moradora me relatou que foi nessa fase que teve contato com as festas de Dia das Crianças do Aragão Dois, que foram organizadas por algumas famílias e síndicos da época. Depois que passou a residir oficialmente no Anélio Celine ficou com o sonho de proporcionar para seus filhos e todas as crianças do bairro uma festa parecida.

Durante nossa conversa, Silvana mantinha o olhar dividido com a rua e a movimentação. Muitas vezes fomos interrompidas por outras pessoas que a procuraram para tirar dúvidas do que poderia fazer, pedir autorização para liberar mais refrigerante entre outras questões que envolviam a dinâmica da festa. Nitidamente orgulhosa, perguntei sobre a ideia da participação da Associação:

O pessoal é muito conhecido nosso. Tem muita criança aqui que faz curso lá no CEU com eles. Aí lembrei que eles podiam ajudar no som e principalmente no cinema. Disso eu não abri mão! Muitas crianças aqui nunca foram num cinema, não sabe como é. Eu escolhi pra passar aquele novo da Disney, "Luca", eles vão amar!

Apesar da sua liderança, Silvana não trabalhou sozinha. A comissão do evento é formada basicamente por ela e mais quatro mães que também estavam com camisetas representando o movimento recém-criado no bairro. A moradora fez sinal para que elas entrassem na nossa conversa, mas quando souberam que se tratava de uma entrevista para uma pesquisa, preferiram manter Silvana como sua representante: "o que ela falar aí tá falado", disseram em tom de riso e voltando para seus afazeres. Além delas, outros moradores participaram de forma mais modesta, divulgando o evento em redes sociais e pedindo doações. Essa arrecadação de dinheiro e brindes levantou suspeita de alguns moradores, que questionaram se tudo seria destinado de fato ao evento. Para Silvana isso se resume a lógica de que: "Sempre tem as pessoas que não fazem nada, mas sabem falar." E caso precisasse prestar contas, tomou o cuidado de guardar todas as notas fiscais dos itens comprados.

Outro dado interessante da conversa que tive com Silvana foi a respeito da relação do bairro Anélio Celine com os residenciais Aragões, tendo em vista a proximidade dos empreendimentos. O trajeto entre a rua da festa e a portaria do Aragão Dois é de apenas 500 metros. A festa de dias crianças do Aragão Dois é tradicional, ocorre desde 2013, e foi uma das atividades fomentadas pela equipe do TTS.

Silvana contou que quando a notícia do evento do Anélio Celine começou a circular na região, a atual síndica do Aragão Dois procurou por ela e ofereceu uma parceria na realização do evento. A proposta era que ambas juntassem suas arrecadações e concentrassem as atividades dentro do condomínio Aragão Dois. O argumento da então síndica era de que assim teriam mais união, além de segurança e espaço apropriado para realização do evento. Na visão de Silvana, essa foi uma estratégia da então síndica de se promover ainda mais:

Ela quis é aproveitar da situação porque todo mundo viu que aqui estava tendo mobilização e arrecadamos muita coisa. Depois da ideia do cinema então...aí é fácil, né? E outra, aqui é um bairro, lá é outro. Aqui é muito melhor, na verdade. Nós somos do Anélio Celine. Eu já morei lá um tempo porque precisei, mas meu lugar é aqui, meus filhos são daqui.

Nota-se que para Silvana estabelecer a demarcação entre os empreendimentos do PMCMV-1 é fundamental. A nossa conversa durou aproximadamente meia hora, tempo suficiente para que a moradora descansasse e retornasse ao evento. Durante a festa pude ajudar na distribuição de refrigerantes, máscaras de proteção e brindes. Todas as crianças ganharam um brinquedo: para as meninas uma boneca de plástico ou um kit de maquiagem infantil; e os meninos ganharam uma bola.

Por último destaco que a festa contou uma articulação do Movimento Popular da Juventude (MPJ) que participaram do evento levando cordas, giz de cera e bexigas para promoverem gincanas com as crianças. Assim, o evento seguiu das 15h até a noite, encerrando com a sessão de cinema. Ao final, Silvana e as outras mães manifestaram o sentimento de orgulho e dever cumprido em relação a festa, animadas para a edição do ano seguinte.

5.7 “JÁ FOI BOM, MAS HOJE PERDEU O VALOR”: RELATOS SOBRE O GERALDO HONÓRIO GARCIA

Logo na entrada, o condomínio Geraldo Honório Garcia chama atenção por possuir uma estrutura aparentemente bem cuidada. Os blocos mantem uma pintura conservada, limpa e sem grandes desgastes. Na portaria, uma funcionária sentada em uma cadeira de plástico conversava com outras mulheres. Passei pelo pequeno grupo sem precisar me apresentar ou pedir algum tipo de permissão, apenas “boa tarde” foi dito reciprocamente. Notei a presença de um computador que exibiam imagens de câmera de diferentes pontos de dentro do condomínio. A aparente organização e limpeza dos espaços da entrada era contrastante com as imagens que possuí dos residenciais Aragões e do Eldorado.

Entrei seguindo as orientações que a entrevistada havia me passado: caminhei reto por três ruas, depois virei a direita e logo encontrei seu bloco de número 14. O trajeto não durou cinco minutos a pé. Durante a curta caminhada senti um condomínio tranquilo e quieto. Poucas pessoas pelas ruas e um relativo silêncio me acompanharam. Talvez o dia e horário interferissem nesse ambiente tranquilo; minha conversa com a moradora Jéssica ocorreu as 15h de uma segunda-feira, dia de sua folga no salão de beleza onde atende como manicure.

Casada e mãe de um menino de seis anos, Jéssica, 23 anos, foi a primeira moradora do Geraldo Honório Garcia que estabeleci contato. De família grande- ao total são quatorzes irmãos, a moradora reside em um apartamento do piso térreo desde 2016. Ao lembrar das origens relatou entre risos que a família há de tudo: irmão PM, irmão preso e até irmã usuária de drogas que “sumiu no mundo”.

Jéssica nasceu e morou boa parte da infância na cidade de Maringá, no estado do Paraná, local de origem da família da mãe. Relatou que por ser uma cidade maior, o dia a dia não era fácil, principalmente porque moravam em um bairro periférico e muito afastado do centro da cidade. Apesar do imóvel ser próprio, a família optou em mudar-se para Sertãozinho em 2011, ficando seus pais e mais alguns irmãos na casa dos avôs paternos, naturais de Sertãozinho. A principal motivação da mudança foi o conhecimento de que a cidade era melhor para viver, mais organizada, com serviços públicos de maior qualidade e principalmente, oferta de emprego.

Em 2015, a sua mãe se inscreveu no Programa Minha Casa Minha Vida de onde obteve a moradia no Geraldo Honório Garcia. No entanto, meses depois, descobriu um câncer, adoeceu rapidamente e faleceu semanas antes da mudança. Como Jéssica era a mais nova entre os irmãos, o acordo foi de que o apartamento seria dela que na época, aos 16 anos, estava grávida vivendo de favor na casa da sogra. A casa própria de origem no Paraná ficou para alguns outros parentes, até que precisou ser vendida, conforme ela explicou:

Quando a família quis comprar o apartamento aqui a gente vendeu a casa no Paraná porque aqui na verdade... Bom, aqui na verdade não foi ganhado da prefeitura como costumam falar. Na época a minha mãe queria comprar uma casa. Até ia ser ali na COHAB mais nova, mas acabou não dando certo. A minha irmã conhecia o pessoal da organização do Garcia e conversou para ver se conseguia pegar uma casa, e minha mãe já tinha participado de sorteios, mas não conseguia. E meu pai por ser cadeirante a gente achava que seria mais fácil conseguir, mas não foi. Aí minha irmã pediu pro pessoal do Garcia e ele prometeu que seria aqui no Geraldo Honório. Ela deu uma entrada, um dinheiro, e eu não sei como é, mas acho que eles fingiram que ela tinha ganhado porque a parcela é no valor mais baixo, só que ela deu a entrada, coisa que quem ganha não faz, entende? Mas isso não foi com o nosso. Aqui dos 300 e poucos apartamentos uns 150 no máximo é ganhado de verdade.

Em seguida, expliquei sobre o Trabalho Social para verificar se a morada sabia ou se lembrava de algo relevante nesse sentido. No entanto, o período de mudança para o apartamento foi marcado por uma sequência de acontecimentos que a impediram de estar atenta aos encontros e oficinas propostos pelo TTS:

Eu era muito nova, não tinha muita responsabilidade na época e morava com minha sogra, por isso não lembro dos detalhes. E minha mãe quando adoeceu foi morar com uma irmã e era ela que tomava conta disso. Logo em seguida eu descobri a minha gravidez, em junho o David nasceu e a mudança da minha mãe estava agendada para julho. No dia 22 de julho ela faleceu. Minha mãe nem conheceu aqui. Isso me marcou porque gente tinha que reservado dia da mudança para o dia 23 de julho. Eu lembro que a gente saiu do velório e veio fazer a mudança com medo de perder o dia da reserva da mudança, até porque na época estavam tendo umas invasões de casa e aqui já tinham invadido também. Tanto que a gente chegou aqui para mudar e viu que tinha mancha no piso de limpeza que a gente já tinha feito, e do outro lado daqui da rua tinham três invadidos, e as pessoas diziam “a gente invadiu mesmo” mas era o que o pessoal ficava iludido achando que iam ganhar porque eles mesmo do movimento iludiam.

Diante desse cenário de acontecimentos no âmbito pessoal da moradora, o TTS pouco se fez efetivo em sua experiência. A mudança para o condomínio com o marido foi marcada por uma apropriação do espaço e das novas regras na prática e no convívio diário. Esse relato reforça ainda o que se conhece sobre a atuação do líder Garcia que conseguia atrair famílias, inclusive de outros estados, para Sertãozinho com a promessa que aqui teriam uma moradia fruto de política pública. Os embates da Prefeitura com o movimento foram muito nesse sentido, resultando em acordos que pudessem amenizavam a situação e favoreciam famílias de maneira clandestina com a distribuição de moradias. Em março de 2020, Garcia faleceu em decorrência de complicações da Covid-19. Com o falecimento da liderança, Jéssica explicou:

Hoje quem toma conta das coisas aqui é o filho dele. Não resolve porra nenhuma. Ele vem todo dia, com a mulher, trabalham aqui na parte da administração depois da uma da tarde. Antigamente, o povo pagava condomínio, mas começou a ter muita zuação e o povo parou de pagar. Eu fui uma também.

Pedi que me detalhasse um pouco sobre esse período inicial onde o condomínio entrou como uma prioridade nas contas e como foi o processo para que deixasse de pagar. A história é a mesma dos outros condomínios faixa Um de Sertãozinho: os primeiros síndicos desviavam o dinheiro, compravam carros e sumiam. Nunca foram presos ou sequer investigados. Com o tempo, os moradores percebiam que as áreas comuns ficavam abandonadas, sem manutenção. Além disso, não demorava para que o síndico aparecesse de carro novo ou mesmo ostentando em redes sociais em restaurantes e viagens.

No caso do primeiro síndico do Geraldo Honório Garcia, que ficou mais de dois anos na função, o prejuízo foi avistado pelos moradores que passaram a ter água e

iluminação para as áreas externas cortadas. A situação foi desanimando boa parte da população que parou de fazer o pagamento. O síndico em questão desapareceu e nunca mais foi visto. Recentemente, a CEF entrou em contato com as famílias que estão endividadas, inclusive Jéssica, para que pudessem negociar:

Hoje em dia quase ninguém paga. Aí começou a dar problema, mas olha o tanto de tempo que começou para dar problema, seis anos. Como o pessoal daqui é muito leigo eles não conseguem provar que o dinheiro não estava sendo bem usado para o condomínio, e evita de se fazer uma denúncia para profundar nisso. Eles são muito mais inteligentes, óbvio, e tem a prefeitura do lado deles, conseguem fazer mais coisas. O que eles fizeram foi passar a dívida do condomínio para CAIXA, e o pessoal da CAIXA mandou notificação para a gente pra negociar a dívida. Tem gente que consegue, mas tem gente que não porque tá muito atrasado, igual o meu. Eu tava três anos sem pagar, então eles notificaram um advogado, que é o advogado do povo deles, pra fazer um parcelamento dessas dívidas. A gente foi lá conversar e nas nossas contas de atrasado, a parcela era de 100 reais no mês, dava no máximo cinco mil de atrasado. Com advogado ficou 12 mil. É absurdo. É o advogado do povo. E aí não tem muito o que fazer. A gente tem que pagar a dívida porque querendo ou não os errados foram nós que não pagamos. Eu nem consegui recorrer porque não tá no meu nome. A gente foi lá conseguiu dividir tudo.

A organização interna do condomínio Geraldo Honório Garcia está atualmente sob administração do filho da liderança e uma empresa que cuida da manutenção externa. No entanto, é interessante perceber como essa liderança não consegue se colocar no espaço como referência para solucionar essa demanda do endividamento das famílias ou mesmo de boa convivência na resolução de conflitos entre moradores:

Quando foi esses tempos atrás o filho do Luís Garcia chamou a gente pra conversar porque tinha uma época que tava muito bagunçado aqui e às vezes os meninos, que é meu marido e os outros aqui de cima, se juntam eles mesmo pra organizar o condomínio. Então eles vieram pedir ajuda dos meninos pra conversar com quem tava vendendo droga, escutando música alta, que gostava de uma presepada no fim de semana... Então eles pediam ajuda porque eles mesmo não tinham autoridade e nem voz pra conversar. E aí em troca eles falaram que iam falar pro advogado pra baixar a nossa dívida, baixar os honorários do trabalho dele, e até hoje nada. Então a gente foi lá na CAIXA e dividiu. Vamos pagar em 32 vezes 400 reais. É pesado, mas é uma coisa que tipo assim, a gente não pagou, se a gente tivesse feito o certo não teria o problema agora. Então ao total a gente paga os 400 do atrasado, mais os 100 do atual condomínio e mais 60 reais do financiamento. E tem gente que não vai atras negociar e tá perdendo o apartamento por conta disso. Não posso correr esse risco. É a única que eu tenho, preciso zelar.

Observamos com esse trecho como o condomínio Geraldo Honorio Garcia possui duas administrações: uma que poderia chamar de informal, pois é composta pelos moradores que se organizam para administrar sociabilidades internas

complexas que envolvem a negociação com o tráfico ou mesmo questões mais ordinárias como volume de som. A outra pode ser chamada de formal já que é representada pela liderança de Garcia Filho, mas que não é reconhecida pelos moradores no cotidiano. No caso, o acordo de Garcia Filho com o marido de Jéssica não foi cumprido, descredibilizando ainda mais a suposta administração formal.

A moradora me contou ainda outras burocracias que envolvem o financiamento:

A parcela daqui é assim: se você pagar em dia, vai chegar o boleto na portaria do condomínio certinho, mas se você atrasar um mês, eles mandam lá pra Caixa. E nisso de ter que ir lá pegar ficou “a hora que tiver tempo de ir eu vou” e acabou que juntou três parcelas atrasadas. Não pesou no orçamento ainda porque é baratinho, mas aí eu sei que tenho que separar um dia para ir lá na Caixa pegar o boleto. Só que chegando lá é a maior conversa porque no meu caso eles falam: “como eu vou dar um negócio pra uma pessoa morta?” E eu tenho que ir lá e explicar a história toda para eles me entregarem. Eu queria pôr no meu nome, mas pra fazer o inventário eu tenho que ir atrás de todos os meus irmãos e dá muito trabalho. Um preso, um desapareceu-tinha envolvimento com droga, as vezes até morreu já... A casa até hoje está no nome da mãe e acho que vai ficar assim mesmo. Esses tempos fiquei sabendo que na época se a gente tivesse ido atrás quietaria adívda porque ela faleceu. Só que a gente não tinha esse conhecimento, a gente só foi atrás do direito de pensão por morte porque eu era menor.

Nota-se que a ausência de informações no começo do Programa acarretou consequências que a moradora, muito jovem na época, sente até hoje. Perguntei como ela se sentia morando ali depois de ter passado por todos esses acontecimentos e sendo tão jovem:

A gente ouve falar que aqui é um dos melhores da cidade. A gente que convive vê que é mais organizado. Tem uma certa turma que gosta de bagunça. Às vezes a pessoa quer escutar um som, a gente não vai brigar porque as vezes a gente também quer isso. A gente tem essa liberdade e essa boa convivência de entender isso. Se tem treta que acontece é entre as pessoas de vizinho. Tem seus pontos específicos de treta. Tem dia que a gente já até sabe pelo som de onde vem que mais tarde vai ter treta. Tem dias que a gente tá mais cansado e não tá a fim de escutar, mas aí você entra pra dentro da sua casa e acabou. Eu fecho todas as janelas e escuto muito pouca coisa lá de fora. Isso que eu moro no térreo. Mas meu bloco é mais de boa, graças a Deus. São os mesmos vizinhos desde sempre, um ou outro que muda de vez em quando. Mas tem dia que é mais difícil. Essa última sexta mesmo tinha um fazendo festa e quatro da manhã o som tava alto dentro domeu quarto. Hoje tá um pouco mais organizado algumas coisas. Tem uma moça que não sei é síndica, mas ela toma conta das contas, do advogado, junto com o Garcia e a mulher dele. Ela morava aqui, não sei se tá morando ainda. Tem o pessoal da limpeza externa. Então hoje em dia melhorou. No começo era assim, mas perdeu, agora tá retomando. Vamos ver até quando.

Nesse sentido, também destaco mais duas informações sobre os responsáveis administrativos do condomínio que Jéssica relatou: a primeira é que antigo salão de festa também foi adaptado e hoje é a secretaria do condomínio onde Garcia Filho trabalha com a esposa. Essa apropriação do espaço comum não parece incomodar a moradora, pois segunda ela, o salão de festas nunca foi interesse de desejo para ser utilizado. A segunda camada dessa relação fragilizada se mostrou quando pedi para Jéssica o contato de Garcia Filho para tentar marcar uma conversa, e ela disse que não me passaria, pois acreditava que ele se sentiria intimidado, e isso poderia complicar ainda mais as coisas para seu lado.

Mudei o foco da conversa e perguntei para Jéssica sobre as relações com os vizinhos do bloco.

Eu não tenho do que reclamar do povo, mas mais da organização deles mesmo. É muito cada um na sua, bem de boa meus vizinhos. No final do dia o pessoal senta na calçada pra conversar na rua. O meu filho fica até as dez da noite brincando. Eu não tenho preocupação. Eu depois de quitar aqui não vou querer sair. Claro que quero uma casa maior, mas não é nada “nossa! eu preciso sair daqui” igual a gente escuta sobre o Aragão. Eu me sinto mais segura aqui, todo mundo conhece meu filho. Teve gente que foi embora e voltou inclusive.

Outro ponto interessante da nossa conversa foi o relato da moradora sobre a percepção que tem de outros condomínios do PMCMV-1 que, em sua visão, são piores que o seu. Mais uma vez o nome do Aragão é citado como um lugar muito complicado, onde as regras não funcionam e a criminalidade intimida em diferentes contextos que prejudicam o convívio:

Uma vez o cara da água veio cortar a água de alguns apartamentos que não estavam apagando. E ele falou que no Aragão não consegue entrar, se entram os meninos que mandam faz alguma coisa pra eles saírem. Disse que uma vez o cara tava cortando a luz e a tiraram a escada dele, o moço ficou lá em cima. Então eu entendo, como mãe, que você não vai querer criar seu filho nesse ambiente.

Apesar do estranhamento com a vida em condomínio e os problemas associados, como falta de espaço, privacidade, distância e a falta dos momentos cotidianos com a família, Jéssica avalia que sua vida melhorou, principalmente por ter conquistado sua independência tão jovem. Para o futuro espera talvez ter uma “casa de verdade, maior, com quintal”, mas afirmou ter consciência de que o possui “Já é muita coisa e por isso é grata”.

Ao final da entrevista a moradora se colocou à disposição de me indicar o contato da vizinha do andar de cima que, em suas palavras, era uma pessoa “tranquila e confiável” para a conversa. O contato foi realizado na mesma semana através do número de celular com a moradora em questão, Luciene. Apesar de mostrar-se à vontade para a entrevista, devido a rotina de trabalho de faxineira, que só a deixava livre aos domingos, a entrevista não foi realizada. Essa dificuldade de estar em contato direto com os moradores dos condomínios sociais é uma evidência da condição de classe que pouco permite horários livres e, que quando possuem, conceder uma entrevista não está no horizonte de interesse. A ausência dos projetos da Associação nos condomínios prejudicou consideravelmente meu acesso as famílias e as inúmeras possibilidades de relatos que seriam obtidos.

Na saída do condomínio, era perceptível que estava mais movimentado do que no horário de minha chegada. Já era por volta de 17h30. Pelas ruas, moradores chegando do trabalho e crianças da escola já deixaram mais vivo.

5.8 JUVENTUDE E ENCONTROS COM O MUNDO DO TRÁFICO NO ARAGÃO DOIS

A história de vida que esse tópico irá desenvolver é parte das estatísticas que envolvem as relações entre a população jovem de periferia no Brasil e o mundo do crime. Ainda que os conjuntos estudados nessa pesquisa destoem em muitos aspectos das comunidades e favelas de grandes centros urbanos, entendemos que há uma similaridade na conjunção de uma série de eventos: o PMCMV-1 escolheu alocar os mais pobres na periferia da cidade de Sertãozinho onde os moradores convivem com vulnerabilidades, tráfico de drogas, prostituição, episódios de violência policial, um Serviço Social assistencialista associado a práticas de políticas públicas focalizadas e que não conseguem solucionar as demandas reais. Nos Aragões, o comércio de drogas sempre foi ponto de conflito entre os moradores e como demonstramos no capítulo anterior, marcou a atuação do TTS pós-ocupação.

Entre minhas inserções em campo por meio da Associação, encontrei com o jovem Leonardo, de 28 anos, que esteve detido por quase dois anos. Conheci Leonardo numa oficina da Associação Cabeça di Nego em 2015. Naquele ano, eu era uma jovem privilegiada por cursar Ciências Sociais em uma universidade pública, estudava a atuação dos projetos sociais nos condomínios do PMCMV-1 para o trabalho de graduação. Leonardo e eu tínhamos a mesma idade, ele, no entanto, sem

ensino superior, participando das oficinas de MC ofertadas no CEU das Artes. O jovem era mais um “da quebrada”, como já costumava dizer, trabalhador de um supermercado e que se alimentava na cultura hip hop para dar mais sentido em sua trajetória.

Em 2017, envolveu-se no tráfico, repassando drogas para compradores em pontos diferentes de Sertãozinho. No final de 2018 foi preso na ação realizada dentro do condomínio, deixando seus pais já idosos e aposentados sem a renda que vinha do tráfico que tanto fazia diferença dentro de casa.

Os dados que apresentarei aqui foram coletados em conversas que tivemos em agosto de 2022 quando Leonardo já havia ganhado liberdade e trabalhava como motoboy para um restaurante durante o dia e vigia de um condomínio de alto padrão durante a noite. Foi nesse período que conseguimos conversar por meio de WhatsApp que variaram entre troca de áudios e mensagens de texto.

Em uma das madrugadas de tédio no seu trabalho, como costumava dizer, Leonardo me relatou sua passagem pelo Aragão, pela prisão e como tem levado a vida desde então. Acredito ser importante adiantar que nossa conversa foi marcada por poucos detalhes e uma certa superficialidade se comparada as outras. Havia uma apreensão no jovem em relembrar e relatar alguns episódios, algo compreensível diante dos fatos.

Leonardo e seus pais vieram do distrito de Cangaíba, zona leste de São Paulo. Em Sertãozinho buscaram por emprego e melhores condições de vida, uma promessa dos anos 2000. A origem pobre aliou-se as vivências da mãe que era integrante do MST, fazendo com Leonardo crescesse tomando consciência da sua realidade social e dos desafios que sempre enfrentava. Quando chegaram em Sertãozinho permaneceram morando de aluguel em uma casa de três cômodos em um bairro pobre da cidade chamado Alvorada. Ali estiveram por oito anos até a chegada do PMCMV-1. Ao lembrar dos primeiros momentos no condomínio relatou:

No começo era lindo: o condomínio era novo né? Não foi difícil se adaptar porque a gente já era acostumado com mucuva mesmo. Depois foi só foi dificultando: foi aumentando o tráfico, a criminalidade, machismo, de ver marido batendo em mulher, gritaria, enfim. O condomínio sempre foi uma comunidade de gente bem sofrida, carente de cultura e de educação.

O significado da casa própria para Leonardo ficou bem marcado em nossa conversa quando, por exemplo, afirmou que ter morado no Aragão “Foi bom por ser

nosso de verdade e por ter conhecido várias pessoas. Mas também foi ruim por outro lado, como tudo na vida tem dois lados”. A relação que o jovem estabeleceu com o condomínio é marcada por sentimentos complexos. Por exemplo, quando questionado se a conquista da casa própria foi importante, respondeu:

Porra, como que não? Muito importante. A gente é de comunidade, veio de São Paulo, a capital nós morava no morro do Arizona. Querendo ou não, aqui é um lugar melhor. Aqui é mais difícil para sobreviver porque Sertãozinho é melhor para quem tem dinheiro. Mas vim para cá e conquistar uma parada mesmo que pelo Governo, poder chamar de nosso, foi bom pra caramba. Agora não é mais nosso porquê está cheio de dívida. Se pá vai para leilão. Mas foi bom enquanto durou.

As dívidas citadas se referem não só ao atraso do condomínio, mas do próprio financiamento do apartamento que não são pagas há mais de um ano. A meta de Leonardo é conseguir levar os pais para outro lugar e voltar para o aluguel. Pedi que se recordasse sobre o tempo de vivência no Aragão antes da prisão. Quando questionado sobre a manutenção dos espaços comuns que se encontram inaptos a uso devido a abandono ou destruição, afirmou:

Não tem nada a ver com o tráfico. Lá só tem favelado, as crianças crescem como? Revoltada. É cultural. É a própria população que não cuida. Para melhorar lá é complicado. São pessoas difíceis de se organizar. Porque a única forma de melhorar era se as pessoas de lá de dentro se organizasse, se ajudassem, de viver em coletivo, de comunidade mesmo, mas não dá. A gente tentou fazer projeto de hortas comunitárias, metade foi destruída e metade foi roubada. Então é complicado.

O período na prisão ficou muito marcado em Leonardo. Ocorreu no dia 19 de abril de 2018, data do seu aniversário. O jovem me relatou que no dia estava fazendo um bico de um bar da cidade quando a polícia chegou. De lá foi algemado e levado para o centro de detenção da cidade de Pontal. Para sair da prisão, na época contou com a ajuda da família ex-mulher: o ex-sogro era empresário e pastor e pagou o advogado. Leonardo me disse que sonha em ter condições de “dar uma oferta de pelo menos mil reais” para pagar parte do valor coberto pela família, que foi ao total sete mil reais. “Caí no 33⁹³, era pra ser dois anos, mas fiquei só um ano e alguns meses graças ao

⁹³ O Art. 33 prevê que dentre as diversas condutas que caracterizam o crime de tráfico está o ato de entregar a consumo ou fornecer drogas. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/trafico-ilicito-de-drogas>. Acesso em: 19 jul. 2022.

advogado”. Sua saída foi em outubro de 2019 e estava determinado em retomar a vida “pelo lado certo” com o intuito de reparar o sofrimento de sua mãe. Em suas palavras:

Me arrependo de ter feito minha mãezinha sofrer. A gente sofre lá dentro? Sim, muito. Cela para doze com quarenta, mas a gente pensa nos nossos, e quem sofre é quem está aqui fora fazendo corre a semana toda pra te levar alguma coisa do mundão no domingo, é ver sua mãe fazendo as orações. Muita gente julga a gente: “ah, quem quer corre atrás, pega latinha”, mas não era a latinha que ia resolver meu problema naquele momento.

Considerando a trajetória do entrevistado, achei oportuno questionar sobre sua visão a respeito da relação dos membros do tráfico com os moradores em geral, uma vez que como demonstramos no Capítulo 4, a Prefeitura e o TTS apontaram por um domínio dessas lideranças negativas no condomínio, inviabilizando quaisquer atividades e projetos que melhorassem a sociabilidade. Segundo o jovem:

Não, pô. Cada um lá faz o teu, desde o pessoal está no tráfico, que tá no corre. Tem muitas pessoas de lá que são de bem, assim entre aspas, que não tem envolvimento com nada, mas convive. O que acontece é que para manter um bom convívio o cara não vai ligar pra polícia pro cara que tá no tráfico. As vezes por medo, as vezes por respeito, entendeu? Muitas das vezes também quando a CPFL ia lá cortar a energia de todo mundo, alguns dos meninos não deixava cortar. Por exemplo, cortar da senhora que precisava da maquininha dela de respirar, e aí os caras não deixavam. Aí fica essa visão de que o tráfico tomou conta porque os caras fazem de tudo um pouco lá dentro, inclusive coisa boa.

Quando saiu da prisão, Leonardo teve sua vida modificada em outros aspectos. Foi nesse momento que se mudou do Aragão e por isso questionei como essa decisão foi tomada:

A decisão não nem minha, foi da minha ex-mulher. Eu não sabia que eu ia mudar. Assim que eu ganhei liberdade a minha da mulher já estava com outro apartamento alugado, com todas minhas coisas dentro, ela não queria mais eu lá, eu só fui pra abraçar meu pai e depois já foi pro outro que era no Eldorado e depois ali pro Garcia. Foi até bom porque aqui no Garcia as coisas são mais de boa.

Os pais ainda moram no Aragão pois mesmo com as parcelas atrasadas, não querem deixar o apartamento. Questionei se ele sente vontade de voltar, de estar naquele espaço novamente:

Por necessidade eu voltaria tranquilo. Agora, querer, escolher, não? Por quê? Pelo que te falei: não adianta eu fazer bonito na minha porta e o vizinho está sujando, estragando tudo. Eu cansei do pé de guerra. Agora quero seguir um caminho certo. Aragão, as casinhas, Eldorado, Acácias, UM, Geraldo Honório, juntamente com a vila Aurea e a Vila Garcia, esses bairros de extremidades de Sertãozinho. Nós é escória. No Aragão o tráfico é grande, mas não tem pedra, nas casinhas tem. Então um completa o outro, é como se fosse uma vila com vários bairros dentro funcionando na mesma lógica.

A visão de Leonardo sobre as periferias de Sertãozinho, principalmente dos bairros formados pelo PMCMV-1 é muito próxima do relatado pela Prefeitura. O conhecimento sobre os mecanismos do funcionamento do tráfico nesse relato evidencia que, apesar das variações, os empreendimentos sociais estão imersos em inúmeras vulnerabilidades.

Encerramos a conversa no meio da madrugada, por volta das três da manhã. Leonardo me descreveu que estava cansado e sentindo dores, pois havia sofrido um acidente com a moto durante o trabalho de entregador há alguns dias. Mesmo de atestado, afirmou ter voltado ao trabalho como vigia do condomínio no dia seguinte. Segundo ele, mesmo com o atestado, não achava seguro ficar muitos dias sem trabalhar. O desejo de “mudar de vida” depois da prisão eram prioridades em sua vida. Mas ainda assim, houve espaço para que me apontasse indignação na relação com seu patrão que segundo o jovem, tem o hábito de lembrá-lo com frequência: “Já ouvi ele falando para outros guardas aqui que “O Leonardo é ex-presidiário, eu dei uma chance pra ele”. Mó burguês safado. Eu fico quieto pra não perder a razão”.

No final da conversa, perguntei se poderia conversar com seus pais, já que ainda residiam no Aragão, mas ele me afirmou que conhecendo os dois não seria possível. Da mesma forma, disse que as pessoas que conhecia que ainda residiam no condomínio estavam ligadas ao tráfico, e que por esse motivo, também não poderia me colocar em contato. Por esse motivo, voltei a pedir indicação com a Associação, que me colocaram em contato com as duas moradoras que relato a seguir.

5.9 CRESCER NO SONHO DA CASA PRÓPRIA E RETORNAR PARA O ALUGUEL

Carolina foi muito solícita e interessada na pesquisa desde nosso primeiro contato via rede social. Nosso encontro presencial se deu em seu local de trabalho no fim do expediente, as onze da manhã de um sábado. A jovem é atendente em um café que funciona no centro da cidade. Segundo ela, o final da manhã seria um horário

tranquilo e de baixa procura, já que fecharia o estabelecimento ao meio-dia. Ainda assim, durante nossa conversa que durou aproximadamente uma hora e meia, seis interrupções aconteceram entre clientes presenciais e telefonemas.

A jovem de 21 anos reside no Aragão Dois desde a entrega do condomínio com seus pais e a irmã mais nova. O pai é informal, trabalha como pintor. A mãe veio do interior do Ceará aos vinte anos em busca de melhor condição de vida e trabalho em Sertãozinho junto dos irmãos. Atualmente trabalha como copeira na Santa Casa da cidade. Antes do apartamento financiado, moravam em quintal de família com avós e tios maternos. Ao relembrar os primeiros momentos no novo endereço, contou:

Quando eu completei 12 anos mudamos para lá. E quando mudamos era tudo muito novo, não tinha nada perto, era o Aragão e mais nada em volta. Então era muito difícil para ir ao mercado, para o centro, até pra escola, era uma viagem. Quando eu mudei estava no 6º ano, à tarde. Eu pegava ônibus para ir e voltar. Eu saía 11h de casa sendo que eu entrava 12h40 na escola. A única coisa que tinha era linha de ônibus e mototáxi porque não tinha nem Uber na época. Meu pai e minha mãe trabalhavam o dia inteiro, minha irmã também estudava em outra escola, e a gente quase não ficava na rua porque nem conhecia ali direito. Ai quando foi tendo casa ali por perto, mercado e essas coisas, a gente passou a ficar mais em casa, conviver mais, mesmo assim, de fim de semana a gente optava por nem ficar muito porque nem conhecia muita gente ali perto, não tinha lugares que a gente podia frequentar ali perto.

Na adaptação inicial de quando mudaram, como estavam acostumados com espaço de casa em quintal, relatou estranhar porque o apartamento é muito pequeno. Como só tinha doze anos e irmã oito, quando queriam brincar percebiam como o espaço limitava. As bicicletas precisaram ser vendidas porque não tinha onde guardar. A única mantida foi a do pai, pois era seu meio de condução para o trabalho. O receio de guardar fora de casa era por não saber se alguém ia roubar. A lembrança vívida do aniversário de nove anos foi graças ao presente que compensou a perda da bicicleta: um par de patins, que muito menor, cabia no apartamento. Os móveis, a família precisou trocar também, porque era tudo grande para o apartamento: foram só o guarda-roupa, o fogão e a geladeira, mais nada porque não cabia. Com o passar do tempo, viver no Aragão, afastado do centro e dos lugares que precisam ir, deram a Carolina desde cedo a necessidade de ser responsável:

A minha irmã e eu íamos de ônibus para a escola, mas eram escolas diferentes, ônibus diferentes, então ela e eu tivemos que ser responsáveis desde muito cedo, não porque meu pai e minha mãe queriam aquilo pra gente, mas porque era o normal, e até hoje é assim. A gente sempre trabalhou, desde cedo, hoje ela está sem trabalhar e tá desesperada por isso. Eles sempre ensinaram o valor das coisas pra gente, desde cedo. Então mudar pra lá foi um desafio porque era tudo longe. E como a gente morava com família desde sempre, em quintal, foi um pouco alívio de não morar todo mundo junto, não ter mais aquela “converseira”, de sempre, e meio estranho também porque no fim de semana a gente não estava mais com todo mundo junto. A gente foi tendo que descobrir aquilo que a gente gostava de fazer, sem eles. Mas foi uma adaptação muito rápida. Minha mãe fala que quando a gente mudou pra lá, pra ela por mais que não fosse a casa dos sonhos dela, era o alívio dela, o conforto dela, era o local onde ela podia ficar com a família dela e não dar satisfação pra ninguém. Então pra gente ter uma casa pra morar, ao mesmo tempo que era um sonho, teve momentos que passou a ser um pesadelo pelas pessoas que moram perto. Meus pais sempre souberam separar as coisas e filtrar antes de chegar na gente. Eles sabiam de muita coisa e não despejavam a gente. E isso não deixou a gente com tanto medo de morar ali, mas deixou a gente naquele estado de alerta constante, sabe?

Quando questionada sobre a convivência com vizinhos garantiu que no fundo é uma questão de sorte: depende do bloco que a pessoa mora. O dela sempre foi muito família e por isso era de menos barulho e confusões. No entanto, nos últimos anos, algumas famílias mudaram-se e alugaram para pessoas diversas; solteiras, grupos de amigos, alterando a dinâmica tranquila que sempre tiveram. O apartamento da frente serve de depósito para os materiais de trabalho de seu pai: a proprietária tentou alugar, mas sempre teve prejuízos com furtos e descuidos, optando por deixá-lo vazio. Carolina disse que diretamente ela e a família nunca sofreram com nada grave, apenas o furto da bicicleta do pai em 2015, mas que foi resolvido no dia seguinte “porque lá dentro é errado roubar morador, então quem estava no comando fez o cara devolver pro meu pai”.

Prestes a completar dez anos no Aragão, a jovem resgatou sensações e histórias que marcaram o início da vida ali. Descreveu com convicção que nos primeiros meses, até quase o primeiro ano, o funcionamento do condomínio era muito correto. Havia manutenção das áreas externas com frequência, limpeza e uma portaria organizada. Depois desse curto período tais serviços foram deixando de serem realizados. A empresa responsável pela manutenção do condomínio desapareceu e na sequência o próprio síndico.

De lá para cá, síndicos entraram e saíram. As mesmas promessas eram feitas e pouca efetividade na administração das contas dos condomínios. Logo, as famílias deixaram de pagar a taxa, dificuldade ainda mais a gestão e o sentido coletivo de estar

ali. Tal dificuldade em conviver sempre se expressa nos detalhes de se estabelecer consenso no cotidiano, como me descreveu Carolina:

As pessoas sabem o quanto é difícil pagar (o condomínio), mesmo que seja uma parcela pequena; então pagar todo mês e não uma escada limpa, uma luz, era difícil. Hoje a escada é a gente que lava. As vezes junto a gente e a moça que mora embaixo e lavamos a escada toda. E as outras pessoas quemoram no bloco não cuidam. E o mais engraçado é que a gente que leva, a gente não fica em casa o dia inteiro, e esse pessoal que não faz nada fica em casa o dia inteiro. Não que seja obrigação deles, mas já que você não lava, mantenha limpo pelo menos, porque o mínimo era educação, mas não é desse jeito. O ponto que mais gerou briga no nosso bloco foi a escada. Todo mundo que morou no nosso bloco até hoje zelava pela limpeza, mas depois que as pessoas começaram a mudar e a alugar, quem chegava não ligava pra isso, e aí foi que começou os conflitos de quem continuou morando ali e quem era inquilino.

Nota-se que mais uma vez há uma distinção na fala de quem se considera um morador de fato, que se enxerga como um beneficiário do PMCMV-1 originalmente, para alguém que passa a residir de forma clandestina. Assim como demonstramos no caso do Residencial Eldorado, famílias inquilinas e moradores originais divergem no cotidiano sobre o cuidado e a relação com o lugar. Nesse ponto, a jovem me contou outro momento de impasse vivido no seu bloco entre sua família e moradores inquilinos:

No meu bloco, por ser todo mundo família, a gente optou por ter a porta trancada depois das nove da noite. Até que mudou uma família pra lá que trancar a porta pra eles era a morte. Aí virou um motivo pra briga. Eu acho que pra você ter paz em alguns momentos na vida é bom abrir mão de algumas coisas. Aí a gente desistiu e a porta passou a ficar aberta. Eles quebraram todos os vidros da porta. E era muita gente entrando e saindo da casa deles, durante a madrugada, tudo muito estranho.

Não demorou muito para perceberem que a insistência dos novos vizinhos pela porta do bloco do aberta e da movimentação excessiva era pela ligação com o tráfico de drogas. Mais uma vez esse dado entra em contato com todos os dados obtidos anteriormente nessa pesquisa. Os relatórios do TTS, a entrevista com o diretor do departamento de HIS, os membros da Associação Cabeça di Nego, enfim, diferentes agentes apontam para o tráfico de drogas nos Aragões como ponto central para se compreender as sociabilidades. Perguntei diretamente a Carolina como o tráfico de drogas é sentido e experimentado no convívio diário:

A gente não procura saber, mas se procurar fica sabendo fácil. Todo mundo sabe o que acontece. Outro dia foi quando a polícia revistou o bloco inteiro por causa da família que morava embaixo. A mesma que brigou com a gente por causa da porta do bloco. Eles vendiam droga e denunciaram, ainda mais que eles tinham crianças pequenas. Era nítido que eles não gostavam de a gente pelo fato da gente não ser conivente com o que eles faziam. Aí um dia a polícia entrou, subindo as escadas, e perguntou sobre o apartamento da frente do nosso que é vazio e meu pai pediu pra dona dele deixar ele guardar as ferramentas de trabalho lá, já que ela desistiu de alugar. Aí o policial perguntou se era nossa família, se a gente conhecia a família debaixo, olhou meio por cima. Ele pediu desculpas pro meu pai porque sabia que meu pai era trabalhador saindo com a família dele, mas que nem todo mundo que morava lá era assim. Aí nesse dia meu pai falou de novo que a gente tinha que se mudar. E foi esse ano, é recente. Então as vezes que ele quis mudar nem foi por vontade própria, foi por terceiros, por coisas que aconteceram. Essas foram as duas vezes que meu pai quis mudar de um dia pro outro. A minha mãe é mais pé no chão, mas nesse dia até ela falou que era a hora de procurarmos uma casa. Depois desse dia da polícia, eles foram embora. Mas esses dias mesmo um deles voltou, então a gente está observando. Se eles voltarem, a gente vai ver o que fazer, adiantar a mudança, talvez. Infelizmente, sempre vai ter alguém que vai estragar ali.

A jovem apresenta um reforço a ideia original dessa pesquisa onde a relação da porta para dentro é uma tentativa insistente de compensar os problemas das relações da porta fora. A intenção dos moradores de origem sempre foi construir com o apartamento uma identidade; um lugar de fato que fizesse sentido, mas que são entrecortados de situações externas que dificultam esse processo. “Entrou em casa acabou. Mas tem dia que a gente vê cada coisa que a gente custa a acreditar. Não é que a gente está acostumado, mas a gente tá conformado de tudo que a gente viu nesses dez anos.” Na coleção de memória, o episódio da operação policial de 2018 também ficou marcado na jovem:

Uma vez que eu lembro como se fosse hoje, eu devia ter quinze anos, eu estava chegando da igreja e a polícia entrou, com muito carro, muitos carros mesmo. Aí eu estava com uma amiga minha e nós entramos na casa de uma prima dela que mora logo na primeira rua. A gente escutava muito barulho e tiro, de bomba de gás, ficou tudo branco, e a mãe dela falou pra gente não sair naquela hora e esperar acabar. E isso durou 30, 40 minutos. Minha mãe me ligou preocupada, mas eu não conseguia escutar de tanto barulho; era tiro, gente jogando pedra no carro da polícia. Esse foi o dia que meu pai mais teve medo e ele pôs na cabeça dele que a gente ia sair dali. Se ele pudesse sair naquela semana ele saía. Foi o dia que ele ficou mais chocado. Nunca tinha acontecido algo daquilo antes. Esse foi o dia que me marcou.

Além desse episódio, o cotidiano, especialmente o final de semana, foi relatado com muitas ressalvas: a quantidade de pessoas e a diversidade de público, é, para a jovem, o ponto que mais gera o convívio desafiador. Há quem queira paz e sossego depois de um dia de trabalho, e há quem coloque som num volume alto a ponto de

entrar em qualquer apartamento: “Tem gente que acha que a escada é extensão da sua casa”, afirmou Carolina. E por essa relação da porta para fora ser tão diversa no Aragão é que as famílias entram em atrito e os conflitos marcam a sociabilidade.

A jovem destacou ao longo da conversa algumas situações concretas que exemplificam as configurações diversas que o condomínio possui. No Aragão existem apartamentos abandonados, alugados, superlotados com famílias de até dez membros, pontos de venda de drogas e de bar. Em sua visão, o que falta para o bom convívio é a noção mínima de como é a cultura de quem vive em um condomínio, muito diferente de uma casa:

Eu penso assim, quando você mora em uma casa, você tem vizinho do lado, mas não tem ninguém em cima ou embaixo de você. Se você faz barulho não chega a incomodar. Quando você mora em apartamento as pessoas escutam, o mínimo barulho fica grande. Pra gente isso no começo foi difícil porque sempre moramos em casa então a gente tinha que ter esse policiamento. Meu pai, por exemplo, ama fazer churrasco e isso pra ele, até hoje, é uma falta muito grande. Lá tem a área de churrasco, só que ninguém usa, hoje está abandonada. Pro meu pai faz muita falta. Se fosse um lugar que desse pra usar, conservado, limpo, dava pra usar. Mas acima de tudo, se fosse um lugar que tivesse privacidade. Hoje se a gente quer fazer churrasco vamos na casa da minha tia. Como a área de lazer tá abandonada, as pessoas costumam fazer churrasco onde? Na garagem, na rua, na esquina.... De domingo é o dia que toda minha família fica em casa. Depois do almoço a gente raramente consegue dormir. No quarto, fechando a porta, abafa um pouco. Na sala é impossível ficar de domingo à tarde. Não consegue escutar a televisão. Aí entra naquela questão de que as pessoas ali pregam que tem que resolver entre nós e não chamar a polícia. Mas eu acho que tudo tem limite, passando dele você tem que lutar com aquilo que você tem. Teve pessoas que chamaram a polícia. Teve um caso mesmo de uma moça com bebê recém-nascido, o som altíssimo, ela pediu pra abaixar o som três vezes, até que o marido dela entrou no apartamento e tirou ele mesmo o som da tomada. E chamar a polícia nem adianta porque eles raramente vão. Eles sabem que ali não vira nada. Tem coisas que acontecem no outro bloco que a gente pensa num primeiro momento: “nossa, mas precisava de tudo isso?” mas aí você pensa que as pessoas ali estão desacreditadas que se elas mesmo não tomarem uma decisão, as rédeas da situação, ninguém vai fazer por elas, então elas acabam fazendo por conta.

Assim como em muitos condomínios do PMCMV-1, o abandono coletivo sobre as áreas comuns marca a vivência da porta para fora no Aragão. No Aragão, a limpeza do condomínio mesmo quem faz é morador que estiver interessado. A portaria também é organizada por moradores que se revezam em plantões para receber correios e entregas. O serviço não é 24 horas e por isso não contempla totalmente as necessidades das famílias. Ainda assim, em sua visão, está melhor do que no período em que havia o controle de empresas e dos antigos síndicos:

Hoje em dia funciona até melhor. Durante a pandemia quem precisou comprar pela internet não recebia em casa porque a portaria nunca tinha gente, tinha que retirar no correio. Hoje a portaria abre cedo, fecha no almoço e fica até fim de tarde. Mas antes não era assim, não tinha de receber nada. Depende muito de quem tá no turno da portaria. Hoje tem uma amiga nossa que trabalha lá, então ela sempre avisa quando chega algo nosso.

A jovem me relatou ainda que sua avó materna foi sorteada e contemplada como financiamento também no Aragão Um, mas que nunca se mudou para lá. O motivo está no fato da avó residir em zona rural desde criança e por isso nunca teve apreço pela vida na cidade. O apartamento é desde 2012 emprestado para diferentes parentes da família e atualmente está com uma prima de Carolina recém-casada. Apesar de não concordar com a prática da avó, Caroline disse que conhece outras pessoas que tenha se aproveitaram de “má fé” da política habitacional do PMCMV:

Eu tenho uma amiga que o pai tem empresa e tem apartamento lá. E ele não precisava ter. com certeza tinha gente precisando mais que ele. Ele já tinha até casa. Tem a moça no térreo a família dela tem várias casas de aluguel, entende? Não é justo, mas ninguém fiscaliza.

Apesar da família de Carolina ter residido anteriormente em um bairro historicamente periférico, ainda sim, comparada a nova configuração socioespacial da cidade com os condomínios do PMCMV-1, hoje, os Aragões tomaram a frente quando se trata em preconceito, em locais perigosos. Carolina, mesmo tendo estudado em uma escola pública, sofreu com esse estigma.

No começo eu não gostava mesmo de morar lá. No começo eu ligava e me chateava. De tanto minha mãe falar, a gente acabou entendendo que a gente não era o lugar que a gente morava. A gente mora lá, mas não fazia as coisas que as pessoas faziam. Na escola mesmo, na adolescência, quando eu falava que morava lá eu escutava coisas horríveis. Mas depois não me afetava tanto. Depois passou a ser irrelevante. No começo era preconceito até da própria família, mas hoje já não ligamos mais.

Desde o início da conversa já sabia que a família de Carolina estava considerando mudar-se do Aragão. Com o fechamento do financiamento de dez anos em 2022 e de posse da escritura do imóvel, o processo de venda fica legalizado. A jovem me relatou que a família juntou algumas economias para adiantar o pagamento que terminaria em dezembro de 2022 para julho 2022. A expectativa agora é de que

consigam agilizar o processo de venda e de um novo financiamento em outro bairro e, como tanto desejavam, de uma casa mais espaçosa⁹⁴.

Carolina foi finalizando nossa conversa relatando que passou no vestibular de psicologia em 2018 na Universidade Federal de Ouro Preto, mas que dentro de sua realidade continuar os estudos longe de casa seria muito difícil. “Se fosse hoje, eu iria. Era pra estar terminando a faculdade”. Com isso, permaneceu trabalhando e adiou o curso superior, porém ainda pensa e reflete sobre graduar-se. Atualmente pensa em administração porque acredita ser mais compatível com suas experiências de trabalho em comércio, além de ser mais acessível cursar algo com bolsa na cidade de Ribeirão Preto que possui uma grande oferta de universidades privadas.

5.10 RECOMEÇOS: O ALÍVIO EM SAIR DO ARAGÃO UM

Contemplada com sorteio em 2012, Regina foi residente do Aragão Um por nove anos. Casada e mãe de duas filhas, mudou-se há seis meses para casa de aluguel da irmã. Sua família era do município de Ipirá, no interior da Bahia, aproximadamente 210 km de Salvador. Regina me recebeu na cozinha da nova casa com café para nossa conversa que começou com uma frase muito simbólica “Aqui eu já me adaptei, é como se fosse minha casa de verdade”.

A entrevistada estava de férias no dia do nosso encontro. Do outro lado da mesa estavam algumas contas do apartamento e documentos antigos como seu primeiro documento de registro. Na foto, apesar do rosto cansado e manchado de sol, Regina tinha apenas 15 anos.

Nos anos 1990, seus dois irmãos mais velhos já haviam se mudado para Sertãozinho no período de safra das usinas em busca de emprego, obtendo sucesso. Quando a irmã que estava na terceira gestação pediu a ela que viesse a Sertãozinho para ajudar com os filhos, viu a oportunidade de mudança para recomeçar sua vida com novas oportunidades. Em Sertãozinho encontrou emprego, o atual esposo e consolidou sua vida:

⁹⁴ Estive em contato com Carolina no mês passado. A jovem disse que a família ainda não conseguiu concretizar a venda, mas que segue esperançosa.

Lá é uma cidade pequena e sem emprego. Na época, estudo faculdade, era tudo muito difícil. A gente que morava na zona rural era difícil, porque morava no sítio e estudava no povoado. Então a gente ia a pé. Depois que começou a ter uma caminhonete que ajudava. Cerca de 3 a 4 km do povoado o sítio. Todo mundo era assim de pensar que ia chegar nos 18 anos e ia pra São Paulo. Quando eu vim fiquei sem emprego no começo porque eu não tinha estudo, experiência, então ninguém dava oportunidade. Comecei a trabalhar em salgaderia no centro da cidade. Aí apareceu uma oportunidade de trabalhar de empregada doméstica, minha prima me indicou porque ela estava indo trabalhar na usina, aí lá fiquei 7 anos. Aí tinha outra prima minha que trabalhava no shopping e me indicou pra ser estoquista de loja. Lá fiquei quatro anos, e nesse tempo já tinha feito concurso, mas nem estava esperando mais que ia me chamar, aí um dia me chamou. Eu agradeço muito a Deus porque todo serviço é serviço. É bom ganhar seu dinheiro pra não passar necessidade. Eu nunca fiquei sem emprego aqui.

Essa trajetória reforça os aspectos do desenvolvimento de Sertãozinho no Capítulo 3 como um município ancorado na expansão industrial, tornando-o atrativo para muitos que buscavam uma nova vida de oportunidades. Ao lado de Ribeirão Preto e do centro comercial, Regina sempre conseguiu trabalho, mas muito distante de uma condição segura de trabalho e menos ainda da casa própria. Foram anos de aluguel no quintal do irmão, até que o PMCMV-1 foi lançado, surgindo como oportunidade única:

A gente conhecia um pessoal que sabia que ia sair umas casas que era diferente da COHAB e comentaram com a gente. A gente foi lá se inscrever e eu até achei que não ia ser selecionada, mas fui. Aí depois a gente ficou sabendo que o pessoal que foi selecionado para lá era da granja, das ocupações... aí começaram a falar que lá era muito ruim de morar, que ia ser bagunçado. Meu marido não queria ir por causa do lugar, e na época era muito afastado de tudo. Meu marido queria esperar um pouco pra ver como ia ser, como as pessoas iam se comportar lá, mas como falaram que a gente tinha que se mudar logo que entregasse a chave, a gente foi meio contrariado, mas mudou.

O Aragão Um é o segundo condomínio com maior número de apartamentos da cidade e completou dez anos desde sua entrega. Ao relembrar do dia a dia e da convivência, Regina relatou que pouco interagiu com seus vizinhos; tanto por falta de tempo como também por não se interessar em estabelecer vínculos:

Eu sou assim: moro aqui, não sou de amiga de vizinho e lá foi a mesma coisa. Tanto é que tinha uma colega de trabalho minha que era minha vizinha do bloco que eu só fui saber lá no serviço. Eu não ficava muito lá. Eu chegava em casa, fazia minhas coisas e ia dormir. E de fim de semana eu não ficava lá, ia pra minha irmã. Aí com o tempo tive a minha menina mais velha e as coisas vai ficando mais apertadinha. Criança gosta de espaço, de brincar, correr, né? Lá era muito mal planejado o apartamento. Tudo muito apertado. Não dava pra colocar um varal direito dentro de casa. Era um tal das pessoas colocar as roupas, calçado pra secar na janela, eu sempre achei tão feio aquilo, mas fazer o que? Aí depois tive a mais nova, o espaço ficou menor ainda.

Mais uma vez a pouca liberdade dentro do apartamento, causado pelo espaço mínimo do apartamento, dificultou uma relação da porta para dentro que fosse satisfatória. Com o tempo, a relação da porta para fora também foi sendo experimentada e marcada por pequenos desgastantes diários até eventos mais impactantes. Embora sua família nunca tenha sido ameaçada diretamente, ou sofrido qualquer tipo de violência, Regina afirmou que muitas situações que presenciou fugiam completamente do que ela gostaria de viver. Ela e o marido passaram a se dedicar em poupar dinheiro e comprar um terreno visualizando construir uma casa em outro bairro afastado daquela região. O terreno foi comprado e agora está com planos de realizar esse sonho da construção, mas que precisa de mais dinheiro. Perguntei se pensou em vender o apartamento para conseguir esse dinheiro:

Não vendi lá até porque não tem documento ainda, só que tem muita gente que vendeu antes do tempo certo. Eu sempre tive medo de vender e deixar a coisa no meu nome pra outra pessoa. O financiamento acaba agora em dezembro, vai dar os 10 anos. Eu queria adiantar, pagar o restante e vender, pra ajudar a construir aqui, mas não pode. Então eu aluguei lá pra duas moças que pagam certinho e está indo. Eu ainda pago o condomínio certinho porque teve um pessoal que, segundo o que eu fiquei sabendo, nessas trocas de síndico, eu nem sei quem é o síndico hoje, falaram que as dívidas antigas de condomínio foram pra justiça que “perdoou”, porque tem muita gente que mora lá desde sempre e nunca pagou nada. Uma época cortou a luz de umas pessoas que faziam gato, mas logo depois eles mesmos refizeram, então nunca mudava nada.

Apesar de ter vivido tantos anos insatisfeita com o convívio entre vizinhos e descaso da maioria com os espaços comuns, Regina sempre manteve as contas do apartamento e condomínio em dia com medo de ser prejudicada no momento futuro de adquirir a escritura do imóvel. Regina tem consciência de que o fato de ter conseguido passar no concurso municipal como agente de controle de vetores em 2014 facilitou arcar com os custos, devido a segurança da efetividade de trabalho. Ao

lembrar de situações diárias, descreveu as dificuldades em ter união entre os moradores do próprio bloco, por exemplo:

No começo eu pagava 80 reais de condomínio, depois foi 100, aí caiu para 80 de novo, mas eu não via pra que pagar isso porque era tudo jogado fora. Quando eu cheguei lá para receber alguém tinha que avisar, interfonar, não podia entrar com carro. Hoje quebraram a cerca, entra por onde quer, não precisa nem falar aonde vai, hoje tá jogado. Escada é uma bagunça, uma sujeira. Eu lavava minha escada a cada dois meses porque era dois meses. Antes tinha um pessoal do condomínio que limpava, depois acabou. Como eu morava no último andar eu tinha que lavar tudo, até embaixo, era muito sujo. Eu tinha vergonha de receber pessoa ali. As pessoas me perguntavam “onde você morava” e eu tinha vergonha de responder que era no Aragão. Não é pelo lugar, é pelas pessoas. As pessoas fazem o lugar. Dava pra ser um lugar organizadinho, limpo... já que tem que pagar condomínio tinha que ter uma fiscalização e os síndicos não resolviam nada.

Um dos pontos mais marcantes nas vivências do Aragão sempre giram em torno do tráfico. Para Regina, essa força da criminalidade foi determinante para que saísse do apartamento. Episódios de violência da polícia militar marcaram a história do condomínio e dos moradores que assistiam as ações:

O tráfico de droga é muito forte. Inclusive teve um dia que eu fiquei chocada quando eu vi uma menina um pouquinho maior que essa minha menina usando droga no meu bloco. Eu falei “gente, como que pode?” meu maior medo era elas crescerem ali. Nunca tiveram amizade com ninguém, nunca deixei brincar na rua, nada. Sem condição de deixar brincar na escada. As crianças de lá parecia que não eram mais crianças, que já conhecia muito o mundo. outro dia que eu fiquei muito chocada foi quando um moleque que devia ter uns 11 anos, todo envolvido com tráfico de droga, levou um tiro da guarda. A polícia e a guarda apareciam lá de vez em quando, e eles, os meninos do tráfico, já iam se espalhando, entrando pelos blocos, e eu vi levando o tiro, ele chorava muito, era uma criança. Não tinha condição de ver minhas filhas crescer ali. Por isso me esforcei pra comprar esse terreno, sair de lá... demorou, mas consegui. A gente sabe que tem muita gente que não tem a mesma sorte, que não arruma mesmo emprego. Eu e meu marido nunca ficamos desempregados e por isso conseguimos mudar, mas muita gente que precisa mesmo morar ali porque é mais barato, as vezes é o apartamento de um parente que emprestou. Ficar ali é pra quem tem falta de oportunidade mesmo. Tanto é que no dia que eu fiz a mudança a vizinha falou “tá indo embora do Aragão, né? Tem tanta gente querendo sair daqui. Que bom”

Aproveitando o caminho que a conversa tinha tomado, perguntei sobre a sua participação em reuniões e oficinas do Trabalho Técnico Social pós-ocupação, a moradora afirmou que nunca participava, dado que se encontra com as descrições dos relatórios da empresa Travain que sempre descreviam os encontros envaziados:

Acho que foi até um erro meu, eu tinha que ir atrás de conhecer pra conseguir cobrar alguma coisa. Mas eu pensava que não ia mudar nada. Iam pouquíssimas pessoas, seis, sete pessoas. O que essa minoria ia conseguir fazer pra mudar? Eu deixei de lado. Mas depois eu pensei que eu deveria ter ido desde o começo. Mas no começo eu trabalhava no shopping, então não tinha como porque eu chegava em casa meia noite, e as reuniões eram sempre fim de tarde. Eu falo assim, não quero ser soberba, mas não gostaria nunca de volta pra lá. A não ser que melhore alguma coisa, mas acho que não tem como. Pra quem já está acostumado, quem já leva aquela vida, é normal. Eu não vi como normal. Eu ficava lá só pra dormir. De fim de semana eu vinha pra casa da minha irmã pra não ficar lá ouvindo som alto, bagunça. Se eu soubesse que depois eu ia conseguir comprar um terreno, ou mesmo um financiamento diferente, com mais tempo pra pegar, eu não teria feito. Sabe, parece lá juntou as pessoas da bagunça mesmo. Não vou dizer que lá não tem gente de bem, mas a maioria não quer nada com nada não.

A espontaneidade nos relatos de Regina me permitiu perguntar se desde o dia da mudança para casa de aluguel da irmã não havia mais voltado ao seu apartamento. Sua resposta foi marcada por uma descrição de diferentes emoções que transitaram entre esboçar um tímido riso no início e marejar de olhos ao fim:

Dois meses atrás eu fui lá para pegar umas contas. Eu já senti uma coisa tão diferente que parecia que nunca tinha morado lá. Ai chegando perto junta a molecada de lá, que ficavam me olhando, encarando, pensando talvez que eu era de uma fiscalização. Dá um alívio não morar mais lá, demais. Agora depois que quitar eu quero vender. Mas por enquanto tá bom alugado porque pelo menos não fica parado, não corre o risco de alguém invadir. Pra vender o valor ali é de 20, 25 mil no máximo, mas se fosse em outro lugar era um valor bem maior. Mesmo assim, é difícil alguém comprar. A gente cuidou certinho dele, não deixou encardir nada, é tão arrumadinho por dentro, mas por fora não tem valor. Nem sei como poderia melhorar. Eu até coloquei no jornal, anunciei, não apareceu ninguém querendo comprar com dinheiro, aparecia pra trocar por moto, carro. Eu queria mesmo era dinheiro pra conseguir construir minha casa. Então vamos ver, se alguém dia valoriza um pouco mais, se melhora. Parecia que 10 anos ia demorar, e agora já tá acabando.

Para encaminhar para os trechos finais de nossa conversa, Regina não sente que o PMCMV-1 foi uma exatamente uma grande conquista em sua vida, talvez porque toda vida foi marcada por luta e outras conquistas até de maior orgulho, como o atual terreno onde pretende construir uma casa. Em nossa conversa, ficou claro o posicionamento de que o apartamento no Aragão Um representou muito mais uma oportunidade de “negócio bom e barato” que por um período de quase dez anos foi sua residência necessária, mas não aquela idealizada. O alívio de ter saído do condomínio é sem dúvida muito maior que qualquer outro sentimento de conexão com aquele lugar:

Naquela época, dez anos atrás, não tinha facilidade como tem hoje em dia. Eu pensei que o Minha Casa Minha Vida era minha única chance. Ai só depois que eu fui saber que depois que pagando eu não ia poder vender, porque senão eu teria esperado mais, pego um terreno. Mas tá bom, morei lá nove anos. No fim compensou pelo que a gente paga. São 79 reais de parcela, 100 de condomínio, água e luz. É muito pouco. Qualquer aluguel normal é muito mais alto. Se eu estivesse pagando um aluguel desses não ia conseguir comprar meu terreno, então compensou. A vida do pobre é essa, né? É conta atrás de conta. Mas tá bom, tendo saúde e trabalho, tá muito bom.

De fato, talvez, para a classe trabalhadora brasileira de 2022 ter trabalho e saúde era um dos melhores cenários possíveis. Com esse trecho muito pertinente com a reflexão central que a pesquisa se propôs em desenvolver, finalizo o capítulo final da dissertação com a segurança de que diferentes indivíduos e arranjos familiares “beneficiados” com a moradia do PMCMV-1 poderiam ser entrevistados, mas que, certamente, todas as narrativas levariam a rumos semelhantes de desafetos e insatisfações com o Programa.

6 CONCLUSÕES

O que motivou a investigação dessa pesquisa foi o pressuposto de que a produção de moradias sociais do PMCMV no município de Sertãozinho/SP ocasionou para seus moradores uma série de consequências pós-ocupação. Não se pretende construir considerações finais no senso comum entre aspectos “positivos” e “negativos” gerados pelo Programa, pois entendemos que essa oposição não é suficiente e tão pouco próxima das vivências reais dos diferentes indivíduos e seus arranjos familiares.

Contudo, não podemos amenizar para o fato de que além do compromisso econômico com o financiamento da moradia e de taxas de condomínios, ocasionado atualmente endividamento de muitas famílias, aqueles que foram direcionados as U.H do Programa, amplamente estimulados pelos valores atribuídos a conquista da “casa própria” e, portanto, de melhoria imediata na qualidade de vida, passaram a viver e morar em espaços padronizados, em grandes condomínios segregados que ao longo dos anos apresentaram uma série de dificuldades.

Nosso intuito principal foi questionar a ideia de que esses moradores são “beneficiários” da política habitacional, avaliando as condições em que vivem atualmente passados em média dez anos desde suas mudanças. Para isso, tivemos como premissa que as noções de viver e morar abarcam muito mais do que financiar um imóvel, embora essa seja uma conquista significativa para a classe trabalhadora brasileira. De saída, entendemos que a relação de pertencimento, ou melhor, a sua construção, com o lugar é algo primordial. Nesse sentido, nos perguntamos: quais foram as possibilidades reais para que as famílias construíssem essa relação antes, durante e após a mudança?

Para tentar responder o questionamento, trouxemos para o centro da pesquisa o papel do Trabalho Técnico Social realizado com os moradores, julgando previamente que o acompanhamento do TTS poderia ter auxiliado o pré e pós da mudança das famílias, funcionando como importante mecanismo de informação, fortalecimento de lideranças locais e articulação das comunidades com o poder público municipal.

Por isso, logo no capítulo 1 nos propomos em responder quando e como o TTS adentrou nas políticas de moradia social, recorrendo ao próprio histórico da produção de HIS. Essa trajetória se fez importante para que pudéssemos compreender que nenhuma das ações do PMCMV-1 foram isoladas de uma conjuntura, mas sim

amparadas, ainda que indiretamente, em antigos projetos de governos de diferentes momentos históricos e ideológicos.

De forma geral, todas as políticas de HIS sobrepuseram os interesses de mercado ao social, (re)produzindo padrões construtivos de baixas qualidade e periféricos, sobretudo nas grandes cidades. Com isso, percebemos as fragilidades de cada política habitacional, mas, principalmente destacamos como a disposição dessas políticas burocratizaram o acesso a moradia para a população mais pobre, além de terem investido em atendimentos sociais que vigiavam e moralizam os comportamentos desses moradores, em sua maioria, realizados por profissionais do Serviço Social.

Concomitantemente as políticas de produção de HIS, confirmamos que o trabalho do assistente social se mostrou presente desde a década de 1930 em bairros periféricos e em comunidades de grandes centros urbanos, ainda que não fosse nesse momento exatamente estruturado como um TTS. No entanto, destacamos que a origem dessa profissão esteve ligada ao poder do Estado aliado ao da burguesia industrial, tratando-se de mais uma criação dos interesses capitalistas como uma estratégia de controle social das classes trabalhadoras e pobres, fortalecido ainda de valores católicos. O Serviço Social teve sua origem “fetichizada misticamente” (MARTINELLI, 2000) como uma prática a serviço da classe trabalhadora, quando, na verdade, serviu como um instrumento da burguesia que tratou imediatamente de consolidar sua identidade atribuída afastando-o da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e impossibilitando o desenvolvimento da consciência de classe.

O histórico levantado com a pesquisa bibliográfica no capítulo 1 nos levou a apontar que a atuação dos profissionais do Serviço Social em diferentes políticas de habitação como IAP, FCP e BNH, teve a função ideológica de repressão sobre a organização da classe trabalhadora e sua expressão política, além de controle propriamente dito em muitos casos. É importante destacar que a regularização da profissão do assistente social ocorreu no governo de Getúlio Vargas e a instituição formal do TTS para programas de HIS foi no decorrer do regime militar, isto é, ambos em períodos de autoritarismo que com as devidas especificidades cada momento, evidenciam como a assistência à população periférica dentro das políticas habitacionais sempre esteve ligada a contexto de ideologias desenvolvimentistas.

Mesmo com a redemocratização consolidada com a Constituição de 1988 e da pressão dos movimentos sociais, foi somente nos governos petistas nos anos 2000 que as pautas sociais e combate à pobreza ganharam visibilidade e geraram expectativas na sociedade. A inclusão da população mais pobre em espaços e oportunidades como o acesso ao financiamento foram campos de atuação do governo Lula e da continuidade do governo Dilma.

Assim, no capítulo dois, procuramos estabelecer em que medida o PMCMV foi uma política diferente das demais, sobretudo na questão da assistência dos seus “beneficiários”, uma vez que PMCMV foi estruturado a partir dos interesses de múltiplos atores em diferentes escalas: agentes financeiros, incorporadoras, construtoras, políticos locais e especuladores imobiliários estiveram combinados durante a existência do Programa.

Nesse sentido, verificamos que embora as portarias do MCI que dispuseram sobre o TTS a ser realizado no PMCMV-1 tenham demonstrado uma coerente estrutura em pré-ocupação e pós-ocupação, eixos de trabalho que valorizavam aspectos formativos, democráticos e de autonomia da população, a inserção do TTS foi nas estruturas administrativas dos municípios não ocorreram com consistência e continuidade.

Na Prefeitura de Sertãozinho, nosso foco de análise, precisamente na Secretaria de Assistência Social, essa prática demonstrou-se frágil em diversos sentidos. Isso porque apesar da Secretaria de Assistência Social ter cumprido seus encargos, por exemplo, apresentado o PTS junto à CEF, coube as empresas contratadas a realização do TTS em campo com os moradores. Dentro desse contexto, o processo de licitação ampliou a distância entre o período de mudança dos moradores e sua realização, levando até três anos para ocorrer em alguns casos, como os residenciais Aragões.

Além disso, demonstramos que, de todos os empreendimentos Faixa 1 de Sertãozinho, apenas os residenciais UMM e Geraldo Honório Garcia tiveram a realização do pré-ocupação, sendo no primeiro um trabalho bem desenvolvido ao longo de seis meses que antecederam a mudança das famílias, fato que foi analisado pelo poder público como algo extremamente importante a vida das famílias que hoje vivem, sob sua ótica, de forma responsável e sem grandes conflitos internos.

Considerando que tanto o residencial UMM como o G.H.G foram compostos em grande parte pelas demandas dos movimentos sociais, questionamos as reais

necessidades e motivações do trabalho pré-ocupação, já que essas famílias se encontravam previamente organizadas na luta pela moradia. Quais seriam os interesses do poder público em dar uma assistência pré-ocupação para essas famílias organizadas no movimento social? Porque outros condomínios compostos por demandas de diferentes origens não tiveram a mesma atenção pré-ocupação?

Ainda assim, a partir das entrevistas com o diretor do Departamento de Hab. Social da Prefeitura, ficou evidente a importância do trabalho de pré-ocupação nessas ocasiões, pois foi o momento em que os moradores desses condomínios poderiam se informar e conhecer com antecedência os aspectos necessários a nova vida no residencial e na região onde foram implementados esses empreendimentos. Contudo, concluímos que a descontinuidade no trabalho de pós-ocupação ofuscou a importância do TTS nas experiências dos condomínios, uma vez que as atividades de Feira Comunitária do Residencial Geraldo Honório Garcia, por exemplo, nunca mais conseguiram se realizar.

Além disso, outro ponto de fechamento relevante foi constatar as diferenças na continuação do TTS entre os empreendimentos. Por exemplo, enquanto no Residencial Geraldo Honório Garcia o TTS não demorou para ter a continuidade para a segunda etapa de pós-ocupação, nos Aragões só foi possível realizá-lo em 2017, quase três anos depois da entrega. O fato foi justificado pela Prefeitura pela transição de equipe técnica da prefeitura; além do processo burocrático de estruturação do PTS, autorização da CEF e licitação das empresas contratadas.

No que se refere ao pós-ocupação executado tanto nos Aragões como no G.H.G, notamos que os eixos sugeridos para as atividades visaram para construção de sociabilidades marcadas pela individualidade e moralidade, onde o morador foi visto pela política pública como um indivíduo que precisava receber instruções básicas de convivência e do correto uso de espaços comuns. Ao mesmo tempo, as atividades tinham como meta fomentar que esse morador cultivasse relações amistosas entre vizinhos e fosse responsável por melhorar a renda familiar através de práticas empreendedoras, como ocorria nas atividades de denominadas de “Saberes e Fazer”, sendo a Feira Comunitária do Residencial G.H.G o ápice dessa realização. De forma semelhante, verificamos que esse processo ocorreu no Residencial Eldorado, um dos empreendimentos que se apresenta atualmente com sociabilidades internas desarmônicas e marcadas por uma impessoalidade daqueles que vivem no condomínio. Isso nos pareceu evidente no decorrer do trabalho de campo onde a

pesquisadora acompanhou as tentativas frustradas da Associação Cabeça di Nego em incentivar os moradores na reforma e revitalização dos espaços comuns. Em outros termos, verificamos que as relações da porta para fora estão em segundo plano, dificultando qualquer união para solução de problemas nas áreas compartilhadas do condomínio.

Por outro lado, a satisfação da porta para dentro, recorrente pelo discurso da casa própria como conquista que confere dignidade, esteve presente nas falas das moradoras entrevistadas, ainda que as relações da porta para dentro estejam permeadas por insatisfação, infelicidade e outros desafetos. Essas relações externas são tão desagradáveis a ponto de que as moradoras entrevistadas aguardam a finalização do financiamento para que de posse da escritura possam alugar ou vender o apartamento.

Como já mencionamos, para os residenciais Aragões não foi ofertado o serviço de pré-ocupação, dificultando que o pós-ocupação pudesse ser realizado, já que os moradores não conheciam o serviço e sentiam-se ameaçados pela presença da equipe. Verificamos, através dos relatórios do trabalho pós-ocupação, que a realidade local tinha a questão do tráfico de maneira muito marcante nas sociabilidades internas ao condomínio. Essa percepção fez com que a equipe executora do TTS propusesse um maior número de atividades com os jovens e crianças, objetivando a prevenção e redução de danos no local. No entanto, de acordo com os dados, as ameaças que a equipe sofria foram constantes e intimidaram a continuação das ações, fazendo inclusive com que o contrato da empresa Arco Verde no Aragão Dois fosse rescindido e aceito pela CEF.

Na realidade, notamos uma evidente não identificação dos moradores com as propostas da empresa e, que por sua vez, também nos relatou a dificuldade de encontrar diálogo e um espaço adequado para tal. Nesse momento da investigação, percebemos que as principais atividades com algum sucesso, principalmente nos Aragões, se deram em conjunto com a Associação Cabeça Di Nego, que esteve presente nos condomínios antes mesmo do TTS. Com destaque para a figura de liderança de Luís que foi capaz de facilitar o trabalho da empresa e da Prefeitura simplesmente pelo fato de ser reconhecido pela população como um membro da sua comunidade, levando projetos de arte e cultura periférica para os jovens, tanto no CEU das Artes como em ações pontuais dentro dos condomínios. Por isso, nos Aragões, verificou-se que o TTS não passou a ter uma adesão dos moradores, principalmente

do público adulto. Na realidade, o esperado pelo diretor de departamento de HIS do município em termos de participação era de 10%; uma meta que se atingida seria considerada boa. Na prática, esse percentual não foi alcançado, o que nos leva a concluir que as atividades programadas do TTS pós-ocupação não foram bem-sucedidas segundo poder público municipal.

Em busca de compreender melhor essa não efetividade do TTS, a não adesão às atividades pode ser explicada por outro fator além da presença de líderes do tráfico local. No capítulo 5 analisamos o fato da Associação ter atuado mediando a relação entre a equipe do TTS e os moradores, novamente por ser reconhecida pela população como “um igual”. Essa é uma evidência de que a maneira como os funcionários das empresas atuava não gerava confiança, tão pouco reconhecimento nos moradores. Concluímos assim que o TTS, principalmente quando terceirizado, suscita um distanciamento entre a teoria e realidade local, provavelmente pelos modelos pré-estabelecidos das empresas que fornecessem esse tipo de serviço para diferentes condomínios sociais.

Reforçamos que foi ressaltado tanto nos relatórios quanto com a entrevista realizada com o diretor de departamento de HIS, o desconhecimento quase generalizado da população sobre a real função do TTS nos condomínios. Os moradores, segundo os relatórios, sentiam-se ameaçados pela presença da equipe “fiscalizadora”. O medo em questão referia-se na maioria das vezes ao fato de não estarem dentro da legalidade em relação à aquisição do imóvel, atraso no pagamento da parcela ou do condomínio.

Partindo das considerações acima, é possível retomar o trabalho de Lautier (2014) que ao analisar o caráter das políticas sociais na América Latina, afirma que ocorre um processo de ajuste dos pobres do ponto de vista moral para que sejam moralizados “pelo trabalho sobre si mesmos (como produtores de seus corpos e de suas competências, certamente, mas também como bons pais, bons vizinhos, membros de boas comunidades)” (LAUTIER, 2014, p. 467). O autor ainda desenvolve a ideia de que as políticas sociais visam desenvolver uma nova moralidade nos seus beneficiários de aceitação das condições e anulação de questionamentos. Assim, é possível concluir que PMCMV-1 optou por fortalecer um padrão não apenas arquitetônico dos empreendimentos e residenciais, pela segregação socioespacial dos mais pobres, mas pela construção moral desse “beneficiário” como um bom pobre (LAUTIER, 2012).

É interessante destacar ainda como observamos nos mapas apresentados no capítulo 3 e com o auxílio das fotografias disponíveis nos Anexos que embora os moradores dos empreendimentos sociais de Sertãozinho tenham em seus arredores equipamentos importantes como posto de saúde, CRAS, UPA, creches e o CEU das Artes, durante o breve trabalho de campo no Residencial Eldorado e no Conjunto Anélio Celine, foi possível perceber como o sentimento de abandono e não pertencimento à cidade de Sertãozinho é recorrente entre as moradoras entrevistadas.

Em suma, confirmamos que a referência de amparo a população é majoritariamente dada pela presença da Associação Cabeça di Nego e não do poder público. Mais do que isso, a Associação foi capaz de auxiliar a mobilização dos moradores em algumas ações com jovens dentro dos Aragões na época que as empresas tentavam realizar o TTS e, de forma mais recente, no caso da festa de dia das crianças realizadas no bairro Anélio Celine. No mesmo sentido, as lideranças da Associação narraram a mesma sensação ao reafirmarem que as ações sociais já desenvolvidas sempre se deram sem apoio municipal. Vale destacar o relato do atual presidente da Associação que pouco conseguiu diálogo com a Secretaria de Assistência Social para o investimento no projeto da padaria comunitária.

Apesar do trabalho de campo com as famílias dos Aragões e Geraldo Honório Garcia ter sido amplamente impactado pela pandemia do novo coronavírus foi possível traçar alguns padrões sobre como é viver e morar nos residenciais PMCMV-

1 sob a ótica dos moradores. Nas entrevistas sobre a trajetória de vida, compreendemos as estratégias, os arranjos e dificuldades que cada família enfrentou e vem enfrentando no condomínio.

Primeiramente, foi possível apreender pelo campo nos Residenciais Aragões que a condição de financiamento da casa própria não retirou os moradores da condição de vulnerabilidade. De encontro com esses relatos, retomando os dados dos relatórios do TTS e da entrevista com o diretor do departamento de HIS da Prefeitura, confirmamos que a vida em condomínio não proporcionou um sistema de segurança para as famílias, tão pouco de qualidade de vida, sobretudo nas relações da porta para fora. Violência, tráfico e sociabilidades conflituosas afetaram a relação da porta para dentro a ponto de as famílias entrevistadas mudarem-se do condomínio no ano de 2022, exatos dez anos após a entrega e conclusão do financiamento, ou estarem em busca disso.

Na realidade, a estrutura do condomínio facilitou a organização do crime no local, que se apropriaram de áreas comuns, como os espaços de lazer e salão de festas comunitários. Além disso, como vimos, muitos apartamentos foram vendidos e/ou alugados para finalidade de manutenção do crime, prostituição infantil entre outras práticas. Segundo o diretor do departamento de HIS da Prefeitura, situação semelhante já é observada no conjunto habitacional do distrito de Cruz das Posses, o último empreendimento Faixa 1 entregue há pouco mais de um ano. A expectativa do então diretor é que com a recém-chegada da equipe de TTS essa realidade não se prolifere.

Na fala das moradoras do Residencial Eldorado é nítido o receio sobre o futuro dos filhos que crescem nessa situação. É fato que os meninos e meninas dos condomínios do PMCMV-1 têm suas infâncias e adolescência marcadas por diferentes violências: novamente, relatos comercialização de drogas ilícitas e prostituição infantil apareceram como as mais frequentes e preocupantes. Embora o TTS elaborado pelas empresas tivesse como meta atingir esse público menor de idade, promovendo ações educativas e preventiva para essa geração, é evidente que não foram suficientes para lidar com a situação.

De acordo com os relatórios e entrevistas com poder público, o Conjunto Habitacional Anélio Celine, o único de casa da região, as relações mostraram-se menos hostis, algo que entendemos ser em grande parte possível graças à disposição das casas em modelo horizontal. Além disso, o simples fato de a moradora relatar que conseguiu reformar a casa antes de consolidar sua mudança indica como o modelo horizontal proporciona um pouco mais de liberdade e autonomia da porta para dentro, enquanto o vertical não dá a mínima possibilidade para isso acontecer.

Encerramos a coleta de dados com a Prefeitura sabendo que atualmente, não há nenhum trabalho efetivo sendo pensado para esses empreendimentos, sobretudo para os residenciais Aragões, sob a justificativa da Sec. De Assistência Social de que a experiência anterior parece ter determinado que o tráfico de fato seja o responsável por organizar as relações dentro dos condomínios, e que as constantes ameaças sofridas no período do TTS levaram o poder público a não encontrar maneiras de estar em campo e propor alternativas a isso. Em suma, para esses moradores são ofertadas as políticas já conhecidas por intermédio do CadÚnico e atendimento no posto CRAS da região.

Com os dados obtidos em campo, tanto por parte das moradoras quanto por profissionais que atuaram em campo, elucidam as fragmentações e fragilidades da política pública do PMCMV-1 no que foram os desenvolvimentos dos TTS. Por um lado, notamos que essa desarticulação do Programa dificultou a atuação dos projetos, que acabaram sendo caracterizados pelos moradores como não muito significativos para suas vidas nos residenciais. Por outro, quando houve a execução do TTS, as dificuldades particulares de cada condomínio como a liderança autoritária do síndico e forte presença da criminalidade, também impediram o pleno desenvolvimento das atividades.

Em suma, a pesquisa conclui que o PMCMV-1 causou uma série de desvantagens as famílias, ocasionadas pela própria estrutura de operação do Programa desvinculada do compromisso com o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001). Os impactos gerados pela mudança das famílias, somados a segregação socioespacial potencializada pela estigmatização dessa população, demonstram de imediato as fragilidades do PMCMV-1 e que só se acentuam com o passar dos anos.

O que apontamos com os dados organizados nesse capítulo é que na prática todo o envolvimento com a comunidade dos condomínios sociais no pós-ocupação não garantiu nenhum resultado capaz de emancipar as famílias. Todos os entrevistados não tiveram qualquer lembrança efetiva do TTS, por diferentes motivos de sua não adesão.

Acreditamos que a política pública de HIS do PMCMV-1 por meio do TTS poderia ter alcançado outros resultados se houvesse uma articulação maior entre Governo Federal, prefeituras e ONGs.

Concordamos com Sen (2010) que o objetivo do desenvolvimento deve relacionar-se a avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. A pesquisa concluiu que essa relação entre liberdade e desenvolvimento dentro do PMCMV-1 a partir do TTS realizado nos Residenciais Aragões e G.H.G não foi capaz de se concretizar em nenhum momento. Acreditamos que o enfrentamento a questão habitacional precisa considerar de maneira central um modelo de TTS livre de moralizações e ideologias que inviabilizem a liberdade e o desenvolvimento dos seus beneficiários.

BIBLIOGRAFIA

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AZEVEDO, S. de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, n. 4, out.-dez. 1988.

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. **Habitação e poder:** da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.

BALBIM, R. Os tons de cinza do Casa Verde e Amarela. **Le Monde Diplomatique**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/os-tons-de-cinza-do-casa-verde-e-amarela/>. Acesso em: 28 jun. 2023. 2020.

BERALDO, A. **O programa Minha Casa Minha Vida em Sertãozinho SP:** habitação e produção da cidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2018.

BLANK, G. Trabalho Social e a Caixa Econômica Federal. *In: Política de habitação popular e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social. **Análise Social**, v. XXIX, 1994.

BLANK, G. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 22, p. 8-14, maio/jun. 2009.

BLANK, G. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BLANK, G. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq.urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01.html. Acesso em: 1 ago. 2023.

BOTEGA, L. da R. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Dossiê cidades**. Espaço Plural. Ano VIII. n. 17. 2º Semestre 2007. ISSN 1518-4196 2007.

BREDA, T. V. **Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social Agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social**. 2013. Disponível em: http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacaopdf.

CARDOSO, A. L. **Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras**. Uma Avaliação das Políticas Habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. "Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil". In: CARDOSO, A. L. (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. 22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. 1. ed. Rio de Janeiro: **Letra Capital: Observatório das Metrôpoles**, 2017.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. do. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. In: **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

COURY, B. S. **Centralização de capital e "crise" do setor sucroenergético: especialização funcional e economia política da cidade de Sertãozinho (SP)**. (Monografia em Geografia). Universidade Estadual Paulista- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, SP, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. R. B. **Estudos urbanos e regionais**, v. 9, n. 1, 2007.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, Boitempo, 2010.

ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FELTRAN, G. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CHR**, Salvador, v. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FIX, M. de A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Economia — UNICAMP, 2011. Orientador Wilson Cano.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil em 2008: Resultados preliminares**. Relatórios de Pesquisa, Brasília, 2011.

GEORGES, I. P. H.; RIZEK, C. S.; CEBALLOS, M. As políticas sociais brasileiras: o que há de novo? **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, set./dez. 2014.

GOFFMAN, E. Estigmas: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GOMES, M. F. C. M.; PELEGRINO, A. I. de C. (Org.). **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GOMES, M. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n.1, pp. 51-73, Jan.-Jun., 2016.

GRAZIA, G. de; MELLO, I. de Q. Uma avaliação do trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *In*: A. L. Cardoso, T. A. Aragão, & S. T. Jaenisch (Orgs.). **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise** (pp. 353- 371). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolta urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, D. **Os enigmas do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IANNI, O. **A classe operária vai ao campo**. São Paulo: Estudos Cebrap, 1976.

LAUTIER, B. **O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina**. Tradução: RIZEK, C. S. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, set./dez. 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, J. M. de A.; SHIMBO, L. Z. Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: http://www.observatoriodasmegropoles.net/images/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MARICATO, E. **O ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**, Políticas sociais-acompanhamento e análise. IPEA, 2006.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, 2000.

MARICATO, E. Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *In: Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARICATO, E. O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. **Revista Carta Maior**, 2009. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Minha-Casa-e-um-avanco-mas-segregacao-urbana-fica-intocada/4/15160>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAYOL, P. Morar. *In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar*. Trad. Ephraim F. Alves e Lucia E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1996.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

OLIVEIRA, F. de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. de. Crítica à razão dualista. **O Ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

PAZ, R. D. O. da. **Avaliação do Trabalho Social e dos Impactos na Vida das Famílias no Programa Minha Casa Minha Vida, no Município de Osasco/SP**. 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/10787542-Avaliacao-do-trabalho-social-e-dos-impactos-na-vida-das-familias-no-programa-minha-casa-minha-vida-no-municipio-de-osasco-sp.html>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. Política Nacional de Habitação, Intersetorialidade e Integração de Políticas Públicas. *In: Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. "Aula 5, Metodologias do Trabalho Social em Habitação". *In: PAZ, R. D. O. da; TABOADA, K. J. Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*. Ensino a Distância – EAD. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-10.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

PAZ, R. D. O. da; ARREGUI, C. C.; RODRIGUES, M. L. P.; BLANCO, M. A. A. Trabalho Social no Programa Minha Casa, Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. *In: Minha casa... e a cidade?* Org. AMORE, C. S., RUFINO, M. B. C., SHIMBO, L.Z. Letra Capital: Rio de Janeiro, Ed.1, 2015.

PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. de. Dias de futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. *In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A.(Orgs.). Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização.* Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PLANO DE GOVERNO. **Lula**, 2002. Disponível em: <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

PLANO DE GOVERNO, O caminho da prosperidade. **Bolsonaro**, 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

PRADO, E. F. S.; PELIN, E. R. **Moradia no Brasil**: reflexões sobre o problema habitacional brasileiro. São Paulo: CBMM, 1993.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa Minha Casa Minha Vida entidades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, set./dez., 2014.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares. **A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, R. **Eu sou você amanhã**: a experiência chilena e o “Minha Casa, Minha Vida”. 2012. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/05/10/eu-sou-voce-amanha-a-experiencia-chilena-e-o-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 1 ago. 2023.

ROLNK, R.; SANTORO, P. F.; GUERREIRO, I. de A. Projeto habitacional do governo Bolsonaro: sem casa, sem emprego e com dívida! **LabCidade**, 2022. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/projeto-habitacional-do-governo-bolsonaro-sem-casa-sem-emprego-e-com-divida/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

RUBIN, G. R. Movimento Moderno e habitação social no Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 2, mai./ago. 2013.

RUBIN, G. R.; BOLFE., S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas — UFSM. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, n. 2, maio-ago. 2014.

RUFINO, M. B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. *In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). Minha casa... e a cidade?* Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 51-70.

SANTOS, A. P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho**: reestruturação produtiva nos anos 90, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho — SP. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007.

SANTOS, A. P. Neodesenvolvimentismo e agronegócio no Brasil: expansão, degradação e superexploração do trabalho. **Anais do XI Seminário do Trabalho**. O Futuro do Trabalho no Século XXI/ UNESP Marília, 2018.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Guanabara, p. 11-25, 1979.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

SINGER, P. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, N. S. de. **As sociabilidades possíveis em conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**: o caso de Viçosa – MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. 2015.

SOUZA, M. B., HOFF, T. S. R. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. *urbe*. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>. Acesso em: 1 ago. 2023.

TRONTO, R. **Cultura e espaço**: identidade e território na formação de um arranjo produtivo local potencial em Sertãozinho-SP. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, SP, 2008.

VILLAÇA. F. **Espaço interurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA. F. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

WUST, A. **O trabalho social e a política de habitação**: desvendando contradições, Porto Alegre, 2015. Dissertação.

RELATÓRIOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

ARCO VERDE. Relatório de trabalho técnico social pós-ocupação: Aragão Dois: fevereiro e março de 2017, Ribeirão Preto, 2017.

ARCO VERDE. Relatório de trabalho técnico social pós-ocupação: Aragão Dois: abril e maio de 2017, Ribeirão Preto, 2017.

ARCO VERDE. Relatório de trabalho técnico social pós-ocupação: Aragão Dois: junho e julho de 2017, Ribeirão Preto, 2017.

TRAVAIN. Relatório de trabalho técnico social pós-ocupação: Aragão Um: fevereiro e março de 2018, Ribeirão Preto, 2018.

TRAVAIN. Relatório de trabalho técnico social pós-ocupação: Aragão Um: abril e maio de 2018, Ribeirão Preto, 2018.

TRAVAIN. Relatório de trabalho técnico social pós-ocupação G.H.G: fevereiro e março de 2018, Ribeirão Preto, 2018.

TRAVAIN. Relatório de trabalho técnico social pós-ocupação: G.H.G: abril e maio de 2018, Ribeirão Preto, 2018.

TRAVAIN. Relatório de trabalho técnico social pós-ocupação: G.H.G: junho e julho de 2018, Ribeirão Preto, 2018.

ENTREVISTAS

GUIRADELLI, F. A. G. O Programa Minha Casa Minha Vida em Sertãozinho. Secretaria de Assistência Social. 13/12/2019. Entrevista a Marina Urizzi.

ASSISTENTE SOCIAL 1. O papel do assistente social no desenvolvimento do TTS nos empreendimentos sociais do PMCMV. Secretaria de Assistência Social. 12/12/2019. Entrevista a Marina Urizzi.

ASSISTENTE SOCIAL 1. O papel do assistente social no desenvolvimento do TTS nos empreendimentos sociais do PMCMV. Secretaria de Assistência Social. 12/12/2019. Entrevista a Marina Urizzi.

ANEXO I — ROTEIROS DE ENTREVISTAS

A) Roteiro de entrevista à Secretaria de Desenvolvimento Social de Sertãozinho/SP

- 1) Formação, ano de ingresso na Prefeitura de Sertãozinho e cargo ocupado na Secretaria de Desenvolvimento Social;
- 2) Quais as principais ações realizadas por essa Secretaria em relação ao TTS?
- 3) Por quais razões a prefeitura optou por licitar o TTS?
- 4) Qual foi a participação da Prefeitura frente ao TTS?
- 5) Em quais empreendimentos do PMCMV-1 ocorreu o trabalho de pré-ocupação?
- 6) Quais os motivos do trabalho de pré-ocupação não ter ocorrido em todos os empreendimentos?
- 7) Em sua opinião, qual das etapas do TTS é a mais importante?
- 8) Em sua visão, o que fez com que os moradores não frequentassem as atividades do TTS?
- 9) Como está hoje o diálogo com os moradores dos residenciais Faixas 1, principalmente Aragões e do Geraldo Honório Garcia?
- 10) São previstas ações futuras em algum empreendimento do PMCMV-1? Se sim, qual(s)?

B) Roteiro de entrevista com as assistentes sociais da prefeitura de Sertãozinho/SP

- 1) Em quais empreendimentos do PMCMV-1 de Sertãozinho atuou?
- 2) Quanto tempo esteve em campo desenvolvendo atividades sociais com os moradores?
- 3) Como descreveria a situação geral encontrada nos residenciais quando ingressou para executar o trabalho social?
- 4) Em sua opinião, qual a importância do TTS que foi realizado nos empreendimentos do PMCMV-1?
- 5) Em sua opinião, qual o papel do assistente social frente ao TTS?
- 6) Ao finalizar o TTS nos empreendimentos sociais, como avaliou os resultados obtidos?

C) Roteiro de entrevista com moradores dos condomínios PMCMV-1 de Sertãozinho/SP

- 1) Cidade de origem
- 2) Data de nascimento
- 3) Autodeclaração étnico-racial
- 4) Quando e como adquiriu o imóvel pelo PMCMV-1?
- 5) Com quem divide a moradia?
- 6) Como foi o processo de mudança para a nova casa? Quais eram as expectativas?
- 7) Partiu de reuniões de Trabalho Técnico Social pré ou pós ocupação? Em caso negativo, por qual motivo? Em caso positivo, do que se recorda de ter vivenciado nessas reuniões?
- 8) Como essas expectativas foram se alterando?
- 9) Como descreveria sua relação com o imóvel?
- 10) Como descreveria sua relação com os vizinhos?
- 11) Em caso de ter mudado, o que levou a essa decisão?
- 12) Em que caso de não ter se mudado, tomaria essa decisão? Por quais motivos?

ANEXO II — SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS

A) Entornos dos condomínios PMCMV-1



Rotatória que conecta as Avenidas Osvaldo Pontes e Antônio Vanzela para acesso aos empreendimentos sociais do PMCMV em Sertãozinho/SP. Foto da autora. 27/07/2021



Detalhe da placa de localização dos empreendimentos Aragões e COHAB José Garcia da Costa. Foto da autora. 27/07/2021.



Antônio Vanzela para acesso aos Residenciais Aragões e Conj. Habitacional Anélio Celine em Sertãozinho/SP. Foto da autora. 27/07/2021.



Trecho da Avenida Antônio Vanzela que dá acesso aos Residenciais Aragão Um e Aragão Dois. Foto da autora. 27/07/2021.



Exemplos de comércio e serviços na Avenida Antônio Vanzela. Foto da autora. 27/07/2021.



Ponto de ônibus na Avenida Antônio Vanzela, próximos aos condomínios Aragões. Foto da autora. 27/07/2021.



EMEIF "Prof.^a Cleuza Maria Pontes Braz que atende comunidade de moradores dos empreendimentos sociais PMCMV. Foto da autora. 27/07/2021.

B) Portaria do Residencial Eldorado



Foto da autora. 27/07/2021.

C) Festa do Dia das Crianças no Conjunto Habitacional Anélio Celine



Foto tirada pela autora. 12/10/2021.



Foto tirada pela autora. 12/10/2021.

ANEXO III — SELEÇÃO DE FOTOGRAFIAS DOS RELATÓRIOS DE TTS

A) Feira Comunitária no Residencial Geraldo Honório Garcia



Fonte: Acervo da Secretaria de Assistência Social de Sertãozinho.



Fonte: Acervo da Secretaria de Assistência Social de Sertãozinho.

B) Reuniões da Equipe do TTS com os Moradores no Geraldo Honório Garcia



Fonte: Acervo da Secretaria de Assistência Social de Sertãozinho.



Fonte: Acervo da Secretaria de Assistência Social de Sertãozinho.

C) Atividades da Associação “Cabeça di Nego” nos Aragões



Fonte: Acervo da ONG Cabeça di Nego.



Fonte: Acervo da ONG Cabeça di Nego.